



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA – UFSC
CENTRO SOCIOECONÔMICO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

Curso de Doutorado em Administração

Área de Concentração: Organizações, Sociedade e Desenvolvimento

Linha de Pesquisa: Organizações e Sociedade

TESE DE DOUTORADO

**A AGRICULTURA FAMILIAR E AS ALTERAÇÕES PROMOVIDAS PELO
PRONAF EM SANTA CATARINA**

Juliano Luiz Fossá

Florianópolis-SC

2021

JULIANO LUIZ FOSSÁ

**A AGRICULTURA FAMILIAR E AS ALTERAÇÕES PROMOVIDAS PELO
PRONAF EM SANTA CATARINA**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), como requisito para obtenção do título de Doutor em Administração.

Orientador: Professor Dr. Lauro Francisco Mattei.

Florianópolis-SC

2021

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Fossá, Juliano Luiz
A AGRICULTURA FAMILIAR E AS ALTERAÇÕES
PROMOVIDAS PELO
PRONAF EM SANTA CATARINA /
Juliano Luiz Fossá; orientador, Lauro Francisco
Mattei, 2021.
232 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro Sócio-Econômico, Programa de Pós-
Graduação em Administração, Florianópolis, 2021.

Inclui referências.

1. Administração. 2. Santa Catarina; Agricultura Familiar;
Política Pública; PRONAF.. I. Mattei, Lauro Francisco. II.
Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-
Graduação em Administração. III. Título.

JULIANO LUIZ FOSSÁ

**A AGRICULTURA FAMILIAR E AS ALTERAÇÕES PROMOVIDAS PELO
PRONAF EM SANTA CATARINA**

O presente trabalho em nível de doutorado foi avaliado e aprovado por banca
examinadora composta pelos seguintes membros:

Professora Arlene Anélia Renk, Dra.
Universidade Comunitária da Região de Chapecó (UNOCHAPECÓ)

Professor Clécio Azevedo da Silva, Dr.
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Professor Rene Birochi, Dr.
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Certificamos que esta é a versão original e final do trabalho de conclusão que foi
julgado adequado para obtenção do título de doutor em Administração.

Coordenação do Programa de Pós-Graduação

Professor Lauro Francisco Mattei, Dr
Orientador

Florianópolis, 2021.

“A exploração familiar transforma-se, evolui, adapta-se em função de sua história e do contexto econômico, social e político no qual sobrevive.”
(Hugues Lamarche, 1997).

*Eu sou apenas um rapaz latino-americano
Sem dinheiro no banco sem parentes importantes
E vindo do interior*

*Mas trago de cabeça uma canção do rádio
Em que um antigo compositor baiano me dizia
Tudo é divino tudo é maravilhoso*

*Tenho ouvido muitos discos conversado com pessoas
Caminhado meu caminho
Papo, som, dentro da noite
E não tenho um amigo sequer
Que ainda acredite nisso não
Tudo muda
E com toda razão*

*Eu sou apenas um rapaz latino-americano
Sem dinheiro no banco sem parentes importantes
E vindo do interior*

Belchior

AGRADECIMENTOS

A caminhada até aqui e a realização deste programa de doutorado só foi possível porque em nenhum momento eu estive sozinho. A Deus o agradecimento pela dádiva da vida. A toda minha família o compartilhamento desta conquista, tão impensável ao considerar a nossa condição social. À minha filha Malu, meus mais sinceros agradecimentos e pedidos de desculpas pelos incansáveis momentos de ausência, papai pretende recompensar. À minha esposa e companheira Janaína, muito obrigado por segurar a “barra” e se virar sozinha especialmente nos primeiros semestres do programa no qual estive em Florianópolis (SC). À minha querida mãe, Dona Juvita, pelas orações, sentimentos e os incentivos tão particulares que sempre me deram forças e nunca me deixaram desanimar.

Agradeço à minha irmã Carmem, que apesar de todas as dificuldades me recebeu em sua casa no primeiro semestre, seu apoio tornou aquele momento novo, de mudanças estruturais, muito mais acolhedor. À minha sobrinha Brenda, pelo companheirismo e os inúmeros momentos no tão confortável transporte coletivo da região metropolitana de Florianópolis (SC). Aos amigos e familiares pelo apoio e pelas famosas “caronas” até o aeroporto. Aos demais membros da minha família que de alguma forma torceram por mim, meu carinho especial. Essa conquista também é de vocês, nunca esqueçam disso.

Um agradecimento especial à família do Professor Ilo, sua esposa Rosane, a incrível Luísa por terem me acolhido tão bem em sua casa, estarei sempre em dívida com vocês. À amiga Vitória, na qual tive a oportunidade de conviver e conhecer. Estendo aos meus agradecimentos a todos os motoristas, pilotos e outros profissionais que asseguraram os meus deslocamentos nas 61 viagens entre Chapecó e Florianópolis, em uma estimativa foram aproximadamente 73.200 km percorridos, quase duas voltas ao mundo.

Como nada se faz sozinho, agradeço aos meus colegas que viraram amigos, que quase diariamente passamos a trocar mensagens de apoio, angústia, desabafos e de conquista. Chayne, Danilo, Diego, Kamile, Larissa e Monique, a caminhada com vocês foi incrível, vocês me tornaram uma pessoa melhor. Registro também meu agradecimento aos colegas Bruno, Angélica e Márcia pelas trocas e apoio mútuo. Aos meus amigos e colegas da Unochapecó que de muitas formas colaboraram para o meu desenvolvimento, e em nome da Professora Arlene Renk cumprimento a todos. À minha amiga Alessandra Matte meu agradecimento pelas parcerias, oportunidades e conselhos ao longo do doutoramento. Estendo meu agradecimento à Professora Ivete De Toni, por ter sido tão generosa comigo e ter contribuído para eu chegar até aqui.

Aos exigentes professores que tive a honra de ter sido aluno, meu eterno agradecimento por terem “me puxado para cima” em termos de conhecimento teórico. Sem dúvidas o “susto” foi grande, contudo, maior ainda o desafio e, conseqüentemente, o processo de aprendizagem. Com carinho ao professor Silvio Cário por ser um docente extraordinário e por suas intermináveis leituras obrigatórias, que no fim de tudo me proporcionou um salto bem alto no conhecimento. À professora Eloise Helena Livramento Dellagnelo e ao professor Maurício Serva pelo exemplo com o compromisso com a ciência e a produção do conhecimento. Agradeço também ao Professor Ademir Antônio Cazella por todo conhecimento relacionado à agricultura familiar, sua experiência fez a diferença na minha caminhada. Ao professor Bernardo Meyer por ter me conduzido de forma tão gentil na disciplina de Estágio Docente. Nesta esteira, agradeço ao meu orientador, professor Lauro Mattei, por ter constantemente me colocado em desafios de autossuperação e querer sempre aquele algo a mais da minha produção acadêmica. Agradeço também aos funcionários da Secretaria do PPGA/UFSC, especialmente ao Sr. Rodrigo O. Botelho, por ter sido um diferencial tanto no atendimento quanto na resolução das demandas solicitadas.

O meu mais sincero agradecimento a todas as famílias de agricultores familiares que me receberam na pesquisa de campo, bem como os demais atores sociais os quais foram entrevistados. Em destaque quero agradecer também aos informantes-chave que colaboraram na organização das entrevistas: Cléo, Éder, Everson, Guilherme, Jonas, Laércio, Luana, Marcos, Sra. Marilea, Paula e Sr. Paulo. Agradeço também o apoio dos senhores Alexandre Bergamin e Neuri Alves que em nenhum momento mediram esforços para auxiliar na articulação dos contatos locais nos municípios pesquisados.

Agradeço aos Professores membros da banca de qualificação da tese de doutorado, Professor Ademir Antonio Cazella, Professora Carolina Andion e ao Professor Clécio Azevedo da Silva pelas significativas contribuições para o aprimoramento e desenvolvimento do projeto apresentado. A participação de vocês foi fundamental para o amadurecimento enquanto pesquisador e a conseqüente construção da tese de doutorado.

Por fim agradeço à CAPES e ao Governo do Estado de Santa Catarina por meio do Programa FUMDES pela bolsa de estudos recebida ao longo do doutoramento, que por sua vez permitiu a permanência e a segurança financeira para o desenvolvimento de todas as atividades do programa.

Muito obrigado!!!

RESUMO

Esta tese teve por objetivo analisar as alterações socioeconômicas ocorridas entre os agricultores familiares catarinenses a partir do acesso ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). No debate sobre as políticas públicas específicas à agricultura familiar brasileira, esse programa aparece como o principal instrumento de fortalecimento do segmento desde sua implementação no ano de 1996. Desde o início dessa política pública, o estado de Santa Catarina figura dentre os principais estados da federação, tanto em termos do número de contratos quanto do volume de recursos. Diante desse cenário, a pesquisa procurou responder ao seguinte questionamento: quais as alterações socioeconômicas que ocorreram entre os agricultores familiares catarinenses a partir do acesso ao PRONAF? Para tanto, foi adotado nesta pesquisa uma abordagem de métodos mistos, combinando a perspectiva qualitativa com a quantitativa. Aproximando-se mais do cotidiano desses sujeitos, realizou-se uma pesquisa de campo em sete municípios do estado de Santa Catarina por meio de entrevistas semiestruturadas, sendo que ao todo foram realizadas 55 entrevistas com os atores sociais vinculados ao tema geral da tese. A interpretação das informações coletadas no trabalho de campo foi realizada por meio do método de análise de conteúdo, o qual contou com o apoio do *software* ATLAS.ti versão 8.4.22.0. Os dados foram organizados em 13 categorias analíticas, as quais serviram de base para construção dos resultados, que passamos a discutir na sequência. Inicialmente, destaca-se que os atores sociais entrevistados, especialmente os agricultores familiares, possuem plena consciência de que o PRONAF é uma conquista do segmento, sobressaindo opiniões informando que tanto a estrutura produtiva quanto as condições de trabalho tiveram melhorias significativas a partir do acesso ao crédito do programa. As consequências deste processo significaram, segundo os sujeitos de pesquisa, um incremento expressivo no nível da renda familiar. Além disso, a dimensão social mensurada a partir do acesso a bens e serviços teve expressiva melhoria devido ao acesso ao PRONAF. Além disso, a pesquisa empírica demonstrou também que, apesar do incentivo estrutural para uso de insumos químicos, há iniciativas em curso do programa voltadas aos cuidados com a preservação do meio ambiente, bem como com o uso de insumos químicos. Mesmo com todos esses resultados positivos, o estudo não deixou de verificar que ainda existem muitos desafios a serem superados, sobretudo quando se considera a amplitude e a diversidade da categoria da agricultura familiar no estado. Dentre esses desafios, o primeiro está relacionado à articulação do crédito orientado e a assistência técnica, especialmente de órgãos públicos, em que perseverem as condições adequadas de cada família contratante do crédito. Um segundo desafio, diz respeito à necessidade de contemplar um maior número de beneficiários do programa, principalmente a partir do incentivo da produção diversificada no interior dos estabelecimentos agropecuários familiares. Este desafio se vincula a um terceiro que diz respeito à obtenção de um melhor desempenho das linhas de crédito do PRONAF verde. Ao final, conclui-se que o PRONAF foi e ainda é uma política pública capaz de promover alterações no processo produtivo, no trabalho e nas condições econômicas e sociais do segmento da agricultura familiar catarinense.

Palavras-chave: Santa Catarina; Agricultura Familiar; Política Pública; PRONAF.

ABSTRACT

This thesis aimed to analyze the socioeconomic changes that occurred among family farmers from Santa Catarina after the implementation of the National Program for the Strengthening Family Farming (PRONAF). With regard to public policies specific to Brazilian family farming, this program stands out as the main instrument for strengthening the segment since its implementation in 1996. From the beginning of this public policy, the state of Santa Catarina has been among the main states of the federation, in terms of the number of contracts as well as the amount of resources. Considering this scenario, the research sought to answer the following question: which are the socioeconomic changes that occurred among family farmers in Santa Catarina since the access to PRONAF? For this purpose, a mixed methods approach was adopted in this research, combining the qualitative and quantitative perspectives. Getting closer to the daily lives of these individuals, a field research was carried out in seven municipalities in the state of Santa Catarina through semi-structured interviews, with a total of 55 interviews held with the social actors linked to the general theme of the thesis. The interpretation of the information collected in the field research was carried out using the content analysis method, which was supported by the software ATLAS.ti version 8.4.22.0. The data were organized into 13 analytical categories, which were basis for the construction of the results, which will be discussed next. First, it is emphasized that the social actors interviewed, especially family farmers, are fully aware that PRONAF is an achievement of the segment, with opinions stating that both the productive structure and working conditions had significant improvements from access to the program credit. The consequences of this process meant, according to the research subjects, a significant increase in the level of family income. Also, the social dimension measured from access to goods and services has significantly improved due to access to PRONAF. In addition, empirical research has also shown that, despite the structural incentive for the use of chemical inputs, there are ongoing initiatives in the program aimed at caring for the preservation of the environment, as well as with the use of chemical inputs. Despite all these positive results, the study did not fail to verify that there are still many challenges to be overcome, mainly when considering the breadth and diversity of the family farming category in the state. Among these challenges, the first is related to the articulation of oriented credit and technical assistance, especially from public agencies, in which the adequate conditions of each credit contracting family persevere. A second challenge is related to the need to include a greater number of beneficiaries of the program, mainly from the encouragement of diversified production in the family farming establishments. This challenge is linked to a third one with regard to obtaining a better performance of the green PRONAF credit lines. In the end, it is concluded that PRONAF was and still is a public policy capable of promoting changes in the productive process, in work and in the economic and social conditions of the family farming segment in Santa Catarina.

Keywords: Santa Catarina; Family farming; Public policy; PRONAF.

RESUMEN

Esta tesis tuvo por objetivo analizar las alteraciones socioeconómicas ocurridas entre los agricultores familiares catarinenses a partir de la implantación del Programa Nacional de Fortalecimiento de la Agricultura Familiar (PRONAF). En el debate sobre las políticas públicas específicas a la agricultura familiar brasileña, ese programa aparece como el principal instrumento de fortalecimiento del segmento desde su implementación en el año de 1996. Desde el inicio de esa política pública, el estado de Santa Catarina aparece entre los principales estados de la federación, tanto en número de contratos cuanto en volumen de recursos. Delante de ese escenario, la investigación buscó responder al siguiente cuestionamiento: ¿Cuáles las alteraciones socioeconómicas que ocurrieron entre los agricultores familiares catarinenses a partir del acceso al PRONAF? Para tanto, fue adoptado en esta investigación un abordaje de métodos mistos, combinando la perspectiva cualitativa con la cuantitativa. Aproximándose más del cotidiano de esos sujetos, se realizó una pesquisa de campo en siete municipios del estado de Santa Catarina por medio de entrevistas semiestructuradas, siendo que en todo fueron realizadas 55 entrevistas con los actores sociales vinculados al tema general de la tesis. La interpretación de las informaciones colectadas en el trabajo de campo fue realizada por medio del método de análisis de contenido, lo cual contó con el apoyo del software ATLAS.ti versión 8.4.22.0. Los datos fueron organizados en 13 categorías analíticas, las cuales sirvieron de base para la construcción de los resultados, que pasamos a discutir en la secuencia. Inicialmente, se destaca que los actores sociales entrevistados, especialmente los agricultores familiares, poseen plena consciencia de que PRONAF es una conquista del segmento, sobresaliendo opiniones informando que tanto la estructura productiva cuanto las condiciones de trabajo tuvieron mejorías significativas a partir del acceso al crédito del programa. Las consecuencias de este proceso significaron, segundo los sujetos de la pesquisa, un incremento expresivo en el nivel de la renta familiar. Además, la dimensión social mensurada a partir del acceso a bienes y servicios tuvo expresiva mejoría debido al paso al PRONAF. Además de eso, la pesquisa empírica demostró también que, a pesar del incentivo estructural para uso de insumos químicos, hay iniciativas a lo largo del programa vueltas a los cuidados con la preservación del medio ambiente, así como con el uso de insumos químicos. Asimismo, con todos esos resultados positivos, el estudio comprobó que aún existen muchos desafíos a ser superados, sobre todo cuando se considera la amplitud y la diversidad de la categoría de la agricultura familiar en el estado. Entre esos desafíos, el primero está relacionado a la articulación del crédito orientado y a la asistencia técnica, especialmente de órganos públicos, en que perseveran las condiciones adecuadas de cada familia contratante del crédito. Un segundo desafío, dice respecto a la necesidad de contemplar mayor número de beneficiarios del programa, principalmente a partir del incentivo de la producción diversificada en el interior de los establecimientos agropecuarios familiares. Este desafío se vincula a un tercero referente a la obtención de mejor desempeño de las líneas de crédito del PRONAF verde. Por fin, se concluye que PRONAF fue y sigue siendo una política pública capaz de promover alteraciones en el proceso productivo, en el trabajo y en las condiciones económicas y sociales del segmento de la agricultura familiar catarinense.

Palabras-clave: Santa Catarina; Agricultura Familiar; Política Pública; PRONAF.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 – Grupos considerados Agricultores Familiares segundo a Lei Federal n. 11.326/2006	36
Quadro 2 – Categorias beneficiárias do PRONAF segundo resolução 2.629/1999	74
Quadro 3 – Linhas de financiamento do PRONAF em funcionamento	78
Quadro 4 – Relação dos municípios, atores sociais que foram entrevistados na pesquisa de campo	Erro! Indicador não definido.
Quadro 5 – Relação das comunidades de realização da pesquisa de campo, número de entrevistados e sexo entre o segmento de agricultores familiares.	Erro! Indicador não definido.
Quadro 6 – Tamanho das propriedades dos agricultores familiares entrevistados.....	122
Quadro 7 – Principais atividades agropecuárias para comercialização dos agricultores familiares entrevistados	123
Gráfico 1 – Percentual de contratos e recursos via PRONAF por faixa etária em Santa Catarina entre 2013-2019	100
Gráfico 2 – Número de contratos totais, custeio, investimento e industrialização efetivados via PRONAF por agricultores familiares em Santa Catarina, no período de 1996 a 2019	103
Gráfico 3 – Evolução dos recursos financeiros acessados no Brasil e em Santa Catarina via PRONAF no período de 1996 a 2019.....	109
Gráfico 4 – Evolução do montante de recursos da linha PRONAF de investimento acessados no Brasil e em Santa Catarina via PRONAF no período de 1996 a 2019	111
Gráfico 5 – Valor médio dos contratos de custeio e investimento acessados no em Santa Catarina via PRONAF no período de 1996 a 2019	113
Imagem 1 – Localização dos municípios selecionados para pesquisa de campo	Erro! Indicador não definido.
Figura 1 – Categorias analíticas resultantes dos dados da pesquisa de campo. Erro! Indicador não definido.	
Figura 2 – Telas do ATLAS.ti após ambos processos de codificação	Erro! Indicador não definido.

Figura 3 – Citações dos entrevistados codificadas na categoria analítica Agricultores Familiares Catarinenses	126
Figura 4 – Nuvem de palavras a partir das codificações da categoria analítica autofinanciamento	136
Diagrama 1 – Fragmentos textuais de reconhecimento e valorização do crédito PRONAF no âmbito da Agricultura Familiar Catarinense	127
Diagrama 2 – Citações quanto à Participação de Agricultores Familiares catarinenses no anseio de conquistar a política pública do PRONAF	128
Diagrama 3 – Síntese das percepções de atores sociais entrevistados quanto às alterações no processo produtivo.....	133
Diagrama 4 – Fragmentos de relatos dos atores sociais entrevistados quanto aos investimentos na bovinocultura de leite no processo produtivo	134
Diagrama 5 – Fragmentos quanto à contribuição do PRONAF ao aumento da produção	137
Diagrama 6 – Síntese de fragmentos complementares quanto às alterações nas condições de trabalho das Entrevistas 25, 26, 30, 32, 33 e 34	139
Diagrama 7 – Síntese dos fragmentos complementares quanto às alterações de renda contidos nas Entrevistas 01, 32, 36, 37, 40, 48, 50 e 54	141
Diagrama 8 – Outras citações quanto à melhoria das condições sociais relacionadas à moradia	144
Diagrama 9 – Citações quanto aos condicionantes da taxa de juros no âmbito da política pública	150
Diagrama 10 – Citações quanto às questões relacionadas ao sistema bancário	152
Diagrama 11 – Citações quanto às questões relacionadas ao sistema bancário	153

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Número de suínos em Santa Catarina e região Oeste (milhares de cabeça).....	52
Tabela 2 – Número de estabelecimentos agropecuários, por nível geográfico, Brasil, Santa Catarina e Mesorregião – Censo Agropecuário 2017, resultados preliminares	53
Tabela 3 – População rural e urbana em nível de Brasil, Santa Catarina e Mesorregião Catarinense, conforme os Censos de 1991, 2000 e 2010	55
Tabela 4 – Número de contratos e montante financeiro acessados por Santa Catarina em relação ao Crédito Rural Total e PRONAF entre 1996 e 2019	97
Tabela 5 – Categoria de beneficiários que acessaram o PRONAF em Santa Catarina entre 2013-2019.....	99
Tabela 6 – Faixas de valores do acesso ao PRONAF no Brasil e em Santa Catarina entre 2013-2019.....	101
Tabela 7 – Número de contratos efetivados via PRONAF em Santa Catarina e Brasil entre 1996-2019.....	102
Tabela 8 – Relação dos dez estados com maior número de contratos efetivados via PRONAF entre 1996-2019.....	105
Tabela 9 – Participação percentual por grande região de Santa Catarina nos contratos do PRONAF em 1996 e 2019.....	106
Tabela 10 – Número de contratos totais realizados nas regiões de Santa Catarina via PRONAF no período de 1996 a 2019	107
Tabela 11 – Montante de recursos financeiros acessados via PRONAF por finalidade contratados em Santa Catarina, no período de 1996 a 2019.....	110
Tabela 12 – Evolução de recursos financeiros, contratos, valor médio dos contratos, acessados via PRONAF por agricultores familiares em Santa Catarina e Brasil, no período de 1996 a 2019	112
Tabela 13 – Montante de recursos financeiros contratados por região em Santa Catarina, via PRONAF no período de 1996 a 2019.....	114
Tabela 14 – Distribuição dos entrevistados por faixa etária.....	121

LISTA DE SIGLAS

CAF – Cadastro Nacional da Agricultura Familiar

CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

CPDA – Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade

CUT – Central Única dos Trabalhadores

DAP – Declaração de Aptidão ao PRONAF

FAO – Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura

FETAESC – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Santa Catarina

FETRAF/SC – Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar de Santa Catarina

FPA – Frente Parlamentar da Agricultura

IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Econômicas e Sociais

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

MDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

MDS – Ministério de Desenvolvimento Social

MST – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

PLANAF – Plano Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar

PNHR – Programa Nacional de Habitação Rural

PPGA – Programa de Pós-Graduação em Administração

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PRONAT – Programa Nacional de Desenvolvimento dos Territórios Sustentáveis

PROVAPE – Programa de Valorização da Pequena Produção

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

PTC – Programa Territórios da Cidadania

SAN – Segurança Alimentar e Nutricional

SDT – Secretaria de Desenvolvimento Territorial

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

UFPA – Unidade Familiar de Produção Agrícola

UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

1 CAPÍTULO I: TEMA E OBJETIVOS DO ESTUDO	19
1.1 INTRODUÇÃO.....	19
1.2 OBJETIVOS.....	24
1.2.1 Objetivo Geral	24
1.2.2 Objetivos Específicos	24
1.3 JUSTIFICATIVA	25
1.4 ESTRUTURA DA TESE	26
2 CAPÍTULO II: DA ORIGEM À CONSOLIDAÇÃO DA CATEGORIA “AGRICULTURA FAMILIAR”	27
2.1 A CATEGORIA DA AGRICULTURA FAMILIAR NO PAÍS: UM DEBATE AINDA ABERTO	27
2.1.1 A trajetória da agricultura familiar brasileira	37
2.1.2 A formação da agricultura familiar em Santa Catarina	43
2.1.2.1 <i>Aspectos de sua colonização</i>	43
2.1.2.2 <i>As transformações da Agricultura Catarinense: 1920-1965</i>	48
2.1.2.3 <i>As transformações da agricultura catarinense a partir da institucionalização do SNCR 1965</i>	49
2.1.2.4 <i>Agricultura familiar catarinense no século XXI</i>	53
3 CAPÍTULO III: DA POLÍTICA DE MODERNIZAÇÃO À POLÍTICA DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR	57
3.1 Posição do Estado brasileiro.....	57
3.1.2 Aproximação às políticas públicas	61
3.1.2 Análise cognitiva de políticas públicas	64
3.2 POLÍTICAS PÚBLICAS À AGRICULTURA: DA MODERNIZAÇÃO AO PRONAF .	66
3.2.1 Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)	71
4 CAPÍTULO V: PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	82
4.1 CAMINHO METODOLÓGICO	82
4.2 DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO.....	85
4.2.1 Características introdutórias dos atores sociais entrevistados	89
4.3 TÉCNICAS DE COLETA DE DADOS E INFORMAÇÕES NO CAMPO DE PESQUISA	90

4.4 TÉCNICAS DE ANÁLISE DE DADOS	92
5 CAPÍTULO IV: O ACESSO AO PRONAF NO ESTADO DE SANTA CATARINA ...	96
5.1 O ACESSO E DISTRIBUIÇÃO DO CRÉDITO PRONAF EM SANTA CATARINA ...	96
6 CAPÍTULO VI: OS RESULTADOS DO CAMPO DE PESQUISA E AS ALTERAÇÕES NA AGRICULTURA FAMILIAR CATARINENSE A PARTIR DO PRONAF.....	120
6.1 Principais resultados da pesquisa de campo	120
6.1.1 Características gerais do conjunto de atores sociais entrevistados.....	120
6.1.2 Percepções de atores sociais sobre a relação entre agricultura familiar catarinense e o PRONAF.....	125
6.1.3 Percepções dos atores sociais sobre transformações na agricultura familiar catarinense proporcionadas pelo PRONAF	132
6.1.4 Políticas públicas e temas associados	148
6.2 DIALOGANDO COM A LITERATURA SOBRE AS ALTERAÇÕES PROMOVIDAS PELO PRONAF NA AGRICULTURA FAMILIAR CATARINENSE.....	154
6.2.1 As alterações na estrutura produtiva e no processo de trabalho	155
6.2.2 As alterações econômicas relacionadas ao nível de renda	157
6.3 AS ALTERAÇÕES SOCIAIS QUANTO AO ACESSO DE BENS E SERVIÇOS	159
6.4 AS ALTERAÇÕES AMBIENTAIS VINCULADAS ÀS PRÁTICAS PRODUTIVAS E ACESSO A INSUMOS	162
7 CAPÍTULO VII: CONSIDERAÇÕES FINAIS	166
REFERÊNCIAS	170
APÊNDICES	186
APÊNDICE A – Roteiros de entrevista.....	187
APÊNDICE B – Formulários de pesquisa de campo	192
APÊNDICE C – Dados complementares do PRONAF em Santa Catarina	196

1 CAPÍTULO I: TEMA E OBJETIVOS DO ESTUDO

La agricultura familiar camponesa (AFC) es un sector social de gran importancia desde el punto de vista del número de habitantes involucrados como también de su aporte al producto [...]. (FAWAZ-YISSI *et al.*, 2018, p. 75).

1.1 INTRODUÇÃO

A agricultura familiar se constitui como o principal modelo de organização social e de produção da agricultura brasileira. Os dados do Censo Agropecuário (CA) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) realizado no ano de 2006 registram que, dos 5,1 milhões de estabelecimentos rurais brasileiros, mais de 4,3 milhões se enquadram na Lei Federal n. 11.236/2006, a qual estabelece as diretrizes institucionais em relação à agricultura familiar em âmbito nacional. Em termos relativos, a agricultura familiar representava 84,3% do total de propriedades rurais do país¹; detinha 24% do total da área dos estabelecimentos agropecuários e respondia por 74,4% do pessoal ocupado na agricultura.

No estado de Santa Catarina, a presença da agricultura familiar era ainda mais significativa. Em relação ao número de estabelecimentos agropecuários, de um total de 193.668 estabelecimentos, 168.512 deles pertenciam ao modelo familiar, significando 87,0% do total do estado catarinense naquele ano. Em termos da área ocupada, a agricultura familiar representava 43,6% do total, ou seja, dos mais de 6,4 milhões de hectares que acumulam as propriedades rurais do estado, 2,6 milhões se referem ao segmento da agricultura familiar. O tamanho médio das propriedades familiares em Santa Catarina no ano de 2006 era de 15,7 hectares (IBGE, 2006). Quanto ao pessoal ocupado na agricultura catarinense, o CA de 2006 registrou um total de 571.522 pessoas, sendo que o modelo familiar respondia por 468.786 pessoas, o que significava 82,0% do total.

Já no CA de 2017 foi registrado o número total de 183.066 estabelecimentos rurais no estado de Santa Catarina. Deste total, 142.987 foram classificadas como propriedades pertencentes à agricultura familiar, significando 78,1% dos estabelecimentos rurais existentes no estado. Quanto à área, a agricultura familiar catarinense ocupava 2,5 milhões de hectares, o que representava 38,1% da área dos estabelecimentos rurais de Santa Catarina (IBGE, 2017). Estes dados revelam que o tamanho médio dos estabelecimentos agropecuários da agricultura familiar em 2017 foi de 18,5 ha. Quanto ao pessoal, no ano de 2017 foi apurado que 364.043

¹ Para fins de esclarecimento, nesta tese adota-se o termo “propriedades rurais” independente das condições da posse da terra.

pessoas estavam ocupadas na agricultura familiar, o que significava 72,5% do total de pessoas ocupadas no estado, que em 2017 eram 501.811 pessoas.

A presença da agricultura familiar no Brasil é o resultado de uma trajetória histórica que nos remete, em um primeiro momento, à questão da posse da terra. Segundo Wanderley (1999), foi nas sobras das grandes propriedades que se estabeleceram as formas familiares na agricultura. O contexto se legitima sob uma luta constante para inserção do segmento, tanto no espaço econômico quanto na sociedade. Para essa autora, três aspectos centrais guiaram as estratégias adotadas pelos grupos familiares no país em torno de sua constituição, os quais podem ser sintetizados em: i) a luta por espaço produtivo; ii) a busca pelo direito da constituição do patrimônio familiar; iii) necessidade de estruturação do estabelecimento como um espaço de trabalho da família.

Ao reconhecer estes aspectos, compreendemos ser necessário tecer algumas linhas em relação ao conceito de agricultura familiar no País enquanto categoria analítica. A entrada neste debate nos remete ao acúmulo das discussões ocorridas no Brasil, principalmente no meio acadêmico no decorrer das décadas de 1970 e 1980 e na mudança paradigmática sobre o entendimento do que significa a agricultura familiar ocorrida na sociedade brasileira no início dos anos de 1990.

As considerações sobre o segmento da agricultura familiar nos direcionam para a compreensão de um conceito genérico, que contempla na própria categoria uma grande diversidade de formas de organização, tanto social quanto produtiva, constituídas espacialmente em distintos territórios. A trajetória do conceito de agricultura familiar no Brasil está diretamente associada aos processos históricos, especialmente a partir dos anos de 1950, com o advento da modernização da agricultura nacional. Os grupos sociais, que outrora eram denominados com termos como camponeses, pequena produção e pequenos produtores e inúmeras outras nomenclaturas, se estabelecem como agricultura familiar somente na passagem da década de 1980 para 1990.

Para Wanderley (1999, p. 23), o ponto de partida para o entendimento do conceito de agricultura familiar deve ser como “[...] aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo”. Lamarche (1993-1997) complementa esse conceito descrevendo o agricultor familiar moderno como aquele que se caracteriza pela profissionalização produtiva, especialização técnica e, conseqüentemente, maior interação com os mercados.

A mudança da compreensão do conceito do que representaria a agricultura familiar no Brasil pode ser sintetizada a partir de três aspectos principais. O primeiro se refere ao que

mencionamos acima, ou seja, a acumulação de estudos na academia brasileira, especialmente aqueles vinculados à sociologia rural entre as décadas de 1960 e 1980. O segundo aspecto está relacionado à publicação de estudos e pesquisas de Abramovay (1992), de Veiga (1991) e de Lamarche (1993-1997), os quais demonstraram para sociedade brasileira que a agricultura familiar é um segmento amplamente reconhecido nos países desenvolvidos, bem como de um estudo no início dos anos de 1990 sobre agricultura familiar realizado pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), em parceria com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), o qual influenciou de forma determinante o entendimento sobre a realidade da agricultura familiar no Brasil.

Já o terceiro aspecto está associado aos movimentos sociais do campo que no início dos anos de 1990 conseguiram certa unidade em pautas reivindicatórias em âmbito nacional. Além disso, organizaram grandes eventos como, por exemplo, “O Grito da Terra”, que por sua vez ocasionaram pressão política quanto a necessidade de uma política pública que fosse adequada à realidade da agricultura familiar brasileira.

Nesta esteira, segundo Abramovay (1992), a agricultura familiar corresponde àquela organização em que, tanto o trabalho e a posse quanto à gestão da propriedade, estão centradas na família, ou seja, indivíduos que mantêm entre si laços de parentescos. A família é a base para a tomada de decisões quanto aos rumos do estabelecimento rural enquanto organização produtiva, espaço de vida, bem como o planejamento futuro.

Nestes termos, Wanderley (1999 e 2003) considera que no Brasil o segmento rural familiar se constitui como um misto de continuidades e de descontinuidade com as heranças de um passado de raízes camponesas da agricultura brasileira. Já Lamarche (1993-1997) contribui com esta compreensão afirmando que o agricultor familiar moderno reproduz o funcionamento de seu estabelecimento rural próximo às lógicas do campesinato, contudo, apresenta mais condições técnicas de produção e significativamente maiores interações com o ambiente externo a sua propriedade, em termos de demandas e de necessidades.

Nesta perspectiva, apenas uma única definição de agricultura familiar pode nos colocar em uma “armadilha” diante de suas múltiplas faces, diversidades e complexidades (LAMARCHE, 1993-1997; WANDERLEY, 1999). Neste sentido, o termo agricultura familiar é o resultado tanto das negociações internas do segmento quanto das influências do ambiente externo. Entretanto, considera-se, também, que esta condição de categoria analítica é um processo dinâmico e que permanece aberto no decorrer anos mediante o “jogo” político e as forças que interagem em nossa sociedade.

A compreensão conceitual quanto à agricultura familiar assumida neste projeto de tese circula em torno das contribuições dos autores anteriormente mencionados, ou seja, a agricultura familiar deve reunir os aspectos da posse da terra, da gestão e do trabalho em torno da família. Além disso, consideramos o agricultor familiar como um sujeito social que está em constante relação com o mercado no que se refere às trocas mercantis, na absorção do progresso tecnológico, ao mesmo tempo em que é capaz de responder às políticas públicas promovidas pelo Estado. Diante disso, assumimos que a agricultura familiar se constitui numa estrutura social flexível em termos de organização social e de produção econômica.

Em relação à conformação da agricultura familiar no estado de Santa Catarina, esta seguiu, de forma semelhante, o processo de colonização ocorrido no Rio Grande do Sul², pois foi marcada pela chegada dos colonos europeus inicialmente na região litorânea, principalmente a partir do ano de 1864 (PIAZZA, 1983). No decorrer dos anos, o aumento demográfico intensificou a migração para outras regiões do estado, especialmente no Vale do Itajaí. Já na região Oeste a formação da agricultura familiar ocorreu pela chegada dos colonos oriundos do Rio Grande do Sul que vieram em busca de novas terras, os quais foram alocados em pequenos lotes, conhecidos popularmente como colônias, por meio das ações do governo estadual que destinaram às empresas colonizadoras a ocupação territorial daquela parte do território catarinense.

Para Paulilo (1990), os colonos inseridos no território catarinense já chegaram com a cultura da produção em excedente já vivenciada na Europa. Este aspecto possibilitou as bases para uma rápida articulação entre o espaço rural e as cidades no âmbito do estado de Santa Catarina. Se de um lado havia a crescente demanda dos centros urbanos em expansão, de outro havia, no seio da agricultura familiar catarinense, uma vocação para produção de excedente. Tais aspectos contribuíram para fortalecimento das relações econômicas no âmbito da agricultura familiar.

Entretanto, as dificuldades colocadas à estrutura social da agricultura familiar em Santa Catarina se demonstraram ao longo dos anos em configurações de resiliência e inovação na busca de novas oportunidades de inclusão produtiva e organização em torno da luta por políticas públicas desenvolvimentistas para o conjunto da categoria (PAULILO; SCHMIDT, 2003). O potencial da agricultura familiar catarinense na atualidade está ligado diretamente à sua trajetória histórica, bem como à sua diversidade enquanto grupos sociais diferenciados que compõem o segmento em Santa Catarina.

² Ver Schneider (1999).

Esse contexto histórico sofreu uma importante alteração em 1996 quando foi criado, por meio do Decreto Presidencial n. 1.964, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), o qual se reveste de importância histórica, uma vez que se trata da primeira política pública brasileira destinada exclusivamente ao conjunto da agricultura familiar.

Segundo Carneiro (1997) o programa coloca em destaque a agricultura familiar como protagonista do desenvolvimento rural a partir da ação Estado. Contudo, conforme o próprio autor destaca, o texto base do PRONAF chamou para si enormes desafios ao se propor construir um novo paradigma no rural brasileiro. Já na análise de Veiga e Abramovay (1997) a inserção do programa gerou modificações das estruturas institucionais, bem como do sistema bancário nas relações de atendimento com o segmento da agricultura familiar.

Isto posto, Gazolla e Schneider (2013) consideram o programa como marco histórico do início de uma intervenção focada e com olhar e objetivo específico do Estado brasileiro com o segmento rural familiar. Em termos práticos, Guanzioli (2007) ao realizar avaliação dos 10 anos do programa consideram que o PRONAF foi capaz de garantir que os agricultores familiares investissem em sua atividade e conseqüentemente ampliassem as áreas plantadas.

O PRONAF se transformou ao longo dos anos na principal política de apoio ao segmento rural familiar do País, mesmo que nos primeiros anos do programa, tanto os recursos quanto os contratos, tenham se concentrado na região Sul do Brasil. Neste caso, no primeiro ano de vigência do programa o estado de Santa Catarina foi o segundo estado brasileiro com maior volume de crédito contratado, ficando atrás apenas do Rio Grande do Sul.

Do ponto de vista da evolução dos recursos do PRONAF, verifica-se que no País os valores passaram de R\$ 2 bilhões, em 1996, para mais de R\$ 25,8 bilhões, em 2019. Já em Santa Catarina os valores passaram de R\$ 500 milhões para R\$ 3,4 bilhões no mesmo período comparativo 1996/2019³. Em relação ao número de contratos, em nível nacional a evolução passou de pouco mais de trezentas mil operações, em 1996, para aproximadamente um milhão de operações, em 2019. No estado de Santa Catarina esses números variaram de aproximadamente 98,2 mil operações, no primeiro ano do programa, para algo em torno de 84 mil contratos, em 2019.

Considerando-se a importância e o tecido social da agricultura familiar catarinense, esta tese de doutorado procurou analisar as alterações ocorridas na agricultura familiar

³ Valores deflacionados para o ano de 2019 de acordo com o INPC.

catarinense a partir da implementação do PRONAF. Tais alterações se referem à dimensão econômica, especialmente melhorias do nível de renda, e à dimensão social, particularmente as melhorias dos padrões de consumo de bens e serviços. Em termos gerais, o que se pretende demonstrar nesta tese são as alterações ocorridas na agricultura familiar em Santa Catarina a partir de sua inserção no PRONAF, considerando-se o caráter amplo dessas mudanças, especialmente nas esferas econômica e social.

Desta forma, compreender os efeitos e as transformações ocorridas no segmento da agricultura familiar a partir da política pública do PRONAF aparece como foco central da investigação aqui proposta. Para tanto, a questão guia da presente pesquisa é: *Quais alterações socioeconômicas que ocorreram no segmento dos agricultores familiares catarinenses a partir do acesso ao PRONAF?* Como questões derivadas da questão central destacam-se: i) quais as alterações que ocorreram no processo de produção e no processo de trabalho dos agricultores familiares?; ii) quais os efeitos nas condições de vida do agricultor familiar (renda e social) após o acesso ao crédito do PRONAF?.

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

Analisar as alterações socioeconômicas ocorridas entre os agricultores familiares catarinenses a partir do acesso ao PRONAF.

1.2.2 Objetivos Específicos

- Apresentar a evolução do Crédito Rural em Santa Catarina entre 1996 e 2019, destacando-se a participação dos agricultores familiares via PRONAF;
- Compreender as percepções de agricultores familiares em relação às mudanças provocadas no processo de produção e processo de trabalho a partir do acesso ao PRONAF;
- Descrever as alterações que ocorreram nas condições socioeconômicas dos agricultores familiares após o acesso ao PRONAF.

1.3 JUSTIFICATIVA

A temática proposta nesta tese de doutorado se justifica por meio de vários aspectos, os quais podem ser sintetizados sob cinco ângulos. O primeiro deles está relacionado ao meio científico e se justifica devido à importância da temática proposta para compreensão de uma determinada realidade social. Cabe à academia elaborar análises, críticas e ponderações que possibilitem o questionamento do *status quo* da sociedade e as formas de sua organização. No campo da agricultura familiar e suas interfaces com as políticas públicas que buscam seu fortalecimento ocorre um amplo debate de maneira permanente e constantemente aberto para novas compressões do papel desta categoria social para o desenvolvimento de toda a sociedade.

O ambiente político institucional é propício para estudos e pesquisas que se disponham a entender o apoio e/ou ausência do Estado ao segmento da agricultura familiar, especialmente a partir das decisões tomadas pelo executivo federal desde maio do ano de 2016. A continuidade do conjunto de políticas específicas para agricultura familiar nunca esteve tão ameaçada como no momento político atual, especialmente pelo expressivo poder de influência de grupos conservadores, como a Frente Parlamentar da Agropecuária. Analisar as transformações da agricultura familiar à luz do estabelecimento da política pública do PRONAF se apresenta como fundamental do ponto de vista científico e acadêmico.

O segundo ângulo traz consigo a vinculação deste estudo proposto com a área de concentração Organizações, Sociedade e Desenvolvimento e a linha de pesquisa Organizações e Sociedade do Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGA) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). A área de concentração do PPGA/UFSC privilegia a produção de estudos teórico-empíricos que enfatizem a teoria, a política e a prática que possibilitem compreender os aspectos determinantes do desenvolvimento da sociedade. Em complemento, a linha de pesquisa citada acima abrange estudos críticos na temática do desenvolvimento, da economia, da política com enfoques interdisciplinares e transdisciplinares. É nesta perspectiva que o estudo aqui proposto se posiciona.

O terceiro ângulo se apresenta na importância social dos estudos que envolvam a agricultura familiar, especialmente em se tratando de uma pesquisa no âmbito do estado de Santa Catarina. O segmento rural familiar se coloca como a principal forma de organização da agricultura catarinense, assumindo relevância social e econômica, contribuindo com a produção de alimentos, com a geração de empregos e, principalmente, com o desenvolvimento local.

O quarto ângulo está baseado na importância regional deste estudo, ao privilegiar a discussão sobre a contribuição das políticas públicas no desenvolvimento de uma categoria

(agricultura familiar) plenamente presente e constituída no estado de Santa Catarina. As transformações ocorridas na agricultura familiar por meio de uma política pública específica, bem como as tendências de desenvolvimento de futuro para o fortalecimento do segmento, especialmente do estado de Santa Catarina, ainda carecem de pesquisas empíricas que revelem tais resultados.

Por fim, o quinto ângulo se constitui no interesse pessoal do pesquisador em relação à temática proposta. Isto porque os elementos que envolvem a agricultura e também as políticas públicas estiveram presentes nas pesquisas de nível de graduação e também de mestrado do proponente desta tese de doutorado. Este ângulo possui dois aspectos que colaboram para realização de uma tese de doutorado: o primeiro diz respeito à continuidade dos estudos realizados em nível *stricto sensu*, e o segundo está condicionado à uma postura autêntica na construção dos argumentos e ideias em função dos compromissos do pesquisador em relação aos condicionantes que permeiam a agricultura familiar.

1.4 ESTRUTURA DA TESE

Esta tese de doutorado está estruturada em sete capítulos, considerando os aspectos introdutórios aqui apresentados enquanto Capítulo I. Os Capítulos II e III apresentam os referenciais teóricos que guiaram a construção deste trabalho acadêmico. No Capítulo II são discutidos os aspectos que constituíram o conceito de agricultura familiar no país bem como a sua formação em âmbito nacional e no estado de Santa Catarina. Na sequência, no Capítulo III, é debatido elementos centrais quanto às políticas públicas e a trajetória histórica que levou ao estabelecimento do PRONAF. No Capítulo IV são analisados o acesso e a distribuição do crédito PRONAF em Santa Catarina entre 1996 e 20019, por meio de variáveis derivadas do número de contratos e quanto ao volume de recursos. Os procedimentos metodológicos constituem o Capítulo V, onde foram estabelecidos “caminhos” e escolhas que guiarão todo processo de investigação teórica e a pesquisa de campo, tratamento e análise dos dados ao longo do doutoramento junto ao PPGA/UFSC. Em continuidade, no Capítulo VI são apresentados e analisados os resultados da pesquisa de campo a partir de categorias de análise e análise de conteúdo. Na sequência, no Capítulo VII foram elaboradas as considerações finais e por fim são registradas as referências bibliográficas consultadas e utilizadas para a realização desta tese.

2 CAPÍTULO II: DA ORIGEM À CONSOLIDAÇÃO DA CATEGORIA “AGRICULTURA FAMILIAR”

“A agricultura familiar é a base social de um projeto economicamente viável.” (ABRAMOVAY, 1998).

Este capítulo tem por objetivo apresentar os aportes teóricos que guiaram esta tese de doutoramento junto ao PPGA/UFSC. Além disso, considera-se que o Capítulo estrutura as discussões dos capítulos posteriores, ao mesmo tempo que desenvolve uma linha conectiva de raciocínio teórico presente neste trabalho acadêmico. Dito isto, as questões elaboradas não são estanques, antes pelo contrário, não se encerram, estão abertas às contribuições pertinentes a esta etapa do processo de doutoramento, bem como nos debates e discussões *ex post* ao encerramento deste ciclo acadêmico. O capítulo está organizado em duas seções que se sucedem a partir de uma sequência que efetiva uma junção em torno dos objetivos que orientam as temáticas abordadas. A primeira seção trata de um resgate das noções e origens da agricultura familiar no País, sobre aquilo que compreendemos enquanto conceito de agricultura familiar enquanto categoria analítica. Na segunda seção são apresentados aspectos gerais sobre a formação e a trajetória histórica da agricultura familiar no estado de Santa Catarina, que, por sua vez, relaciona-se intimamente com a formação deste segmento social no País.

2.1 A CATEGORIA DA AGRICULTURA FAMILIAR NO PAÍS: UM DEBATE AINDA ABERTO

“Eu vejo o futuro repetir o passado” é uma frase da música O Tempo Não Para, escrita no ano de 1988 de autoria do poeta, compositor e cantor brasileiro Agenor de Miranda Araújo Neto, popularmente conhecido como Cazusa. Este trecho da música se encaixa adequadamente em analogia no que diz respeito ao entendimento atual do Estado brasileiro, especialmente ao Executivo Federal e significativa parcela do Legislativo Federal, quanto à importância e valorização do segmento da agricultura familiar no País.

O ano de 2014 é emblemático naquilo que se refere à agricultura familiar, pois se no Brasil estava em curso uma marcha de três décadas de ações governamentais em apoio ao segmento. Em nível global, a Organização das Nações Unidas (ONU) declarava 2014 como o Ano Internacional da Agricultura Familiar (AIAF 2014), o qual teve por objetivo sensibilizar governos e sociedades sobre a importância e a contribuição da agricultura familiar para a

segurança alimentar, produção de alimentos, erradicação da pobreza e conseqüentemente ao desenvolvimento.

O conceito de agricultura familiar para o conjunto da sociedade enquanto segmento de fundamental importância ao desenvolvimento do País parecia estar colocada e relativamente consolidada. Nesta esteira, em editorial da Revista de Economia e Sociologia Rural alusivo à edição especial comemorativa ao Ano Internacional da Agricultura Familiar, Niederle, Fialho e Conterato (2014, p. 12) reconhecem que as “[...] compreensões e reflexões sobre as dinâmicas econômicas, sociais, culturais e ambientais na agricultura familiar estão amplamente balizadas pelos debates que se produziram ao longo de diferentes momentos das ciências sociais brasileiras.”

Aquilo que parecia cristalizado, mais propenso a passos progressivos de entendimento de grupos específicos no interior da agricultura familiar, transfere-se para um ambiente de ruptura a partir do impedimento da presidente Dilma Rousseff e posse do então vice-presidente Michel Temer no ano de 2016. A ruptura que nos referimos está associada ao desmonte das estruturas institucionais do Governo Federal, inclusive, o MDA, aos cortes orçamentários significativos e a descontinuidades de várias políticas públicas. As medidas tomadas pelo Governo Federal a partir de maio de 2016 são conseqüências de uma mudança de entendimento sobre a agricultura nacional, em que a agricultura familiar perde espaço e novamente se encontra alijada da centralidade de atenções específicas do Estado brasileiro.

Nesta perspectiva, iremos apresentar à luz de autores renomados no Brasil, os quais em seus estudos e pesquisas trabalharam a realidade da agricultura familiar no País objetivando retomar os conceitos basilares que sustentam a agricultura familiar brasileira enquanto uma categoria analítica nas dimensões econômicas, sociais, ambientais e política. É necessário ressaltar que a agricultura familiar brasileira está inserida dentro da complexidade do rural brasileiro e que os fatos históricos da sociedade brasileira marcaram fundamentalmente a noção conceitual da agricultura familiar no país.

A partir da segunda metade do século XX, as nomenclaturas que se designavam à agricultura familiar se constituíam de várias formas, sendo que esses eram chamados basicamente de produtores familiares, produtores de baixa renda, agricultores de subsistência, pequenos produtores e ainda de outras inúmeras formas. De todo modo, outros grupos também se inserem neste conjunto dado esta perspectiva histórica, como posseiros, meeiros, minifundistas, caipiras, quilombolas, indígenas, pescadores etc.

As diretrizes do Estatuto da Terra, Lei Federal n. 4.504/1964, bem como os ordenamentos estabelecidos pelo Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), Lei Federal n.

4.829/1965, reforçam o entendimento de que a agricultura familiar naquele período representava a ideia da pequena produção, da subsistência e do campesinato. Estes aspectos, coadunados com os processos agregados da modernização, predomina no Brasil no decorrer das décadas de 1970 e 1980 a compreensão do termo da pequena propriedade, da pequena produção e do pequeno agricultor. Estes termos foram claramente submetidos a uma submissão ideológica das unidades familiares de agricultura frente às grandes propriedades rurais⁴. Contudo, a multiplicidade das formas conceituais quanto à agricultura familiar no País constitui-se em um jogo de relações, de forças e de questões ideológicas que estiveram em gestação a partir dos anos de 1960 (PORTO; SIQUEIRA, 1994).

O debate sobre os grupos que hoje constituem a agricultura familiar nas ciências sociais brasileiras não é recente e demarca uma longa tradição de estudos e pesquisas que outrora classificados de outras denominações. Niederle, Fialho e Conterato (2014) reconhecem a existência de um amplo conjunto de autores brasileiros, os quais principalmente entre 1940 e 1980 produziram reflexões importantes no debate sobre a agricultura familiar brasileira. Para os autores, este movimento da ciência brasileira foi fundamental no sentido de institucionalizar os estudos construídos em relação à temática nas últimas três décadas no País (NIEDERLE; FIALHO; CONTERATO, 2014).

A partir disso, compreendemos que o conceito de agricultura familiar não é único, antes pelo contrário, se constitui de forma não estática, se modificando, se transformando com o passar dos anos sob às dinâmicas do ambiente em que está inserida. Isto porque, ancorados em Seyferth (2011, p. 397), as “definições são ferramentas do pensamento e não verdades que duram para sempre”. Posto isso, recorreremos à uma perspectiva histórica no sentido de compreender uma noção quanto ao conceito da agricultura familiar enquanto uma categoria analítica no País.

A compreensão da noção de agricultura familiar exige análises sociológicas de múltiplas dimensões sobre a ampla diversidade de suas formas sociais (SCHNEIDER, 2003; 2009). Na mesma direção as definições das expressões da agricultura familiar se constituem em elementos criteriosos de identificação dos sujeitos analisados e de seus territórios, seu contexto social, econômico e cultural. Segundo estudo publicado pelo IICA (2016), a amplitude da percepção é uma condição necessária para compreensão de que a agricultura

⁴ Entre os vários objetivos das questões ideológicas postas está a deslegitimação da necessidade da reforma agrária no País. Ressalta-se que o debate sobre a reforma agrária ainda está colocado diante da sociedade brasileira. Detalhes em Mattei (2014a).

familiar abrange distintos segmentos que se diferenciam tanto em termos de organização socioeconômica quanto nas características advindas da dispersão espacial.

O estudo da diversidade da agricultura familiar requer uma análise multidimensional sobre as formas de organização do trabalho e da produção no âmbito da unidade de produção familiar, entendidas como mecanismos de construção das estratégias de interação que os agricultores estabelecem com a natureza – a forma de fazer agricultura – e o ambiente social e econômico em que estas relações se estabelecem. Portanto, o entendimento da diversidade da agricultura familiar passa pela identificação das dinâmicas territoriais de desenvolvimento rural, das estratégias individuais e coletivas de reprodução social e das situações de diferenciação social que daí resultam. (CONTERATO, 2008, p. 86).

Em linhas gerais, está consolidado para um significativo conjunto de autores que a agricultura familiar significa ao mesmo tempo que a família é a proprietária do estabelecimento rural, dos meios de produção e também se responsabiliza pelo trabalho produtivo, ou pelo menos a maior parte, realizado no âmbito da propriedade (VEIGA, 1991; ABRAMOVAY, 1992; LAMARCHE, 1993-1997; WANDERLEY, 1999; BLUM, 1999). Contudo, há particularidades na contribuição teórica de cada autor, aspecto este que ressalta a condição de que a noção da agricultura familiar na realidade brasileira está configurada em uma perspectiva *lato sensu*.

A agricultura familiar pode ser entendida como aquela em que a família é a proprietária dos meios de produção e ao mesmo tempo assume o trabalho na propriedade rural, apresentando, assim, uma significativa diversidade nas formas sociais de organização sócio produtiva. Na visão de Abramovay (2003), a agricultura familiar apresenta multiplicidades de perspectivas e de atores sociais que vão muito além das questões produtivas, abrangendo laços sociais de ligação entre indivíduos e suas organizações. Em complemento, o FIDA (2014, p. 8) no âmbito da América Latina classifica a agricultura familiar como sendo aquela que: “Se refiere al ejercicio de una actividad económica, la agricultura, por parte de un grupo social unido por lazos de parentesco e de sangre, la familia, que trabaja y genera productos, bienes e servicios.”

Em torno disso, Abramovay (1992) aponta que, para uma compreensão da noção conceitual da agricultura familiar, é condicionada ao investigador uma busca profunda nos aspectos sociais, ambientais, econômicos e culturais. Em outras palavras, assumimos que as definições no interior da base da agricultura familiar são diversas e condicionadas às suas esferas sociais, espaciais e econômicas. Já Veiga (1991, p. 1991) afirma que o importante nesta discussão é: “Tentar entender o sentido geral do movimento histórico que fez com que a

agricultura familiar tenha predominado de forma nítida em todos os países capitalistas desenvolvidos neste século.”

Neste sentido, a contribuição de Lamarche (1993-1997, p. 15) remete à exploração familiar na agricultura como uma noção ambígua, pois o significado de agricultura familiar corresponde ao mesmo tempo a uma “[...] unidade de produção agrícola onde a propriedade e o trabalho estão intimamente ligados à família.” O autor apresenta a agricultura familiar em um grande eixo onde se situam as mais diversas formas de exploração familiares. Este eixo tem, de um lado, aquilo que o autor considera de modelo *original* e de outro o modelo *ideal*. No modelo *original* seriam as formas mais tradicionais de agricultura, enquanto o modelo *ideal* se configuraria mais próximo das características empresariais e se configuraria em uma etapa que estes agricultores familiares, dadas as suas condições, almejassem alcançar (LAMARCHE, 1993-1997).

Não se trata especificamente de um ponto de partida e um ponto de chegada, como o próprio Hugues Lamarche nos alerta, mas sim de caminhos, estratégias tomadas pelos agricultores em relação ao seu futuro, de sua família e de sua propriedade enquanto produção e espaço de vida. É nesta trajetória histórica que se estabelece um novo sujeito social nas formas familiares de exploração da agricultura, ou seja, o agricultor familiar moderno. Segundo Lamarche (1993-1997), este novo sujeito social não representa as formas camponesas e, conseqüentemente, também não o modelo empresarial.

Do ponto de vista do estabelecimento rural, a agricultura familiar moderna caracteriza-se principalmente por ser menos intensiva nos processos produtivos, menos dependente financeiramente e com certa retração em relação aos mercados. Ainda na visão de Lamarche (1993-1997, p. 314): “O estabelecimento familiar moderno funciona sensivelmente como estabelecimento de tipo camponês, com mais técnica e mais necessidades.” Para Veiga (1991), as diferenças fundamentais entre a agricultura familiar e modelos tradicionais de agricultura se constituem basicamente em duas, a primeira ligada ao grau de integração aos mercados e a segunda ligada à própria limitação desses mercados.

No que diz respeito à importância da família na concepção de agricultura familiar moderna, Lamarche (1993-1997) aponta para manutenção da ideia do desenvolvimento do patrimônio familiar, contudo, as atitudes deste novo sujeito se aproximam da perspectiva empresarial. Em relação à utilização da mão de obra, o agricultor familiar moderno também valoriza o trabalho familiar, porém, permite-se a utilização da contratação de mão de obra externa à propriedade. Assume-se, desta forma, novamente certa aproximação com o modelo

empresarial, pois a mão de obra da família pode passar a não ser essencial para o funcionamento da propriedade familiar.

As características essenciais da agricultura familiar não rompem completamente com as heranças do passado, assim como, da mesma forma, não se molda exclusivamente ao espaço, ambiente e das condições atuais do presente. Em relação às unidades familiares, Wanderley (1999, 2003) e Ploeg (2016) apontam que há certamente processos de continuidades, bem como processos de descontinuidades quanto à forma de organização e reprodução social.

Os conhecimentos, a cultura, a forma de agir tanto socialmente quanto economicamente são aspectos que são transmitidos de geração para geração e que se colocam em possibilidades de processos de continuidades. Quanto à forma de organizar a produção, as técnicas e métodos utilizados, bem como a forma de interagir e se relacionar com os mercados é sem dúvidas o resultado de processos descontínuos que inserem o agricultor familiar em uma nova condição, uma nova forma de interação com a sociedade (WANDERLEY, 2015). Em apoio a esta afirmação, Conterato (2008, p. 77) admite que: “A diversidade da agricultura familiar é tanto o resultado de negociação interna para alocação de recursos produtivos como da influência dos agentes externos.”

A relação com o Estado também é abordada por Lamarche (1993-1997) ao caracterizar a agricultura familiar moderna. Segundo o autor, este novo sujeito social, com maior grau de especialização e profissionalização, se constrói com certa dependência perante o Estado, especialmente no que se trata à questão agrícola de estímulos à produção. Nestes termos, o agricultor familiar moderno é resultado de seu posicionamento intermediário entre o modelo camponês e o empresarial, um sujeito mais preparado ao enfrentamento das situações de seu ambiente devido a estar aberto tanto às tradições como à modernidade (LAMARCHE, 1993-1997).

Nesta perspectiva de análise do Estado, Veiga (1991) aponta que a agricultura familiar nos países capitalistas no Estado em relação a todos os meios necessários para seu desenvolvimento. Abramovay (1992) aponta que a agricultura familiar do final do século XX nos países de capitalismo avançado é reflexo diretamente da ação estatal. Para o autor, a agricultura familiar moderna rompe totalmente com suas características camponesas ao se constituir com plenas possibilidades de desenvolvimento em economias capitalistas. Em síntese, a agricultura familiar na concepção de Abramovay (1992) é uma criação do Estado.

O que mudou na agricultura dos países capitalistas centrais não foi apenas sua base técnica, ou sua integração a conjuntos econômicos que extrapolam o setor: a característica central da agricultura moderna está exatamente na capacidade que ela oferece ao Estado de exercer um controle rigoroso sobre seu próprio processo de desenvolvimento. (ABRAMOVAY, 1992, p. 265-266).

A obra de Abramovay (1992) clarificou para o conjunto da sociedade brasileira que nos países de capitalismo avançado as formas familiares de agricultura possuíam um papel decisivo na oferta agropecuária, desmitificando a ideia da “pequena produção”, bem como ela enquanto categoria se constitui um elemento central para promoção do desenvolvimento nestes países. Somam-se a esta nova inflexão sobre o papel da agricultura familiar nos processos de desenvolvimento econômico as contribuições de Veiga (1991) e Lamarche (1993-1997).

A “virada conceitual” ocorrida no início dos anos de 1990, a qual mencionamos no capítulo anterior, deve ser considerada como resultado das discussões ocorridas no meio acadêmico brasileiro desde meados do século XX. Para Schneider (2003), esses estudos publicados no início dos anos de 1990 colaboraram para uma maior entendimento quanto à definição da agricultura familiar no Brasil. Segundo o autor: “O maior mérito desses estudos talvez tenha sido o fato de terem revelado que a agricultura familiar é uma forma social reconhecida e legitimada na maioria dos países desenvolvidos [...]” (SCHNEIDER, 2003, p. 29).

Sobre este novo significado da agricultura familiar no Brasil, Schneider e Cassol (2017, p. 85) apontam que:

O reconhecimento da agricultura familiar se refere a um movimento ou esforço cognitivo e às vezes político-retórico para requalificar e renomear a forma como os camponeses e pequenos produtores eram até então definidos. Mas, por outro lado, trata-se também de atribuir um novo sentido analítico e político, pois a agricultura familiar passa a ser entendida como uma categoria social diversa e heterogênea pelos estudiosos e cientistas e vista pelos gestores governamentais e os atores e organizações sociais pelo seu papel estratégico no processo de desenvolvimento social e econômico.

As contribuições conceituais do meio intelectual neste período foram, e ainda são, fundamentais para compreensão da noção em torno da categoria de agricultura familiar, especialmente em relação à realidade brasileira. Isto porque, até a década de 1980, existiam as mais variadas formas de nomenclatura, as quais puderam a partir dos anos de 1990 serem aglutinadas em um único conceito, amplo e genérico conforme já destacamos anteriormente.

Além das contribuições do conjunto de pesquisadores, outros dois aspectos contribuíram fundamentalmente para o avanço da compreensão da categoria da agricultura familiar.

O primeiro aspecto é no sentido de que a noção da agricultura familiar do início dos anos de 1990 foi adotada pela maior parte dos movimentos sociais do campo brasileiro a noção de agricultura familiar, como a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). A necessidade de construção de pautas e demandas unificadas colaborou expressivamente para tais caracterizações e definições conceituais em torno da agricultura familiar.

O segundo aspecto pode ser considerado a realização de um estudo em parceria entre FAO/INCRA no ano de 1994 sob a demanda do Estado brasileiro que resultou no estabelecimento das principais diretrizes à agricultura familiar no País. Ao mencionar as particularidades da agricultura familiar frente à agricultura patronal naquele período, o relatório apontou que:

A agricultura patronal, com suas lavas de boias-frias e alguns poucos trabalhadores residentes vigiados por fiscais e dirigidos por gerentes, engendra forte concentração de renda e exclusão social, enquanto a agricultura familiar, ao contrário, apresenta um perfil essencialmente distributivo, além de ser incomparavelmente melhor em termos socioculturais. Sob o prisma da sustentabilidade (estabilidade, resiliência e equidade), são imensas as vantagens apresentadas pela organização familiar na produção agropecuária, devido à sua ênfase na diversificação e à maior maleabilidade de seu processo decisório. (FAO; INCRA, 1994, p. 5).

Brose (1999) sintetiza as vantagens da agricultura familiar mencionadas no estudo da FAO/INCRA em: i) estabilidade e capacidade de adaptação; ii) diversidade produtiva; iii) maleabilidade de seu processo decisório. O referido documento ainda caracterizou a agricultura familiar brasileira em seis aspectos principais: i) trabalho e gestão intimamente relacionados; ii) direção do processo produtivo assegurada diretamente pelos proprietários; iii) ênfase na diversificação; iv) ênfase na durabilidade dos recursos e na qualidade de vida; v) trabalho assalariado complementar; vi) decisões imediatas, adequadas ao alto grau de imprevisibilidade do processo produtivo (FAO; INCRA, 1994).

Neste sentido, apesar de ser complexa uma definição única sobre a agricultura familiar, uma das possibilidades para uma classificação geral se constitui a partir das formas e da organização social do seu processo produtivo, que essencialmente se caracterizam pelos seguintes aspectos: i) utilização de mão de obra essencialmente familiar na propriedade; ii) parte dos rendimentos do grupo familiar advindos das atividades rurais da propriedade; iii)

produção diversificada, especialmente para o autoconsumo; iv) estabelecimentos rurais com tamanho máximo de até quatro módulos fiscais.

Em relação a categorias no interior da agricultura familiar, a FAO e INCRA (1994) estratificaram o segmento familiar brasileiro a partir de três estratos, ou seja, unidades familiares consolidadas, unidades familiares em transição e unidades familiares de subsistência. As unidades familiares consolidadas são aquelas em que dispõem dos mecanismos de comercialização agrícola de forma regular, o que garante a reprodução da força de trabalho. As unidades familiares em transição se constituem pela parcialidade e fragilidade de integração aos mercados, baixo nível de rendimentos e sujeitos aos desequilíbrios que podem levar ao abandono da atividade. Já as unidades familiares de subsistência se caracterizam pela concentração no autoconsumo e na venda da mão de obra sazonal (BROSE, 1999).

Uma delimitação genérica e/ou uma classificação geral quanto à agricultura familiar nos orienta quanto ao propósito do Estado em oferecer programas e políticas específicas para determinada categoria social (GUANZIROLI *et al.*, 2001). Desse modo, a noção e/ou a definição no plano institucional são fundamentais no âmbito da esfera do Governo Federal.

No âmbito do Estado brasileiro, em termos de uma legislação específica, somente em 2006 por meio da Lei Federal n. 11.326, que se estabelecem as diretrizes à agricultura familiar no país. As condições para este enquadramento são as seguintes: i) não detenha, a qualquer título, área maior do que quatro módulos fiscais; ii) utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; iii) tenha pelo menos 50% da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo⁵; iv) dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (BRASIL, 2006).

Para além dos agricultores historicamente já classificados como tal, a Lei Federal n. 11.326/2006 considera agricultores familiares os seguintes grupos, conforme disposto no Quadro 1.

⁵ Redação dada pela Lei n. 12.512, de 2011, e Decreto n. 9.064, de 2017.

Quadro 1 – Grupos considerados Agricultores Familiares segundo a Lei Federal n. 11.326/2006

Grupo I	Silvicultores que cultivem florestas nativas ou exóticas e que promovam o manejo sustentável daqueles ambientes;
Grupo II	Aquicultores que explorem reservatórios hídricos com superfície total de até dois hectares ou ocupem até quinhentos metros cúbicos de água, quando a exploração se efetivar em tanques-rede;
Grupo III	Extrativistas que exerçam essa atividade artesanalmente no meio rural, excluídos os garimpeiros e fiscoadores;
Grupo IV	Pescadores que exerçam a atividade pesqueira artesanalmente;
Grupo V	Povos indígenas que atendam aos requisitos previstos no Art. 3º da referida lei ⁶ ;
Grupo VI	Povos integrantes de comunidades remanescentes de quilombos rurais e demais povos e comunidades tradicionais que atendam aos requisitos previstos no Art. 3º da referida lei ⁷ ;
Grupo VII	Silvicultores que cultivem florestas nativas ou exóticas e que promovam o manejo sustentável daqueles ambientes;
Grupo VIII	Aquicultores que explorem reservatórios hídricos com superfície total de até dois hectares ou ocupem até quinhentos metros cúbicos de água, quando a exploração se efetivar em tanques-rede.

Fonte: elaboração do autor (2020), a partir da Lei n. 11.326/2006.

Ainda na perspectiva institucional, a partir da classificação de agricultura familiar por meio da Lei Federal n. 11.326/2006, foi possível incluir na metodologia do Censo Agropecuário do mesmo ano, regras que permitiram a publicação de um conjunto de estatísticas sobre a agricultura familiar no País. Mais recentemente, em 2017, outra mudança no plano institucional marca a configuração do entendimento em relação à agricultura familiar. Nos referimos a expedição do Decreto Presidencial n. 9.064, de 31 de maio de 2017, o qual dispõe sobre a Unidade Familiar de Produção Agrária, institui o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar nos termos da Lei n. 11.326/2006.

Uma primeira consideração do referido decreto diz respeito à alteração do texto de um dos incisos do Art. 3º da Lei n. 11.326/2006, que trata dos requisitos para enquadramento no conceito de agricultura familiar no plano institucional. O requisito trata da questão dos rendimentos oriundos das atividades no âmbito da propriedade rural, especificamente estabelece um percentual mínimo para o enquadramento enquanto agricultura familiar. A partir de então, o parâmetro da UFPA se altera de: **tenha percentual mínimo da renda familiar** originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; para: auferir, **no mínimo, metade da renda familiar** de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento. Em síntese, esta alteração pode reduzir significativamente o contingente pertencente ao segmento rural familiar, pois, ao se

⁶ Incluído pela Lei n. 12.512, de 2011.

⁷ Incluído pela Lei n. 12.512, de 2011.

considerar a noção de pluriatividade, um significativo número de estabelecimentos pode não se enquadrarem mais nos termos da UFPA.

A segunda consideração ressalta a criação do CAF, o qual teve por finalidade à identificação e à qualificação da UFPA e do empreendimento familiar rural. Segundo o texto do referido decreto, o CAF substituirá a DAP no que se refere ao documento de acesso às ações e às políticas públicas destinadas à UFPA e também aos empreendimentos familiares rurais. Contudo, mesmo após mais de três anos da publicação do Decreto Presidencial 9.064/2017, o CAF não foi efetivado e a DAP continua sendo o documento efetivo por parte dos agricultores familiares para acesso às políticas públicas de fortalecimento do segmento.

Estas definições conceituais, terminológicas e legais em relação à agricultura familiar se revestem de ampla complexidade e um debate que continua aberto e no contexto atual sujeito a alterações que representem conquistas históricas do segmento. Ao conjunto da sociedade, aos estudiosos da temática e aos próprios agricultores familiares se faz necessário um amplo debate daquilo que é e do que representa a agricultura familiar brasileira. Nestes termos, é fundamental que se proceda o resgate dos condicionantes que legitimaram a importância da agricultura familiar no passado, ao mesmo tempo que se possa legitimar seus valores no desenvolvimento nacional perante o Estado brasileiro na atualidade.

2.1.1 A trajetória da agricultura familiar brasileira

A agricultura brasileira ao longo de seu processo histórico de formação constitui-se no País a partir de um caráter dualista⁸. De um lado, as grandes propriedades representadas pelo modelo empresarial e de outro as formas familiares de agricultura. Isto porque a posse da terra no País desde o período Colonial foi estabelecida pelos interesses da coroa portuguesa, que já em 1534 haviam implantado o sistema de capitanias hereditárias. Nas palavras de Gilberto Freyre (2006, p. 267): “O português fez-se aqui senhor das terras mais vastas [...]”.

A formação da estrutura agrária da sociedade brasileira adjetiva-se de características patriarcais, patrimonialistas, baseadas em latifúndios, exploração da mão de obra escrava (africanos e indígenas) com plenos poderes de dominação alicerçados principalmente pelo controle da posse da terra. Para Faoro (2001), a organização social esteve baseada em uma organização senhoril com amplo poder político e econômico. Estava se constituindo um país

⁸ A caracterização da agricultura brasileira somente por esta visão (dualista) por si só há muito tempo não explica toda a dinâmica do rural brasileiro. O termo aqui é utilizado apenas no sentido de caracterizar o processo histórico de ocupação das áreas rurais do País.

essencialmente rural com predominância de grandes fazendas monocultoras, cuja produção era destinada à exportação. O ruralismo nesse período foi considerado por Sergio Buarque de Hollanda (1991, p. 60) como: “Um fenômeno típico do esforço de nossos colonizadores [...]”. A concentração da posse da terra levou a concentração da renda, caracterizando o latifúndio brasileiro como um fenômeno político estrutural de poder alicerçado no Estado, na exploração da mão de obra e do tardio ingresso da tecnologia na agricultura (FURTADO, 1986a).

É sob estas condições, nas sobras dos grandes latifúndios, que o segmento que hoje compreendemos como agricultura familiar se estabelece no Brasil. Picolotto (2011), ao considerar sobre a formação e constituição do segmento no País, aponta que este se deu às margens das grandes propriedades latifundiárias, especialmente em áreas que não interessam aos segmentos dominantes por meio de processos de colonização e ocupação.

Na mesma direção, Porto e Siqueira (1994) reafirmam que a categoria da agricultura familiar se dá fundamentalmente nas sobras, nas áreas não desejadas pelo modelo de agricultura empresarial/capitalista. Wanderley (1999, p. 37), ao referir-se sob a construção do espaço camponês no País, aponta que: “Na maioria dos casos, sob o signo da precariedade estrutural [...]”.

É importante situar que a realidade do rural brasileiro não teve anteriormente ao modelo da grande propriedade um tecido social baseado no campesinato, como o ocorrido em países da Europa (PRADO JÚNIOR, 1992). As atividades da agricultura de subsistência estiveram no País até metade do século XX sua dinâmica totalmente vinculada ao ritmo econômico da grande propriedade, contudo, no sentido inverso, pois, na medida em que se aquece as atividades econômicas da grande propriedade, esta avança sobre os fatores (terra e mão de obra) da agricultura de subsistência, na medida em que se retrai economicamente, se libera tais fatores as atividades de subsistência (PRADO JÚNIOR, 1969).

Em termos gerais, é nestas condições que se estabelece as principais características estruturais da agricultura brasileira na passagem dos anos de 1940 para os 1950, as quais podem ser sintetizadas nos seguintes aspectos: i) agricultura atrasada em termos acesso ao progresso técnico; ii) produção baseada em extensivo uso de mão de obra; iii) aumentos de produtividade via expansão da fronteira agrícola; iv) os grupos sociais pertencentes à agricultura familiar excluídos de todas as formas conforme destacado acima. Os setores mais dinâmicos da agricultura nacional estavam orientados para atendimento da demanda interna por alimentos, centrada basicamente nos estados de São Paulo e do Rio Grande do Sul.

Neste contexto, ocorre no País todo o processo em prol da modernização da agricultura nacional, conhecida popularmente como “Revolução Verde” para o caso

brasileiro. O que se instituiu à época era a necessidade recorrente da passagem de uma agricultura tradicional para uma agricultura de base moderna por meio da tecnologia. Para Prado Júnior (1969), é sob a égide do tripé constituído pelo Estado brasileiro, capital estrangeiro e parte do conjunto dos latifundiários que se constitui a modernização da agricultura brasileira.

A exclusão social e a falta de um olhar específico para o segmento rural familiar por parte do Estado foram a expressão que marcou as relações entre a modernização da agricultura nacional e o segmento da agricultura familiar. A posição do Estado, historicamente até então, negligenciando todo segmento rural familiar geraram problemas sociais, os quais demoraram muitos para serem solucionados, ainda estão sem solução, ou ainda pior não há mais as condições de resolutividade.

Neste contexto, um aspecto que marcou significativamente a trajetória da agricultura familiar brasileira no decorrer dos anos de 1970 e 1980 foi a certa capacidade de organização social em torno dos movimentos sindicais. Os movimentos sociais vinculados aos agricultores familiares realizaram a partir da década de 1970 grandes mobilizações na busca pelo reconhecimento da categoria como um segmento diferenciado da agricultura nacional (PICOLOTTO, 2011).

Essa nova postura de organização social, principalmente capitaneada pela CONTAG e Central Única dos Trabalhadores (CUT), foi capaz de aglutinar os interesses da agricultura familiar e ocuparam papel decisivo de apoio tanto na esfera política quanto em termos de definição de prioridades do segmento. As principais bandeiras de luta ao longo daquele período (1970-1980) podem ser sintetizadas em três frentes principais: i) melhoria e regulamentação das condições de trabalho na agricultura; ii) reforma agrária; iii) crédito rural subsidiado.

Em paralelo a esse movimento, a organização social do conjunto da agricultura familiar também resultou, principalmente no Sul do País, em novas experiências em torno das cooperativas de crédito rural. Esse movimento se deu nos anos de 1980 promovido especialmente por agricultores socialmente mais fragilizados estavam em uma condição de exclusão quanto acesso ao crédito rural (BÚRIGO, 2007, 2010). As principais cooperativas de crédito rural atualmente estabelecidas no País como Sistema de Crédito Cooperativo (SICREDI), Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil (SICOOB), Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária (CRESOL), entre outras, iniciaram ou fortaleceram suas atividades a partir do desencadeamento dos movimentos ocorridos neste período.

Ainda neste período, a partir da redemocratização do Estado brasileiro no final dos anos de 1980 se estabelecem novas relações entre Estado e os movimentos sociais do campo ligados à agricultura familiar, especialmente pelos mecanismos de participação política possibilitada pela Constituição Federal de 1988. De acordo com Mattei (2014b, p. 74): “Esse movimento de democratização possibilitou uma maior intervenção dos atores sociais, a qual se viabilizou através dos conselhos gestores de políticas setoriais e das políticas gerais de desenvolvimento nas diversas esferas governamentais.” Contudo, a partir das contribuições de Picolotto (2011) e Sader (1988), destaca-se que o ambiente representativo neste período, mesmo entre os segmentos ligados a agricultura familiar, se deu em forma de disputa. Em outras palavras, uma arena onde os atores sociais representativos buscavam os interesses de sua organização e concorriam por espaço na agenda pública.

As disputas internas por espaço e poder não impediram a realização de grandes movimentos em conjunto por parte das organizações do campo, como as Jornadas Nacionais de Luta pela Terra e o Grito da Terra Brasil. Segundo Santos (2011), esses movimentos reuniram o Departamento Rural da CUT (DNTR/CUT), a CONTAG, a Comissão da Pastoral (CPT) e o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST).

No final dos anos de 1980 e início da década de 1990, mais intensamente no governo Fernando Collor de Mello (1990-1992), o Estado e a economia brasileira passaram por reformas e medidas neoliberais que visaram entre outras ações à diminuição do tamanho do Estado e maior abertura econômica, acompanhado de sua desregulação. Para Bresser-Pereira (1997), a reforma do Estado teve, neste período, como princípio quatro processos básicos: i) a delimitação de suas funções; ii) redução do grau de interferência; iii) aumento da governança de Estado; iv) aumento da governabilidade.

Na esfera econômica, a abertura comercial impulsionou a concorrência dos produtos importados em relação aos nacionais. Esse processo escancarou a incapacidade concorrencial da maior parte dos produtos brasileiros tanto em termos de qualidade quanto em nível de tecnologia e produtividade. De toda forma, ocorreu no decorrer da década de 1990 uma reestruturação produtiva no País, principalmente no que se refere ao uso da tecnologia. As indústrias e setores que não conseguiram concorrer com o novo ambiente concorrencial, tiveram que encerrar suas atividades e/ou ainda serem adquiridas pelo capital estrangeiro⁹.

Segundo Grisa e Schneider (2014), a nova agenda neoliberal assumida no País resultou em sérias consequências para agricultura brasileira, tais medidas podem ser

⁹ Sobre o processo de industrialização da economia brasileira, consultar: Arend e Fonseca (2012).

sintetizadas em: i) liberalização comercial e o desmonte do modelo de intervenção do Estado; ii) a criação do Mercosul, em 1991, afetou negativamente a produção agropecuária especialmente nos estados do Sul; iii) a implementação do Plano Real, em 1994, ocasionou uma queda da renda real do setor agrícola entre 20% a 30% na primeira metade do ano de 1995; iv) valorização da taxa de câmbio facilitou o aumento das importações de produtos agrícolas e a diminuição das exportações¹⁰.

É no início dos anos de 1990 com a legitimação do conceito da agricultura familiar que também se inicia um processo de estabelecimento de um novo conceito sobre o rural brasileiro. O desenvolvimento que até então era visto somente por uma visão produtivista passa a ser construído a partir de elementos mais robustos que envolveram aspectos, ambientais, sociais e culturais. Nesta nova perspectiva sobre desenvolvimento rural, a agricultura familiar se insere de modo particular assumindo uma forma ampliada de contribuição no desenvolvimento rural (DELGADO, 2010). Esta nova concepção em torno do debate sobre processos de desenvolvimento requer minimamente uma discussão mais ampliada, condição esta que será apresentada na seção a seguir.

Em continuidade, já em meados dos anos de 1990, o Estado brasileiro começa a implantar políticas públicas específicas à agricultura familiar e com isso reconhece e valoriza a importância do segmento para o desenvolvimento do Brasil. Esta nova realidade marcará fundamentalmente o caminho da agricultura familiar no País, contudo, a trajetória da agricultura familiar após este período será tratada em uma seção posterior unicamente com este objetivo. Dito isto, nos deteremos a representar um perfil da agricultura familiar brasileira no século XXI a partir dos dados dos Censos Agropecuários de 2006 e de 2017.

A completude do rural brasileiro registrou no Censo Agropecuário de 2006 o número de 5.175.636 estabelecimentos rurais, enquanto o levantamento de 2017 apontou para um total de 5.073.324, ou seja, uma redução de 1,0% do número de estabelecimentos rurais no País. Já em relação aos estabelecimentos enquadrados na Lei Federal n. 11.326/2006 foram registrados em 2006 um total de 4.366.267 propriedades, representado a agricultura familiar naquele ano 84,4% do total de estabelecimentos do País. Em 2017, no Brasil, foram registrados 3.897.408 estabelecimentos rurais no âmbito da agricultura familiar, significando 76,8% do total. Contudo, no intervalo entre os eventos censitários há redução de aproximadamente 468 mil unidades do segmento da agricultura familiar brasileira. Ainda em 2017, ao se considerar as propriedades até o tamanho de 100 ha, tais estabelecimentos somam

¹⁰ No caso das importações agropecuárias, a maior entrada de produtos estrangeiros neste período era originária da Argentina. Cenário alterado em 1996 a partir da Lei Complementar 87/1996 (Lei Kandir).

4.524.365 e representam 90,6% do total de estabelecimentos rurais do País. Apesar de que essa comparação deva ser utilizada com cautela do ponto de vista metodológico, nos possibilita a continuidade de que o modelo representado pelos pequenos estabelecimentos rurais ainda se constitui na ampla maioria dos estabelecimentos rurais do País.

Quanto a área ocupada pela agricultura familiar, ocorre, historicamente, uma inversão dos valores em nível de Brasil no comparativo com a variável estabelecimentos rurais. A área total dos estabelecimentos rurais foi em 2006 de aproximadamente 333,7 milhões de hectares, enquanto à área das propriedades enquadradas no conceito de familiar registrou aproximadamente 80,1 milhões de hectares, representando 24,0% do total. O tamanho médio das propriedades não familiares nos termos da Lei Federal n. 11.326/2006 a partir do Censo Agropecuário de 2006 foi de 313,3 ha, enquanto dos familiares registraram 18,3 ha de tamanho médio.

No que se refere aos dados do Censo Agropecuário de 2017, o total da área dos estabelecimentos rurais registrou aproximadamente 351 milhões de hectares, enquanto aqueles pertencentes à agricultura familiar significaram algo em torno de 80,9 milhões de hectares, representando 23,0% do total. O tamanho médio dos estabelecimentos não familiares em 2017 foi de 229,9 ha, enquanto os familiares de 20,8 ha.

Em relação à população ocupada, a agricultura familiar representou no Censo Agropecuário de 2006 o valor relativo de 74,1% do pessoal ocupado na agricultura brasileira, ou seja, das 16,6 milhões de pessoas, 12,3 milhões estavam vinculadas na agricultura familiar. Acerca das receitas anuais recebidas pelos estabelecimentos rurais do Brasil, a agricultura familiar recebeu em 2006 aproximadamente R\$ 42,7 bilhões em valores nominais, enquanto o modelo não familiar recebeu no mesmo ano em valores nominais algo em torno de R\$ 102,7 bilhões.

No Censo Agropecuário de 2017 foram registradas o total de 15.105.125 pessoas ocupadas na agropecuária brasileira, sendo 10.115.559 destas atuantes no segmento da agricultura familiar, representando 67,0% do total. Com relação às receitas recebidas no ano de 2017, em termos nominais o montante total da agropecuária brasileira foi de 413,9 bilhões de reais e a familiar de 92,3 bilhões de reais, representando apenas 22,3% das receitas totais.

Em síntese, a partir destas quatro variáveis e daquilo que estamos apresentando ao longo desta seção, fica perceptível o tamanho da agricultura familiar no País. Acumula de um lado o maior número de estabelecimentos rurais e o maior contingente populacional ocupado nas atividades praticadas no âmbito da propriedade familiar, contudo, de outro lado, ocupa

próximo de $\frac{1}{4}$ da área dos estabelecimentos rurais e recebe em termos de receita 40% daquilo que o setor não familiar e/ou empresarial recebe no País.

É conclusivo também que as características atuais da agricultura familiar no País são resultado de sua trajetória histórica, especialmente, marcada a partir do advento do processo de modernização da agricultura nacional. Trajetória essa marcada em sua maior parcela temporal por exclusão social e renegação de seu papel enquanto categoria social na contribuição do desenvolvimento brasileiro.

2.1.2 A formação da agricultura familiar em Santa Catarina

2.1.2.1 Aspectos de sua colonização

A agricultura no estado de Santa Catarina pode ser considerada um reflexo das características gerais do cenário nacional, pois as duas formas de agricultura, tanto o modelo empresarial quanto o modelo familiar constituem o rural catarinense, o qual está inserido parcialmente nas mesmas dinâmicas do cenário brasileiro¹¹. Contudo, há peculiaridades que permeiam e diferenciam o Estado das demais unidades federativas do País.

A estrutura da agricultura familiar no estado de Santa Catarina tem demonstrado configurações de resiliência e inovação na busca por novas oportunidades de produção. A organização dos movimentos sociais e a luta por políticas desenvolvimentistas para toda a categoria rural familiar também se coloca como aspecto fundamental de sua estrutura social (PAULILO; SCHMIDT, 2003). Para compreensão das particularidades da agricultura familiar em Santa Catarina, recorreremos novamente aos principais acontecimentos históricos no sentido de contribuir para entendimento do atual cenário da agricultura no estado Catarinense.

A colonização do território catarinense demarca o período do Brasil-Colônia, caracterizado principalmente pela vinda de emigrantes europeus que ocuparam inicialmente a região litorânea, a região Sul e a região Norte. Barreto (1983, p. 13) afirma que: “Intensificou-se o movimento imigratório a partir de 1850, em razão da abolição do tráfico negreiro e das necessidades crescentes de mão de obra.” Além disso, o contingente populacional catarinense na década de 1860 possuía pouco mais de sessenta mil habitantes e apresentava baixo

¹¹ Santo (1999, p. 54) refere: “O Estado de Santa Catarina, como já exposto se insere no contexto nacional de modernização da agricultura pelas suas características de colonização e posse da terra e pela presença das agroindústrias, que vieram a influir nas concessões de crédito rural no Estado.”

crescimento demográfico, nos termos de Piazza (1983), um crescimento vegetativo da população catarinense até então.

Ainda segundo a visão de Piazza (1983), esses imigrantes eram em sua maioria vicentistas, açorianos, alemães, italianos, poloneses que foram instalados em colônias dedicando-se principalmente ao desmatamento das florestas com objetivo de cultivo da agricultura voltada para subsistência. Na mesma direção, Barreto (1983, p. 13) aponta que: “A imigração para Santa Catarina se constitui, majoritariamente, de italianos e alemães; no entanto outros grupos étnicos compõem o quadro de povoamento da terra catarinense.” Entre tais grupos destacam-se poloneses, russos, austríacos e belgas (BARRETO, 1983).

A ocupação do território catarinense seguiu para as regiões do Vale do Itajaí e do Planalto, sendo que a cidade de Lages (SC) somente em 1820 foi jurisdicionada ao governo da ilha de Santa Catarina (PIAZZA, 1983)¹². A agricultura catarinense permanece praticamente em sua totalidade na condição de subsistência até o final do século XIX. Neste contexto, o estado de Santa Catarina ainda se apresentava essencialmente com características rurais e os centros urbanos eram poucos e a dinâmica econômica extremamente frágil.

A ocupação do Planalto Serrano diferencia-se em parte das demais regiões do Estado, não somente por estar vinculada à província de São Paulo até o início do século XVIII, mas também por ter sido um território estratégico nas relações comerciais entre o Rio Grande do Sul e São Paulo. Além disso, na região, especialmente devido ao clima e as condições geográficas, desenvolveu-se na agricultura a pecuária, principalmente a extensiva em médias e grandes propriedades rurais (SANTO, 1999; GOULARTI FILHO, 2010).

Na visão de Piazza (1983), foi ao longo das décadas após a chegada dos colonos europeus que se iniciou o processo de acumulação de excedente produtivo na agricultura e consequentemente o início de um maior volume de transações comerciais e o surgimento das primeiras experiências industriais no Estado.

O processo analítico da industrialização de Santa Catarina deve ser encarado em função das correntes imigratórias. Tal processo deve encarar, em primeiro lugar, o desencadear da Revolução Industrial na Europa, notadamente naqueles países que enviaram migrantes ao Brasil. A concessão de terras originou um maior afluxo de imigrantes para Santa Catarina e o sistema de pequenas propriedades caracterizou, originalmente, os núcleos assim constituídos, resultando num sistema de organização que contrastava no leste e no nordeste do país, à época. (PIAZZA, 1983, p. 405).

¹² Até o ano de 1820 a cidade de Lages estava vinculada à província de São Paulo.

Em outra direção, Seyferth (1974) considerava que os agricultores vivenciavam condições de dupla submissão aos comerciantes locais, isto porque eram estes os únicos compradores de seus produtos e os únicos vendedores dos produtos que os agricultores precisavam. Esse aspecto levou ao lento processo de industrialização, motivado mais pelo acúmulo de capital dos poucos comerciantes do que por parte desses agricultores¹³. Mattei (1999, p. 114-115), ao especificar o caso da Colônia Blumenau, aponta que: “A industrialização da colônia não foi produto de um lento progresso da atividade artesanal, uma vez que os artesãos não tinham capital e nem reuniam condições técnicas para iniciar a atividade têxtil.”

A agricultura catarinense na primeira década do século ainda preservava sua condição colonial, onde a maior parte dos agricultores produziam para seu autoconsumo com poucas relações mercantis, as quais estavam limitadas a localidade e/ou ainda para os mercados de São Paulo e Rio de Janeiro por meio de comerciantes, conforme se destacou anteriormente.

Em continuidade à colonização no Estado, a região Oeste de Santa Catarina inicia seu processo nas primeiras décadas do século XX. Antes disso, a região já registrava a presença significativa de povos indígenas, caboclos¹⁴ e pequenos povoados onde passavam as tropas e os comerciantes de gado do Rio Grande do Sul com destino à região dos campos de Palmas (RENK, 2000). Outro aspecto fundamental no processo de colonização da região Oeste foi a construção de uma estrada de ferro que tinha por objetivo ligar o estado de São Paulo com o Rio Grande do Sul, a qual trouxe à região aproximadamente oito mil operários que após o término das obras permaneceram pela região agravando a condição social já vulnerável dos moradores da região (VALENTINI, 2015).

Havia um verdadeiro plano de colonização embutido na concessão da EFSPRS, segundo o qual deviam ser assentadas dez mil famílias de agricultores, recebendo cada família um pequeno lote de terra, com casas, escolas e igrejas. Durante o processo de assentamento, os colonos receberiam ajuda, em troca de trabalharem 15 dias por mês para a mesma Companhia. (CORAZZA, 2016, p. 71).

Essa condição reforçou o ambiente crítico o qual veio desencadear na Guerra do Contestado (1912-1916), uma disputa sangrenta entre o Estado e caboclos com amplo envolvimento religioso¹⁵. Entretanto, esta não foi a primeira disputa ocorrida por este território, inicialmente Portugal e Espanha travaram essa concorrência, posteriormente, no

¹³ Segundo Seyferth (1974), os imigrantes não eram apenas agricultores, muitos possuíam outros ofícios, como por exemplo, carpinteiros, ferreiros, artesões e tecelões.

¹⁴ Estes também conhecidos como “brasileiros”.

¹⁵ Sobre a Guerra do Contestado, consultar Valentini (2015).

final do século XVI, iniciaram as disputas entre Brasil e Argentina, o qual terminou com julgamento de uma corte internacional que procedeu causa favorável ao Brasil (WERLANG, 2006). Uma terceira disputa envolveu os estados do Paraná e de Santa Catarina, em que, em 1910, foi oficialmente favorável a Santa Catarina.

Nas primeiras décadas do século XX, especialmente com o advento do final da guerra do Contestado, o governo Catarinense desenvolveu ações para “incentivar” a colonização da região Oeste. Isto porque o governo estadual não reconhecia as populações que viviam na região como legítimos ocupantes do território. Nas palavras de Renk (2006, p. 41), para Estado brasileiro “havia a falta de tudo: de víveres, de estradas e de habitantes”.

Com objetivo de “ocupar” o território as ações realizadas pelo governo catarinense em relação a esse processo migratório priorizaram a criação de pequenas e médias propriedades (características da agricultura familiar), instaladas com amplo predomínio na região Oeste de Santa Catarina (WERLANG, 2006). Para Renk (2000, p. 73): “Os nexos da constituição da pequena propriedade no Oeste de Santa Catarina devem ser buscados na migração de alemães, italianos e de outras origens ao Rio Grande do Sul.”

Em 1917, criaram-se quatro municípios: Chapecó, Cruzeiro (atual Joaçaba), Mafra e Porto União, sendo que o povoamento dessa região teve a determinante influência das empresas colonizadoras, que em 1920 começaram a atuar intensivamente para impulsionar a vinda dos imigrantes do Rio Grande do Sul descendentes de europeus, em sua maioria alemães e italianos. Isto porque, a partir de uma visão inadequada¹⁶, “A intenção governamental era ocupar as terras com uma população de origem europeia, por entender que somente com uma nova filosofia seria possível desenvolver a região.” (CORAZZA, 2016, p. 73).

As condições proporcionadas pelas companhias colonizadoras a esses imigrantes foram precárias, a estrutura a disposição era mínima, serviços de infraestrutura e saúde eram escassos e raros, sendo que em muitas colônias não havia nem mesmo comércio. Sobre essas dificuldades, Werlang (2006, p. 96) destaca que, “[...] apesar da situação econômica e política do Rio Grande do Sul não ter sido favorável para os gaúchos nesse período, as suas dificuldades não podem ser comparadas às enfrentadas pelos colonos que se instalaram nas terras da Sul Brasil antes de 1937.”¹⁷

16 Para um entendimento holístico desta questão consultar Corazza (2016).

17 Sul Brasil foi uma das empresas colonizadoras que atuaram na colonização da região Oeste – detalhes em Werlang (2006).

Em uma perspectiva ampla, a condição da agricultura na região, vivenciada durante as duas primeiras décadas do século XX, limitava-se às atividades de subsistência, ou seja, apresentava as características essenciais do campesinato. A partir da primeira metade do século XX iniciam-se as atividades de exploração e comercialização da madeira, tendo como principal objetivo a exportação para Argentina e Uruguai (BAVARESCO, 2005).

Um segundo momento importante da atividade econômica desenvolvida nesta região foi a extração e a exploração da erva-mate, que, assim como a madeira, foi em grande parte destinada para exportação à alguns países do Cone Sul (RENK, 2006; BAVARESCO, 2005; CORAZZA, 2016). Associada a essas atividades econômicas, também se desenvolvia a criação de suínos, o que, para Konrad e Silva (2012), estava associada à tradição alimentar dos ancestrais dos colonos que viviam na Europa e que requeria pequenas áreas de terra para esse fim.

Os aspectos abordados até aqui demonstram aquilo que Bavaresco (2017) considera como fases/ciclos econômicos de desenvolvimento da região. Em linhas gerais esses momentos são representados pelo tropeirismo, a exploração de erva-mate, o corte e a comercialização da madeira e por fim o início da agroindustrialização como resultado da expansão da criação de animais e produção agrícola.

A agricultura familiar no estado de Santa Catarina constitui-se fundamentalmente por meio do processo de colonização vivenciado principalmente a partir da metade do século XIX. O Estado foi grande promotor e regulador desse processo que estabeleceu em todas as regiões de Santa Catarina colônias com pequenos lotes para imigrantes em sua maioria de países da Europa. Essa “ocupação” iniciou pela região litorânea entendendo-se para as regiões Norte, Sul e Vale do Itajaí, contudo, conforme já mencionamos anteriormente, a colonização da região Oeste se deu majoritariamente por estes imigrantes e seus descendentes de segunda e terceira geração advindos do Rio Grande do Sul.

Entretanto, ainda sobre o processo de colonização em Santa Catarina, são necessárias algumas ressalvas gerais, isto porque as condições proporcionadas pelas companhias a esses imigrantes foram precárias, sendo que a estrutura a disposição foi mínima, em muitos casos as colônias e vilas mais distantes não possuíam nem mesmo comércio e os serviços de saúde eram raros e escassos (WERLANG, 2006).

Segundo Goularti Filho (2010), a colonização do estado de Santa Catarina se deu sob a tutela do Estado, também serviu para o processo de acumulação de capital das companhias colonizadoras por meio do processo de mercantilização das terras. Outro processo também ocorrido foi a negação quase que completa por parte do Estado dos povos que já ocupavam

este território e sua marginalização frente à sociedade que se estava fundando. Os indígenas, “os brasileiros”, os caboclos eram vistos pelas elites como “incapazes” para o trabalho e objeto de preconceitos, bem como adjetivos negativos (POLI, 2008).

Neste horizonte, é sob estes aspectos que forma a sociedade catarinense no período colonial, o qual priorizou a “ocupação” do território na agricultura por pequenos lotes destinados a imigrantes, em sua maioria de descendência europeia. Consta-se que a estrutura atual referente à agricultura familiar ainda guarda características estruturais de seu passado que, ao mesmo tempo, permeia e reorienta as condições do presente e do futuro.

2.1.2.2 As transformações da Agricultura Catarinense: 1920-1965

A agricultura catarinense na década de 1920 apresentava significativa semelhança ao cenário da agricultura nacional, pois replicava aqui, diante de seus limites e possibilidades, as mesmas culturas e modelos de produção executados principalmente para exportação à região sudeste do país. As culturas de destaque no cenário catarinense neste período centravam-se na produção do Café (o volume comercializado pelo estado não representava significativa participação na comparação com as demais unidades da federação), cana-de-açúcar, arroz, milho, fumo, feijão, mandioca, lã, trigo, batata e outras em menor em escalonamento de produção. Esta variedade demonstra desde então uma das características da agricultura Catarinense que persistem até os dias de hoje¹⁸.

Até anos de 1930, a economia catarinense baseava-se essencialmente na agricultura, com algumas iniciativas de industrialização ainda em estágio inicial. O panorama dessa agricultura apresentava-se de duas formas, a primeira caracterizava-se pela comercialização em âmbito nacional de alguns produtos, principalmente com os estados de São Paulo e do Rio de Janeiro¹⁹. A segunda forma, mais predominante nas colônias do estado recém-formadas, centrava-se em uma agricultura de subsistência, onde o principal objetivo era garantir o sustento da família. Neste ambiente, poucos produtos apresentavam quantidades suficientes para trocas e/ou comercialização nas vilas e comunidades locais.

¹⁸ Em recente estudo organizado pela Epagri e por pesquisadores OPPA/CPDA/UFRRJ esta condição é reafirmada em relação à agricultura familiar em territórios de Santa Catarina. Alguns destes resultados estão publicados em seção temática organizada pela Revista Estudos Sociedade e Agricultura, Volume 28, nº 1 de 2020.

¹⁹ Estes dois estados apresentavam no período significativo crescimento da população urbana e conseqüentemente aumento da demanda por alimentos e produtos manufaturados.

Nas décadas seguintes, conforme nos orienta Santo (1999, p. 131): “O pessoal ocupado na agricultura foi crescente no período todo como uma consequência do próprio crescimento da população, do crescimento econômico, da criação de novos municípios e do processo migratório com a expansão da fronteira agrícola.”

Entre 1930 e 1950 intensifica-se o processo migratório para à região Oeste. Nas décadas seguintes ocorre um maior deslocamento populacional, principalmente das zonas rurais do estado para a região litorânea, gerando desde então certa concentração demográfica em toda costa litoral Catarinense. Isto porque, na medida em que se avança nos processos industriais no estado, ocorre também à geração de oportunidades de emprego que atrai principalmente aos jovens (RENK; DORIGON, 2014). Contudo, fenômeno parecido também é registrado na região Oeste devido aos processos de implantação de um amplo complexo agroindustrial, que demanda mão de obra no meio urbano, tão escasso nas propriedades rurais (MIOR, 2005).

Este contexto se estendeu nas décadas seguintes fundamentalmente porque a modernização da agricultura brasileira ocorrida a partir dos anos de 1950 e 1960 orientou também a transformação da agricultura catarinense, ou seja, nos termos do que se utilizava na época, a passagem de uma agricultura atrasada para uma agricultura moderna. Para que todo esse processo ocorresse, a política de crédito rural foi o principal instrumento utilizado pelo Estado brasileiro, política essa também utilizada em Santa Catarina no sentido promover esta evolução “necessária”, e promover o aumento da produtividade e o consequente aumento da produção agropecuária. Para Mior (2005), Santo (1999) e Goularti Filho (2010), os grandes produtores, cooperativas e agroindústrias de Santa Catarina também foram privilegiadas com a política de crédito rural instituída a partir do SNCR²⁰.

2.1.2.3 As transformações da agricultura catarinense a partir da institucionalização do SNCR 1965

Assim como mencionamos na seção anterior, a década de 1960 marca a passagem para um novo estágio da agricultura nacional o que também ocorreu no estado de Santa Catarina. A institucionalização do crédito rural como principal política de apoio à agricultura gera suas consequências no território catarinense nos moldes da conhecida revolução verde. Contudo, é

²⁰ Entre as principais agroindústrias instaladas à época estão: Sadia (atual BR Foods), Perdigão (atual BR Foods), Seara (atualmente pertencente ao grupo JBS Foods), Cooperativa Central do Oeste Catarinense (Aurora Alimentos), Chapecó Alimentos (extinta), e Marafon (adquirido em 1972 pela Aurora Alimentos).

conveniente relembrar que esse processo que perdura por algumas décadas, e é marcado por segmentação, marginalização e a conseqüente obrigatória saída de um significativo contingente de agricultores familiares do espaço rural.

Arelado ao incentivo do crédito rural, somado à implantação do modelo de integração (principalmente nas regiões do Oeste e Vale do Itajaí) se desenvolveu no estado de Santa Catarina significativa capacidade de produção integrando a agricultura à indústria. Na visão de Bavaresco (2017, p. 300), a integração foi um dos elementos de maior importância no que tange ao aumento da produção, isto porque, no estado: “Ocorreu entre os pequenos proprietários e a agroindústria foi que estas encontraram na propriedade familiar campo fértil para o programa de fomento para suinocultura e avicultura.”

Em consequência da instalação do complexo agroindustrial, expandem-se as operações formais de produção dessas agroindústrias, especialmente em relação à comercialização para os demais estados brasileiros²¹. Segundo Mior (2005, p. 121): “Em 1955 é criada a Sadia transportes aéreos [...]”, e complementa: “[...] em 1958 começam a circular os primeiros caminhões frigoríficos, que passaram a dominar o transporte de produtos frescos e/ou congelados até os principais centros consumidores.” Outro aspecto importante quanto a comercialização, especialmente de carne congelada, está relacionada às vendas ao exterior, que desde a década de 1970 se coloca um importante mercado consumidor. O corredor sanitário desde a região Oeste, os portos, principalmente ao porto de Itajaí, se colocam como uma grande vantagem para o comércio internacional.

Mior (2005) reafirma tal aspecto ao considerar que a região Oeste nesse período desenvolve condições fundamentais para se tornar um grande produtor de carnes tendo como objetivo a comercialização no mercado internacional. Nesse contexto histórico, é no decorrer da década de 1960, que as empresas agroindustriais se fortalecem e aprimoram tanto a cadeia produtiva quanto a estrutura comercial. Esse processo teve como consequência certa consolidação do complexo agroindustrial, especialmente em relação à produção de aves e suínos (SANTO, 1999; TESTA *et al.*, 1996).

Entretanto, é necessário ressaltar que a instalação desse complexo agroindustrial vinculado à produção de alimentos não significou a melhoria das condições de trabalho e vida de todo o conjunto do segmento rural familiar do Estado. Pelo contrário, as dificuldades e precariedades vivenciadas desde o início do processo de colonização continuaram presentes para significativa parcela de agricultores familiares. Isto porque o processo de integração

²¹ Principalmente os frigoríficos: Sadia, Chapecó Alimentos, Perdigão e Cooperativa Central Oeste Catarinense (Aurora).

impõe significativas exigências quanto aos constantes investimentos, trabalho extensivo e baixo nível de remuneração.

Em consequência a isso, ocorre significativo exclusão de um numeroso contingente de agricultores familiares do modelo de integração, um exemplo a este respeito está em Testa *et al.* (1996), que demonstram a crise da suinocultura no estado de Santa Catarina na década de 1980, o qual destacaremos na sequência.

Este processo caracteriza-se como um fenômeno dualista, que resultou em um lado um conjunto de agricultores mais capitalizados, integrados a cadeia agroindustrial e, de outro, agricultores familiares com maior nível de vulnerabilidade social, marginalizados das cadeias produtivas, vivendo basicamente em condições de subsistência. Da mesma forma, nos referimos aos agricultores das demais regiões vinculadas à produção de *commodities*, como os produtores de arroz nas regiões Sul e Vale do Itajaí, como também de soja e fumo na região Norte do estado.

Na década de 1980, a crise econômica do País também trouxe consequências à agricultura catarinense, sendo o êxodo rural o principal aspecto neste sentido. A escassez de terras para garantir uma propriedade com condições mínimas para sobrevivência a todos os herdeiros, atrelado ao baixo rendimento das atividades agrícolas levaram milhares agricultores, especialmente os jovens, a migrarem para os centros urbanos de Santa Catarina e também de outros estados em busca de emprego assalariado e/ou informal como forma de ganhar a vida²².

Em significativo estudo sobre este fenômeno no estado catarinense, Testa *et al.* (1996) destacam os principais aspectos desse movimento: i) falta de recursos de crédito agrícola e o aumento das taxas de juros; ii) a alta concentração em torno da produção de suínos (mesmo atrelado à policultura, a principal atividade, hierarquicamente, estava vinculada à suinocultura); iii) esgotamento dos recursos naturais, causado pela exploração acima da capacidade; iv) redução da área cultivadas de algumas culturas; v) redução da rentabilidade das principais culturas.

Essa crise vivenciada no decorrer década de 1980 desencadeou uma mudança estrutural no modo de produção e organização social da agricultura catarinense. A efetivação completa da entrada do capital no modelo de integração, agricultura familiar e agroindústria orquestrou uma seleção onde os agricultores integrados necessitavam de uma produção mínima para permanecer na atividade. Esse processo foi marcado por significativa

²² Mais detalhes sobre aspectos da juventude rural em Santa Catarina, ver Renk e Dorigon (2014).

exclusão/marginalização produtiva e social de agricultores familiares, especialmente pelo abandono das atividades no meio rural e migração para os centros urbanos (TESTA *et al.*, 1996).

Um exemplo que demonstra claramente esta mudança na agricultura familiar do estado é o caso da suinocultura. Os dados absolutos sobre o número de produtores suínocolas que deixaram a atividade nesse período são raros e não apresentam segurança metodológica em sua série histórica. Bavaresco (2017, p. 302) nos apresenta algumas estatísticas a esse respeito: “Em 1980, no oeste de Santa Catarina havia 67 mil produtores de suínos; em 1986 tínhamos 45 mil e em 1995 apenas vinte mil produtores.” Em contraponto a isso, a quantidade da produção aumentou significativamente em uma relação inversa, ou seja, os avanços de produtividade superaram significativamente a diminuição do número de produtores, conforme demonstram os dados da Epagri/Cepa²³.

Tabela 1 – Número de suínos em Santa Catarina e região Oeste (milhares de cabeça)

Ano	1985	1996	2006	2011	2017
Santa Catarina	4.400.000	4.530.000	7.016.000	8.068.000	12.686.000
Oeste de Santa Catarina	2.180.000	3.431.900	5.049.000	6.006.000	10.004.300
Participação Oeste (%)	49,55	75,76	71,96	74,44	78,85

Fonte: elaboração do autor (2019), a partir de dados da Epagri/CEPA.

A crise da agricultura familiar no início dos anos de 1990 se agravou, pois a implantação da agenda neoliberal no País significou ao mesmo um maior nível de abertura comercial, desregulamentação econômica e globalização. Dois foram os principais desafios da agricultura familiar nesta direção. O primeiro diz respeito à entrada de produtos agropecuários de países pertencentes ao Mercosul, especialmente à concorrência argentina. Este processo barateou o custo ao consumidor final no País e, conseqüentemente, levou a perda de renda por parte dos agricultores catarinenses. O segundo está relacionado a uma nova fase de reestruturação do setor agroindustrial o que ocasionou significativo aumento das exigências de entrada e manutenção no sistema de integração por parte dos agricultores familiares. Estas exigências geraram seletividade, deixando os agricultores de municípios mais distantes do complexo agroindustrial e principalmente os mais descapitalizados de fora do modelo de integração.

²³ O fenômeno de redução de suinocultores persiste na atualidade em Santa Catarina, entre 2013 e 2017, o número de produtores diminuiu de 8.926 para 7.712 (GIEHL; GUGEL; MONDARDO, 2018).

2.1.2.4 Agricultura familiar catarinense no século XXI

As características do espaço rural de Santa Catarina posicionam o estado como um dos principais produtores agropecuários do País. A agricultura familiar catarinense constitui-se como a principal forma de organização da agricultura, sendo sua importância produtiva, econômica, social e cultural reconhecida e de certa forma também valorizada pela sociedade em geral. A dinâmica proporcionada pelo segmento da agricultura familiar envolve significativa diversidade em termos de variedade de produção como também de formas de organização social. Os principais elementos que formam a categoria na atualidade serão apresentados nesta seção.

O Censo Agropecuário de 2006 registrou no estado de Santa Catarina um total de 193.663 estabelecimentos rurais, sendo que destes 168.544 enquadrados como propriedade rural familiar nos termos da Lei n. 11.326/2006. No mesmo sentido, nos dados do Censo Agropecuário de 2017 o estado catarinense apresentou o número total de 183.045 estabelecimentos rurais, redução no comparativo com o levantamento realizado em 2006 de 5,5%.

Em continuidade, quanto aos estabelecimentos familiares, no ano de 2017 consideramos o total de 142.987, nestes termos um aumento no número de propriedades de 15,2%. Este decréscimo da quantidade de propriedades familiares pode estar vinculado e ser explicado minimamente a partir de dois fenômenos: i) mudanças nos aspectos legais de enquadramento, os quais um número significativo de agricultores a partir de 2017 foram considerados da categoria “Médio Produtor”; ii) comercialização das propriedades, especialmente aquelas sem sucessão para agricultores consolidados.

Outra perspectiva analítica pode ser verificada a partir da Tabela 2, pois ressalta a significativa participação dos pequenos estabelecimentos rurais na agricultura de Santa Catarina, já que as propriedades com até 100 ha representam 95,1% do total do Estado. A região do Planalto catarinense, apesar dos seus 84,9% de estabelecimentos com até 100 ha, se configura na região com menor participação de propriedades rurais deste porte. As demais regiões, em termos percentuais, de circulam pouco acima da média geral do Estado apresentada anteriormente.

Tabela 2 – Número de estabelecimentos agropecuários, por nível geográfico, Brasil, Santa Catarina e Mesorregião – Censo Agropecuário 2017, resultados preliminares

Grupos de área total	Brasil	Santa Catarina	Oeste	Vale do Itajaí	Sul	Norte	Planalto Serrano	Litoral
Mais de 0 a menos de 0,1 ha	75.121	562	137	53	53	148	60	111
De 0,1 a menos de 0,2 ha	54.800	555	167	92	92	96	48	60
De 0,2 a menos de 0,5 ha	174.551	1.177	339	203	203	241	76	115
De 0,5 a menos de 1 ha	303.467	2.076	647	355	355	368	195	156
De 1 a menos de 2 ha	467.982	6.070	1.738	1.085	1.085	1.013	658	491
De 2 a menos de 3 ha	336.539	8.095	2.302	1.228	1.228	1.663	1.110	564
De 3 a menos de 4 ha	260.741	8.504	2.883	1.457	1.457	1.241	779	687
De 4 a menos de 5 ha	220.145	7.671	2.719	1.138	1.138	1.426	805	445
De 5 a menos de 10 ha	650.432	32.996	12.834	5.484	5.484	4.083	3.265	1.846
De 10 a menos de 20 ha	730.405	50.828	23.594	8.656	8.656	3.029	4.654	2.239
De 20 a menos de 50 ha	855.561	43.969	18.397	7.265	7.265	3.442	5.070	2.530
De 50 a menos de 100 ha	393.949	11.510	4.128	1.329	1.329	1.513	2.486	725
Sub-total	4.523.693	174.013	69.885	28.345	28.345	18.263	19.206	9.969
De 100 a menos de 200 ha	218.576	4.430	1.401	369	369	591	1.508	192
De 200 a menos de 500 ha	146.877	2.596	719	206	206	261	1.103	101
De 500 a menos de 1.000 ha	54.683	879	234	72	72	75	404	22
De 1.000 a menos de 2.500 ha	34.185	424	107	34	34	50	185	14
De 2.500 a menos de 10.000 ha	14.280	131	35	10	10	24	50	2
De 10.000 ha e mais	2.400	13	1	-	-	2	10	-
Produtor sem área	76.671	559	142	47	47	124	158	41
Total	5.071.365	183.045	72.524	29.083	29.083	19.390	22.624	10.341

Fonte: elaboração do autor (2020), a partir de IBGE (2019).

Uma outra característica em relação ao tamanho das propriedades na agricultura catarinense é o fato de certa predominância de estabelecimentos pequenos e muito pequenos, isto porque as propriedades de até 10 ha representam 37,0% do total e quando se amplia a análise para os estabelecimentos até 20 ha, estes significam no estado de Santa Catarina 64,8% do total. Estas condições atuais expressam as características históricas de colonização de Santa Catarina, especialmente aquelas promovidas a partir do período republicano, as quais nos referimos na seção anterior.

Em relação ao total da área ocupada pelos estabelecimentos rurais em Santa Catarina, o Censo Agropecuário de 2017 registrou 6.446.155 ha. Este valor representa uma expansão de 6,3% no comparativo com o Censo Agropecuário de 2006 que naquele ano apontou para 6.062.506 há na agricultura catarinense. Entretanto, a área total ocupada pela agricultura de Santa Catarina vem apresentando oscilações com tendência de redução desde os anos de 1970, fenômeno parecido também vem ocorrendo em âmbito nacional²⁴.

²⁴ Os dados dos Censos Agropecuários do IBGE demonstram esta afirmação desde o início dos eventos censitários da agropecuária no País.

No que diz respeito à população rural, as informações dos últimos três Censos Demográficos, realizados pelo IBGE, demonstram a redução populacional ocorrida em todo o país. No comparativo entre 1992 e 2010, a população rural brasileira apresentou diminuição em mais de seis milhões de habitantes, passando de 35.834.485 em 1991 para 29.29.829.995 em 2010.

Em Santa Catarina e conseqüentemente no conjunto das regiões do estado, esta condição não foi diferente, legitimando os argumentos a este respeito elencados ao longo deste projeto de tese. A população rural catarinense reduziu em termos relativos 25,0% entre os Censos Demográficos de 1991 e 2010, passando de 1.333.457 habitantes em 1991 para 1.000.523 em 2010. Contudo, a saída do meio rural foi continuada entre os anos de 2000 e 2010, quando, neste período, a população rural do estado diminuiu 137.078 habitantes, enquanto entre 1991 e 2000 a redução demográfica foi de 195.856 habitantes. Em termos proporcionais, a população rural do estado passou de 29,4% em 1991 para 16,0% em 2010, e, em termos absolutos, a redução no mesmo período totalizou 332.934 habitantes.

Tabela 3 – População rural e urbana em nível de Brasil, Santa Catarina e Mesorregião Catarinense, conforme os Censos de 1991, 2000 e 2010

Ano	Categoria	Brasil	Santa Catarina	Oeste	Vale do Itajaí	Sul	Norte	Planalto Serrano	Litoral
1991	Rural	35.834.485	1.333.457	518.124	228.537	221.167	154.876	107.817	102.936
	Urbana	110.990.990	3.208.537	532.959	721.690	483.609	676.728	267.304	526.247
	Total	146.825.475	4.541.994	1.051.083	950.227	704.776	831.604	375.121	629.183
	(%) Rural	24,41	29,36	49,29	24,05	31,38	18,62	28,74	16,36
2000	Rural	31.845.211	1.138.429	415.638	194.737	211.999	149.027	88.432	78.596
	Urbana	137.953.959	4.217.931	704.712	1.002.289	597.508	866.768	312.519	734.135
	Total	169.799.170	5.356.360	1.120.350	1.197.026	809.507	1.015.795	400.951	812.731
	(%) Rural	18,75	21,25	37,10	16,27	26,19	14,67	22,06	9,67
2010	Rural	29.829.995	1.000.523	340.149	186.987	171.912	148.934	74.310	78.231
	Urbana	160.925.804	5.247.913	860.563	1.321.993	753.153	1.063.909	332.431	915.864
	Total	190.755.799	6.248.436	1.200.712	1.508.980	925.065	1.212.843	406.741	994.095
	(%) Rural	15,64	16,01	28,33	12,39	18,58	12,28	18,27	7,87

Fonte: elaboração do autor (2019), a partir de dados do IBGE.

A região Oeste do Estado apresenta a maior concentração populacional no meio rural, tanto em termos absolutos quanto em termos relativos. Contudo, o total de residentes na zona rural na referida teve significativa queda ao passar de 518.214 em 1991 para 340.149 em 2010, em outras palavras, uma redução populacional de aproximadamente 179 mil habitantes. Em termos relativos, a redução demográfica da região Oeste significou 53,5% do total do estado, seguido das regiões Sul e Norte com 14,8% e 12,5%, respectivamente.

Apesar da redução de mais de 330 mil pessoas no meio rural entre 1991 e 2010, a maior parte dos municípios catarinenses ainda concentra o maior contingente populacional no espaço rural. De acordo com os dados do Censo Demográfico de 2010, entre os 295 municípios de Santa Catarina, 189 (64,1%) possuíam 30,0% ou mais de sua população residente no espaço rural. Entre 232 municípios com população de até vinte mil habitantes, 187 (80,6%) destes possuem 30,0% ou mais de seus habitantes no meio rural²⁵.

A partir destes dados, ressalta-se a importância do meio rural catarinense tanto em termos socioeconômicos como em termos do da zona rural como um espaço de vida. Entretanto, a redução do contingente populacional no meio rural atrelado ao significativo envelhecimento desta população torna-se um aspecto que brevemente pode alterar as características demográficas do Estado, especialmente aquelas vinculadas à agricultura familiar.

²⁵ A partir desta análise, conclui-se que apenas dois municípios catarinenses com mais de vinte mil habitantes possuem 30,0% ou mais de seus habitantes residentes no espaço rural.

3 CAPÍTULO III: DA POLÍTICA DE MODERNIZAÇÃO À POLÍTICA DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR

[...] Estado tem o desafio de se reorganizar, política e administrativamente para transformar a sociedade, principalmente através do combate à pobreza [...] (COSTA, 2016, p. 8-9).

Neste Capítulo são discorridos inicialmente aspectos introdutórios sobre o Estado, política pública, bem como, sobre o processo de modernização da agricultura brasileira. Em seguida são destacados elementos fundamentais que estabeleceram a política pública do PRONAF no país. O programa é tido como marco histórico de atenção do Estado brasileiro na formulação de política pública específica ao segmento da agricultura familiar do País.

3.1 POSIÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO²⁶

A nossa intenção não é resgatar tais conceitos, isto porque não é o objetivo desta proposta de estudo, que pragmaticamente visa analisar a agricultura familiar e as transformações ocorridas a partir da política pública do PRONAF. O que se pretende é deixar claro a nossa compreensão da existência de um “fio condutor” entre o Estado, o desenvolvimento e as políticas públicas, sendo assim, assumimos como condição necessária para o entendimento do fim proposto neste tese, a descrição daquilo que compreendemos como Estado e de sua posição, especificamente quanto a realidade brasileira.

Em consonância do que viemos conduzindo até este momento e também quanto às próximas seções, a agricultura (inclusive a agricultura familiar), na maioria dos países capitalistas de desenvolvimento avançado e em países em desenvolvimento, sempre contou com apoio e as intervenções do Estado, conforme há muito tempo já nos demonstraram, por exemplo, Veiga (1991), Lamarche (1993-1997), Abramovay (1992). Desse modo, justifica-se o breve registro que será apresentado a seguir em relação à concepção de Estado e o posicionamento legal deste, a partir da Constituição Federal de 1988 em se tratando da realidade brasileira.

Segundo Bosetti (2013), qualquer conceitualização do Estado é inquestionavelmente complexa ao considerar as sociedades modernas e suas estruturas políticas. Bresser-Pereira

²⁶ Optou-se por utilizar a noção genérica utilizada pela maioria dos pesquisadores brasileiros.

(2010, p. 118) define o Estado moderno como o instrumento “[...] através do qual a sociedade politicamente organizada busca realizar seus objetivos comuns no plano político. É através dele que sociedades nacionais, cada vez maiores e mais complexas, regulam e coordenam sua ação econômica e social.”

O Estado é formado por uma condensação de forças em disputas constantes entre classes sociais e frações de classes sociais (POULANTZAS, 1985). Contudo, no caso brasileiro, as atenções e prioridades do Estado ao longo do tempo sempre estiveram condicionados a esses conflitos e tensões, sob domínio dos grupos e forças políticas elitistas que constituíram e ainda constituem a sociedade brasileira (HOLLANDA, 1991; FAORO, 2001).

Na mesma direção, Bobbio, Matteucci e Pasquino (1998) apontam que os setores liberais da elite empresarial atuam como um entrave para um Estado atuante no combate aos problemas sociais como a fome, a pobreza e a miséria. Nestes termos o Estado sempre esteve a serviço da classe burguesa dominante e não nas soluções dos problemas da sociedade.

Apesar desta incapacidade em termos de atendimento das demandas de todo o conjunto da sociedade, Bresser-Pereira (2009, 2017) conclui que o Estado é a grande instituição das sociedades modernas é o Estado, pois é a instituição capaz de regular e coordenar a ação social em uma sociedade nacional constituindo-se em uma espécie de matriz das demais instituições formais do estado-nação.

O Estado no Brasil se constitui sob a égide dos interesses privados que tomaram conta das estruturas estatais na busca de seus interesses econômicos. Para Bosetti (2013), os resquícios da colonização portuguesa emergiram no Estado brasileiro as características patrimonialistas e clientelistas na administração pública que diferenciam as práticas exercidas no país das características universalistas de um Estado moderno. Ainda para o autor, na formação do Estado brasileiro ocorre a predominância dos interesses particulares em detrimento do interesse público (BOSETTI, 2013).

Assim como ocorreu em outros países do mundo, no Brasil o Estado no decorrer do século XX é utilizado como instrumento de apoio ao processo de industrialização. Bresser-Pereira (2012) aponta que os países de capitalismo tardio tiveram que se transformar em um Estado desenvolvimentista no sentido de procurar efetivar o processo *catching up* visando à industrialização e entrada definitiva nas relações do capitalismo avançado. Este movimento em benefício da industrialização e do avanço das relações mercantis também ocorreu no País sob a tutela do Estado, em outras palavras, um estado forte, interventor e ao mesmo tempo que assume uma posição de agente promotor do crescimento econômico.

Segundo Furtado (1974), o estado brasileiro sempre esteve ligado aos processos desenvolvimento, ora subsidiando o empresariado nacional especialmente por meio de financiamentos, ora gerando demanda para o setor industrial através do direcionamento de políticas públicas. No espaço rural, a atenção do Estado, especialmente com o advento da Ditadura Militar, se direcionou na perspectiva da modernização conservadora conforme destacamos anteriormente nesta tese²⁷.

O Estado brasileiro, durante a Ditadura Militar, introjetou em sua estrutura política-ideológica e burocrática a máxima de uma política racionalizadora em torno do desenvolvimento e do progresso do país. O discurso do desenvolvimentismo, já presente nos governos anteriores à ditadura, foi levado aos extremos no âmbito de uma política que restringiu a comunicação do Estado com a sociedade de um modo geral e, ao mesmo tempo, promoveu a abertura de canais de comunicação e relação com segmentos específicos. (BOSETTI, 2013, p. 123).

A partir da Constituição Federal de 1988, a condição de um Estado presente se ampliou, pois a carta magna brasileira assume para si responsabilidades sociais que caracterizam tal ordenamento como “constituição cidadã”. O artigo III da Constituição Federal define entre os objetivos da República Federativa do Brasil três elementos que corroboram com este entendimento, os quais seguem: construir uma sociedade livre, justa e solidária; garantir o desenvolvimento nacional; erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais. Além disso, esta última constituição ainda discrimina a responsabilidade do Estado para com a educação, saúde, segurança social entre outras áreas.

Outro aspecto fundamental proporcionado pela Constituição Federal de 1988 foi a participação social proporcionada a sociedade civil. É a partir desta questão tão importante que o Estado brasileiro se abre para que os atores sociais possam participar e decidir sobre a formulação, implementação, avaliação de políticas públicas, bem como as dotações orçamentárias.

Com a redemocratização do país, alterou-se novamente a relação do Estado com a sociedade, bem como a própria organização burocrática do Estado brasileiro. A passagem de um regime político ditatorial, marcado pela repressão política e restrição às liberdades civis, para um regime político democrático no qual os cidadãos voltam a desfrutar dessas liberdades, implica necessariamente numa nova relação Estado/sociedade. (BOSETTI, 2013, p. 123).

²⁷ No período da ditadura militar no Brasil muitos grupos ligados à agricultura perderam espaço e até a legalidade perante ao Estado Brasileiro. Detalhes em Bosetti (2013).

A partir dos anos de 1990, inicia-se no Governo Fernando Collor de Mello (1990-1992), tendo continuidade nos Governos de Itamar Franco (1992-1994) e Fernando Henrique Cardoso (1995-2001) um novo movimento no entendimento do papel do Estado brasileiro na sociedade. Ocorre um enxugamento do tamanho do Estado, marcado fundamentalmente por exonerações de funcionários públicos, extinção de estatais e privatizações de grandes empresas estatais, como a Empresa Brasileira de Telecomunicações (EMBRATEL), a Empresa de Telecomunicações Brasileiras (TELEBRAS) e a Companhia Vale do Rio Doce (CVD). Estas ações cumprem um compromisso com as premissas neoliberais, as quais assumem a intervenção mínima dos Estados na sociedade.

No Governo Lula (2003-2010) há certa continuidade da perspectiva liberal na economia, contudo, percebe-se que o Estado brasileiro passa a assumir compromissos sociais de uma maneira mais integral, especialmente por meio de políticas públicas. No segundo mandato do Governo Lula intensifica um perfil mais focado no desenvolvimentismo social, subsidiado especialmente pelos saldos positivos gerados pela alta dos preços das *commodities* em nível internacional. Outro aspecto que chama atenção no Governo Lula é a composição de seu quadro de apoio estruturante, pois há uma composição de forças antagônicas que historicamente estiveram em oposição no contexto político brasileiro.

O Governo de Dilma Rousseff (2011-2016) é marcado pela continuidade das macropolíticas do período anterior, em síntese, num primeiro momento ocorre a sequência de um Estado desenvolvimentista com inclusão social, aspecto que este que se diluiu com o enfrentamento de uma crise econômica internacional. Com o agravamento da situação fiscal do Estado brasileiro e o impedimento da referida presidenta, ressurgiu no País uma perspectiva de cunho neoliberal sobre o papel do Estado na sociedade, marcada inicialmente pelo Governo Michel Temer (2016-2018) e que continua claramente no Governo Bolsonaro (2019-2023).

Em suma, o que apresentamos tem por objetivo demonstrar que a opção feita pelo Estado Brasileiro a mais de vinte anos em sua carta magna foi no sentido de adotar uma posição em prol do desenvolvimento, ou seja, uma nação compromissada, pelo menos em sua constituição, em resolver as desigualdades sociais e regionais. Contudo, nos últimos três anos o que se verifica é o estabelecimento de uma visão neoliberal do Estado brasileiro, que apesar disso, continua atuando em prol de segmentos elitizados da sociedade brasileira, inclusive, no âmbito da agricultura que prioriza o modelo patronal/empresarial em detrimento das formas familiares.

Esta é a linha condutora que nos transporta à temática do desenvolvimento e consequentemente à discussão de políticas públicas enquanto mecanismo de superação e/ou superação de problemas públicos. Nesta perspectiva, o Estado assume um papel estratégico tanto para formulação como para efetivação de políticas públicas que visem o desenvolvimento do País.

3.1.2 Aproximação às políticas públicas

No Brasil, o debate em torno da temática das políticas públicas demarca os anos de 1930, entretanto é somente após a Constituição Federal de 1988 que se estabelece no País o campo de estudos em torno das políticas públicas (FARAH, 2011, 2016). É válido ressaltar que muito já foi discutido e escrito na literatura brasileira em torno desta categoria de análise. Dessa forma, a intenção aqui colocada em relação a esta temática constitui-se no sentido de aproximar a compreensão dos conceitos que guiam nosso entendimento sobre políticas públicas, em especial nas relações analíticas com a agricultura familiar.

Uma possibilidade de definição conceitual de política pública emerge do problema público, ou seja, sua capacidade e intenção em responder a um problema de ordem pública. A solução ou alteração de uma determinada realidade social se coloca como objeto do problema público. Conforme Secchi (2016), o problema público é definido como a distância existente entre o *status quo* e uma situação ideal futura desejada.

Muller (2002, p. 48) define uma política pública como sendo: “Un proceso de mediación social, en la medida en que el objeto de cada política pública es tomar a su cargo los desajustes que pueden ocurrir entre um sector y otros sectores, o aun entre um sector y la sociedad global.” Em complemento a este conceito, Muller e Surel (2002) apontam que uma política pública se apresenta como um programa de ação de governo ou de Estado em um ou mais setores da sociedade ou ainda em determinado espaço geográfico.

A criação do PRONAF, por exemplo, é um caso emblemático de problema público, a falta e/ou escassez de crédito rural para agricultores familiares, tido como um significativo problema público para um determinado segmento, levou dado a vários aspectos que veremos mais adiante, ao estabelecimento de uma política pública específica para este fim. Contudo, as definições sobre políticas públicas na literatura se colocam de forma plural e de diversidade conceitual.

O termo *public policy* de origem na língua inglesa nos remete a ideia de ação de decisão na forma intencional ou de resposta a um problema da sociedade. Na língua

portuguesa, o termo política abrange multiplicidade de sentidos, que em síntese, segundo Muller e Surel (2002), tal polissemia representa tanto a esfera da política (*polity*), a atividade política (*politics*), bem como a ação pública (*policies*). Na concepção de Heidemann (2014, p. 31), o termo pode ser entendido “[...] como ações, como práticas, diretrizes políticas, fundadas e expressas em leis e empreendidas como funções de Estado por um governo, ou organizações que façam suas vezes, para resolver questões gerais e específicas da sociedade.”

As políticas públicas não necessariamente se colocam como exclusividade do Estado ou de ações governamentais. As instituições privadas, assim como indivíduos ou grupos, também se inserem no conjunto de atores proponentes de políticas públicas. Com isso, compreendemos a necessidade de que para o adequado estabelecimento de políticas públicas é preciso uma ampla articulação entre o Estado e a sociedade civil.

A este respeito, Farah (2011, p. 820) aponta que nas últimas décadas a ação do Estado passou a “[...] incluir organizações não governamentais, entidades do setor privado e da comunidade e instituições voltadas à inclusão dos cidadãos no processo de formulação, implementação e controle de políticas públicas.” Em afirmação a este aspecto, Grisa (2012) define que as políticas públicas envolvem um conjunto de decisões por parte do Estado, e, além disso, envolve também atores sociais que em conjunto estabelecem uma ordem de ação local.

As políticas públicas se colocam como resultado de várias iniciativas e atores sociais que se engajam coletivamente com um objetivo comum. Essa compreensão nos remete a noção e a importância das políticas públicas como uma categoria analítica, pois contempla em si um constructo social, um quadro normativo de ação, elementos de força pública, competência, além de uma tendência de constituição de uma ordem local (MULLER; SUREL, 2002).

A criação de algumas políticas públicas específicas à agricultura familiar novamente torna-se um exemplo dessa condição, pois a criação dos programas e ações se se caracterizaram pela participação de diversos segmentos da sociedade, como o Estado, os movimentos sociais do campo e o meio acadêmico representado por diversos pesquisadores e intelectuais.

As políticas públicas, tanto de um modo geral quanto as específicas para agricultura familiar, apresentam um ciclo de etapas que contemplam desde a identificação do problema até os processos de avaliação no decorrer e após sua implementação, bem como decisão de sua continuidade ou encerramento.

Jann e Wegrich (2007) consideram as seguintes etapas em relação ao processo de políticas públicas: i) identificação do problema; ii) formação de agenda; iii) formulação de alternativas; iv) tomada de decisão; v) implementação; vi) avaliação; vii) extinção. Contudo, este ciclo de políticas públicas não se apresenta na prática de forma linear, antes pelo contrário se altera de acordo com a dinâmica do problema público que está se propondo solucionar, pelo ambiente político, representados pelos atores em uma “arena política²⁸” de disputa por recursos e atenção do Estado.

Além disso, as políticas públicas passam, nos termos de Arretche (2001), pelas incertezas de sua implementação, ou seja, conforme a autora, os agentes que efetivamente as operam não devem estar alheios aos objetivos, desenhos e aos interesses estabelecidos nos ordenamentos legais. Contudo, esses caminhos de implementação estão sujeitos a constantes mutações invariavelmente tensionados pelos atores sociais que circulam o processo (ARRETCHE, 2001).

Suponhamos, ainda, um programa que envolva uma extensa rede de organizações não-governamentais, cujos gestores aceitem participar do programa por razões inteiramente pragmáticas, mas não partilhem dos mesmos objetivos e concepções dos formuladores e financiadores. É razoável supor que tais agências desempenhem suas funções de acordo com suas próprias referências e até mesmo de acordo com seus próprios objetivos. (ARRETCHE, 2001, p. 48-49).

Acerca da avaliação de políticas públicas, Faria (2005) aponta que o *timing* da avaliação ocorre antes, durante e/ou depois de sua implementação. Ainda para o autor, na atualidade o que mais se discute são as formas de uso da avaliação bem como o *feedback* gerado pelo processo avaliativo (FARIA, 2005). Para Shulha e Cousins (1997), a avaliação de políticas envolve três dimensões: i) instrumental; ii) conceitual; iii) simbólica. Na visão de Draibe (2001, p. 18), em geral, os objetivos da avaliação de políticas públicas em geral se propõem a: “Detectar dificuldades e obstáculos e produzir recomendações, as quais possibilitem, por exemplo, corrigir os rumos do programa ou disseminar lições e aprendizagens.”

Contudo, segundo Surel (2000), o analista de políticas públicas deve estar atento tanto aos objetivos explícitos quanto aos implícitos, às consequências previstas e não previstas para elaborar uma análise adequada quanto a efetivação de qualquer política pública.

²⁸ O termo “arena política” pode ser aprofundado nos trabalhos de: Jobert (1992, 1994, 1995); Muller (2002); Fouilleux (2011).

Para compreensão e interpretação da política pública do PRONAF, objeto central de análise desta tese, foi utilizada a noção de análise cognitiva de políticas públicas, pois, conforme Surel (2000), se insere como resultado das interações sociais, suas representações e valores compartilhados pelos atores sociais.

Neste contexto, conforme os que estamos desenvolvendo ao longo deste projeto, as políticas públicas se colocam como mecanismo e/ou canal/instrumento que o Estado e sociedade possuem para transformação da realidade social mediante a um problema público, tendo como fio condutor desta ligação os atores sociais, suas ideias, interpretações e aprendizados sobre políticas públicas. No âmbito da análise cognitiva de políticas públicas as ideias se referem ao *social learning*, ou seja, as formas de aprender e construir conhecimento por atores sociais ao longo do processo de aprendizado ao ponto que tais sujeitos sejam capazes de alterar as decisões tomadas por atores políticos (TOMAZINI, 2018).

Essa condição nos remete ao entendimento de que as políticas públicas se inserem em processos dinâmicos de transformação e desenvolvimento, ou seja, possuem como objetivo a solução de problemas públicos, o avanço em termos de melhoria das condições de vida do público alvo de tal política e do conjunto da sociedade. Diante disso, esta tese de doutorado se apoia na análise cognitiva de políticas públicas como referencial para avaliação da problemática levantada em sua investigação científica.

3.1.2 Análise cognitiva de políticas públicas

Ao se optar pela análise cognitiva como campo teórico de avaliação de políticas públicas nesta tese, têm-se como compreensão que esta vertente se apresenta como adequada para entender os caminhos percorridos pelo programa de crédito rural PRONAF. Isto porque, conforme Muller e Surel (2002), esta vertente teórico-metodológica contempla matrizes cognitivas e normativas que constituem de interpretação do real, a partir de diferentes atores que compõem sua ação enquanto medida governamental.

Além disso, a luta histórica pelo acesso ao crédito do rural por parte do segmento da agricultura familiar no Brasil coloca em cena a contraposição de atores sociais ao modelo dominante de política pública da agricultura brasileira. Segundo Muller e Jobert (1987), este aspecto pode ser considerado uma alteração no quadro referencial de entendimento na tomada de decisão por atores políticos.

Em relação à análise cognitiva de políticas públicas, Muller e Surel (2002) apontam que as matrizes cognitivas ao serem sustentadas pelos atores sociais são capazes de impor de

certo modo uma problematização de um caso particular. Além da problematização, os autores consideram que análises cognitivas de políticas públicas contemplam outros três momentos essenciais em seu percurso metodológico: dispositivos de estimulação; recrutamento; e, mobilização e efetivação (MULLER; SUREL, 2002).

A interdependência entre configuração de atores e matrizes paradigmáticas pode, igualmente, explicar como grupos, dispendo de poucos recursos, tenham dificuldade de sustentar suas reivindicações no interior do aparelho político administrativo. Na sua análise das políticas da leitura pública na França, Marine de Lassalle pode assim descrever as ações das bibliotecárias como resultantes de uma forma de ‘impotência’. (MULLER; SUREL, 2002, p. 85).

Nesta linha, os autores assumem que, no campo das ideias, a visão de mundo dos atores sociais, mobilizados na resolução de problemas públicos, será facilitada se suas posições, crenças e valores tiverem condições de serem aceitas (MULLER; SUREL, 2002). Ainda sobre esta perspectiva, Grisa (2012) considera que abordagem cognitiva apresenta várias possibilidades de interpretação, não se configurando de forma alguma como homogênea. Para a autora, os principais quadros de análise se vinculam à “referencial”, “fóruns e arenas”, “coalizões de interesses”, “paradigmas”, “narrativas” e “discursos” (GRISA, 2012).

A nossa compreensão dialoga especialmente com o quadro analítico de “coalizões de interesses”, pois como instrumento teórico-metodológico é o que se apresenta mais adequado aos propósitos estabelecidos neste estudo acadêmico. Dito isto, de maneira sintética, iremos descrever tal quadro analítico objetivando uma aproximação a esta perspectiva analítica.

A perspectiva “coalizões de interesses²⁹” foi inicialmente desenvolvida nos Estados Unidos para análise de ambientes de intensos conflitos de interesses ao envolver múltiplos atores (GRISA, 2012). Nesta perspectiva, a política pública, as concepções, os objetivos, as metas e demais instrumentos estão em constante conflito de interesses. Para Sabatier e Weible (2007), a perspectiva de “coalizões e interesses” tem como objetivo compreender os conflitos pertinentes à uma política pública específica ao longo dos anos e, ainda, como tais interesses vão moldando o desenho de tais políticas públicas.

Segundo Cerqueira (2010), tanto os atores sociais e as “coalizões de interesses” no decorrer do aprendizado temporal vão construindo um sentido social e político na defesa de suas ideias e valores frente a grupos com interesses distintos. Ainda para o autor, esse aprendizado se dá em níveis intermediários de conflito, pois nos níveis mais elevados ocorre

²⁹ Advocacy Coalition Framework (ACF).

apenas afirmação de posições, enquanto em níveis de baixa coalizção a mobilização gerada não motiva avanço intelectual no jogo político (CERQUEIRA, 2010).

Em síntese, a perspectiva “coalizções e interesse”, imbricada na análise cognitiva de políticas públicas, assume no campo das ideias crenças específicas que surgem e se confrontam a partir de interesses em coalizações a partir de um ambiente. Tal perspectiva é adequada às pesquisas que envolvem o PRONAF, pois, como viemos desenvolvendo ao longo desta tese de doutorado, se constitui em uma política pública oriunda de interesses de grupos de atores sociais e que desde seu estabelecimento está sob pleno jogo de “coalizções e interesses” enquanto política pública e a consequente atenção do Estado brasileiro.

3.2 POLÍTICAS PÚBLICAS À AGRICULTURA: DA MODERNIZAÇÃO AO PRONAF

Na literatura brasileira há certo consenso entre os principais autores que nos remete ao entendimento que o segmento da agricultura rural familiar historicamente esteve à margem das políticas públicas de fomento ao desenvolvimento rural. Esta condição tem sua trajetória alterada somente em meados da década de 1990 no País, quando uma série de aspectos tornou o estabelecimento de programas específicos à categoria viáveis tanto do ponto de vista político como econômico e social.

É nesta esteira que tanto Grisa e Schneider (2014) quanto Cazella *et al.* (2016) afirmam que é a partir da década de 1990 que a agricultura familiar passa a ser reconhecida e contemplada com políticas específicas, especialmente pelo advento da Constituição Federal de 1988³⁰. Contudo, a compreensão da concepção e do estabelecimento de tais ações em prol do segmento familiar no exige retroceder um pouco mais longe à história com objetivo de resgatar aspectos importantes que levaram a esse “clima favorável” de reconhecimento por parte do Estado brasileiro no final na última década do século XIX.

Iniciamos nosso debate sobre a temática pelo processo de modernização da agricultura brasileira ocorrida principalmente nos anos de 1950 e 1960. Esse fenômeno, como muito já discorrido em texto acadêmicos, não contemplou, ou para se utilizar os termos de Abramovay (1992), não priorizou os agricultores do modelo familiar em seu processo “modernizante”. Antes pelo contrário, entre as principais consequências, massas de agricultores familiares se viram obrigados a deixar o campo, dado a escolha do projeto de desenvolvimento da agricultura brasileira baseada na grande propriedade, poucas culturas, cujo destino da

³⁰ Segundo Grisa e Schneider (2014), a Constituição Federal de 1988 pode ser considerada o marco inicial das transformações no que se refere às relações entre o Estado e a sociedade civil.

produção em sua ampla maioria era venda ao mercado internacional (GRAZIANO DA SILVA, 1982).

No campo das políticas públicas para o meio rural, resgatamos a institucionalização da principal política de apoio à agricultura brasileira de todos os tempos. Estamos nos referindo ao Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), criado pela Lei n. 4.829, de 05 de novembro de 1965, o qual estabeleceu entre seus objetivos o fortalecimento econômico principalmente dos pequenos produtores rurais. Contudo, na prática esta questão ficou apenas na legislação, pois de fato o crédito rural subsidiado foi concedido principalmente de forma linear, alcançando e beneficiando especialmente os grandes produtores rurais das regiões Sul e Sudeste do País (GRAZIANO DA SILVA, 1982; SORJ, 1980; DELGADO, 2010).

Nesta esteira, se estabelece a modernização da agricultura brasileira, que se deu orientada para o modelo da grande propriedade exportadora, principalmente de *commodities*, pela passagem do processo de integração da agricultura com a indústria e a absorção intensiva de máquinas, veículos, equipamentos e implementos por parte da agricultura nacional. Em paralelo a estes aspectos ocorre a tecnificação, bem como a especialização produtiva que juntas proporcionam uma mudança significativa nos processos produtivos (SORJ, 1980; GRAZIANO DA SILVA, 1982; DELGADO, 1985; MARTINI, 1991).

Este processo desencadeou a penetração estrutural do capital financeiro nas relações da agricultura brasileira. As trocas mercantis e a integração com os mercados se estabelecem tanto pela maior oferta de produtos em termos de volume quanto também as próprias demandas geradas pelo novo padrão produtivo. Os instrumentos de apoio do Estado brasileiro à modernização da agricultura brasileira se deram por meio do estabelecimento de políticas públicas, especialmente o crédito rural, materializado institucionalmente com a criação em 1964 do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR)³¹.

Nos termos de Graziano da Silva (1982), a modernização ocorrida na agricultura brasileira se deu de forma conservadora, “dolorosa” e excludente. Isto porque o fenômeno da modernização trouxe consequências diretas para organização e reprodução da agricultura familiar no país. Esta afirmação legitima-se na medida em que se torna indissociável a relação entre o processo de modernização da agricultura nacional e a trajetória da agricultura familiar brasileira. Martini (1991) classifica este processo modernizante em três fases distintas: i) Fase I (1965/1979) – período onde o crédito rural foi o instrumento utilizado para realização da modernização, visto que neste período o crédito rural foi farto e barato aos grandes e muito

³¹ Delgado (1985) nos chama a atenção de que a política de crédito rural demarca um período anterior à institucionalização do SNCR.

grandes produtores; ii) Fase II (1980/1984) – período de recessão econômica e consequentemente redução dos beneficiados com o crédito rural (o grupo ficou ainda mais seletivo), apesar disso, a agricultura em grande escala não foi significativamente afetada; iii) Fase III (1985/1989) – período marcado pelo significativo incremento da produção agrícola, especialmente dos produtos destinados à exportação.

Para, além disso, Delgado (2010) sintetiza as principais características da modernização conservadora em seis aspectos gerais: (1) o crédito agrícola subsidiado concentrado nas regiões Sul e Sudeste; (2) privilégio principalmente aos grandes produtores e alguns médios, aumentando a concentração fundiária; (3) favorecimento de produtos agrícolas destinados à exportação; (4) modernização da agricultura esteve intimamente associada a uma onda de internalização a chamada “industrialização da agricultura” ou de “revolução verde”; (5) aproveitamento da conjuntura internacional extremamente favorável, principalmente à entrada de capitais, preços e demanda; (6) promoção de uma violenta expulsão de mão de obra do campo, especialmente nas regiões onde a modernização foi mais intensa. Nestes termos, o SNCR foi o instrumento que “cimentou” as relações técnicas na agricultura, especialmente quanto sua integração com a indústria (DELGADO, 1985).

Em resumo, o processo de modernização da agricultura brasileira foi marcado pelas ações do Estado por meio de políticas públicas, em benefício principalmente dos interesses dos grandes produtores rurais empresariais (LEITE, 2001). Neste cenário, a categoria da agricultura familiar, torna-se, por uma questão de sobrevivência, um ator político, que a partir da modernização se fortalece em termos de organização política e além de lutar pelo acesso a terra também se coloca como requerente de outras políticas públicas em apoio ao segmento (GRAZIANO DA SILVA, 1982).

Em face desse isolamento em termos de acesso às políticas, especialmente as linhas de crédito do SNCR no final dos anos de 1960 e início dos anos de 1970, os agricultores familiares fortaleceram as ações em conjunto no sentido de buscar junto ao Estado, alternativas que os inserissem na agenda de beneficiários das políticas de apoio à agricultura nacional³². Entretanto, essas organizações sociais, lideradas especialmente pela CUT e a CONTAG, que não tiveram espaço para diálogo com o governo, especialmente por se tratar do período do regime militar³³.

³² Em 1960, apenas 8,2% das unidades rurais acessavam o crédito rural; em 1980, 15 anos após a criação do SNCR, a cobertura alcançou 21% (LEITE; WESZ JUNIOR, 2014).

³³ Detalhes sobre as condições do sindicalismo no Brasil no período do regime militar, consultar: Medeiros (1988); Novaes (1991); Boito Junior (1991).

Grisa e Schneider (2015) apontam que esse período foi caracterizado como um momento histórico de passagem de uma conduta conciliadora para uma conduta reivindicatória em relação às ações e pautas dos movimentos sociais do campo. Favaretto (2006a, p. 29) considera este momento do sindicalismo rural brasileiro como um movimento de “retomada das lutas e mobilizações social em pleno contexto da ditadura” e também como “[...] a emergência de lideranças fortes e de experiências inovadoras que questionaram a tradição sindical anterior.”

Santos (2011, p. 96) aponta que o final dos anos de 1970 marca:

Uma mudança do movimento sindical em relação às formas de luta, passando a predominar as mobilizações massivas em greves de assalariados, reivindicações **de política agrícola e previdência social diferenciadas para os pequenos produtores**, protestos contra a expulsão de posseiros e de desalojados pela construção de barragens e hidrelétricas. Os trabalhadores rurais passaram a afirmar sua identidade e presença autônoma na vida política brasileira, ainda que organizados em diferentes tipos de entidades (sindicatos, oposições sindicais, comunidades de base da Igreja Católica e diversos tipos de associações) e com divergências e disputas entre os próprios movimentos e organizações. (Grifo do autor).

O fortalecimento da ação sindical dos trabalhadores rurais em âmbito nacional proporcionou desde o início da década de 1980 condições de estabelecimento de pautas reivindicatórias. Entre as principais demandas, a reforma agrária continuava como principal bandeira, ou seja, uma requisição histórica por parte desses movimentos sociais. Em paralelo, o crédito rural se coloca como um instrumento estratégico no entendimento da categoria social, para o desenvolvimento da agricultura familiar. Grisa e Schneider (2014, p. 25) avaliam que esse revigoramento do movimento sindical tornaram “[...] visíveis as precárias condições de reprodução social dos pequenos produtores e, cada vez mais, reclamaram a intervenção do Estado na construção de políticas públicas adequadas as suas particularidades, destacando-se a reforma agrária e o crédito rural.”

Em continuidade, Favaretto (2006a) afirma que, com o advento da redemocratização política do País, as reivindicações dos segmentos sociais representativos dos agricultores familiares e trabalhadores rurais se aglutinaram em três grandes linhas. A primeira é a reforma agrária, a segunda é a garantia de direitos trabalhistas e a terceira são as políticas agrícolas diferenciadas para o segmento rural familiar, especialmente o crédito rural.

É neste cenário, o qual viemos descrevendo até aqui, que o segmento da agricultura familiar por meio de movimentos sociais se mobilizou na primeira metade da década de 1990 no sentido de acentuar reivindicação de políticas que pudessem fortalecer o segmento. Na

medida em que se busca tais políticas, ao mesmo tempo estas ações procuram superar as fragilidades sociais vivenciadas historicamente por esta categoria no País. Sobre este aspecto, Grisa e Schneider (2014, p. 27) apontam que os movimentos sociais “[...] recrudesceram sua postura propositiva e por meio de mobilizações sociais expressivas (como os Gritos da Terra Brasil, cujo primeiro foi realizado em 1994) passaram a exigir políticas específicas para a categoria, bem como a participação na construção destas.”

Em conjunto a estes aspectos, outras condições foram fundamentais no plano histórico para construção e concepção de políticas públicas para agricultura familiar. A primeira medida está associada à mudança de entendimento do papel da agricultura familiar no desenvolvimento por parte do meio acadêmico, especialmente a contribuição dos estudos de Abramovay (1992), Lamarche (1993-1997) e Veiga (1991). A agricultura familiar deixar de ser entendida no País como sinônimo de atraso e passa a ser compreendida como fundamental nos processos desenvolvimento do Brasil. Schneider, Shiki e Belik (2010, p. 235) consideram que esse movimento no meio acadêmico possibilitou que: “The debate conferred an extraordinary legitimacy on family farming [...]”.

Uma segunda condição diz respeito ao desenvolvimento de um estudo em parceria entre a FAO/INCRA no ano de 1994, que estabeleceram as principais diretrizes para formulação e construção de políticas públicas específicas para agricultura familiar (GUANZIROLI *et al.*, 2001; MATTEI, 2006b). A esse respeito, Schneider, Cazella e Mattei (2004, p. 22) consideram que: “Os estudos realizados conjuntamente pela FAO/INCRA definem com maior precisão conceitual a agricultura familiar e, mais ainda, estabelecem um conjunto de diretrizes que deveriam nortear a formulação de políticas públicas.”

A terceira condição se estabelece no plano político, pois, com a ampla associação de representantes sindicais do campo aos partidos de esquerda, especialmente ao Partido dos Trabalhadores (PT), grandes mobilizações se materializaram, como Jornada Nacional de Lutas e Grito da Terra, que naquele momento coadunou, reforçou a necessidade de estabelecimento da primeira política pública específica de apoio ao conjunto da agricultura família. Isto porque, nas esferas internas do Governo Federal à época, se fortalecem os discursos e movimentos em defesa de ações que fosse capaz de atender as singularidades da agricultura familiar em termos de política pública.

A visão econômica e política neoliberal do então presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) é outro elemento importante para legitimação à época da primeira política pública específica para agricultura familiar no País, pois a ação governamental iria de

encontro a estas premissas e visava à correção das “falhas de mercado”, principalmente o combate à fome e à pobreza no meio rural (SABOURIN, 2017).

A ação inicial daquilo que viria a se tornar o PRONAF em 1995 foi o PROVAPE criado em 1994, tendo como principal finalidade do programa a concessão de uma linha de crédito específica para agricultura familiar. O contexto existente nos primeiros anos de 1990 foi determinante para o estabelecimento do programa (BIANCHINI, 2015). O destaque de Bianchini (2015, p. 23) para as normas do PROVAPE legitimam sua condição como projeto piloto do PRONAF.

A Resolução 2.101, de 24 de agosto de 1994, que estabelece as normas de crédito rural de custeio do PROVAPE, já apresenta como critérios para caracterizar pequenos produtores rurais: área de até 4 MF, 80% da renda bruta com origem na agricultura e não ter empregados permanentes. A taxa de juros definida foi de 4% ao ano. Os créditos teriam que ser apresentados em grupos de até 20 agricultores, formalizando-se, no entanto, contratações individuais.

Na mesma direção, para Schneider, Cazella e Mattei (2004), apesar dos resultados do PROVAPE não terem sido expressivos, a importância do programa se coloca no fato de possibilitar as condições para construção de uma política pública adequada ao segmento da agricultura familiar.

3.2.1 Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)

Neste cenário, o qual viemos descrevendo até aqui, é criado o PRONAF em 1996 por meio do Decreto Presidencial n. 1.946/1996 de 28 julho de 1996³⁴. A partir do PRONAF, os agricultores familiares passam a ter acesso a linhas de financiamento com taxas de juros abaixo do que tradicionalmente praticava o mercado financeiro tradicional, com prazos maiores, subsídios e, também, assegurando condições de pagamento adequadas à realidade da agricultura familiar (CARNEIRO, 1997).

Para Schneider, Cazella e Mattei (2004), a implementação do PRONAF significou o reconhecimento e a legitimação do Estado, em relação às especificidades de toda uma nova categoria social representada pelos agricultores familiares. Na concepção de Gazolla e Schneider (2013), o PRONAF é tido como um marco na intervenção do Estado, por ser uma política pública específica para agricultura familiar, que em outros momentos históricos estiveram em segundo plano para acesso aos recursos financeiros.

³⁴ No contexto histórico é importante ressaltar a elaboração do PLANAF em 1995.

O PRONAF marca um novo momento nas relações do Estado com o segmento da agricultura familiar que vão muito além da criação de uma linha de financiamento exclusiva à categoria. Sobre isto, Mattei (2014b, p. 75) afirma que o “[...] PRONAF se tornou um instrumento fundamental para discussão do desenvolvimento rural no país, pois seu significado para definição das estratégias de reprodução social dos agricultores familiares.”

Inicialmente, o programa foi estruturado a partir das seguintes diretrizes, a saber: a) melhorar a qualidade de vida no segmento da agricultura familiar, mediante promoção do desenvolvimento rural de forma sustentada, aumento de sua capacidade produtiva e abertura de novas oportunidades de emprego e renda; b) proporcionar o aprimoramento das tecnologias empregadas, mediante estímulos à pesquisa, desenvolvimento e difusão de técnicas adequadas à agricultura familiar, com vistas ao aumento da produtividade do trabalho agrícola, conjugado com a proteção do meio ambiente; c) fomentar o aprimoramento profissional do agricultor familiar, proporcionando-lhe novos padrões tecnológicos e gerenciais; d) adequar e implantar a infraestrutura física e social necessária ao melhor desempenho produtivo dos agricultores familiares, fortalecendo os serviços de apoio à implementação de seus projetos, à obtenção de financiamento em volume suficiente e oportuno dentro do calendário agrícola e o seu acesso e permanência no mercado, em condições competitivas; e) atuar em função das demandas estabelecidas nos níveis municipal, estadual e federal pelos agricultores familiares e suas organizações; f) agilizar os processos administrativos, de modo a permitir que os benefícios proporcionados pelo Programa sejam rapidamente absorvidos pelos agricultores familiares e suas organizações; g) buscar a participação dos agricultores familiares e de seus representantes nas decisões e iniciativas do Programa; h) promover parcerias entre os poderes públicos e o setor privado para o desenvolvimento das ações previstas, como forma de se obter apoio e fomentar processos autenticamente participativos e descentralizados; i) estimular e potencializar as experiências de desenvolvimento, que estejam sendo executadas pelos agricultores familiares e suas organizações, nas áreas de educação, formação, pesquisas e produção, entre outras (BRASIL, 1996).

Para alcançar tais diretrizes e seus objetivos, o PRONAF foi organizado operacionalmente em quatro áreas distintas, que em conjunto visavam o fortalecimento do segmento. A primeira área dizia respeito à negociação e articulação em torno da política pública, ou seja, toda uma estrutura de participação social, em nível local, regional e nacional. A segunda está ligada à instalação e melhoria destas no âmbito dos municípios, e a terceira está ligada ao financiamento das atividades produtivas, o crédito propriamente dito nas

modalidades de custeio e investimento. Por fim, a quarta área diz respeito à orientação e capacitação técnica de agricultores familiares e suas organizações por meio de pesquisa e extensão (AQUINO; SCHNEIDER, 2015; MATTEI, 2015).

Contudo, ao considerar às limitações para implementação do programa em sua totalidade, tendo como principal entrave o elevado custo e que o principal problema à época era a restrição de acesso ao crédito rural por parte do segmento familiar, nas palavras de Aquino e Schneider (2015, p. 58): “O governo elegeu o ‘financiamento da produção’ ou melhor, o PRONAF-Crédito como principal instrumento a ser utilizado para promover ‘um novo padrão de desenvolvimento sustentável’ no campo.”

O programa estabeleceu critérios específicos para que os agricultores familiares fossem enquadrados como público alvo do programa. Tais critérios se constituíram em: i) possuir, pelo menos, 80% da renda familiar originária da atividade agropecuária; ii) deter ou explorar estabelecimentos com área de até quatro módulos fiscais; iii) explorar a terra na condição de proprietário, meeiro, parceiro ou arrendatário; iv) utilizar mão de obra de predominância familiar, podendo, manter até dois empregados permanentes (SCHNEIDER; CAZELLA; MATTEI, 2004; BRASIL, 1996).

Apesar disso, o PRONAF em seus primeiros anos efetivou uma discriminação em seu público alvo, priorizando aqueles com maior nível de renda monetária. Esta afirmação é comprovada a partir das operações do PRONAF, que em média foram destinadas em mais de 70,0% de suas operações somente à região Sul do País entre 1996 e 1998. Em complemento, o estado de Santa Catarina no primeiro ano do programa (1996) foi o segundo estado brasileiro com maior volume de crédito contratado, ficando naquele ano apenas atrás do estado do Rio Grande do Sul. Além disso, a maior parte dos contratos efetivados na região Sul se concentraram em poucas culturas ligadas às cadeias produtivas do agronegócio.

Ao longo dos anos, o PRONAF passou por diversas reformulações no sentido de alteração das regras de funcionamento, bem como do estabelecimento de novos grupos e/ou categorias. Segundo Mattei (2015), entre 1996 e 1999, o programa passou por pequenas modificações que tiveram como objetivo ampliar o quadro de agricultores familiares postulantes ao programa, e como a redução da taxa de juros dos financiamentos, que passou de 12% ao ano em 1996 para 6,75% ao ano em 1999. Outros dois aspectos importantes na trajetória do PRONAF neste período devem ser ressaltados, o primeiro diz respeito ao financiamento em grupos de cinco ou mais agricultores com corresponsabilidade entre os

mesmos em relação ao pagamento do financiamento, ou seja, os agricultores pertencentes ao mesmo grupo eram responsáveis em conjunto pelo compromisso financeiro de todos³⁵.

O segundo aspecto está relacionado à criação de linhas de financiamento por estratificação dos beneficiários, os quais foram classificados pelo nível de renda familiar (SCHNEIDER; CAZELLA; MATTEI, 2004). Já para Mattei (2015), essas alterações buscaram adequar o programa à realidade da agricultura familiar brasileira. Em relação às categorias beneficiadas no interior da agricultura familiar com o PRONAF, estas foram definidas pela Resolução do Banco Central do Brasil n. 2.629, de 10 de agosto de 1999, a qual classificou os beneficiários do crédito PRONAF em seis estratos, conforme a seguir.

Quadro 2 – Categorias beneficiárias do PRONAF segundo resolução 2.629/1999

Grupo	Descrição
Grupo A	Agricultores familiares assentados pelo Programa Nacional de Reforma Agrária que não contrataram operação de investimento no limite individual permitido pelo Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (PROCERA).
Grupo B	Agricultores familiares e trabalhadores rurais que explorem parcela de terra na condição de proprietário, posseiro, arrendatário, parceiro ou concessionário do Programa Nacional de Reforma Agrária; residem na propriedade ou em aglomerado urbano ou rural próximos; não dispõem, a qualquer título, de área superior a quatro módulos fiscais, quantificados segundo a legislação em vigor; obtêm renda familiar oriunda da exploração agropecuária ou não agropecuária do estabelecimento; tem o trabalho familiar como base na exploração do estabelecimento.
Grupo C	Agricultores familiares e trabalhadores rurais que explorem parcela de terra na condição de proprietário, posseiro, arrendatário, parceiro ou concessionário do Programa Nacional de Reforma Agrária; residem na propriedade ou em aglomerado urbano ou rural próximos; não dispõem, a qualquer título, de área superior a quatro módulos fiscais, quantificados segundo a legislação em vigor; obtêm, no mínimo, 80% da renda familiar da exploração agropecuária e não agropecuária do estabelecimento; têm o trabalho familiar como predominante na exploração do estabelecimento, utilizando apenas eventualmente o trabalho assalariado, de acordo com as exigências sazonais da atividade agropecuária.
Grupo A/C	Agricultores familiares oriundos do processo de reforma agrária e que passam a receber o primeiro crédito de custeio após terem obtido o crédito de investimento inicial que substituiu o antigo programa de apoio aos assentados.
Grupo D	Agricultores familiares e trabalhadores rurais que explorem parcela de terra na condição de proprietário, posseiro, arrendatário, parceiro ou concessionário do Programa Nacional de Reforma Agrária; residem na propriedade ou em aglomerado urbano ou rural próximos; não dispõem, a qualquer título, de área superior a quatro módulos fiscais, quantificados segundo a legislação em vigor; obtêm, no mínimo, 80% da renda familiar da exploração agropecuária e não agropecuária do estabelecimento.
Grupo E	Agricultores Familiares com renda bruta anual entre R\$ 40.000,00 a 60.000,00. Os limites de financiamento para custeio são de R\$ 28.000,00, com juros de 7,25% ao ano e prazo de pagamento de dois anos. Já para investimento, o limite de financiamento é de R\$ 36.000,00, com juros idênticos ao crédito de custeio e prazo de pagamento de até 8 anos, com 3 são de carência, sem previsão de descontos.*

* Valores referentes ao ano da resolução (1999).

Fonte: elaboração do autor (2019), a partir de Brasil (1999a).

Segundo Mattei (2015), o estabelecimento do Grupo B significou a contemplação de agricultores familiares e remanescentes de quilombos, trabalhadores rurais e indígenas. Outro elemento em prol desse público que não pode ser esquecido é a criação ainda em 1997 do

³⁵ Acerca das percepções sobre a participação dos agricultores familiares nos “grupinhos”, ver Fossá (2015).

“Pronafinho” (Grupo C), linha de financiamento criada também para atender o conjunto de agricultores familiares em situação de maior vulnerabilidade social. Contudo, Cazella *et al.* (2016) apontam que os resultados alcançados por meio do Grupo B e outras iniciativas não foram expressivos e pouco contribuíram para superação da pobreza de seu público alvo.

Ainda no ano de 1999, com a criação do MDA, o PRONAF deixa de ser gerido pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e passa a ser coordenado pelo MDA. É importante ressaltar que, assim como o PRONAF, as demais estruturas ligadas à agricultura familiar, como a reforma agrária passaram a integrar o novo ministério. É importante ressaltar que com a institucionalização do MDA os assuntos da agricultura familiar e, conseqüentemente, o PRONAF ganharam força e legitimidade no âmbito do Governo Federal quanto a busca dos interesses da categoria.

Já em 2003, no Governo Lula, ocorre uma transferência do PRONAF – Infraestrutura que atuava no âmbito dos municípios para a então recém-criada Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) que, a partir de então, iria desenvolver via Programa Nacional de Desenvolvimento dos Territórios Sustentáveis (PRONAT) a noção de desenvolvimento territorial, tanto rural como urbano. Apesar disso, de acordo com a visão de Mattei (2015), as ações desta nova estrutura institucional continuariam vinculadas ao fomento e apoio à agricultura familiar.

Com o passar dos anos, especialmente a partir do segundo mandato do Governo FHC e principalmente nos dois mandatos do presidente Lula, o programa ganha capilaridade nacional, expandindo-se para todas as regiões do País, com maior destaque para a região Nordeste. Essa expansão pode ser explicada de forma sintética através de dois aspectos, o primeiro se relaciona com a publicação da Resolução n. 2.766/2000 do Banco Central, a qual possibilitou que as taxas de juros do programa fossem fixadas e progressivamente reduzidas, chegando em algumas operações a ser de 1,0% ao ano. Além disso, os prazos de pagamento dos financiamentos foram expandidos possibilitando melhores condições e/ou condições adequadas ao conjunto da agricultura familiar brasileira.

O segundo aspecto se dá em função do crescimento significativo do sistema bancário brasileiro atuante nas operações do PRONAF. Este crescimento ocorre sistematicamente via Banco do Brasil, mas, sobretudo, principalmente via cooperativas de crédito rural, que após sua consolidação nas regiões Sul e Sudeste se expandem para as demais regiões brasileiras. Para o PRONAF, tais cooperativas se colocam como determinantes na cobertura do programa em todo território nacional no decorrer da primeira década do século XXI.

Em continuidade, segundo Schneider, Cazella e Mattei (2004), ainda no Plano Safra 2003/2004 ocorreu a criação de novas linhas de financiamento com fins e públicos específicos no interior da agricultura familiar. As novas modalidades, como também são conhecidas, criadas no referido Plano Safra foram: i) PRONAF Alimentos, com o objetivo de estimular a produção de cinco alimentos básicos (arroz, feijão, milho, mandioca e trigo); ii) PRONAF Pesca, com o objetivo de apoiar os pescadores artesanais; iii) PRONAF Agroecologia, com o objetivo de apoiar a produção agroecológica e os agricultores em transição; iv) PRONAF Turismo Rural, com o objetivo de apoiar a implantação de atividades turísticas nas propriedades rurais; v) PRONAF Mulher; vi) PRONAF Jovem Rural; vii) PRONAF Semiárido; viii) PRONAF Máquinas e equipamentos (SCHNEIDER; CAZELLA; MATTEI, 2004, p. 7). Contudo, estas modalidades não conseguiram atingir um amplo desenvolvimento no interior da agricultura familiar brasileira, sendo que Aquino, Gazolla e Schneider (2017) classificam o desempenho das linhas do PRONAF voltadas ao desenvolvimento sustentável como baixo e irregular ao se considerar a trajetória das concessões de crédito PRONAF com este fim.

A expansão a qual nos referimos anteriormente se dá tanto em número de contratos como em volume de recursos acessados, isto porque o montante distribuído pelo PRONAF passou de R\$ 2,10 bilhões no Ano-Safra 1999/2000 para R\$ 13,3 bilhões no Ano-Safra 2010/2011. Já o número de contratos passou de aproximadamente 791 mil em 1999 para algo em torno de 1,6 milhão de contratos em 2010. O ano de 2006 registra o maior número de contratações do PRONAF em toda a história do programa, onde foram efetivados aproximadamente 2,5 milhões de contratos em todo o Brasil. Uma das possíveis explicações para este fenômeno foi a garantia por parte do Governo Federal que iria honrar os agentes financeiros em caso de inadimplência dos contratos de linhas direcionadas a agricultores mais fragilizados.

No ano de 2008 foram extintas as categorias e/ou grupos C, D e E, os quais os agricultores enquadrados nestas categorias passaram a ser enquadrados genericamente como agricultores familiares. Em conjunto a isto, as taxas de juros passaram a ser discriminadas pelo valor do financiamento contratado. Contudo, o acesso aos financiamentos, tanto de custeio quanto de investimentos, passou a ser organizado de acordo com o rendimento do grupo familiar nos últimos 12 meses anteriores a contratação do crédito. Já as categorias A, B e A/C permaneceram inalteradas quanto ao seu enquadramento funcional ao PRONAF (Quadro 3).

Ainda no decorrer da primeira década dos anos 2000, especificamente no ano de 2009, como uma das estratégias de enfrentamento da crise internacional, o Governo Federal lança o PRONAF Mais Alimentos³⁶, que por sua vez teve por objetivo financiar investimentos em infraestrutura produtiva da propriedade familiar e, conseqüentemente, criar e/ou ampliar as condições necessárias para o aumento da produção e da produtividade no País. Os financiamentos para a linha Mais Alimentos podem ocorrer tanto na forma individual quanto de maneira coletiva e as taxas de juros variam ao ano, de acordo com as especificidades de cada Plano/Safra.

A linha de financiamento do PRONAF Mais Alimentos exige por parte do agricultor familiar um projeto de viabilidade no qual conste às finalidades na qual se pretende realizar o investimento requerido via o programa. Além do projeto, naturalmente a DAP se coloca como outro requisito para acesso aos recursos do PRONAF Mais Alimentos. Rambo (2014, p. 72) aponta que a linha do PRONAF Mais Alimentos permite ao agricultor familiar o financiamento de praticamente “[...] todas as atividades relacionadas à agricultura, servindo como mecanismo de crédito para aquisição desde animais até veículos para transporte da produção ou ainda softwares para gerenciamento da propriedade.”

Os financiamentos via PRONAF Mais Alimentos ficaram marcados pela ampla aquisição por parte do conjunto de agricultores familiares por um modelo de trator de pequeno porte disponível no mercado para este fim e ainda pela compra de automóveis com caçamba (*Pick-Up*). Contudo, em uma perspectiva crítica, Aquino e Schneider (2015) apontam que o PRONAF Mais Alimentos reforçou um novo quadro de modernização desigual no interior da agricultura familiar, concentrando suas operações e recursos principalmente nos agricultores familiares consolidados das regiões Sul e Sudeste do País.

Atualmente, os financiamentos do PRONAF suscetíveis à financiamento por parte dos agricultores familiares estão distribuídas em 12 linhas conforme descrito no Quadro 3.

³⁶ Em contrapartida, a linha de financiamento também visava o incentivo à indústria nacional.

Quadro 3 – Linhas de financiamento do PRONAF em funcionamento

Linha de Crédito	Descrição
PRONAF Custeio	Destina-se ao financiamento das atividades agropecuárias e de beneficiamento ou industrialização e comercialização de produção própria ou de terceiros enquadrados no PRONAF.
PRONAF Mais Alimentos – Investimento	Destinado ao financiamento da implantação, ampliação ou modernização da infraestrutura de produção e serviços, agropecuários ou não agropecuários, no estabelecimento rural ou em áreas comunitárias rurais próximas.
PRONAF Agroindústria	Linha para o financiamento de investimentos, inclusive em infraestrutura, que visam o beneficiamento, o processamento e a comercialização da produção agropecuária e não agropecuária, de produtos florestais e do extrativismo, ou de produtos artesanais e a exploração de turismo rural.
PRONAF Agroecologia	Linha para o financiamento de investimentos dos sistemas de produção agroecológicos ou orgânicos, incluindo-se os custos relativos à implantação e manutenção do empreendimento.
PRONAF Eco	Linha para o financiamento de investimentos em técnicas que minimizam o impacto da atividade rural ao meio ambiente, bem como, permitam ao agricultor melhor convívio com o bioma em que sua propriedade está inserida.
PRONAF Floresta	Financiamento de investimentos em projetos para sistemas agroflorestais; exploração extrativista ecologicamente sustentável, plano de manejo florestal, recomposição e manutenção de áreas de preservação permanente e reserva legal e recuperação de áreas degradadas.
PRONAF Semiárido	Linha para o financiamento de investimentos em projetos de convivência com o semiárido, focados na sustentabilidade dos agroecossistemas, priorizando infraestrutura hídrica e implantação, ampliação, recuperação ou modernização das demais infraestruturas, inclusive aquelas relacionadas com projetos de produção e serviços agropecuários e não agropecuários, de acordo com a realidade das famílias agricultoras da região Semiárida.
PRONAF Mulher	Linha para o financiamento de investimentos de propostas de crédito da mulher agricultora.
PRONAF Jovem	Financiamento de investimentos de propostas de crédito de jovens agricultores e agricultoras.
PRONAF Custeio e Comerc. de Agroindústrias Familiares	Destinada aos agricultores e suas cooperativas ou associações para que financiem as necessidades de custeio do beneficiamento e industrialização da produção própria e/ou de terceiros.
PRONAF Cota-Parte	Financiamento de investimentos para a integralização de cotas-partes dos agricultores familiares filiados a cooperativas de produção ou para aplicação em capital de giro, custeio ou investimento.
Microcrédito Rural	Destinado aos agricultores de mais baixa renda, permite o financiamento das atividades agropecuárias e não agropecuárias, podendo os créditos cobrirem qualquer demanda que possa gerar renda para a família atendida. Créditos para agricultores familiares enquadrados no Grupo B e agricultoras integrantes das unidades familiares de produção enquadradas nos Grupos A ou A/C ³⁷ .

Fonte: elaboração do autor (2020), a partir de Brasil (2016).

No que se refere à taxa de juros do PRONAF, entre 2012 e 2015, o valor de 4,0% ao ano foi o maior percentual praticado pelo programa. A partir do plano Safra 2015/2016, esse percentual máximo foi reajustado para 5,5% ao ano e vem sendo praticado nestes patamares desde então nos Planos Safras posteriores até 2020/2021. Em contrapartida, à taxa de juros para as contratações do PRONAF Custeio, observados alguns requisitos, se mantiveram em

³⁷ As condições de financiamento das linhas de crédito constam nas informações de cada Plano/Safra, disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-creditorural/linhas-de-cr%C3%A9dito>>.

2,5% ao ano³⁸. Contudo, nas operações do Microcrédito Grupo B e PRONAF Mulher Grupo B, a taxa de juros se manteve estabelecida em 0,5% ao ano, com limite de concessão estabelecido em R\$ 15 mil anuais e com bônus para os agricultores familiares que se mantiveram adimplentes com seus compromissos junto ao programa PRONAF. As demais linhas de crédito do PRONAF constantes no Quadro 3 possuem suas taxas fixadas em 2,5% e 5,0% ao ano, conforme especificação realizada anualmente em cada Plano/Safra.

No Plano/Safra 2019/2020 ficou estabelecido que as taxas de juros das operações do PRONAF podem variar e 2,5% ao ano até 4,6% ao ano de acordo com a especificidade da operação de crédito. A taxa de juros de 2,5% ao ano foi destinada às operações de financiamento do cultivo de feijão, arroz, trigo, mandioca, batata-doce, tomate, cebola, alho, laranja, banana e abacaxi. A mesma taxa de juros foi para os sistemas de produção de base agroecológica ou em transição para sistemas de base agroecológica e para o custeio pecuário destinado à apicultura, bovinocultura de leite, piscicultura, ovinos, caprinos e plantio de milho até o valor de R\$ 20 mil. As operações com valores superiores a R\$ 20 mil a taxa de juros são de 4,6% ao ano. Com relação ao Plano/Safra 2020/2021, lançado em junho de 2020, foi disponibilizado à agricultura familiar via PRONAF o montante de R\$ 33 bilhões para financiamento com juros de 2,75% e 4% ao ano. Houve a continuidade da linha de crédito para habitação rural na ordem de 500 milhões de reais.

Ainda segundo o referido documento, estão aptos a acessar o programa agricultores familiares com renda de até R\$ 415 mil com limite de R\$ 250 mil nas operações de custeio e de R\$ 330 mil para o PRONAF Investimento nas atividades de suinocultura, avicultura, aquicultura, carcinicultura e fruticultura, para os demais empreendimentos e finalidades o limite da linha de financiamento de investimento ficou estabelecido em até R\$ 165 mil.

Em relação a este aspecto, uma das principais críticas realizadas pelos representantes do segmento é a comparação da taxa de juros do PRONAF com a taxa Selic, que por sua vez apresentou redução, passando de 10,4% ao ano em 2012 para algo em torno de 2,25% ao ano em 2020. Em termos comparativos, a taxa de juros do PRONAF se tornou mais elevada nominalmente quando comparada a taxa Selic, a qual é taxa de juros referência da política monetária executada pelo Governo Federal.

As modificações ao longo do tempo no programa, tanto no entendimento de Mattei (2015) como no de Aquino e Schneider (2010) quanto a compreensão dos gestores públicos da importância do PRONAF enquanto política pública de apoio ao segmento da agricultura

³⁸ Tais requisitos estão disponíveis no Plano/Safra, sendo que podem ocorrer alterações nestes requisitos de ano para ano.

familiar. Nas palavras de Aquino e Schneider (2010, p. 2), tais ajustes no PRONAF foram necessários para: “Combater as desigualdades sociais e regionais que marcaram as políticas estatais tradicionais voltadas para estimular a modernização tecnológica da agricultura brasileira.” Apesar disso, há de se considerar a segmentação e seletividade ocorrida nos últimos anos, especialmente quanto à redução do número de contratos.

Em termos de evolução dos recursos do PRONAF, tanto no âmbito de Santa Catarina quanto em nível de Brasil houve expressivos aumentos ao considerar toda a trajetória do programa. No País, os valores passaram de R\$ 2,1 bilhões em 1996 para mais de R\$ 25,8 bilhões em 2019, e em Santa Catarina de R\$ 544 milhões para R\$ 3,4 bilhões no comparativo 1996/2019³⁹. Em relação ao número de contratos, em nível nacional a evolução passou de pouco mais de trezentas mil operações em 1996 para aproximadamente 1,2 milhão de operações em 2019. No estado de Santa Catarina, o número de contratos apresentou pequena redução no período, alterando de aproximadamente 98,2 mil operações no primeiro ano do programa para aproximadamente 84 mil contratos em 2019. O Capítulo IV tratará em detalhes o acesso e a distribuição do PRONAF em Santa Catarina entre 1996 e 2019.

Ao se considerar especificamente o cenário catarinense, o que se percebe é que cada vez mais o agricultor familiar necessita acessar maiores montantes de financiamentos para viabilização de suas atividades produtivas. Por outro lado, o número de contratos desce ano após ano, especialmente a partir de 2015. Em uma suposição simplória, verifica-se que aproximadamente apenas 53,5% dos agricultores familiares catarinenses acessaram o programa no ano de 2018. Ora, tal afirmação é complexa, pois os dados disponibilizados pelo BACEN quantificam contratos e não agricultores familiares, considerando ainda que uma mesma família pode efetivar mais de um contrato para sua unidade produtiva em um único ano, certamente, a cobertura do PRONAF em Santa Catarina é inferior ao percentual mencionado acima.

Contudo, é necessário ressaltar que o PRONAF, apesar de todas as críticas tecidas ao programa, se constitui em uma política pública importante aos agricultores familiares que acessaram tais financiamentos ao longo dos anos. Os agricultores familiares “Pronafianos” em estudo anterior sobre a região Oeste consideram o programa como um divisor de águas em sua trajetória enquanto agricultor familiar. É neste sentido que a questão central desta tese se constitui em analisar as alterações ocorridas na agricultura familiar catarinense a partir da implementação do PRONAF em 1996.

³⁹ Valores deflacionados para o ano de 2019 de acordo com o INPC.

Estas alterações possuem abrangência de caráter amplo, ou seja, nas perspectivas econômicas, sociais, culturais, ambientais e tecnológicas que permeiam a inserção e as relações da agricultura familiar. Além disto, compreende-se que a política pública do PRONAF exclusiva no segmento, ao ser executada isoladamente ou em conjunto com outras políticas, buscam o fortalecimento e geram alterações no conjunto da agricultura familiar.

4 CAPÍTULO V: PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Sem ser protagonista no processo social não se pode ser integralmente um cientista social. A ideia de um pensar separado da teoria de um pensar separado da prática é uma contradição de termos. Não há um pensar sem um rudimento de prática, nem há prática sem um rudimento de teoria. (GUERREIRO RAMOS, 2014).

Os elementos que fazem parte deste capítulo discorrem sobre os procedimentos metodológicos que guiaram as ações visando atender à problemática que esta pesquisa se propôs a responder, ou seja, representa o caminho metodológico percorrido para se alcançar os objetivos de pesquisa. Para tanto, o capítulo está estruturado em quatro seções. A primeira delas apresenta os aspectos gerais em relação à pesquisa e aos métodos científicos, destacando-se a abordagem e a definição do tipo de pesquisa. A segunda seção delimita a área de pesquisa e descreve o processo de seleção dos atores sociais que participaram da pesquisa de campo. A terceira seção apresenta as técnicas utilizadas para coleta de dados de campo, bem como a construção dos referenciais metodológicos que guiaram essa etapa. Por fim, na quarta seção são descritos os procedimentos e técnicas de análise utilizadas em relação aos dados da pesquisa de campo.

4.1 CAMINHO METODOLÓGICO

A aproximação com a realidade mediada pela pesquisa e seus procedimentos metodológicos leva a produzir conhecimentos a partir de experiências em diferentes espaços e contextos sócio-históricos. Em se tratando do conhecimento científico, esse aperfeiçoa o uso da racionalidade ao propor uma forma sistemática, metódica e crítica para desvelar e explicar os fenômenos sociais (KOCHE, 2015). A pesquisa aqui apresentada guiou-se nesta perspectiva, realizada por meio de métodos científicos e pela da construção do conhecimento a partir da realidade social.

Segundo Demo (2011), o ato de pesquisar é um fenômeno político, pois o pesquisador carrega em si os confrontos e os interesses que lhe servem. Para o autor (2011, p. 37), a pesquisa é “um diálogo inteligente com a realidade”. A pesquisa vai além das questões descobertas no campo, além de seu diálogo com a teoria, a pesquisa é em si uma ligação estrutural e histórica entre a teoria e a prática (DEMO, 2011). Pesquisar é criar, descobrir, confrontar, interagir e confrontar a realidade social com a teoria já existente por meio de

métodos científicos. Em outros termos, o ato de pesquisar é uma relação dialética entre o pesquisador, o campo de pesquisa e a teoria já existente.

Ao adentrar na temática abordada nesta tese de doutorado, a importância e a complexidade dos métodos de pesquisa nos estudos que envolvem o rural são valorizadas por Conterato, Radomsky e Schneider (2014), ao apontar que cada vez mais os fenômenos rurais requerem a ampliação das perspectivas teóricas e metodológicas. Isto porque, nos últimos anos, as pesquisas sobre os fenômenos e processos rurais estão sendo desenvolvidas em novas perspectivas, o que, conseqüentemente, requer maior cuidado e rigor em relação aos caminhos e procedimentos metodológicos.

O que expressamos é no sentido de ressaltar as inúmeras possibilidades de abordagens metodológicas em atualmente são realizadas as pesquisas que envolvem os fenômenos sociais sobre o rural brasileiro. Em continuidade, a complexidade das investigações sobre o desenvolvimento rural brasileiro conta cada vez mais com técnicas e instrumentos metodológicos capazes de evidenciar os resultados do campo de pesquisa com eficiência.

Nesta perspectiva, compreendemos e assumimos nesta tese de doutorado que o método significa o caminho percorrido pelo pesquisador para alcance de seu objetivo de pesquisa. Isto porque, ancorado em Demo (1995), o método deve ser considerado o elemento questionador sobre a cientificidade de qualquer produção científica. A trajetória em questão envolve os procedimentos de forma holística, ou seja, desde o planejamento do campo até a exposição dos resultados.

Já nas palavras de Minayo (2012, p. 300), os métodos e instrumentos são: “[...] caminhos mediadores para permitir ao pesquisador o aprofundamento de sua pergunta central e suas perguntas sucessivas, levantadas a partir do encontro com seu objeto [...]”. O método se aplica em todas as etapas de um processo de pesquisa, desde sua delimitação até a exposição dos resultados, ou seja, um procedimento sistêmico para construção do conhecimento. Os instrumentos e técnicas se constituem em ferramentas para coleta de dados tanto de caráter bibliográfico quanto no momento da pesquisa de campo. A análise e a reflexão dos dados se colocam como um momento crucial para entendimento do problema investigado, bem como suas interlocuções com a teoria já constituída.

Nesta direção, Vergara (2015) afirma que é responsabilidade do pesquisador a escolha do método adequado para cada investigação científica. Dessa forma, em relação aos procedimentos metodológicos, esta tese de doutoramento assume majoritariamente uma abordagem qualitativa. Contudo, em complemento não se descartou o uso de recursos, dados e análises quantitativas, configurando o uso combinado das abordagens metodológicas. A este

respeito, a pesquisa desenvolvida e aqui apresentada procurou sempre que possível dialogar com as abordagens metodológicas que possam auxiliar na construção teórica, sendo assim, em momento algum nos colocamos em uma condição de submissão de um único modo de “fazer” conhecimento.

Por pesquisa qualitativa assumimos a perspectiva em que são valorizados os sentidos e os significados de indivíduos ou grupos frente aos problemas sociais (CRESWELL, 2010). A metodologia qualitativa possibilita dois aspectos fundamentais aos pesquisadores: o primeiro diz respeito a um olhar interdisciplinar e o segundo está associado ao pleno aprofundamento do objeto de estudo (DENZIN; LINCOLN, 2010; MARCONI; LAKATOS, 2018). Em outras palavras, é um mergulho em profundidade com objetivo de compreender aspectos da realidade social de uma determinada área do conhecimento.

Na visão de Vieira (2004, p. 18), o método qualitativo oferece possibilidades de “[...] maior grau de flexibilidade ao pesquisador para adequação da estrutura teórica ao estudo do fenômeno [...]”. Denzin e Lincoln (2006) caracterizam o “fazer” do método qualitativo como sendo amplo e de caráter de “confeccionador” de colchas. O método qualitativo relaciona-se a um trabalho artesanal, realizado com muito cuidado e critério a todos os detalhes. O método qualitativo deve ser entendido como um instrumento, um caminho para construção da crítica social (SCHWANDT, 2006).

Na concepção de Godoi e Balsino (2006) e Laperrière (2008), as investigações científicas por meio da abordagem qualitativa são dotadas de inúmeros critérios de cientificidade a partir de um amplo conjunto de procedimentos que asseguram essa condição. A abordagem qualitativa justifica-se pelo conjunto de suas características, ou seja, considerando o ambiente natural como coleta de dados, análise descritiva tanto para coleta quanto para exposição dos resultados, compreensão da realidade a partir dos sujeitos investigados e enfoque indutivo para análise dos dados (GODOY, 1995).

Por pesquisa quantitativa nos apoiamos na definição de Creswell (2010), que, por sua vez, considera como um meio para testar teorias objetivas e o exame de relações entre variáveis numéricas. Marconi e Lakatos (2018) definem a abordagem quantitativa como sendo uma descrição objetiva, sistemática do conteúdo manifesto por meio de uma comunicação ou de uma pesquisa. O enfoque quantitativo permite a ação e a análise do pesquisador com toda informação numérica resultante de uma investigação científica.

Em continuidade, no que se refere à estratégia da investigação deste trabalho acadêmico, optou-se pelos procedimentos de métodos mistos concomitantes. Para Creswell (2010), este tipo de estratégia metodológica converge dados qualitativos e quantitativos para

realização da análise do problema de pesquisa. Esta estratégia possibilitou ao pesquisador a coleta de dados ao mesmo tempo em que realiza sua pesquisa de campo e as utiliza de forma integrada para interpretação dos resultados. Além disso, a combinação entre os métodos qualitativos e quantitativos nos forneceu melhores possibilidades analíticas, pois, ao não restringir as possibilidades metodológicas, se ampliam as oportunidades de compreensão da realidade social.

Para além dos dados obtidos na pesquisa de campo, buscou-se, também, apoio em dados secundários através de *sites*, bancos de dados e séries históricas que contribuem para o desenvolvimento das construções analíticas e para o alcance dos objetivos pretendidos nesta investigação. Este procedimento ocorreu principalmente em bases de dados do IBGE-SIDRA, Banco Central do Brasil como recurso auxiliar na compreensão bem como na elaboração das análises.

Nesta perspectiva, Marconi e Lakatos (2018) afirmam que o método quantitativo apoia o pesquisador na evidenciação e valorização dos fenômenos, para o estabelecimento das ideias e demonstra o grau de fundamentação por meio de dados, quadros e tabelas.

A escolha por análises qualitativas permeados por aspectos quantitativos justifica-se no sentido de contemplar a complexidade do problema de pesquisa, assim como se coloca como uma estratégia metodológica adequada para atender os objetivos estabelecidos nesta pesquisa acadêmica.

4.2 DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

A partir do que foi sendo construindo ao longo desta tese, municípios pertencentes ao estado Santa Catarina formaram o *locus* da realização da pesquisa de campo. Conforme desenvolvemos anteriormente, o estado catarinense possui, historicamente, inúmeras iniciativas de organizações sociais de cunho social e produtivo, como, também, movimentos políticos de luta em prol das causas do segmento rural familiar (Sindicatos e Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Santa Catarina [FETAESC], Sindicatos e Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar de Santa Catarina [FETRAF/SC], Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense [APACO], Movimento das Mulheres Camponesas [MMC], Movimento dos Atingidos por Barragens [MAB], MST, entre outros). Dito isto, ressaltamos que estas organizações, em conjunto com as cooperativas de crédito, tiveram participação efetiva no processo histórico de conquista e operacionalização PRONAF.

As condições regionais que se deram, especialmente após as primeiras décadas do século XX no que condiz às realidades sociais, econômicas e espaciais, atreladas às características do processo de colonização da agricultura familiar e seu posterior desenvolvimento, tornaram a Santa Catarina um território atrativo para investigações científicas, um verdadeiro laboratório social, ou seja, um excelente campo de pesquisa nos mais diversos assuntos que envolvam a temática da agricultura familiar. Este aspecto é comprovado pelo interesse de pesquisadores e pesquisadoras de universidades nacionais e internacionais em realizar seus estudos sobre a temática da agricultura familiar no estado de Santa Catarina.

A delimitação desta pesquisa está restrita aos agricultores familiares e a alguns atores sociais ligados à categoria da agricultura familiar de Santa Catarina. Os atores sociais que nos referimos são dirigentes sindicais associados à FETAESC e/ou FETRAF/SC, técnicos extensionistas da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri), secretários municipais responsáveis pela pasta da agricultura e/ou representantes do poder executivo municipal, bem como representantes do comércio local vinculados às associações comerciais e/ou à Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL) de cada município.

A escolha dos municípios participantes da pesquisa de campo ocorreu de forma intencional, ou seja, por escolha do proponente a partir dos momentos de aproximação com o campo, processo que contou também com o auxílio de dois informantes-chaves. Tal escolha se deu pelo cumprimento de quatro requisitos: i) a existência de agricultores familiares com ampla experiência em acesso ao PRONAF; ii) estrutura e diversificação produtiva; iii) existência de capital social capaz de responder aos objetivos da pesquisa por parte do conjunto de atores sociais definidos para realização das entrevistas; iv) conhecimento do campo/indicação de informantes chaves/articulador do campo de pesquisa⁴⁰.

Em cada município foram entrevistados agricultores familiares, um representante do poder municipal com preferência ao secretário municipal responsável pela agricultura. Em complemento, para cada município foram realizadas entrevistas com um dirigente sindical (FETAESC ou FETRAF/SC), um técnico da Epagri que desempenhe suas atividades profissionais escritório municipal, e com um representante da associação comercial e/ou a Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL).

⁴⁰ Apoiador local, com atribuições de orientação, agendamento e organização das entrevistas com o conjunto de atores sociais. A pesquisa de campo contou com sete articuladores, um em cada município em que foram realizadas as entrevistas no campo de pesquisa.

Além das condições mencionadas acima, para seleção dos municípios levou-se em consideração a contemplação de três mesorregiões do estado de Santa Catarina, as quais possuem grande representatividade no conjunto da agricultura familiar catarinense. Outro aspecto determinante para escolha destas unidades municipais foi a garantia de condições estruturais para o pesquisador, especialmente em termos da logística de realização da pesquisa de campo.

O Quadro 5 relaciona os municípios em que foram realizadas as entrevistas, bem como sintetiza o total de entrevista geral e por município.

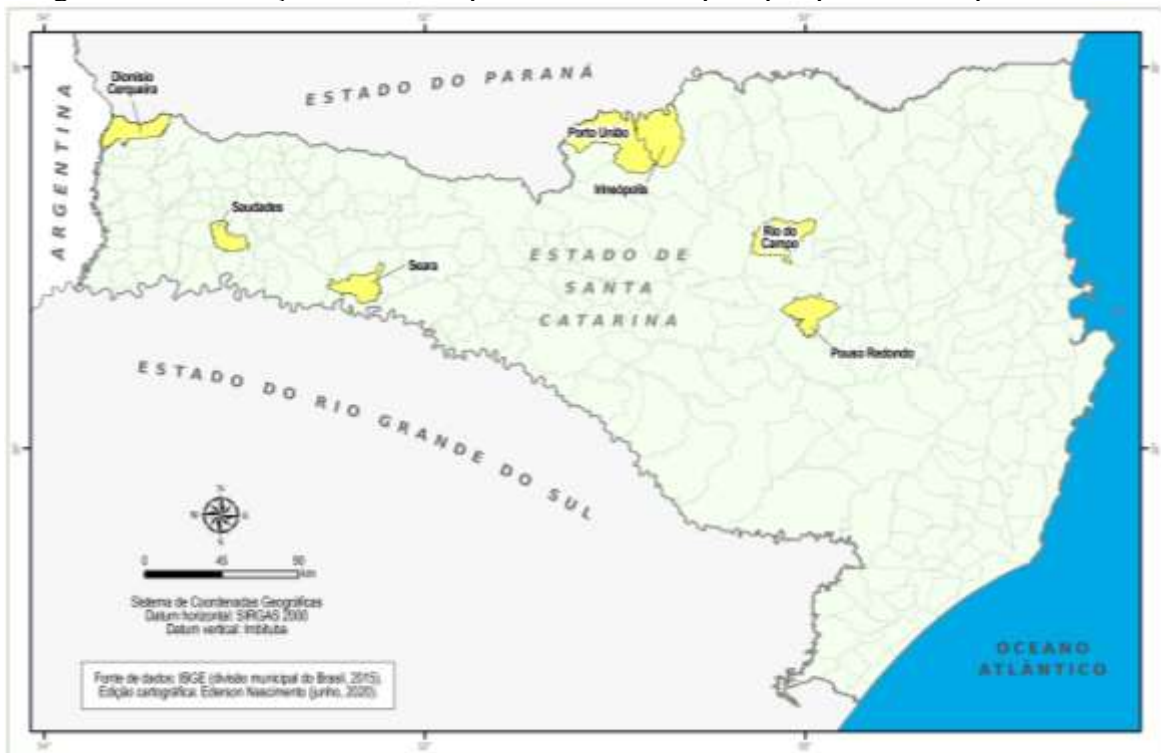
Quadro 4 – Relação dos municípios, atores sociais que foram entrevistados na pesquisa de campo

Municípios	Ator Social	Número de Entrevistas
01. Dionísio Cerqueira	Agricultor(a) familiar	04
	Representante Sindical	01
	Técnico da Epagri	01
	Representante do Poder Municipal	01
	Representante Comércio Local	01
02. Ireneópolis	Agricultor(a) familiar	04
	Representante Sindical	01
	Técnico da Epagri	01
	Representante do Poder Municipal	01
	Representante Comércio Local	01
03. Porto União	Agricultor(a) familiar	03
	Representante Sindical	01
	Técnico da Epagri	01
	Representante do Poder Municipal	01
	Representante Comércio Local	01
04. Pouso Redondo	Agricultor(a) familiar	04
	Representante Sindical	01
	Técnico da Epagri	01
	Representante do Poder Municipal	01
	Representante Comércio Local	01
05. Rio do Campo	Agricultor(a) familiar	04
	Representante Sindical	01
	Técnico da Epagri	01
	Representante do Poder Municipal	01
	Representante Comércio Local	01
06. Saudades	Agricultor(a) familiar	04
	Representante Sindical	01
	Técnico da Epagri	01
	Representante do Poder Municipal	01
	Representante Comércio Local	01
07. Seara	Agricultor(a) familiar	04
	Representante Sindical	01
	Técnico da Epagri	01
	Representante do Poder Municipal	01
	Representante Comércio Local	01
		Total de Entrevistas: 55

Fonte: pesquisa de campo, elaboração do autor (2020).

Dessa forma, compreende-se que as unidades municipais selecionadas atenderam aos nossos requisitos enquanto capital social, pois foram suficientemente capazes de responder a problemática de estudo definida nesta tese de doutorado. Isto porque, tanto os agricultores familiares quanto os atores sociais mapeados previamente na aproximação, bem como os entrevistados no campo de pesquisa, possuíam ampla experiência nas problemáticas da agricultura familiar, assim como o papel da política pública do PRONAF no fortalecimento da própria categoria. A diversidade da atuação de tais atores sociais garantiu um olhar amplo e de múltiplas visões sobre o objeto de pesquisa deste trabalho acadêmico.

Imagem 1 – Localização dos municípios selecionados para pesquisa de campo



Fonte: IBGE (2020), edição cartográfica: Ederson Nascimento (2020).

Em relação aos entrevistados, tanto os próprios agricultores familiares quanto os demais atores sociais tiveram como requisito possuir experiência junto ao PRONAF, o que possibilitou, de forma significativa, para que os relatos e seus significados pudessem ser expressos a partir dos conhecimentos, experiências e vivências em relação ao objeto de estudo.

O critério utilizado para escolha dos entrevistados foi diferente para cada segmento de atores sociais. Para os agricultores familiares, o requisito estabelecido foi que os entrevistados tivessem experiência de acesso de pelo menos cinco anos em financiamentos no crédito de

custeio, investimento ou ambos. Quanto aos demais atores sociais, estes deveriam possuir experiência profissional vinculada à agricultura familiar, e, preferencialmente, envolvimento e participação em processos gestão, articulação e acompanhamento no âmbito do programa PRONAF.

4.2.1 Características introdutórias dos atores sociais entrevistados

A ação no campo foi realizada entre os meses de outubro de 2019 e março de 2020 em sete municípios do estado de Santa Catarina. Ao todo, foram realizadas um total 55 entrevistas com atores sociais os quais se dividem em: agricultores familiares; técnicos da Epagri; representantes sindicais (Fetraf e Fetaesc), representantes do poder público municipal; e representantes de entidades do comércio local (CDL e Associações Comerciais).

No Quadro 6 é apresentada a relação de comunidades do interior onde foram realizadas as entrevistas com o segmento da agricultura familiar. Ao todo foram realizadas neste segmento o total de 27 entrevistas de 26 comunidades distintas com a participação de 35 pessoas (agricultores e agricultoras familiares), sendo destas, 28,6% do sexo feminino e 71,4% do sexo masculino.

Quadro 5 – Relação das comunidades de realização da pesquisa de campo, número de entrevistados e sexo entre o segmento de agricultores familiares.

Município	Ator Social	Comunidade	N. Entrevistados	Sexo
Dionísio Cerqueira	Agricultor Familiar	Caçador	01	F
	Agricultor Familiar	Gleba União	01	M
	Agricultor Familiar	Peperi	03	F/F/M
	Agricultor Familiar	Seca	02	F/M
Ireneópolis	Agricultor Familiar	Santo Antônio	01	M
	Agricultor Familiar	Pedra Branca	02	F/M
	Agricultor Familiar	Colônia Escada	01	M
	Agricultor Familiar	Colônia Escada	01	M
Porto União	Agricultor Familiar	Km 13	01	F
	Agricultor Familiar	Rio Bonito	01	M
	Agricultor Familiar	Pintado	01	M
Pouso Redondo	Agricultor Familiar	Serra Grande	01	M
	Agricultor Familiar	Santa Rita	02	F/M
	Agricultor Familiar	Serra do Aterrado	01	M
	Agricultor Familiar	São Bernardo	01	M
Rio do Campo	Agricultor Familiar	Rio Waldrich	01	M
	Agricultor Familiar	Rio Azul	02	F/M
	Agricultor Familiar	Ribeirão Tamanduá	01	M
	Agricultor Familiar	Rodovia 427 Km 2	01	M
Saudades	Agricultor Familiar	Jabuticaba	02	F/M
	Agricultor Familiar	Santa Catarina	01	M
	Agricultor Familiar	Cruzeiro	01	M
	Agricultor Familiar	Alto Solteiro	01	M
Seara	Agricultor Familiar	São Paulo	01	F
	Agricultor Familiar	São Pedro	02	F/M
	Agricultor Familiar	São Roque	01	F

	Agricultor Familiar	Santa Lúcia	01	M
	Total		35	

Fonte: pesquisa de Campo, elaboração do autor (2020).

As entrevistas com os agricultores familiares ocorreram em sua maioria nas propriedades dos próprios agricultores, contudo, três foram realizadas na sede do sindicato, duas no ponto de feira da agricultura familiar, uma na sede de uma cooperativa de produção com interação solidária e, por fim, uma em uma sala pertencente a uma cooperativa de crédito. As entrevistas com os demais atores sociais foram realizadas nos espaços de trabalho, ou seja, sindicatos, prefeituras, associações comerciais/câmara de dirigentes lojistas e escritórios municipais da Epagri.

4.3 TÉCNICAS DE COLETA DE DADOS E INFORMAÇÕES NO CAMPO DE PESQUISA

O acesso ao campo de estudo representa ao pesquisador uma condição *sine qua non* para efetivação de sua investigação. A partir do acesso, o momento seguinte tratou da aproximação do pesquisador ao campo, condição esta que o proponente mantém desde o ano de 2015. Esse momento é denominado por Alves-Mazzotti (2002, p. 161) como “período exploratório”, o qual tem por objetivo “[...] proporcionar, através da imersão do pesquisador no contexto, uma visão geral do problema [...]”.

As ações de aproximação ao campo de pesquisa desta tese de doutorado iniciaram em 2017 por meio da participação em eventos, reuniões, conversas e diálogos, a qual foi facilitada por alguns informantes-chave que atuaram como mediadores e, por sua vez, contribuíram para compreensão do problema que se propôs a investigar. Estes informantes-chave, num total de 11 pessoas, estão vinculados às organizações sociais dos agricultores familiares, como também fazem parte de instituições/organizações públicas e privadas que circulam em torno do segmento rural familiar.

Conforme Alves-Mazzotti (2002), o período exploratório é crucial para estrutura inicial, *insights* e observações do campo de pesquisa. De fato, a realização deste procedimento colaborou significativamente e sistematicamente para a elaboração final da tese doutoramento.

Em relação às técnicas de coleta de dados, assumimos a entrevista estruturada como principal ferramenta, a qual abordou questões quantitativas e qualitativas e se caracterizou, de um lado, por questões fechadas e, de outro, por questões abertas. As perguntas de cunho

qualitativo seguiram um roteiro semiestruturado, o que permitiu a inclusão de questões importantes no ato da realização da entrevista no campo de pesquisa. Por sua vez, as perguntas de caráter quantitativo foram padronizadas.

Essa técnica permitiu que a investigação fosse realizada em maior grau de profundidade visando responder questões complexas do objeto de estudo. O registro de uma grande quantidade de informações e depoimento dificilmente seria possível por meio de outras técnicas (MARCONI; LAKATOS, 2018). A entrevista possibilitou a proximidade do pesquisador, além de captar expressões, significados e percepções dos sujeitos entrevistados. Diante disso, as entrevistas foram registradas por meio do uso do gravador digital.

Cada entrevista foi pensada e organizada para ser um momento único e que as condições entre o pesquisador e o(s) entrevistado(s) ou a(s) entrevista(s) possibilitassem um ambiente propício à busca por respostas sobre os fenômenos sociais em investigação. Para Flick (2009, p. 109): “A realização de entrevistas abertas exige um maior envolvimento entre o entrevistado e o pesquisador do que aquele necessário na simples entrega de um questionário.”

Isto posto, anteriormente à realização das entrevistas no campo de pesquisa, foram organizados momentos de pré-teste do roteiro. Esse procedimento teve como objetivo corrigir possíveis falhas de comunicação do instrumento, bem como orientar o pesquisador em relação à forma de intervenção junto aos entrevistados. O pré-teste do roteiro de pesquisa foi realizado em dois momentos, o primeiro com participação de agricultores familiares e dirigentes sindicais. E o segundo momento contou com a participação de um representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural de Chapecó. A partir disso, foram observadas melhorias e ajustes nos roteiros de entrevista.

Para cada segmento de entrevistados foi elaborado um roteiro de entrevista visando adequar as particularidades dos atores sociais delimitados para realização da pesquisa de campo. O roteiro de entrevista consta no Apêndice A desta tese de doutorado.

No que diz respeito ao número de entrevistados, este não foi determinado *ex ante*, mas no decorrer do desenvolvimento da pesquisa do campo, pois, ao se tratar de uma abordagem qualitativa, consideramos uma amostra não probabilística⁴¹. A partir disso, estabelecemos um número mínimo de entrevistas a cada município e iniciamos a realização das entrevistas.

No total foram realizadas 55 entrevistas, isto porque a delimitação em torno deste número se deu pelo princípio da saturação, ou seja, a repetição de argumentos comuns por

⁴¹ A amostragem não probabilística se caracteriza por uma escolha deliberada por parte do pesquisador dos sujeitos pertencentes à amostra (COSTA, 2017).

parte do conjunto de sujeitos entrevistados. Em apoio a este argumento, Bauer e Gaskell (2008) e Minayo (2017) afirmam que o princípio da saturação se refere ao momento no campo de pesquisa que novos dados não trariam mais esclarecimentos para o objeto estudado.

As entrevistas ocorreram entre os meses de outubro de 2019 e fevereiro de 2020 nos sete municípios selecionados para realização da pesquisa, a saber: i) Dionísio Cerqueira; ii) Ireneópolis; iii) Porto União; iv) Porto União; v) Pouso Redondo; vi) Saudades; vii) Seara. Em linhas gerais, foram necessários dois dias de trabalho para realização das entrevistas em cada município selecionado. O agendamento ocorreu com antecedência mínima de 15 dias com objetivo de assegurar a participação dos atores sociais selecionados, sendo o aplicativo de aparelho celular WhatsApp como a principal ferramenta de comunicação entre o pesquisador, articuladores de campo e entrevistados.

O diário de campo foi outra ferramenta utilizada nos momentos a campo, pois este instrumento permitiu ao pesquisador o registro de informações importantes que surgiram no desenrolar dos contatos e conversas junto aos sujeitos entrevistados. Nas palavras de Agne (2014, p. 72), o diário de campo possibilita o “[...] registro de detalhes dos dados, das observações e das reflexões [...]”. Para Kirsch (2015, p. 118), o diário de campo nos apoia no sentido de anotar as “[...] observações não contempladas pelo roteiro da entrevista, geralmente colhidas das conversas informais antes ou depois da sua aplicação, ou então de comentários de pessoas não entrevistadas formalmente, como outros membros da família ou vizinhos.”

4.4 TÉCNICAS DE ANÁLISE DE DADOS

As informações e dados coletados no campo de pesquisa foram tratados e analisados de duas formas. A primeira refere-se à caracterização geral do conjunto de sujeitos entrevistados, ou seja, as informações quantitativas constantes no roteiro de entrevista e ainda outras que foram sendo registradas ao longo do campo de pesquisa.

Para processamento destes dados foram utilizados os *softwares* Excel e SPSS® (*Statistical Package for Social Sciences* – Versão 20.0), os quais permitiram a elaboração de um conjunto de estatísticas descritivas (indicadores em forma absoluta, relativa, cruzamento de variáveis, bem como, descrição dos resultados).

Já na segunda forma de análise relativa às informações e dados qualitativos, optou-se pela realização da análise de conteúdo. Para tanto, na primeira etapa, após a finalização da pesquisa de campo, as entrevistas foram transcritas para documento de texto. Esta atividade

foi desenvolvida com muito cuidado e atenção no sentido de assegurar a fidedignidade das informações contidas nos áudios dos entrevistados.

Após essa etapa, passou-se para o momento complexo e crucial visando garantir a qualidade e profundidade da pesquisa, ou seja, para a tarefa de redução, categorização e interpretação dos dados, etapa que pode ser caracterizada como o início do uso da técnica de análise de conteúdo. Para Vergara (2015), a análise do conteúdo pode ser considerada como uma técnica para tratamento de dados brutos que busca identificar e classificar por categoria o que está dito sobre determinado tema.

Nesta pesquisa, a organização da análise dos dados se baseou nos três momentos cronológicos apontados por Bardin (2016): a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados (interpretação). Além destes três procedimentos, foi realizado um processo de categorização. Ainda na perspectiva de Bardin (2016, p. 147), as categorias são “[...] rubricas ou classes, as quais reúnem um grupo de elementos sob um título genérico, agrupamento esse efetuado em razão das características comuns destes elementos”.

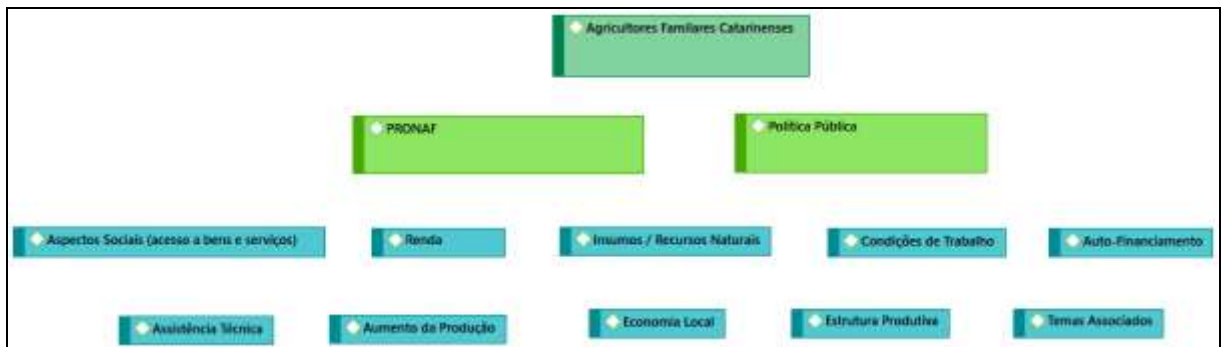
Neste momento, buscou-se construir um conjunto de categorias a partir de um reagrupamento progressivo no sentido de obter a construção de categorias com as seguintes qualidades: i) a exclusão mútua: cada elemento não pode existir em mais de uma divisão; ii) a homogeneidade: funcionamento com um único registro e uma única dimensão; iii) pertinência: quando a categoria está de acordo ao material de análise e ao suporte teórico; iv) objetividade e fidelidade: todo o material deve ser classificado com objetividade e manter a fidelidade ao inserir um elemento em determinada categoria; v) produtividade: quantidade adequada de categorias que possam fornecer resultados férteis ao campo de análise (BARDIN, 2016).

Como apoio à análise de conteúdo, fez-se o uso do *software* ATLAS.ti, versão 8.4.22.0, o qual se coloca como ferramenta de apoio às pesquisas qualitativas. De acordo com Bandeira de Mello (2006), o ATLAS.ti é um *software* de análise de dados qualitativos, também conhecido como CAQDAS (*Computer-Assisted Qualitative Data Analysis Software*).

As categorias de análise foram construídas e desenvolvidas ao longo do decorrer da pesquisa de campo, como resultado da análise dos dados e das informações qualitativas resultantes da coleta de dados. Contudo, cabe a ressalva que *a priori* se estabeleceram algumas pré-categorias que se esperava que pudessem emergir do campo de pesquisa, o que de fato ocorreu com as seguintes: i) PRONAF; ii) política pública; iii) alterações da estrutura produtiva; iv) alterações no nível de renda; v) alterações sociais (acesso a bens e serviços); vi) insumos e recursos naturais).

Além destas, outras sete categorias emergiram a partir da leitura fluente nos termos de Bardin (2016), as quais seguem: i) agricultores familiares catarinenses; ii) assistência técnica; iii) aumento da produção; iv) autofinanciamento; v) condições de trabalho; vi) economia local; vii) temas associados. Dessa forma, ao todo foram estabelecidas 13 categorias analíticas que em nosso entendimento contemplam os dados levantados na pesquisa de campo.

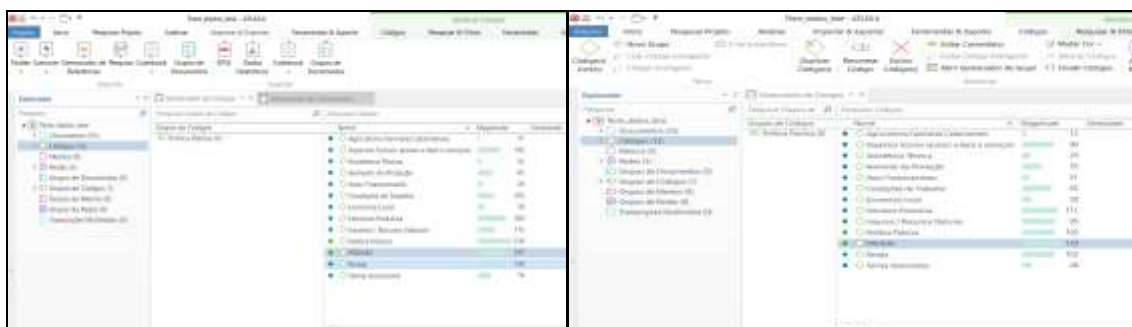
Figura 1 – Categorias analíticas resultantes dos dados da pesquisa de campo



Fonte: pesquisa de campo, elaboração do autor através do *software* ATLAS.ti (2020).

A partir da definição das categorias analíticas foi realizado o trabalho de codificação das entrevistas. A codificação, por sua vez, ocorreu em dois momentos. No primeiro, foram registradas 1.352 citações a partir de leitura e codificação individual de cada entrevista. O segundo momento consistiu em uma análise mais aprofundada, por meio de relatório emitido no *software* ATLAS.ti de cada categoria analítica, onde foram novamente analisadas pelo pesquisador e registradas 882 citações. A Figura 2, a seguir, demonstra a realização deste processo, inclusive, apresenta em destaque o número de registros de cada categoria analítica.

Figura 2 – Telas do ATLAS.ti após ambos processos de codificação



- A tela esquerda expressa o primeiro momento de codificação, assim como a da direita representa a quantidade de citações após o segundo momento de codificação.

Fonte: Pesquisa de campo, elaboração do autor através do *software* ATLAS.ti (2020).

Após a realização das codificações, procedeu-se a emissão dos relatórios de cada categoria analítica para subsídio e apoio na elaboração da análise de conteúdo e construção textual dos resultados obtidos no campo de pesquisa, os quais serão expostos no próximo capítulo, sendo que as compilações qualitativas permitiram a elaboração e exposição dos resultados da seguinte forma: i) características gerais dos entrevistados; ii) relações dos atores sociais catarinenses com o PRONAF; iii) as transformações da agricultura familiar a partir do PRONAF; iv) PRONAF, políticas públicas e temas associados.

5 CAPÍTULO IV: O ACESSO AO PRONAF NO ESTADO DE SANTA CATARINA

Argumenta-se que o programa apresenta significativa concentração de recursos nos estados da região Sul do Brasil, que teria ocorrido desde o primeiro decênio de seu funcionamento. (SCHNEIDER, CAZELLA, MATTEI, 2021, p. 47).

Este capítulo contempla uma análise sintética em relação a distribuição do crédito PRONAF no estado de Santa Catarina. Os dados aqui apresentados referem-se aos 23 anos iniciais de execução do programa, o conjunto da série histórica refere-se ao período compreendido entre 1996-2019. Para tanto, serão evidenciados indicadores quanto ao volume de crédito acessado, número de contratos, valores médios, cobertura e a finalidade do financiamento concedido à agricultura familiar via programa no território catarinense. O acesso ao conjunto de dados da série histórica mencionado anteriormente se deu por meio de três formas, a saber: i) dados de 1996 a 1998 obtidos via demanda ao Banco Central do Brasil pelo canal “Acesso à Informação”; ii) dados entre 1999 a 2012 via Anuário Estatístico do Crédito Rural; iii) dados entre 2013 a 2019 via Matriz de Dados do Crédito Rural do Banco Central do Brasil. Inicialmente foi realizado uma análise comparativa da participação do PRONAF no total do acesso ao crédito rural total contratado por agricultores e cooperativas no estado de Santa Catarina. Na sequência procuramos caracterizar o perfil dos agricultores familiares catarinenses que acessaram o PRONAF e, por fim, são apresentados os indicadores do acesso e distribuição do crédito no âmbito do território catarinense.

5.1 O ACESSO E DISTRIBUIÇÃO DO CRÉDITO PRONAF EM SANTA CATARINA

O Crédito PRONAF, conforme iremos apresentar ao longo desta seção, é a principal linha de financiamento da agricultura familiar catarinense, pois se coloca em termos de cobertura desde 1996 com o maior percentual de contratos entre as opções de crédito rural disponibilizada pelo Estado brasileiro. Ao longo da trajetória histórica do programa foram efetivados 2.618.196 contratos do total de 4.349.424 efetivados em Santa Catarina relacionados ao crédito rural. Este número de contratos do crédito específico à agricultura familiar significou/representou 60,2% do total.

A Tabela 8 demonstra, além deste histórico número de contratos, a evolução, bem como a participação do montante dos recursos do PRONAF em Santa Catarina no comparativo ao acesso do estado nos recursos totais do crédito rural. Assim como ocorre em

âmbito nacional, o PRONAF em Santa Catarina apesar de representar a maior parcela dos contratos, entre 1996 e 2019, acumula apenas 21,6% do montante total de recursos acessado do crédito rural. Este indicador por si só nos mostra um ambiente de continuidade relativo ao acesso ao crédito rural no País, ou seja, o modelo empresarial/patronal de agricultura, mesmo em quantidade menor em termos absolutos, capta a maior parcela dos recursos do crédito rural. Contudo, é inegável que políticas públicas como o PRONAF contribuíram positivamente na realidade da agricultura familiar brasileira (GRISA; SCHNEIDER, 2015).

Tabela 4 – Número de contratos e montante financeiro acessados por Santa Catarina em relação ao Crédito Rural Total e PRONAF entre 1996 e 2019

Ano	Contratos			Montante (R\$)		
	Total	Pronaf	(%) Pronaf	Total	Pronaf	(%) Pronaf
1996	148.777	98.200	66,0	1.836.078.083	523.154.347	28,5
1997	130.312	85.724	65,8	2.820.458.312	1.581.475.248	56,1
1998	132.442	92.666	70,0	2.585.285.867	764.967.086	29,6
1999	141.423	110.084	77,8	2.844.610.504	866.542.024	30,5
2000	158.005	122.987	77,8	3.548.414.234	941.660.854	26,5
2001	176.350	107.188	60,8	4.095.534.791	930.311.408	22,7
2002	198.866	104.302	52,4	4.206.128.548	1.026.877.733	24,4
2003	219.982	98.518	44,8	5.314.974.486	871.209.619	16,4
2004	241.486	103.551	42,9	5.749.706.471	919.678.418	16,0
2005	244.329	102.654	42,0	5.666.378.104	1.168.350.636	20,6
2006	221.259	116.078	52,5	6.309.105.460	1.279.889.757	20,3
2007	203.429	114.078	56,1	6.601.280.166	1.442.070.578	21,8
2008	215.848	113.361	52,5	8.127.029.403	1.924.343.190	23,7
2009	230.955	136.556	59,1	9.326.776.038	2.548.186.367	27,3
2010	206.379	121.278	58,8	9.132.587.777	2.569.648.789	28,1
2011	185.925	114.506	61,6	9.788.108.411	2.608.144.851	26,6
2012	211.351	142.301	67,3	10.927.457.822	2.805.419.352	25,7
2013	214.748	141.251	65,8	12.064.964.597	3.225.990.541	26,7
2014	187.142	125.612	67,1	13.563.254.247	3.640.188.139	26,8
2015	146.305	100.117	68,4	10.229.340.194	2.675.183.562	26,2
2016	145.135	99.167	68,3	12.304.889.766	2.918.973.682	23,7
2017	135.630	92.379	68,1	11.211.174.480	2.928.517.940	26,1
2018	135.149	90.887	67,2	12.253.183.420	3.238.594.587	26,4
2019	118.197	84.155	71,2	9.278.743.990	3.458.398.458	37,3

Fonte: elaboração do autor (2020), com base em dados Brasil (2020a).

As informações que seguem tiveram como intenção prioritária ressaltar as principais características do público efetivado pelo programa em Santa Catarina. Contudo, conforme possibilidade de acesso às informações, as estatísticas iniciais, sobre a caracterização, se restringem ao período mais recente compreendido entre 2013 e 2019.

A primeira característica apresentada está relacionada ao tipo de beneficiário, Pessoa Física/Pessoa Jurídica, ou Cooperativas de Agricultores Familiares, em síntese, a informação apresenta quem de fato está acessando o programa. As Pessoas Físicas e Jurídicas representam a parcela do público efetivo do PRONAF. Do total de 734.166 contratos efetivados em Santa Catarina entre 2013 e 2019, o montante de 413.405 contratos foram realizados por Pessoa Física/Pessoa Jurídica, ou seja, 56,1% em termos relativos.

As instituições revestidas de personalidade jurídicas enquanto Cooperativa de Agricultores familiares realizaram apenas 236 operações de PRONAF no mesmo período. Em relação ao montante de recursos, o conjunto de beneficiários da categoria Pessoa Física/Pessoa Jurídica representam 59,9% do total contratado pelo estado entre 2013-2019. No estado de Santa Catarina há ainda o registro de outras categorias de beneficiários previstos no Manual do Crédito Rural, como Silvicultor, os números de acesso constam na representação tabular a seguir. Em nível de País, os valores nacionais em termos relativos são muito próximos à realidade catarinense, demonstrando que nos últimos sete anos (2013-2019) quem acessa de fato o programa são os agricultores familiares na forma individual.

Outro aspecto que é interessante é o significativo número de operações em que a categoria do beneficiário não é informada, nos anos em análise foram 320.525 registros, significando 43,7% do total. O fato é devido, principalmente, por falta de registro no sistema bancário no momento de efetivação do contrato entre o agente financeiro e o beneficiário do PRONAF. Estas operações do PRONAF em Santa Catarina com o tipo de beneficiário em uma classificação genérica ou ainda não informado inibem um maior entendimento sobre quem acessa o programa e ainda prejudica proposições de melhorias na política pública, especialmente quanto ao público do programa.

Tabela 5 – Categoria de beneficiários que acessaram o PRONAF em Santa Catarina entre 2013-2019

Descrição	Quantidade	(%)
	Contratos	Contratos
PRODUTOR RURAL (PESSOA FÍSICA OU JURÍDICA) - (MCR 1-4-1-A)	411.656	56,1
PESCADOR (MCR 2-1-15 E 20)	977	0,1
AQUICULTOR (MCR 2-1-20)	565	0,1
PESSOA FÍSICA OU JURÍDICA PRODUTORA DE MUDAS, SEMENTES, SÊMEN PARA INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL E EMBRIÕES (MCR 1-4-2-A E B)	81	0,0
SILVICULTOR (MCR 10-2-2-A-III)	111	0,0
AGROINDÚSTRIA (MCR 1-4-2A-A)	2	0,0
COOPERATIVA DE PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA – NA CONDIÇÃO DE PRODUTOR RURAL - (MCR 5-1-2-A)	2	0,0
SILVÍCOLA/INDÍGENA (MCR 1-4-3)	4	0,0
BENEFICIADOR (MCR 1-4-2A-A)	2	0,0
PESSOA FÍSICA OU JURÍDICA DA ATIVIDADE DE PESQUISA AGROPECUÁRIA (MCR 1-4-2-A E B)	5	0,0
Sub-total (individual)	413.405	56,3
COOPERATIVA DE PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA – NA CONDIÇÃO DE SOCIEDADE PRESTADORA DE SERVIÇOS DE NATUREZA AGROPECUÁRIA AOS SEUS COOPERADOS (MCR 5-1-2-B E C)	236	0,0
Sub-total (em grupo)	236	0,0
NÃO INFORMADO	320.525	43,7
Total Geral	734.166	100,0

Fonte: elaboração do autor (2020), com base em dados Brasil (2020a).

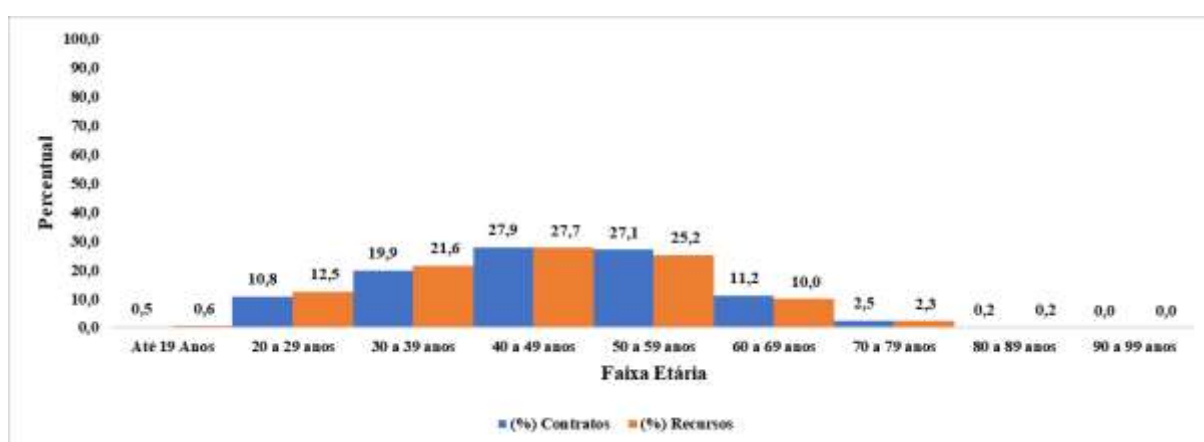
No que se refere ao acesso por gênero, Santa Catarina apresenta uma concentração nas operações do PRONAF no sexo masculino. No período em análise, do total de 733.645 contratos, 90,5% foram realizados por pessoas do sexo masculino. No cenário brasileiro, este percentual é menor, registrando no mesmo período 70,4% do total de 11.461.192 contratos realizados em âmbito nacional.

Quanto aos valores, o acesso pelo público feminino em Santa Catarina registrou apenas 9,0% do total e, conseqüentemente, o público masculino acessou 91,0% dos recursos acessados entre 2013 e 2019. No País, a participação das mulheres nos recursos do programa sobe para 16,1% puxado principalmente pelo acesso feminino efetivado na região Nordeste. A partir desta estatística, por mais este ângulo, se ressalta a continuidade, a manutenção de relações patriarcais na agricultura familiar brasileira e de caráter mais acentuado no estado de Santa Catarina. Isto porque o simples acesso à política de crédito rural pode significar relações familiares mais próximas da igualdade, entretanto, investigações mais profundas a este respeito podem ser equacionadas por estudos que busquem este objetivo⁴².

⁴² É necessário considerar ainda que o acesso feminino pode ser mais restrito devido à imposição masculina, como quando a mulher não contribui com a gestão do recurso acessado. Spanevello, Matte e Boscardin (2016) realizam uma análise do Pronaf na percepção das mulheres na realidade do Rio Grande do Sul. Sobre a realidade das mulheres catarinenses, ver: Badalotti, Renk e Winckler (2014); Paulilo (2016).

A caracterização do acesso ao crédito por Faixa Etária no período 2013-2019 no estado de Santa Catarina concentrou a maior parte de suas operações nas faixas entre 30 a 39 anos, 40 a 49 anos e 50 a 59 anos. Estas três faixas somaram juntas 74,8% dos contratos e 74,4% dos recursos, já os contratantes com idade inferior a 30 anos significaram neste período 11,3% das operações e 13,1% do montante de recursos acessados. Já os beneficiários acima de 60 anos representaram 13,9% dos contratos e 12,5% dos recursos financeiros do PRONAF em Santa Catarina entre 2013 e 2019.

Gráfico 1 – Percentual de contratos e recursos via PRONAF por faixa etária em Santa Catarina entre 2013-2019



Fonte: elaboração do autor (2020), com base em dados Brasil (2020a).

A distribuição por Faixa Etária pode ser considerada dentro de uma normalidade ao considerar o ciclo de vida e de produção no interior da agricultura familiar. Contudo, chama a atenção que a linha alternativa do PRONAF Jovem e/ou os créditos contratados por este público está pouco desenvolvida e de certa maneira fragilizada ao considerar a realidade catarinense.

A variável de estratificação dos contratos por faixa de valores no estado catarinense entre 2013 e 2019 se concentrou nas operações de até R\$ 10.000,00, um total de 34,3% dos contratos e 8,1% do montante de recursos. Na esfera nacional, o percentual de contratos na faixa de até R\$ 10.000,00 é bem maior, alcançando no período analisado 67,7% do total de operações e 17,5% do volume de recursos. Esta concentração no âmbito nacional é ocasionada principalmente pela região Nordeste, que por sua vez, do total de 7.759.232 de contratos na Faixa de até R\$ 10.000,00, representa 66,7%, ou seja, 5.117.232 registros contratuais.

Tabela 6 – Faixas de valores do acesso ao PRONAF no Brasil e em Santa Catarina entre 2013-2019

Faixa de Valores	Brasil					Santa Catarina				
	Contratos	(%)	Valor Total	(%)	Media (R\$)	Contratos	(%)	Valor Total	(%)	Media (R\$)
"ATÉ 10.000,00"	7.759.865	67,7	28.267.255.969	17,5	3.643	252051	34,3	1.613.506.819	8,1	6.402
"10.000,01 A 20.000,00"	1.532.943	13,4	22.787.126.307	14,1	14.865	194604	26,5	2.942.066.855	14,7	15.118
"20.000,01 A 30.000,00"	739.211	6,4	18.415.716.986	11,4	24.913	100829	13,7	2.525.292.870	12,6	25.045
"30.000,01 A 50.000,00"	775.916	6,8	30.542.273.745	18,9	39.363	103829	14,1	4.094.966.782	20,5	39.440
"50.000,01 A 100.000,00"	539.160	4,7	38.784.931.456	24,0	71.936	65446	8,9	4.671.147.824	23,4	71.374
"100.000,01 A 200.000,00"	107.086	0,9	13.720.260.330	8,5	128.124	15186	2,1	1.950.590.446	9,8	128.447
"200.000,01 A 300.000,00"	5.021	0,0	1.271.207.934	0,8	253.178	1331	0,2	331.035.238	1,7	248.712
"300.000,01 A 500.000,00"	2.499	0,0	882.717.620	0,5	353.228	477	0,1	166.799.083	0,8	349.684
"500.000,01 A 1.000.000,00"	451	0,0	375.388.583	0,2	832.347	106	0,0	87.297.834	0,4	823.564
"1.000.000,01 A 2.000.000,00"	396	0,0	638.124.470	0,4	1.611.425	82	0,0	129.801.049	0,6	1.582.940
"2.000.000,01 A 3.000.000,00"	210	0,0	561.767.580	0,3	2.675.084	52	0,0	144.765.671	0,7	2.783.955
"3.000.000,01 A 5.000.000,00"	276	0,0	1.204.209.624	0,7	4.363.078	79	0,0	353.196.104	1,8	4.470.837
"ACIMA DE 5.000.000,00"	368	0,0	4.104.562.613	2,5	11.153.703	82	0,0	967.744.902	4,8	11.801.767
	11.463.402	100,0	161.555.543.217	100,0	14.093	734.154	100,0	19.978.211.477	100,0	27.213

Fonte: elaboração do autor (2020), com base em dados Brasil (2020a).

A faixas de valores situadas entre mais de R\$ 10.000,01 até R\$ 50.000,00 no estado de Santa Catarina representaram juntas o total de 54,4% dos contratos e 47,9% do volume de recursos. No comparativo com o cenário nacional, estas faixas de valores concentraram 26,6% do total de contratos e 44,4% do montante financeiro. Em continuidade, por um lado, os dados nos revelam que em Santa Catarina, nos últimos sete anos, 88,7% dos contratos realizados foram de até R\$ 50.000,00, o que reforça, por este ângulo, a característica de propriedades pequenas e muito pequenas no interior da agricultura familiar catarinense. De outro lado, reforça a ambiguidade do programa, onde os contratos acima de R\$ 100.000,00, que representam apenas 11,3% do total, absorvem 44,1% do volume de recursos no período analisado, ou seja, entre 2013 e 2019.

Complementarmente, outras três estatísticas relacionadas a Tabela 10 nos chamam a atenção: i) os valores médios dos contratos por faixa de valores, com exceção da faixa de até R\$ 10.000,00, seguem certa linearidade com o panorama nacional; ii) nos contratos acima de R\$ 5 milhões, em Santa Catarina no período em análise, foram registrados 82 operações contatuais com valor médio aproximado de R\$ 11,8 milhões; iii) dos 1.701 contratos realizados acima de R\$ 500.000,00 em nível de País, Santa Catarina efetivou 401, significando 23,6% do total.

Estas informações são fundamentais, pois nos estimulam para um para mais um aspecto de concentração do programa PRONAF que até então pouco é discutido nos estudos que tratam dessa temática. Em Santa Catarina há uma concentração da quantidade de contratos nas operações da faixa de valores mais baixos, que, por sua vez, pelo menos *a priori*, representa agricultores com menor capacidade de investimento e/ou potencial/limite de

contratação de crédito. Em consequência disso, na medida em que as faixas de valores vão crescendo ocorre o fenômeno inverso, a concentração se materializa no montante de recursos, constituindo por mais esta variável certos vícios do programa em termos de democratização dos financiamentos do programa.

Em relação às operações contratuais, no período de 1996 a 2019 o estado de Santa Catarina efetivou o significativo montante de 2.618.153 contratos de crédito rural por meio do PRONAF. Este número de contratos representa 8,0% do total do programa nos 23 anos de execução em esfera nacional, que ao final de 2019 alcançou a marca de 32.838.686 operações contratuais.

Tabela 7 – Número de contratos efetivados via PRONAF em Santa Catarina e Brasil entre 1996-2019

Ano	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
BR	306.786	477.718	636.794	791.677	834.049	800.653	829.433	1.003.837	1.345.713	2.208.198	2.551.497	1.923.317
SC	98.200	85.724	92.666	110.084	122.987	107.188	104.302	98.518	103.551	102.654	116.674	114.078
(%) SC	32,0	17,9	14,6	13,9	14,7	13,4	12,6	9,8	7,7	4,6	4,6	5,9

Ano	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Total
BR	1.550.749	1.704.947	1.585.486	1.539.901	1.823.210	2.004.121	1.825.489	1.705.731	1.615.291	1.281.180	1.126.366	1.362.153	32.834.296
SC	113.361	136.556	121.278	114.506	142.301	141.251	125.612	100.117	99.167	92.379	90.887	84.155	2.618.196
(%) SC	7,3	8,0	7,6	7,4	7,8	7,0	6,9	5,9	6,1	7,2	8,1	6,2	8,0

Fonte: elaboração do autor (2020), com base em dados Brasil (2020a).

A maior parte dos contratos foram destinados à finalidade de custeio. Os contratos na modalidade de custeio totalizaram no período 2.078.777 contratos, o que representa a expressiva marca de 79,4% em relação ao total de contratos realizados pelo programa. Três aspectos nos ajudam a compreender a predominância desta modalidade de financiamento: i) contratação do seguro obrigatório ao acessar o crédito custeio do PRONAF⁴³; ii) a modalidade de investimento ganha capilaridade somente em meados da década 2000-2009; iii) a dinâmica do programa, bem como das atividades produtivas, favorece o acesso ao crédito custeio, que por sua vez pode ser contratado anualmente, enquanto o crédito para investimento se apresenta de forma pontual/espórádica e em geral se destina principalmente para estruturação das atividades produtivas.

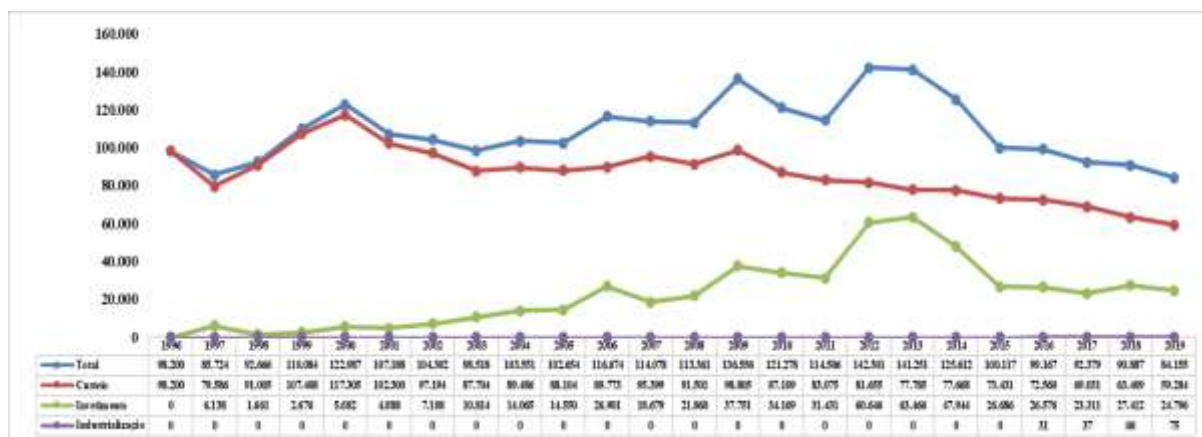
Nesta esteira, compreende-se que o alto percentual destinado para a finalidade de custeio significa a dependência por parte dos agricultores acerca da viabilização de suas atividades produtivas. Toledo (2009), ao analisar o PRONAF no município de Palmeiras das

⁴³ Há descontentamento do segmento da agricultura familiar quanto ao uso do seguro agrícola, pois, ao precisar acessar o prêmio, ocorrem inúmeras restrições na cobertura bem como os valores pagos não cobrem os reais custos com a perda da produção.

Missões (RS), classificou esta questão como um “círculo vicioso” em torno do programa. Ancorado em Delgado (1985) podemos classificar que entrada do crédito rural significa, agora com o PRONAF, como uma nova penetração do capital, contudo, por meio esse fenômeno a partir de 1996 se efetiva também no segmento da agricultura familiar.

Em nossa análise, a partir dos dados ilustrados no Gráfico 2, outros dois elementos precisam ser ressaltados, o primeiro aspecto está relacionado ao considerável decréscimo no número de contratos na modalidade de custeio, o qual apresentou redução de 39,6% no comparativo 1996/2019, passando de 98.200 para 59.284 contratos. Além disso, desde o ano de 2009, esta linha de financiamento vem apresentando forte tendência de redução (acima de 40% entre 2009-2019), isto coloca em destaque uma mudança acentuada na forma em que os agricultores familiares catarinenses nos últimos anos veem realizando o custeio de suas atividades produtivas.

Gráfico 2 – Número de contratos totais, custeio, investimento e industrialização efetivados via PRONAF por agricultores familiares em Santa Catarina, no período de 1996 a 2019



Fonte: elaboração do autor (2019), com base em dados Brasil (2020a).

O segundo elemento reflete a baixa cobertura da modalidade de custeio entre os estabelecimentos familiares catarinenses, pois o número de contratos representa em 2019 aproximadamente menos de um terço do total de propriedades do estado enquadradas na Lei n. 11.396/2006⁴⁴. Estes aspectos, por si só, já evidenciam certos “(des)caminhos”⁴⁵ do programa no estado de Santa Catarina, que podem ser explicados tanto por fatores endógenos como exógenos ao programa em estudos com esta finalidade específica.

⁴⁴ Não se considerou para esta afirmação a possibilidade de uma mesma propriedade efetivar no mesmo ano mais de um contrato. Fato este restringiria ainda mais a cobertura do programa.

⁴⁵ Termo utilizado por Aquino e Schneider (2010).

Os contratos de investimentos somaram no período 539.210, o que representou 20,6% do total. Os contratos de industrialização foram registrados apenas nos anos de 2016⁴⁶, 2017, 2018 e 2019 totalizaram ao longo desses três anos o somatório de 209 acordos contratuais, que em termos percentuais, o que ainda não expressa significância em termos de resultado, porém, ano após anos vêm apresentando aumento no número de contratos efetivados⁴⁷.

Em consequência desse movimento de redução na modalidade de custeio, percebe-se o incremento no número de contratos para a modalidade de investimento no estado, crescente a partir do ano de 2006 e mais saliente principalmente a partir da criação da linha de financiamento do Mais Alimentos em 2009.

Em 2005, os contratos de investimento representaram 11,6% em relação ao total, ao longo dos anos a tendência foi de crescimento, sendo que nos anos de 2012 e 2013 foram registrados em Santa Catarina os maiores resultados em termos de número de contratos e consequentemente os mais altos percentuais desta modalidade de financiamento em relação à série histórica. Foram 60.646 (42,6% do total) e 63.466 (44,9% do total) contratos efetivados respectivamente em 2012 e 2013. Contudo, desde 2014 as operações estão em uma tendência de redução e a participação dos financiamentos destinados à finalidade de investimento⁴⁸, nos últimos dois anos foram de 30,2% em 2018 e 29,5% em 2019 ao considerar o total dos contratos efetivados por agricultores familiares catarinenses.

Esta evolução, de certa forma, impulsionou a ampliação da produção, da estrutura e ao mesmo tempo da modernização das propriedades vinculadas à agricultura familiar, especialmente dos agricultores integrados às cadeias produtivas do agronegócio (GAZOLLA; SCHNEIDER, 2013; AQUINO; SCHNEIDER, 2015; CAZELLA *et al.*, 2016). Contudo, a linha de financiamento destinada ao investimento, ao considerar a realidade de Santa Catarina, contemplou ao longo dos anos um conjunto mais diversificado de agricultores familiares não se restringindo apenas aqueles vinculados aos grandes mercados formais, isto porque, como exemplo, financiamentos de investimentos em agroindústrias familiares (*case* de sucesso no país), produtores de hortaliças, chás, erva-mate, frutas etc.

Em relação aos demais estados brasileiros, Santa Catarina ao longo desses 23 anos do PRONAF posiciona-se como a quinta unidade da federação com maior número de contratos do País, ficando atrás em termos de contratos apenas do Rio Grande do Sul, Bahia, Minas

⁴⁶ Ano de início dessa modalidade de crédito.

⁴⁷ Os dados coletados em relação ao ano de 2019 possuem como data base 6 de janeiro de 2020.

⁴⁸ Comparado à evolução observada no País, podemos considerar tal evolução como restritiva, isto porque ao final do ano de 2019 em nível de País a modalidade de investimento em número de contratos do Pronaf representou 66,6%.

Gerais e Paraná. Contudo, até 1998 o estado catarinense ocupou a segunda posição em termos de Brasil e até 2003 em terceiro quanto o número de operações efetivadas.

Tabela 8 – Relação dos dez estados com maior número de contratos efetivados via PRONAF entre 1996-2019

Estado	RS	BA	MG	PR	SC	CE	PI	MA	PE	RN	Demais Estados	Brasil
Total de Contratos	6.136.270	3.377.394	3.176.771	2.884.262	2.618.196	2.119.065	1.717.092	1.716.374	1.703.379	1.088.431	6.301.452	32.838.686
(%) Total	18,7	10,3	9,7	8,8	8,0	6,5	5,2	5,2	5,2	3,3	19,2	100,0

Fonte: elaboração do autor (2020), com base em dados Brasil (2020a).

Esta condição inicial de maior destaque em termos de acesso pode ser explicada por dois elementos. O primeiro em relação à ampla organização do tecido social e produtivo do estado, em que havendo a política pública, rapidamente deu conta de organizar o conjunto da agricultura familiar para o referido acesso. O segundo elemento caracteriza-se pela expansão do programa e a consequente diminuição da participação de Santa Catarina em relação ao número de contratos⁴⁹.

Acerca da distribuição entre as regiões do estado catarinense, os contratos totais (custeio, investimento e industrialização) a região Oeste é a que concentra o maior número de contratos, com percentual de 57,8% dos contratos do estado no período de 1996 a 2019, em termos absolutos significa o total de 1.515.156 contratos. Essa concentração ressalta dois aspectos ambíguos a saber: i) a dependência da agricultura familiar regional em relação crédito rural como condição para a viabilidade e permanência nas atividades produtivas; ii) potencial e capacidade produtiva.

O Vale do Itajaí encontra-se como a segunda região com maior número de contratos efetivados representado por 12,2% (318.643), na sequência as regiões Sul, Norte, Serrana e Litoral com 9,1% (237.134), 8,7% (227.370), 8,2% (213.963) e 4,0% (105.930) contratos por região, respectivamente. Esta condição de acesso, assim como citado no parágrafo anterior, também está associada à estrutura e as dinâmicas em que a agricultura familiar em cada uma das regiões está inserida. Contudo, afirmações a este respeito podem, e devem, ser respondidas em investigações científicas com este objetivo específico.

No que se refere à expansão do programa em cada uma das regiões, comparando os dados de 1996 com 2019, é possível, naturalmente, identificar outro cenário, pois a região Serrana foi a que mais expandiu em relação ao número de contratos com índice de 3,73 no comparativo entre 1996/2019. Na sequência, a região Litorânea que registrou um índice de

⁴⁹ Dados em detalhes no Apêndice C.

2,61 e as regiões do Vale do Itajaí e Norte ficaram com índices de 1,39 e 1,14, respectivamente. E por fim a região Oeste com 0,69 e Sul com índice de 0,62 apresentaram redução do programa em termos de número de contratos.

Esses índices regionais demonstram a expansão do PRONAF no estado em regiões que no início do programa acessaram de forma tímida e certo encolhimento nas regiões que o acesso no ano de 1996 apresentou-se extraordinariamente significativo. Entretanto, a redução do número de contratos é um fenômeno que vem ocorrendo em todos os estados do País, especialmente a partir do ano de 2015. Em outros termos, o programa que se propõe ao fortalecimento da agricultura familiar cada vez mais registra seletividade quanto aos agricultores que acessam a referida política pública.

Os dados revelam a redução em termos relativos da concentração dos contratos realizados na região Oeste, que passou de 70,6% em 1996 para 56,6% em 2019. Ainda se tratando da região Oeste, esta diminuição na participação dos contratos ocorre em detrimento ao aumento no número de contratos para as demais regiões do estado e da própria dinâmica de execução do programa PRONAF.

Tabela 9 – Participação percentual por grande região de Santa Catarina nos contratos do PRONAF em 1996 e 2019

Ano	Litoral	Oeste	Norte	Serrana	Sul	Vale do Itajaí	Total SC
1996	1,6	70,6	5,5	2,0	11,6	8,8	100,0
2018	4,8	56,6	7,3	8,7	8,3	14,2	100,0

Fonte: elaboração do autor (2020), com base em dados Brasil (2020a).

Entretanto, sobre o primeiro aspecto apontado sobre este “enxugamento”, somente a região Oeste apresentou redução de aproximadamente 16 mil contratos, fato este que demonstra claramente que o programa ao longo dos anos perdeu fôlego em termos de número de contratos e agricultores atendidos. Esta realidade coaduna com as diretrizes iniciais do PRONAF, estabelecidas no relatório da FAO e INCRA (1994), em que o público preferencial para atendimento do programa seria os agricultores familiares consolidados e aqueles na fase de transição.

Tabela 10 – Número de contratos totais realizados nas regiões de Santa Catarina via PRONAF no período de 1996 a 2019

Ano	Litoral	Oeste	Norte	Serrana	Sul	Vale do Itajaí	Total SC
1996	1.554	69.337	5.404	1.958	11.357	8.615	98.200
1997	2.936	39.329	9.730	3.936	14.126	16.097	85.724
1998	2.498	45.122	10.846	5.475	13.973	14.810	92.666
1999	2.679	60.350	12.346	7.632	13.332	13.792	110.084
2000	3.339	67.027	14.803	6.940	16.023	17.341	122.987
2001	3.288	59.504	12.169	6.281	12.433	13.548	107.188
2002	2.658	67.142	9.902	6.539	8.308	9.884	104.302
2003	2.894	64.205	8.506	7.513	6.352	9.405	98.518
2004	4.129	59.303	9.306	8.749	6.838	9.698	103.551
2005	4.615	59.181	8.242	9.123	8.371	10.101	102.654
2006	5.499	68.171	9.452	11.305	11.225	13.616	116.674
2007	5.718	63.473	9.932	11.691	10.335	13.287	114.078
2008	6.085	61.191	10.227	11.723	10.525	13.826	113.361
2009	5.073	83.142	10.122	14.762	10.204	14.054	136.556
2010	7.212	67.582	10.241	10.544	10.710	15.333	121.278
2011	6.671	67.394	8.708	10.002	8.222	13.595	114.506
2012	5.325	92.028	9.542	12.552	8.397	14.457	142.301
2013	6.133	86.181	10.365	12.363	9.333	16.876	141.251
2014	6.169	71.423	10.318	11.899	10.036	15.767	125.612
2015	4.616	56.769	7.982	9.834	7.452	13.464	100.117
2016	4.584	55.059	8.716	9.629	7.430	14.353	99.167
2017	4.019	52.781	7.267	8.449	7.520	12.343	92.379
2018	4.179	51.791	7.063	7.763	7.643	12.448	90.887
2019	4.057	47.671	6.181	7.301	6.989	11.933	84.155
Total	105.930	1.515.156	227.370	213.963	237.134	318.643	2.618.196

Fonte: elaboração do autor (2019), com base em dados de Brasil (2020a).

Assim como ocorre a prevalência do número de contratos de custeio no estado de Santa Catarina (média do estado no período 80,0%), em nenhuma região é constatado significativo descolamento de tal percentual, isto porque os percentuais se situaram entre os limites de 89,3% e 85,2%. Em termos absolutos, considerando o histórico do programa, destaca-se a região Oeste que já no ano de 2015 ultrapassou a marca de um milhão de contratos de custeio, finalizando o ano de 2019 com 1.186.633 contratos efetivados, o que equivale a uma média de aproximadamente 49,5 mil contratos anuais.

Em contrapartida, o acesso ao crédito de investimento se apresenta de forma modesta (comparativamente ao crédito de custeio) em todas as regiões quando observada o conjunto da série histórica. Entretanto, a partir de 2006 a linha de crédito apresenta crescimento em relação ao número de contratos totais do estado, chegando a seu ápice em 2012 quando atingiu 44,9% do total de contratos. Tal evolução foi impulsionada principalmente a partir do Programa Mais Alimentos, que foi, majoritariamente, utilizado para a aquisição de maquinário agrícola, com destaque para a compra de tratores de pequeno porte/implementos. Outro aspecto desse incremento está associado aos constantes investimentos exigidos pelas

atividades de pecuária e produtos agrícolas classificados como *commodities*, significativamente presente no estado de Santa Catarina.

O acesso ao crédito de investimento para o agricultor familiar pode significar o fortalecimento suas ações enquanto produtor, pois oportuniza condições para início e ampliação da produção e, conseqüentemente, também fortalece suas relações com os atores e o mercado, os quais poderão interferir na gestão e nos modos de produção da propriedade (RAMBO, 2014). Além disso, os investimentos representam, em certo modo, melhorias nas suas condições de trabalho, alterando cada vez mais o trabalho braçal instrumentos e maquinários que facilitam sua relação com os processos produtivos.

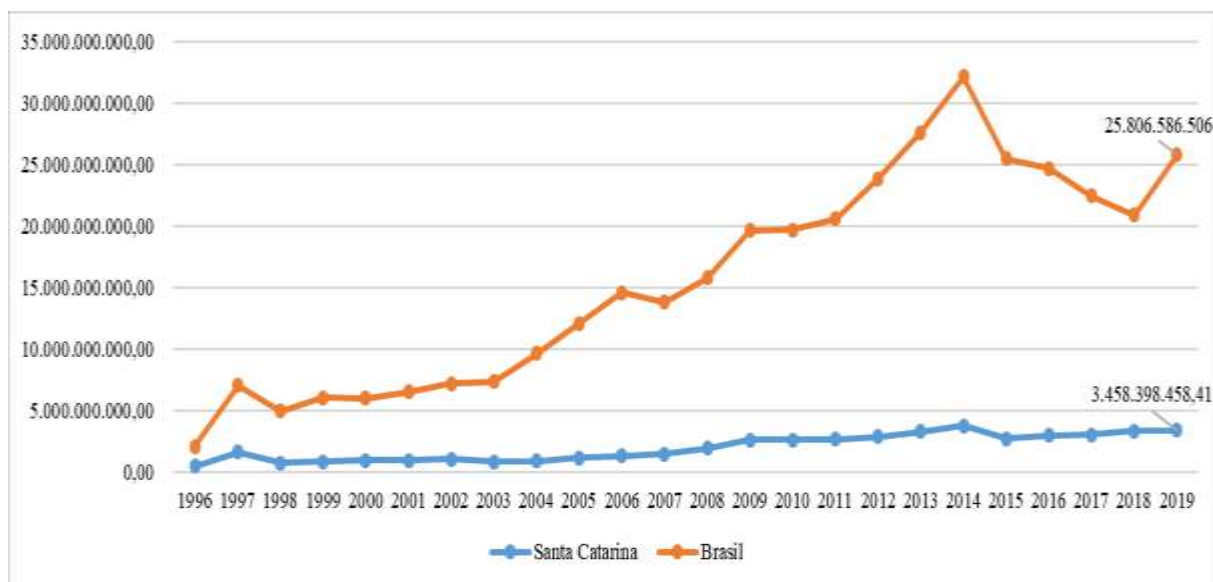
Entretanto, conforme amplamente já discutido na literatura brasileira, o PRONAF concentra suas ações nos agricultores mais capitalizados, na monocultura e em alguns estados da federação, ou seja, o PRONAF se distanciou de alguns de seus objetivos para o qual foi criado. Nos termos de Cazella *et al.* (2016), o PRONAF ao longo de sua trajetória acaba se distanciando dos grupos da agricultura familiar em situação de maior vulnerabilidade econômica e social.

Em relação aos recursos financeiros acessados via PRONAF por agricultores catarinenses, tiveram expressivo crescimento desde a implantação do programa no ano de 1996. Para comparação dos dados aqui apresentados, todos os valores financeiros foram deflacionados para ano de 2019 de acordo com o INPC. Em 1996, Santa Catarina contratou aproximadamente R\$ 0,54 bilhões, enquanto em 2019 o valor foi de R\$ 3,4 bilhões, crescimento este que significa mais de cinco vezes ao valor contratado em 1996. Ao longo do programa, o maior volume de recursos contratados foi no ano de 2014, quando o valor ultrapassou os R\$ 3,8 bilhões. O volume de crédito contratado entre 2015 e 2019 no estado foram inferiores ao nível de 2014, principalmente por quatro aspectos principais: i) cenário econômico e político instável vivenciado no País entre 2015 e 2019; ii) alteração (elevação) da taxa de juros pelo programa nos últimos anos; iii) o fenômeno é a emergência do Pronamp, o qual tenha captado um conjunto de agricultores familiares para este programa; iv) redução do número de contratos.

A expansão do programa em termos de volume de recursos na comparação com a evolução ocorrida em nível de País, os financiamentos do PRONAF cresceram de forma mais acentuada e/ou significativa no território nacional, isto pois, em termos relativos no Brasil, os financiamentos cresceram 1.199,7%, passando de R\$ 2.151.026.922,62 em 1996 para R\$ 25.806.586.505,52 em 2019. Já no âmbito de Santa Catarina a evolução foi de

aproximadamente 635,0%, ou seja, de R\$ 544.603.675,63 em 1996 para R\$ 3.458.398.458,41 em 2019.

Gráfico 3 – Evolução dos recursos financeiros acessados no Brasil e em Santa Catarina via PRONAF no período de 1996 a 2019



Fonte: elaboração do autor (2019), com base em dados de Brasil (2019a).

Este cenário decorreu, conforme nos referimos anteriormente, principalmente porque desde o primeiro ano de implementação do PRONAF Santa Catarina se colocou entre os maiores estados contratantes, logo, como consequência o crescimento da expansão do programa nas demais unidades da federação, a evolução dos recursos no estado, em termos relativos, consequentemente ficou significativamente em menor proporção.

Em relação ao volume de recursos por finalidade (custeio, investimento e industrialização), assim como ocorre na perspectiva dos contratos, o crédito de custeio concentra a maior parcela dos recursos em Santa Catarina, sendo que no período entre 1996 e 2019 essa linha de crédito (custeio) representa em média 54,6% do total dos financiamentos contratados no estado catarinense. Entretanto, o crédito de investimento no decorrer dos anos vem ganhando espaço especificamente nos últimos 13 anos (2007-2019) representou 53,8% do total dos recursos acessados. O crédito PRONAF para industrialização foi registrado apenas nos últimos quatro anos e significa em torno 4,5% dos recursos efetivados em Santa Catarina neste período, representando uma linha de financiamento que ainda requer sua consolidação para que efetivamente seja possível a realização de uma análise mais aprofundada de seus resultados.

Tabela 11 – Montante de recursos financeiros acessados via PRONAF por finalidade contratados em Santa Catarina, no período de 1996 a 2019

Ano	Valor Custeio	%	Valor Investimento	%	Valor Industrialização	%	Valor Total	%
1996	544.603.676	100,0	0	0,0	0	0	544.603.676	100,0
1997	1.390.073.000	84,4	256.242.733	15,6	0	0	1.646.315.733	100,0
1998	749.221.224	94,1	47.109.513	5,9	0	0	796.330.737	100,0
1999	843.795.705	93,5	58.274.543	6,5	0	0	902.070.247	100,0
2000	899.636.487	91,8	80.632.462	8,2	0	0	980.268.949	100,0
2001	827.820.430	85,5	140.633.746	14,5	0	0	968.454.176	100,0
2002	913.748.191	85,5	155.231.529	14,5	0	0	1.068.979.720	100,0
2003	650.157.137	71,7	256.772.077	28,3	0	0	906.929.213	100,0
2004	750.247.073	78,4	207.138.160	21,6	0	0	957.385.233	100,0
2005	895.557.036	73,6	320.695.976	26,4	0	0	1.216.253.012	100,0
2006	952.475.098	71,5	379.890.139	28,5	0	0	1.332.365.237	100,0
2007	1.115.741.948	74,3	385.453.524	25,7	0	0	1.501.195.472	100,0
2008	1.311.929.105	65,5	691.312.156	34,5	0	0	2.003.241.261	100,0
2009	1.391.868.950	52,5	1.260.793.058	47,5	0	0	2.652.662.008	100,0
2010	1.413.654.855	52,8	1.261.349.535	47,2	0	0	2.675.004.390	100,0
2011	1.438.898.596	53,0	1.276.180.194	47,0	0	0	2.715.078.790	100,0
2012	1.564.304.590	53,6	1.356.136.955	46,4	0	0	2.920.441.545	100,0
2013	1.653.957.765	49,3	1.704.298.388	50,7	0	0	3.358.256.153	100,0
2014	1.724.596.073	45,5	2.064.839.780	54,5	0	0	3.789.435.853	100,0
2015	1.734.900.911	62,3	1.049.965.177	37,7	0	0	2.784.866.088	100,0
2016	1.764.770.366	58,1	1.144.409.871	37,7	129.471.366	4,3	3.038.651.603	100,0
2017	1.876.433.883	61,6	1.078.638.301	35,4	93.514.992	3,1	3.048.587.176	100,0
2018	1.837.777.615	54,5	1.372.809.301	40,7	160.790.050	4,8	3.371.376.965	100,0
2019	1.888.444.672	54,6	1.365.019.924	39,5	204.728.473	5,9	3.458.193.069	100,0

- Valores deflacionados para o ano de 2019 pelo INPC.

- Valores em reais (R\$).

Fonte: elaboração do autor (2019), com base em dados de Brasil (2020a).

O crédito de investimento assume papel importante para estrutura produtiva do segmento rural familiar catarinense, pois, nestes três anos de operação do programa, o valor desta linha de financiamento foi superior a R\$ 17,9 bilhões. Como consequência disso, tais recursos foram capazes de dinamizar a capacidade produtiva, bem como a melhoria nos indicadores de produtividade, por meio da compra e utilização de maquinários, implementos, ferramentas, estrutura, veículos etc.

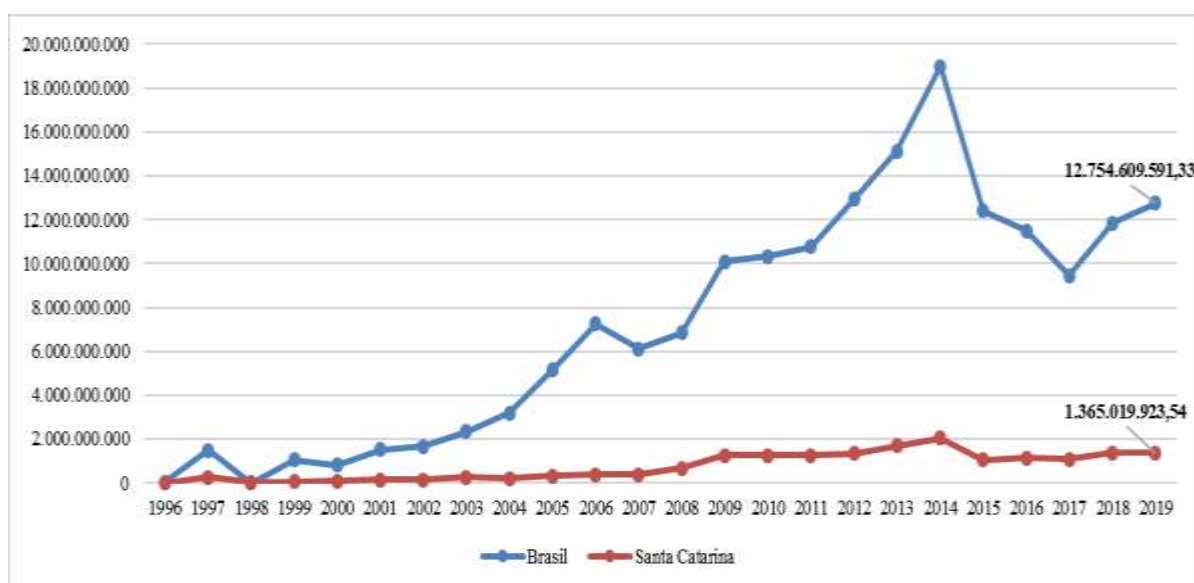
Além disso, tais investimentos possibilitam a melhoria das condições de trabalho (uso de mão de obra) por meio da utilização de novos métodos laborais, e, ainda, supre a carência de mão de obra, cada vez mais escassa no meio rural catarinense. Por outro lado, ocorrem casos de exclusão e endividamento, pois aquele agricultor que não consegue êxito financeiro na aplicação do crédito rural chega, em alguns casos, a comprometer o patrimônio familiar, para saldar seus compromissos. Além disso, a um conjunto de agricultores se caracterizam por

serem aqueles que não se sentem seguros ao realizar financiamentos de elevados valores acabam se retirando dessas atividades.

Em continuidade, a linha de financiamento de investimento caracteriza-se por não limitar seus efeitos apenas no ano de contratação, mas também gera efeitos ao longo dos anos seguintes a sua contratação, em outros termos, o investimento se dilui e gera resultados na propriedade no longo prazo. Em Santa Catarina, o crescimento da linha de crédito de investimentos registrou crescimento de mais de 354,1% nos últimos 13 anos do programa (2007-2019), passando de R\$ 385.453.524,53 em 2007 para R\$ 1.365.019.923,54 em 2019. Este percentual é expressivamente maior ao registrado em todo país, que no mesmo período evoluiu aproximadamente 208,7%, alterando seu valor de R\$ 6.112.437.114,81 em 2007 para 12.754.609.591,33 no ano de 2019.

Um dos aspectos que pode explicar este expressivo crescimento em Santa Catarina é o perfil da agricultura familiar que acessa o PRONAF no estado, que se caracteriza por sua vez como um conjunto de agricultores mais capitalizados, que em consequência se utilizaram em maior grau dos recursos de investimentos do que a maioria dos estados da federação no âmbito da agricultura familiar. O Gráfico 4 demonstra tal evolução em relação a modalidade de financiamento da linha de investimento comparativamente entre o estado de Santa Catarina e o país entre 1996 e 2019.

Gráfico 4 – Evolução do montante de recursos da linha PRONAF de investimento acessados no Brasil e em Santa Catarina via PRONAF no período de 1996 a 2019



Fonte: elaboração do autor (2019), com base em dados de Brasil (2020a).

Se de um lado temos uma diminuição acentuada no número de contratos e de outro um expressivo aumento dos recursos, naturalmente o valor médio dos contratos teve significativa elevação. O crescimento anual do valor médio no estado catarinense teve o percentual ao longo do período analisado (1996-2019) foi de 20,4%, passando de R\$ 5.546,86 em 1996 para R\$ 40.096,58 no ano de 2019. Contudo, a partir de 2004 registra-se significativa elevação dos valores médios por contrato, o qual foi de R\$ 23.290,73, enquanto o conjunto da série histórica apresentou o valor médio dos contratos igual a R\$ 18.777,11. Este aspecto incide claramente em uma necessidade crescente e constante de crédito rural pelos agricultores Catarinenses. A Tabela 16 apresenta em detalhes essa evolução dos recursos contratados por Santa Catarina e no País.

Tabela 12 – Evolução de recursos financeiros, contratos, valor médio dos contratos, acessados via PRONAF por agricultores familiares em Santa Catarina e Brasil, no período de 1996 a 2019

Ano	Brasil				Santa Catarina			
	Recursos	Contratos	Valor Médio	Evolução (%) Anual	Recursos	Contratos	Valor Médio	Evolução (%) Anual
1996	2.151.026.922	306.786	7.011	--	544.603.676	98.200	5.546	--
1997	9.895.446.801	477.718	20.714	295,4	1.646.315.733	85.724	19.205	346,3
1998	4.980.368.007	636.794	7.821	-62,2	796.330.737	92.666	8.594	-55,3
1999	6.070.000.189	791.677	7.667	-2,0	902.070.247	110.084	8.194	-4,6
2000	6.051.477.711	834.049	7.256	-5,4	980.268.949	122.987	7.971	-2,7
2001	6.554.973.581	800.653	8.187	12,8	968.454.176	107.188	9.035	13,4
2002	7.235.379.838	829.433	8.723	6,5	1.068.979.720	104.302	10.249	13,4
2003	7.394.253.630	1.003.837	7.366	-15,6	906.929.213	98.518	9.206	-10,2
2004	9.681.304.886	1.345.713	7.194	-2,3	957.385.233	103.551	9.246	0,4
2005	12.149.330.203	2.208.198	5.502	-23,5	1.216.253.012	102.654	11.848	28,1
2006	14.636.467.880	2.551.497	5.736	4,3	1.332.365.237	116.674	11.420	-3,6
2007	13.835.910.689	1.923.317	7.194	25,4	1.501.195.472	114.078	13.159	15,2
2008	15.806.484.664	1.550.749	10.193	41,7	2.003.241.261	113.361	17.671	34,3
2009	19.657.853.319	1.704.947	11.530	13,1	2.652.662.008	136.556	19.425	9,9
2010	19.732.005.323	1.585.486	12.445	7,9	2.675.004.390	121.278	22.057	13,5
2011	20.644.948.901	1.539.901	13.407	7,7	2.715.078.790	114.506	23.711	7,5
2012	23.904.594.554	1.823.210	13.111	-2,2	2.920.441.545	142.301	20.523	-13,4
2013	27.671.570.591	2.004.121	13.807	5,3	3.358.256.153	141.251	23.775	15,8
2014	32.195.589.768	1.825.489	17.637	27,7	3.789.435.853	125.612	30.168	26,9
2015	25.495.698.600	1.705.731	14.947	-15,3	2.784.866.088	100.117	27.816	-7,8
2016	24.421.612.627	1.617.819	15.095	1,0	3.038.651.603	99.167	30.642	10,2
2017	22.508.184.304	1.281.180	17.568	16,4	3.048.587.176	92.379	33.001	7,7
2018	20.932.713.902	1.126.366	18.584	5,8	3.371.376.965	90.887	37.094	12,4
2019	25.806.586.506	1.184.700	21.783	17,2	3.458.398.458	84.155	41.096	10,8

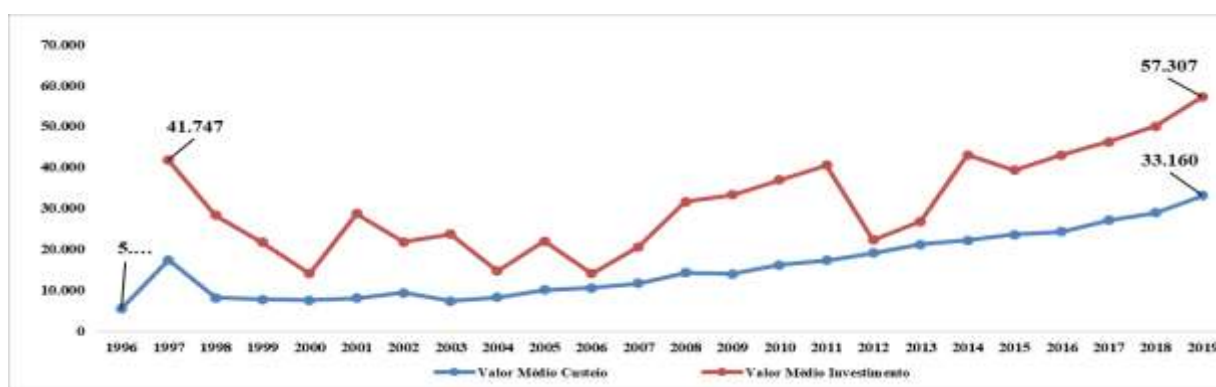
- Valores deflacionados para o ano de 2018 pelo INPC/Valores em reais.

Fonte: elaboração do autor (2020), com base em dados de Brasil (2020a).

Entre as modalidades de financiamento, o valor médio dos contratos teve um aumento significativo no período em Santa Catarina, pois, na modalidade de crédito para o custeio, o índice se apresentou de certa forma um crescimento linear ao longo do período. No

comparativo entre o início do programa e o ano de 2019 registraram-se em 1996 o valor médio de R\$ 5.540,62 e em 2019 o valor R\$ 33.160,23. Na linha de financiamento para investimento o valor médio passou de R\$ 41.749,94 em 1997 para R\$ 57.307,06 em 2019, crescimento no valor médio de 37,3% ao longo dos anos. Quanto a modalidade de industrialização, esta somente conta com registros nos últimos quatro anos e caracteriza-se pela concessão de valores elevados e apresentou variação de seu valor médio de R\$ 4.176.495,69 em 2016 para R\$ 2.729.712,98 em 2019. Os valores médios são fundamentais para entender a dinâmica da evolução do acesso ao crédito, que neste caso nos mostra para a realidade de Santa Catarina a necessidade crescente e constante de maiores montantes de recursos para financiamento da produção por parte do agricultor familiar.

Gráfico 5 – Valor médio dos contratos de custeio e investimento acessados no em Santa Catarina via PRONAF no período de 1996 a 2019



- Valores deflacionados para o ano de 2019 pelo INPC.

Fonte: elaboração do autor (2020), com base em dados de Brasil (2020a).

Em termos regionais, quanto ao volume de recursos financeiros contratados, a região Oeste é a responsável pela contratação do maior volume, que ao longo da série histórica representou 55,5% do total. Em 2019, por exemplo, dos R\$ 3,5 bilhões contratados pelo estado, R\$ 2,0 bilhões foram pelos agricultores familiares pertencentes à região Oeste, representando neste ano 58,1%. Ao considerar a série histórica (1996-2019), o valor contratado apenas no Oeste do estado ultrapassa os R\$ 27 bilhões.

Tabela 13 – Montante de recursos financeiros contratados por região em Santa Catarina, via PRONAF no período de 1996 a 2019

Ano	Litoral	Oeste	Norte	Serrana	Sul	Vale do Itajaí	Total SC
1996	10.252.625	343.612.031	30.965.528	16.663.288	93.242.641	49.867.563	544.603.676
1997	48.891.147	749.227.179	166.033.564	98.132.495	286.870.074	297.161.274	1.646.315.733
1998	25.502.670	331.445.146	86.084.128	56.026.389	151.239.780	146.032.624	796.330.737
1999	29.970.639	405.463.035	115.978.718	66.834.542	145.571.462	138.251.851	902.070.247
2000	36.980.057	424.606.084	130.004.221	66.480.848	159.796.596	162.401.143	980.268.949
2001	33.790.257	387.980.705	118.790.406	60.746.389	146.012.972	148.392.858	968.454.176
2002	37.297.685	428.253.102	131.120.851	67.051.864	161.169.118	163.796.036	1.068.979.720
2003	36.048.714	548.463.372	79.853.665	65.099.647	66.843.545	110.620.272	906.929.213
2004	50.233.073	527.242.691	94.622.778	72.432.755	87.528.697	125.325.238	957.385.233
2005	58.987.806	689.922.989	95.883.942	88.483.096	136.498.161	146.477.017	1.216.253.012
2006	70.194.933	692.719.807	104.970.751	111.894.487	167.708.180	184.877.078	1.332.365.237
2007	77.190.660	793.264.585	127.913.577	135.574.322	156.835.608	210.416.720	1.501.195.472
2008	96.541.418	1.090.621.401	173.643.792	174.780.104	194.043.190	273.611.356	2.003.241.261
2009	100.698.352	1.551.563.650	207.201.068	228.740.723	223.024.850	341.433.365	2.652.662.008
2010	155.745.284	1.468.008.645	217.581.337	191.334.503	260.754.681	381.579.940	2.675.004.390
2011	143.551.939	1.643.286.827	198.064.668	213.129.286	183.962.459	333.083.610	2.715.078.790
2012	111.159.677	1.776.769.316	201.517.680	242.433.362	227.401.328	361.160.182	2.920.441.545
2013	139.685.779	1.988.390.471	248.466.138	278.430.139	266.655.893	436.627.733	3.358.256.153
2014	168.064.371	2.119.574.616	323.763.320	324.326.524	369.097.831	484.609.192	3.789.435.853
2015	109.093.502	1.594.997.577	204.706.650	248.017.397	243.176.872	384.874.089	2.784.866.088
2016	114.055.636	1.689.591.990	240.637.564	267.400.558	271.086.565	455.879.290	3.038.651.603
2017	104.766.373	1.752.587.518	224.756.522	263.526.691	300.735.453	402.214.618	3.048.587.176
2018	118.573.992	1.997.564.932	230.861.199	259.493.011	320.877.505	444.006.327	3.371.376.965
2019	131.675.261	2.007.966.283	235.960.626	280.264.225	350.165.792	452.160.882	3.458.193.069
Total	2.008.951.850	27.003.123.957	3.989.382.692	3.877.296.642	4.970.299.252	6.634.860.257	48.636.946.303

- Valores deflacionados para o ano de 2019 pelo INPC.

- Valores em mil reais (R\$).

Fonte: elaboração do autor (2020), com base em dados de Brasil (2020a).

A região do Vale do Itajaí se posiciona na sequência em termos de volume contratado, registrando no período analisado a quantia de R\$ 6,6 bilhões, o que representa 13,9% em relação ao somatório total dos anos 1996-2019. O Sul é a terceira região que mais contratou entre 1996-2019, com um volume de R\$ 4,9 bilhões, correspondendo a 10,2% do total dos anos. Os dados de volume de recursos contratados pelas demais regiões estão disponíveis na Tabela 17.

A partir desta análise sobre o acesso ao PRONAF em Santa Catarina em termos de contratos, recursos, modalidade e distribuição regional pelos agricultores familiares, outra importante característica desse acesso se constitui na análise da finalidade desses contratos, ou seja, em quais culturas, em quais produtos estão se destinando os recursos crédito do PRONAF em Santa Catarina. A finalidade dos recursos é uma questão significativamente criticada por autores especialistas, como o caso dos trabalhos de Gazolla e Schneider (2013), Aquino e Schneider (2015) e Cazella *et al.* (2016).

A análise dos dados relativos ao PRONAF quanto à finalidade, ou seja, o produto no qual se destinou o financiamento, será observada no período compreendido entre o ano 2000 e 2019, devido à disponibilidade de dados do Banco Central do Brasil. Contudo, tais informações estão dispostas ao longo da série histórica de duas formas diferentes, sendo que a primeira compreende de 2000 a 2012, por meio do Anuário Estatístico do Crédito Rural. Na segunda forma, entre 2013 e 2019 os dados estão dispostos na Matriz de Dados do Crédito Rural.

Esta observação se torna necessária devido as divergências existentes entre tais relatórios no que se refere a sua estrutura e agrupamento de dados, o que, conseqüentemente, nos exige a construir dois momentos distintos de análise quanto aos financiamentos por finalidade/produto.

Em relação aos contratos de custeio das atividades de pecuária, entre os anos de 2000 e 2012 foram realizadas 101.252 operações do PRONAF em Santa Catarina, significando 8,3% do total de contratos destinados ao custeio. Entre tal finalidade, a compra de animais concentrou expressiva parcela tanto em números contratos como dos recursos. Isto porque somente esta rubrica significou 83,3% dos contratos e 88,3% do total dos recursos das operações de custeio pecuário.

Já no período entre 2013 e 2019, ainda quanto aos contratos de custeio de pecuário, foram registradas 191.515 operações. Destas, 91,2% dos contratos foram exclusivamente para aquisição de bovinos, o qual representou 84,0% do montante de recursos contratados para o custeio pecuário. Estes dados podem ser explicados, em boa parte, pelo crescente setor leiteiro de Santa Catarina nos últimos vinte anos e recentemente o aumento das atividades de gado de corte, em especial no Oeste catarinense (JOCHIMS; DORIGON; PORTES, 2016).

A finalidade de suínos representou 2,5% dos contratos e 3,5% do montante de recursos, e a avicultura representou apenas 1,9% dos contratos e 1,6% dos recursos. Estes percentuais chamam a atenção de um leitor mais distante da realidade em relação à baixa participação dos recursos e dos contratos acessados pela avicultura e suinocultura. Isto porque o estado de Santa Catarina se coloca com um dos principais produtores tanto de suínos quanto de aves do País e tais resultados podem ser explicados pelo fato de que os custos de tais atividades ocorrem por conta das agroindústrias, principalmente por meio do modelo de integração.

Em continuidade, retomamos os altos valores e concentração dos financiamentos em torno da bovinocultura no estado, que por um lado podem ser explicados pelo significativo tamanho da cadeia produtiva, e, de outro lado, tais estatísticas colocam em destaque o caráter

concentrador do PRONAF em torno de alguns tipos de produção, fato este evidenciado por meio dos dados confirmam tal realidade também no território catarinense. Contudo, à ambiguidade do programa nos possibilita relativizar esta condição, pois nestes sete anos sob análise (2013-2019) foram financiados pelo programa PRONAF 38 diferentes produtos somente via custeio pecuário.

Em relação aos contratos de pecuária com a finalidade de investimento, tal linha de financiamento alcançou no período compreendido entre o ano 2000 e 2012 um total de 150.611 contratos. Os investimentos em Aquisição de Animais, Máquinas e Equipamentos e Melhoramento das Explorações somam juntos o percentual de 85,1% dos contratos e de 85,4% do montante de recursos contratados pelo estado catarinense entre 2000 e 2012. Neste período, as operações de Aquisição de Animais individualmente representam a maior finalidade tanto de contratos quanto de valores aplicados com 37,3% e 35,1%, respectivamente.

A dinâmica ocorrida nos investimentos pecuários entre 2013 e 2019 permanece constante e de certo modo segue a mesma lógica apresentada no período anterior, representada pela rubrica Aquisição de Animais, pois somente a aquisição de Bovinos representou 43.904 (33,0%) de contratos e aproximadamente R\$ 1,7 bilhão, ou seja, 35,4% do total de recursos financeiros na modalidade investimentos pecuários. As Máquinas e Equipamentos, rubrica importante, principalmente no que tange à modernização e ampliação das atividades produtivas, representaram entre 2013 e 2019, 55,0% dos contratos e 25,9% do montante financeiro.

As operações do PRONAF no estado (investimento na pecuária) também se colocam como significativas entre 2013 e 2019 em relação à Estrutura Física das propriedades, estas alcançaram 12,3% dos contratos e 26,0% dos recursos em Santa Catarina. Os contratos com a finalidade para “Aquisição de Veículos” registraram no período analisado 3,3% dos contratos e 4,5% do montante financeiro em relação aos contratos de investimento na pecuária efetivados por agricultores familiares catarinenses⁵⁰. Contudo, o investimento em pecuária registrou no período 2013-2019 um total de 88 itens diversificados no qual esta linha de financiamento aportou recursos no sentido de apoio ao fortalecimento da agricultura familiar no estado.

Os contratos para Custeio Agrícola somaram o total de 1.117.992, este número representa 74,4% do total geral de contratos realizados em Santa Catarina no período entre

⁵⁰ A relação de todos os produtos financiados e os detalhes de cada produto (número de contratos/montante financeiro) consta nos apêndices desta tese de doutorado.

2000 e 2012. É um valor expressivo, isto porque os contratos especificamente para aplicação em lavouras totalizaram 968.378 operações, o que representa 86,6% do total geral do estado. Em relação aos financiamentos à lavoura, a concentração em torno da cultura do milho nos chama a atenção, pois somente esta representa 59,3% (do total de contratos efetivados na modalidade de custeio agrícola).

Entre 2013 e 2019, em Santa Catarina foram efetivados 301.065 contratos de Custeio Agrícola, distribuídos em 92 produtos/culturas diferentes. Entretanto, a maior parte dos contratos e recursos são destinados à produção de *commodities*, como o arroz, cebola, milho e soja. Estas quatro culturas somadas acumularam no período de 2013 a 2019 o expressivo percentual de 79,7% dos contratos e 77,7% em relação aos recursos. A este respeito, dois aspectos devem ser ressaltados. O primeiro é novamente o caráter de concentração produtiva em torno de poucas culturas agrícolas as quais são financiadas pelo PRONAF também estabelecida no âmbito do estado de Santa Catarina. O segundo aspecto é elaborado no sentido de justificar o primeiro, pois a cultura do milho, primordial na maioria dos estabelecimentos rurais catarinenses, é responsável individualmente por 51,1% dos contratos e 36,2% do total de recursos para custeio agrícola em Santa Catarina entre 2013-2019. Ainda sobre o milho, o significativo valor pode ser explicado pela relação da cultura com a pecuária e acerca da soja ao crescimento do mercado de grãos vinculados ao agronegócio.

Se faz necessário também ressaltar o significativo aumento das operações do PRONAF contratada exclusivamente para a soja em relação ao período de 2000-2012, o qual passou de 3,2% dos contratos e 4,1% dos recursos no primeiro período analisado para 14,6% dos contratos e 16,5% dos recursos nos últimos sete anos (2013-2019). De certo modo, podemos verificar em Santa Catarina, reservada as proporções, um significativo crescimento da cultura da soja, fenômeno este em ampla expansão na região do país conhecida como “MATOPIBA”⁵¹.

No que se refere ao Investimento Agrícola, foram registrados no período entre 2000 e 2012 o total de 131.840 contratos, valor inferior aos contratos de Investimento em Pecuária que foi de 150.611 considerando o mesmo período. As operações da linha de financiamento do investimento agrícola concentraram-se em mais de 50% para aquisição de Máquinas e Implementos Agrícolas, o qual em números absolutos significou 68.516 mil contratos e em valores nominais o montante de R\$ 2,6 bilhões entre 2000 e 2012.

⁵¹ Reúne os estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia.

Em termos relativos, as Máquinas e Equipamentos representaram 52% dos contratos e 65,3% do montante dos recursos totais para esta modalidade de financiamento. Os financiamentos em Melhoria das Explorações também é destaque, pois contemplou no período em análise 19,6% dos contratos e 12,4% dos recursos. Em relação ao período mais recente, compreendido em nossa análise entre 2013 e 2019, a dinâmica anterior persiste, entretanto, levemente mais acentuada. Isto porque, dos 116.661 contratos efetivados somente de financiamento para Máquinas e Equipamentos, registraram um total de 70.064 (60,2%) operações contratuais. O montante financeiro representou 63,5% do total de financiamentos entre 2013-2019 acessados via a modalidade de Investimento Agrícola.

Outro aspecto que assume importância em termos de acesso é o investimento Agrícola trata-se da Infraestrutura Física. Esta modalidade de financiamento apresentou no estado de Santa Catarina, entre 2013 e 2019, 17,1% de contratos em relação ao total das operações de investimento agrícola e de 20,1% no que tange aos recursos financeiros⁵². Ainda, em relação aos investimentos pecuários, a conta Veículos somou no período 8,9% dos contratos e 8,4% dos recursos. Em síntese, os investimentos agrícolas concentraram-se nas três rubricas detalhadas, a saber: i) máquinas e equipamentos; ii) infraestrutura física; iii) veículos que somadas, representam 86,3% dos contratos e 92,0% do montante de recursos.

Por fim, ressaltamos que neste capítulo foram apresentados os principais indicadores de acesso ao crédito PRONAF realizado por agricultores familiares e cooperativas em Santa Catarina. A análise demonstra a realidade de forma aprofundada em relação à dinâmica da distribuição dos recursos ao se desafiar a apurar os dados completos da série histórica (1996-2019). A construção aqui elaborada permite uma visão holística dos principais indicadores sobre o acesso ao PRONAF no estado e Santa Catarina ao longo do tempo. Os dados, bem como as análises, contribuem para compreensão sobre a execução dessa política pública, que, por sua vez, se coloca como a principal estratégia de apoio/fortalecimento ao segmento da agricultura familiar em Santa Catarina. Para além dos resultados efetivados, as informações colocadas refletem a dinamicidade de uma categoria social frente a uma política públicas em um dos estados brasileiros com maior acesso ao programa PRONAF desde seu estabelecimento em 1996.

⁵² Tabelas completas em relação aos produtos financiados via Pronaf em Santa Catarina constam no Apêndice C.

6 CAPÍTULO VI: OS RESULTADOS DO CAMPO DE PESQUISA E AS ALTERAÇÕES NA AGRICULTURA FAMILIAR CATARINENSE A PARTIR DO PRONAF

Então, o que o PRONAF fez, embora tenhamos algumas críticas do ponto de vista para onde ele foi, mas do ponto de vista da Agricultura Familiar e das propriedades ele deu a condição de que as pessoas pudessem estruturar suas propriedades e conseqüentemente melhorar a qualidade de vida. (ENTREVISTA 06).

Este capítulo apresenta a construção analítica do conjunto de dados obtidos pela pesquisa de campo. Com base na metodologia de “análise de conteúdo”, as informações foram organizadas em categorias analíticas, conforme explicitado no capítulo anterior. Para tanto, o capítulo está organizado em duas seções, sendo que na primeira delas construímos a descrição geral das principais características dos entrevistados, relacionamos as percepções dos atores sociais sobre a agricultura familiar catarinense, bem como suas interações com o PRONAF. Em seguida, ainda na primeira seção são analisados os resultados da pesquisa de campo à luz das transformações na agricultura familiar catarinense promovidas pelo do PRONAF e apresentados os aspectos relativos à política pública que emergiram à luz das percepções dos atores sociais entrevistados. Na segunda seção são discutidos tais resultados a luz do debate já existente sobre a temática a partir das seguintes categorias: i) processo produtivo e trabalho; ii) nível de renda; iii) acesso à bens e serviços; iv) alterações ambientais vinculadas às práticas produtivas e acesso à insumos.

6.1 PRINCIPAIS RESULTADOS DA PESQUISA DE CAMPO

6.1.1 Características gerais do conjunto de atores sociais entrevistados

A faixa etária dos entrevistados foi classificada em seis classes com intervalo de sete unidades em cada uma delas. Isto porque a idade do conjunto de entrevistados variou entre 24 e 71 anos. A faixa “De 32 até 39” anos contou com a maior frequência (18), significando um total de 27,7% do total dos entrevistados⁵³.

⁵³ Exclusivamente para definição da faixa etária foi considerado o número total de entrevistados (65), e não o total de entrevistas realizadas (55).

Tabela 14 – Distribuição dos entrevistados por faixa etária

Ordem	Faixa Etária	Quantidade	%	% Ac.
1	De 24 até 31	12	18,5	18,5
2	De 32 até 39	18	27,7	46,2
3	De 40 até 47	15	23,1	69,2
4	De 48 até 55	12	18,5	87,7
5	De 56 até 63	7	10,8	98,5
6	De 64 até 71	1	1,5	100,0
Total		65	100,0	

- A distribuição das classes de frequência de dados agrupados seguiu a metodologia de Bruni (2009).

Fonte: pesquisa de Campo, elaboração do autor (2020).

A segunda faixa etária com maior frequência foi “De 40 até 47” anos com 15 registros. Posteriormente, com 12 entrevistados, ficaram as faixas “De 24 até 31” anos e “De 48 até 55” anos. O conjunto de entrevistados com até 55 anos acumularam o percentual de 87,7 do total geral dos entrevistados no campo de pesquisa.

Entre os 35 atores sociais vinculados ao segmento da agricultura familiar, 22,9% se enquadraram na faixa etária “De 24 até 31” anos. Já na faixa etária “De 32 até 39” o valor registrado foi de 25,7% enquanto na “De 40 até 47” anos alcançou 20,0%. As faixas etárias subsequentes⁵⁴ acumularam em conjunto o total de 31,4%. O percentual de jovens, considerada em nossa análise aqueles enquadrados na faixa etária “De 24 até 31” anos, em nossos dados nos locais investigados, revela aquilo já salientado sobre as novas realidades do rural brasileiro por Brumer (2014), Strapassolas (2014) e Spanevello *et al.* (2014), ou seja, a saída do jovem nascido no espaço rural atraídos pelas “facilidades” do urbano e/ou por não desejaram enfrentar os mesmos desafios e dificuldades dos pais, em permanecendo no ambiente da agricultura.

A descendência foi uma característica somente investigada dos entrevistados enquanto família dos atores sociais entrevistados, os que se declararam alemães juntos somaram 22 participantes e 40,0% do total. De descendência italiana 19 assinalaram, representando 34,5%, e se identificaram de descendência polonesa 11 famílias de agricultores, significando 20,0%. Do conjunto de 55 atores sociais entrevistados, apenas dois (3,6%) se identificaram de descendência caboclo-brasileira, e apenas um (1,8%) de descendência russa.

Uma ressalva relacionada à questão da descendência, no estado de Santa Catarina, principalmente no âmbito da agricultura familiar ainda é muito presente esta questão da origem dos antecessores. Contudo, estes agricultores familiares pertencem a quarta e quinta

⁵⁴ Descritas na Tabela 18.

geração dos imigrantes europeus que chegaram tano no estado do Rio Grande do Sul como em Santa Catarina no decorrer do século XIX. Além disso, é necessário considerar ao longo das gerações miscigenações realizadas entre estas e outras descendências realizadas neste longo período histórico.

Em relação ao tamanho das propriedades, os 35 estabelecimentos rurais pertencentes ao conjunto de agricultores familiares entrevistados apresentaram em média 23,6 hectares, sendo a menor de 05 ha e a maior de 79 ha. Em complemento, as propriedades que possuem até 20 ha representam 48,2%, já as com mais de 20 ha e menos de 50 ha significam 40,7% e as propriedades maiores que 50 ha equivalem a apenas 11,1% do total das 35 propriedades em que os agricultores familiares foram entrevistados.

A partir desses dados, identificou-se que a maior parte dos estabelecimentos possuem pequenas áreas de terra para o desenvolvimento de suas atividades, ou seja, uma das características centrais da agricultura familiar. A condição das propriedades das famílias entrevistadas em termos de tamanho pode ser um entrave quanto à expansão das atividades produtivas.

Quadro 6 – Tamanho das propriedades dos agricultores familiares entrevistados

Ordem	Município	Comunidade	Tamanho da Propriedade (ha)
01	Dionísio Cerqueira	Caçador	11,0
02		Gleba União	13,7
03		Peperi	13,3
04		Seca	21
05	Irineópolis	Santo Antônio	30,0
06		Pedra Branca	43,5
07		Colônia Escada	08,6
08		Colônia Escada	25,4
09	Porto União	Km 13	05,0
10		Rio Bonito	08,0
11		Pintado	21,8
12	Pouso Redondo	Serra Grande	25,0
13		Santa Rita	10,0
14		Serra do Aterrado	15,5
15		São Bernardo	14,2
16	Rio do Campo	Rio Waldrich	50,0
17		Rio Azul	23,0
18		Ribeirão Tamanduá	26,0
19		Rodovia 427 Km 2	61,0
20	Saudades	Jaboticaba	11,0
21		Santa Catarina	32,0
22		Cruzeiro	12,0
23		Alto Solteiro	79,0
24	Seara	São Paulo	21,0
25		São Pedro	35,0
26		São Roque	15,3
27		Santa Lúcia	07,2

Fonte: pesquisa de campo, elaboração do autor (2020).

Em continuidade à questão relacionada ao tamanho das propriedades, se posiciona o fenômeno do arrendamento, no campo de pesquisa, 16 agricultores familiares (57,1% do total) declararam possuir terras arrendadas, especialmente pelo fato de possuírem um volume de produção maior do que a capacidade atual de suas propriedades⁵⁵. Guedes, Cazella e Capellesso (2018), em estudo comparativo entre a realidade francesa e municípios do Oeste de Santa Catarina, demonstram que esta estratégia do arrendamento vem ganhando expressão no estado e país.

Acerca das principais atividades produtivas do conjunto de agricultores familiares entrevistados, o que se destaca fortemente é a pecuária, sobretudo, a bovinocultura de leite. Na modalidade agrícola, o destaque é para a cultura do fumo, especialmente dado a sua remuneração e em seguida grãos como o milho e a soja. Contudo, há o registro, conforme Quadro 8, de outras atividades, no grupo de entrevistados, como morango, hortaliças, piscicultura, ervas medicinais e agroindústria.

Este aspecto é fundamental, isto porque é sobre tais atividades que incidem os financiamentos do PRONAF e se constituem as percepções dos sujeitos entrevistados. Além disso, de certo modo, ressalta as características socioprodutivas do campo de pesquisa e a diversidade da estrutura produtiva de agricultores familiares catarinenses.

Quadro 7 – Principais atividades agropecuárias para comercialização dos agricultores familiares entrevistados

Ordem	Município	Comunidade	Principais Atividades Agropecuárias de comercialização
01	Dionísio Cerqueira	Caçador	Hortaliças, Ervas Medicinais.
02		Gleba União	Bovinocultura de Leite.
03		Peperi	Bovinocultura de Leite.
04		Seca	Fumo, Bovinocultura de Leite
05	Ireneópolis	Santo Antônio	Bovinocultura de Leite
06		Pedra Branca	Fumo, Bovinocultura de Leite.
07		Colônia Escada	Soja, Fumo.
08		Colônia Escada	Fumo, Bovinocultura de Leite.
09	Porto União	Km 13	Hortaliças, Piscicultura.
10		Rio Bonito	Mandioca, Hortaliças.
11		Pintado	Hortaliças, Frutas.
12	Pouso Redondo	Serra Grande	Bovinocultura de Leite.
13		Santa Rita	Fumo, Morango.
14		Serra do Aterrado	Fumo, Bovinocultura de Leite.
15		São Bernardo	Soja, Milho.
16	Rio do Campo	Rio Waldrich	Fumo, Bovinocultura de Leite.
17		Rio Azul	Fumo, Bovinocultura de Leite.
18		Ribeirão Tamanduá	Fumo, Bovinocultura de Leite.

⁵⁵ Principalmente para atendimento das atividades de bovino cultura de leite.

19		Rodovia 427 Km 2	Bovinocultura de Leite, Fumo.
20	Saudades	Jaboticaba	Bovinocultura de Leite.
21		Santa Catarina	Bovinocultura de Leite.
22		Cruzeiro	Bovinocultura de Leite.
23		Alto Solteiro	Suínos, Bovinocultura de Corte.
24		São Paulo	Hortaliças.
25	Seara	São Pedro	Crechário de Suínos.
26		São Roque	Queijo, Bovinocultura de Leite.
27		Santa Lúcia	Milho, Soja.

Fonte: pesquisa de campo, elaboração do autor (2020).

No que se referem às experiências dos agricultores familiares entrevistados, todos possuem longo histórico de acesso ao programa, tanto para as finalidades de custeio quanto para investimento⁵⁶, ou seja, cumpriram com o requisito para participar da pesquisa de campo. Em complemento, gostaríamos de ressaltar que, entre os agricultores familiares entrevistados, dois deles têm acessado o programa desde sua criação, ou seja, o ano de 1996. Os demais entrevistados oscilam entre cinco e vinte anos de experiência na realização de financiamentos específicos ao segmento da agricultura familiar via programa PRONAF.

Outras duas questões sobre esse contato do conjunto de agricultores familiares junto aos financiamentos merecem destaque, isto porque os registros apareceram em diversas oportunidades nos momentos da pesquisa de campo. Ambos se relacionam às dificuldades de acesso e às inadequadas condições de pagamento, sendo que a primeira questão se trata de experiências anteriores ao PRONAF de acesso ao crédito, especialmente às iniciativas do Banco da Terra (direcionados à compra de áreas rurais) e ao FINAME Agrícola. Este último criado em 1990 pelo BNDES, com taxas de juros relativamente altas e inadequadas à agricultura familiar à época.

A segunda questão relaciona-se às dificuldades do acesso ao crédito nos primeiros anos, especialmente por parte do sistema bancário que, além de não estar devidamente preparado para operar com o PRONAF, em alguns casos, impuseram dificuldades para liberação dos primeiros financiamentos. Conforme a Entrevista 45: “Nós tivemos que fechar o banco aqui no município, o gerente dizia que não tinha PRONAF aqui.”

Os demais atores sociais entrevistados, em uma caracterização geral quanto ao conhecimento sobre a política pública do PRONAF, apresentaram, segundo nossa percepção e relatos no campo, uma diversidade peculiar enquanto categoria de atores sociais. Os representantes sindicais, tanto FETRAF/SC quanto FETAESC, e, também, os técnicos

⁵⁶ Conforme especificado no Capítulo IV, o requisito mínimo para participar enquanto agricultor familiar entrevistado é possuir um histórico de pelo menos cinco anos de acesso ao programa PRONAF.

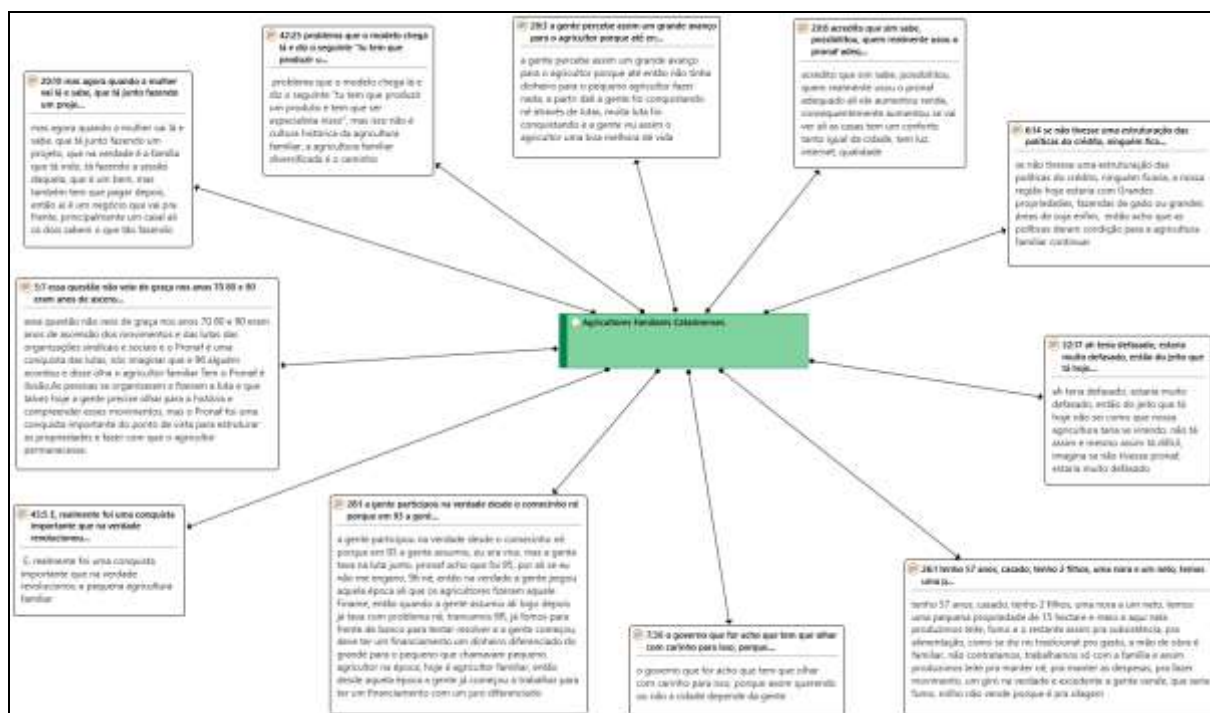
extensionistas da Epagri demonstraram um elevado grau de compreensão sobre o PRONAF e sua importância/fragilidades enquanto política pública. Na sequência, com uma visão mais geral e distanciada, porém não menos importante, sobre o programa se colocam os atores sociais do segmento do poder público municipal e os representantes do comércio local. Contudo, tal diversidade enriqueceu a pesquisa aqui realizada, pois possibilitou um entendimento ampliado das visões que diferentes atores sociais possuem sobre a problemática formulada nesta tese de doutorado.

6.1.2 Percepções de atores sociais sobre a relação entre agricultura familiar catarinense e o PRONAF

Um dos maiores desafios colocados ao pesquisador é, sem dúvidas, a maneira em que vai expor seus achados no campo de pesquisa. Este é o momento, segundo Bandeira de Mello (2006), da construção do conhecimento que mais se exige do pesquisador rigor e critérios metodológicos. Em relação a esta condição, nos manteremos fiéis aos propósitos estabelecidos, conforme viemos desenvolvendo até aqui, nos centrando em responder às questões de pesquisa elaboradas neste trabalho acadêmico.

Iniciamos a análise de campo pela categoria “Agricultores Familiares Catarinenses”. Esta categoria analítica emergiu no campo de pesquisa e se refere aos depoimentos dos entrevistados que de uma forma geral caracterizam um perfil da agricultura familiar, e, além disso, introduzem coerentemente aquilo que será demonstrado ao longo desta seção. No processo de codificação, foram inicialmente vinculadas 13 citações ao código, porém com uma citação sendo excluída durante o processo de análise.

Figura 3 – Citações dos entrevistados codificadas na categoria analítica Agricultores Familiares Catarinenses



Fonte: pesquisa de campo, elaboração do autor através do *software* ATLAS.ti (2020).

As citações demonstram que os entrevistados detêm uma clara compreensão da estrutura e das características da agricultura familiar catarinense, bem como da valorização e da importância da diversificação produtiva como caminhos para fortalecimento do segmento (ENTREVISTAS 07, 20, 26 e 42). As percepções ressaltam a contribuição da agricultura familiar catarinense para a construção e operacionalização de uma política pública de crédito rural que seja adequada às especificidades da categoria. Sobre esta condição, o posicionamento do agricultor na Entrevista 42 ressalta este protagonismo: “Nós começamos o debate da organização da agricultura familiar já no início de 1990 e fomos construir a primeira Federação da agricultura familiar do Brasil, a FETRAF/SC em 1997”.

Em complemento, e com objetivo de ressaltar a proximidade entre a categoria da agricultura familiar e as lutas em torno de uma política pública de crédito rural à agricultura familiar, as Entrevistas 05 e 28 reforçam essa consideração afirmando que:

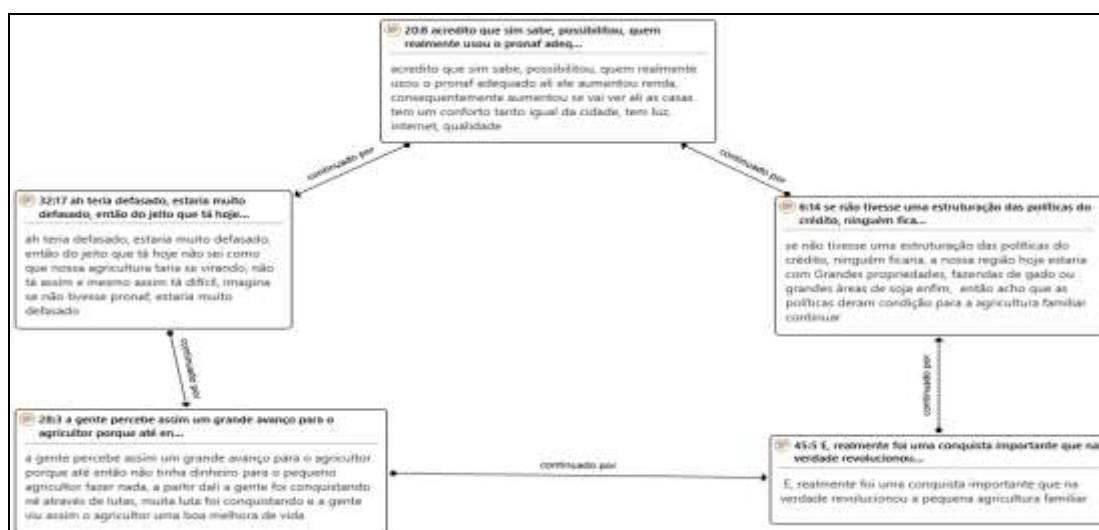
Essa questão não veio de graça, nos anos 70, 80 e 90, eram anos de ascensão dos movimentos sociais e das lutas das organizações sociais. O PRONAF é uma conquista das lutas, nós imaginar que em 1996, alguém acordou e disse: olha o agricultor familiar tem o PRONAF é ilusão. As pessoas se organizaram e fizeram a luta e que talvez hoje a gente precise parar e olhar para a história e compreender estes movimentos. (ENTREVISTA 05).

Trancamos a BR [480], já fomos para frente de banco para tentar resolver. [...] Deve ter um financiamento, um dinheiro diferenciado do grande para o pequeno, que chamavam de pequeno agricultor na época, hoje é agricultura familiar, então desde aquela época a gente começou a trabalhar para um financiamento com juro diferenciado. (ENTREVISTA 28).

Em outros termos, compreendemos a partir de tais percepções que a própria constituição da categoria, enquanto movimento social, se constitui e não se dissocia da luta histórica por crédito rural no contexto do estado de Santa Catarina.

Em continuidade a essa compreensão sobre o crédito, destacamos, de forma introdutória nesta categoria analítica, aspectos conscientes sobre a importância da política pública do PRONAF no contexto da agricultura familiar catarinense.

Diagrama 1 – Fragmentos textuais de reconhecimento e valorização do crédito PRONAF no âmbito da Agricultura Familiar Catarinense



Fonte: pesquisa de campo, elaboração do autor através do *software* ATLAS.ti (2020).

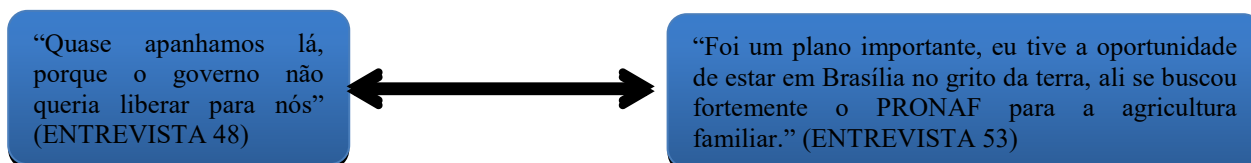
Os fragmentos textuais das Entrevistas 07, 20, 28, 32 e 45 contidas no diagrama acima nos iniciam naquilo que demonstrou o campo de pesquisa, ou seja, que o programa PRONAF, para os atores sociais entrevistados, é considerado como uma política pública que ao longo dos anos foi capaz de apoiar agricultores familiares que acessaram os financiamentos concedidos pelo programa. Ao retomar esta questão central de nossas categorias analíticas, coadunamos com a importância do que significa a conquista do PRONAF para o segmento da agricultura familiar.

Em continuidade à nossa perspectiva analítica, ingressamos na categoria analítica “PRONAF” para demonstrar entendimento, por parte dos atores sociais, da relação entre agricultura familiar catarinense e a política pública representada pelo programa. Ao

considerar o dimensionamento desta categoria analítica (PRONAF), subdividiu-se a mesma em quatro subcategorias, a saber: i) histórico de acesso; ii) o “saber” aplicar; iii) fragilidades; iv) oportunidades. Contudo, tais subdivisões não se colocam como barreiras entre si, antes pelo contrário, se relacionam e interagem, tendo sido metodologicamente formuladas para melhorar as análises dos resultados do campo.

Inicialmente, pode-se afirmar que os relatos do campo comprovaram a hipótese inicial da pesquisa relativa à participação da agricultura familiar catarinense na política pública do PRONAF. A este respeito, citações das Entrevistas 45 e 40 demonstram inclusive a participação enquanto atores sociais da conquista do PRONAF: “Uma vez fui junto para Brasília, várias mobilizações lá em Chapecó.”; “No começo nos batalhamos para ter o PRONAF, até para Florianópolis eu na manifestação, enfrentamos várias vezes a polícia, essas coisas.” Tais colocações coadunam com as colaborações de Mattei (2006a, 2015) e Grisa e Schneider (2014, 2015), que reconheceram no movimento social dos agricultores um dos aspectos mais decisivos na conquista do PRONAF.

Diagrama 2 – Citações quanto à Participação de Agricultores Familiares catarinenses no anseio de conquistar a política pública do PRONAF



Fonte: pesquisa de campo, elaboração do autor (2020).

Em continuidade, o histórico de relacionamento com o programa também é mencionado por diversos atores sociais que acessam os financiamentos há muitos anos, em alguns casos desde 1996, primeiro ano de implementação dos créditos específicos à agricultura familiar. Isto porque, segundo o depoimento na Entrevista 15, o PRONAF alcançou de fato a agricultura familiar: “No país era meia dúzia de pessoas, de privilegiados que tinham acesso a essa política pública, com o PRONAF milhares de agricultores puderam ter acesso ao financiamento.”

A Entrevista 41 demonstra este ineditismo no interior da agricultura familiar catarinense e também o relacionamento histórico com o programa: “Em 1996 fui um dos primeiros a acessar o PRONAF, era modernidade, era setecentos reais.”⁵⁷ Em complemento, a

⁵⁷ Deflacionado para dezembro de 2019 o montante citado equivale a aproximadamente R\$ 2.800,00.

Entrevista 12 relata a experiência do ator social entrevistado com o PRONAF: “Faz 18, 19 anos que eu comecei a lidar com o PRONAF, foi dentro da casa familiar [...]”, e o acesso proporcionado pelo PRONAF é enfatizado pelo fragmento constante na Entrevista 37, que por sua vez afirma que foi aí: “Que realmente o agricultor familiar pode entrar dentro do banco.”

O DESER de Curitiba/PR que nos assessorava fez uma pesquisa nos três estados do Sul perguntando para agricultores ‘Qual é o seu maior problema?’ e 92% dos agricultores responderam que o maior problema era a falta de crédito, o acesso ao crédito, investimento, melhoria nas propriedades. E a partir disso em 1992 em uma Plenária em Chapecó, plenária dos três estados do Sul, nós decidimos iniciar uma grande luta por crédito, produzimos vídeo, produzimos material e começamos uma campanha, o crédito que vale milhões de vidas. Pegamos uma televisão e rodamos todas as comunidades do interior, fazendo uma campanha com proposta de um crédito diferente, tiramos umas grandes linhas e entendemos que o crédito deveria diferenciar nossa condição de agricultores menos capitalizados dos mais capitalizados, os mais pobres recebiam um subsídio maior. (ENTREVISTA 42).

A subcategoria “saber aplicar” identificada no campo de pesquisa se relaciona mais intensamente com a destinação correta do recurso na finalidade a qual foi contratada do que propriamente na solução daquilo que a literatura econômica caracteriza de problemas econômicos básicos, ou seja, na escolha do que produzir, quanto produzir e como produzir (MANKIW, 2014).

Em depoimento sobre esta questão, a Entrevista 07 ilustra os resultados positivos alcançados pelo fato de que: “A gente sempre investiu certo com a finalidade que foi pego o dinheiro.” Além disso, um aspecto complementar citado é o financiamento em investimentos em “exagero”, ou seja, itens, especialmente máquinas, de maior capacidade produtiva que destoam da realidade produtiva do agricultor familiar no curto e médio prazo. A entrevista 33 é assertiva neste aspecto, pois, considera que: “Você tem que investir certo, aplicar o dinheiro certo, aí funciona, dá resultado.” Em confirmação, as Entrevistas 01 e 24 consideram respectivamente que: “Para você pegar um dinheiro tem que saber onde investir para ter retorno.”; “Tem muita gente que crítica porque quebrou, mas é porque não souberam aplicar o PRONAF.” Já a Entrevista 13 considera que é: “Crédito relativamente barato, embora precise ser mais bem usado, por ser barato, pensa, vou pegar e às vezes não tem a necessidade.”

Na esteira de uma efetiva necessidade, a Entrevista 04 reflete uma questão relacionada *status social*, aspecto muito presente no rural catarinense, assim como em nosso conjunto da sociedade, que é o fato do ter máquinas e equipamentos potentes, tratores novos e projetos de grande envergadura, o que fatidicamente acaba refletindo naquilo que aqui estamos nominando do “saber aplicar” e conseqüentemente interferindo na dinâmica social do agricultor familiar. Isto porque, na análise do ator social entrevistado, de uma “Maneira geral

eles querem fazer o projeto, mas tem muitos casos que a realidade dele não é a realidade do vizinho.” (ENTREVISTA 04).

A terceira subcategoria diz respeito à compreensão dos entrevistados sobre as fragilidades estruturais do PRONAF. A primeira delas se refere à liberação do crédito, especificamente em termos da correta destinação dos recursos e do acompanhamento técnico ao longo de todo o processo que vai desde a elaboração do projeto até a aplicação do crédito obtido no âmbito dos estabelecimentos familiares.

O que é pesado é aquele que quando contratou o PRONAF não investiu, fica só com a dívida porque não consegue pagar. Crédito consciente é aquele bem orientado, se você não faz muita conta, depois que faz se arrepende. Esses Escritórios, eu vejo pessoas que compraram o que não necessitavam para pagar com o que não tinham, foi um tiro no pé. (ENTREVISTA 26).

Este problema se materializa em parte pelo relato da Entrevista 05, que considera que: “O problema está na falta de assistência técnica, teve muito disso, liberar o recurso e não ter o devido acompanhamento técnico.” Este depoimento ressalta e/ou coloca na discussão uma questão problemática e, ao mesmo tempo complexa, pois o adequado acompanhamento técnico, centrado unicamente no objetivo de fortalecimento do estabelecimento rural familiar, tem as condições de solucionar muitas das fragilidades contidas no programa no processo de liberação e acompanhamento do crédito.

Uma segunda fragilidade identificada se relaciona ao endividamento com o programa, porém não exclusivamente a ele. Segundo a Entrevista 05, em seu município existem muitas famílias na condição do endividamento, nas palavras do ator social essas famílias: “Estão praticamente endividadas, tem patrimônio, tem giro, mas tem a dívida no banco.” Não consideramos uma fragilidade exclusiva do programa PRONAF, pois o perfil, a gestão e as escolhas no âmbito da família e na maior parte dos casos individual assumem condições determinísticas quanto aos resultados do projeto financiado e o conseqüente nível de endividamento.

Em continuidade, por fim, apontamos para certa dependência da agricultura familiar em torno do crédito contínuo do PRONAF. A dependência que surgiu no campo de pesquisa difere daquela apresentada por Toledo (2009) e se configura, principalmente, em função das limitações do segmento da agricultura familiar em conseguir se desenvolver sem o apoio estatal e aí a importância do PRONAF, enquanto crédito subsidiado. O fragmento da Entrevista 24 ilustra categoricamente esta situação: “Hoje se o PRONAF acabar, morre a agricultura familiar, volta para o início dos anos de 1990.”

A questão da dependência da agricultura familiar em relação ao PRONAF não é nova, já tendo sido muito discutida pela literatura especializada. Em estudo recentemente publicado sobre as capacidades relacionais do Estado sobre o PRONAF, Benatti e Buainain (2021, p. 82-83) afirmam que o Estado sempre atuou como o indutor do programa, pois: “Essa capacidade esteve presente desde sua criação, já que foi uma resposta quase imediata aos movimentos sociais rurais.”

A dependência de agricultores familiares é outro lado da moeda, um efeito da própria trajetória do programa, que, para Schneider, Cazella e Mattei (2021), trata-se de uma política pública majoritariamente de crédito rural. Em continuidade, Toledo e Zonin (2021) consideram que a própria atuação dos representantes sindicais da categoria privilegiou ao longo dos anos o aumento dos recursos previstos no plano Safra como a principal pauta a ser conquistada. Estes elementos, quase que em um “processo natural”, levaram a cristalização desta dependência em torno do crédito, especialmente porque as demais ações do programa foram se perdendo com o tempo.

A quarta e última subcategoria constituinte da categoria analítica PRONAF diz respeito às percepções dos atores sociais quanto às oportunidades gerais que o programa pode proporcionar ao segmento da agricultura familiar catarinense. Um fragmento da Entrevista 25 demonstra que o crédito gerou a oportunidade de fortalecimento e desenvolvimento, pois considera que: “Dali para frente, com o PRONAF, isso ali, foi um salto para nós [...]”, e, nesta mesma linha de entendimento, a Entrevista 05 aponta que o programa: “Deu a condição de que as pessoas pudessem estruturar suas propriedades e conseqüentemente melhorar a qualidade de vida.”

Ainda na perspectiva macro, a Entrevista 52 argumenta que o PRONAF enquanto política pública se relaciona na vida social e gera oportunidade de saídas para os problemas socioeconômicos enfrentados pelo segmento. Este posicionamento se dá em função do fragmento apresentado a seguir, ao apontar que “O agricultor tem um projeto de vida, tem um projeto na propriedade e esta política pública vem a contribuir para isso com o agricultor familiar.” (ENTREVISTA 52).

Quanto às oportunidades adaptativas e geradas no âmbito do PRONAF, os atores sociais entrevistados apresentaram respostas que podem ser sintetizadas em três frentes principais: i) o programa deveria potencializar o crédito para produção agroecológica, incluindo no âmbito desta concessão um apoio técnico de extensionistas rurais com esta especialidade; ii) incluir linhas de financiamento para ampliação e compra de novas áreas de terra; iii) melhorar atividades como PRONAF Habitacional visando a inclusão de mais

agricultores familiares, bem como conter prazos e juros mais adequados à realidade do segmento.

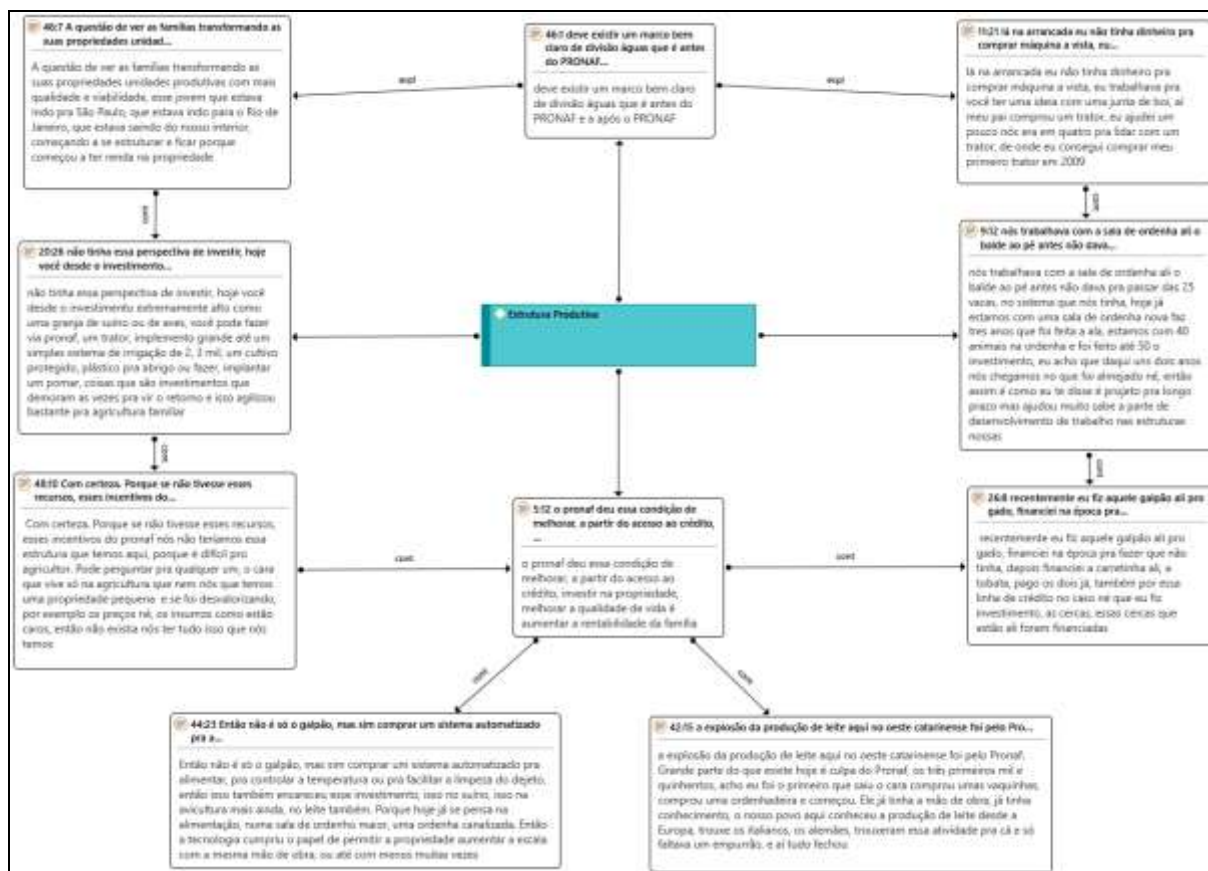
6.1.3 Percepções dos atores sociais sobre transformações na agricultura familiar catarinense proporcionadas pelo PRONAF

Os resultados do campo demonstram o entendimento dos atores sociais quanto à contribuição do PRONAF em relação à estrutura produtiva no âmbito da agricultura familiar catarinense. O processo de codificação apurou 111 citações que envolveram a questão da estrutura produtiva no conjunto das 55 entrevistas realizadas. A construção da análise levou em consideração o conjunto de atores sociais entrevistados em sua totalidade.

A contribuição do crédito do PRONAF percebida por parte dos entrevistados relaciona-se aos dados apresentados na seção anterior, o qual foi demonstrado a evolução positiva ao longo dos anos tanto do número de contratos como de volume de recursos específicos na modalidade de investimento. Isto porque os 35 agricultores familiares entrevistados afirmaram que conseguiram alterar suas condições de produção por meio do acesso ao crédito PRONAF.

Ao serem questionados sobre as principais alterações produtivas e nas propriedades no âmbito da agricultura familiar catarinense após o acesso ao PRONAF, os entrevistados elencaram um conjunto de resposta que podem ser organizadas em três grupos gerais destacados pelo diagrama 3.

Diagrama 3 – Síntese das percepções de atores sociais entrevistados quanto às alterações no processo produtivo



Fonte: pesquisa de campo, elaboração do autor através do *software* ATLAS.ti (2020).

O primeiro grupo de respostas foi constituído, basicamente, pela descrição dos investimentos realizados no âmbito dos estabelecimentos rurais relativos às construções (galpões, sala de ordenha, silos, estufas etc.), bem como de maquinários e implementos agrícolas, com destaque para a aquisição de compra de tratores, especialmente após o início das operações do PRONAF Mais Alimentos em 2009.

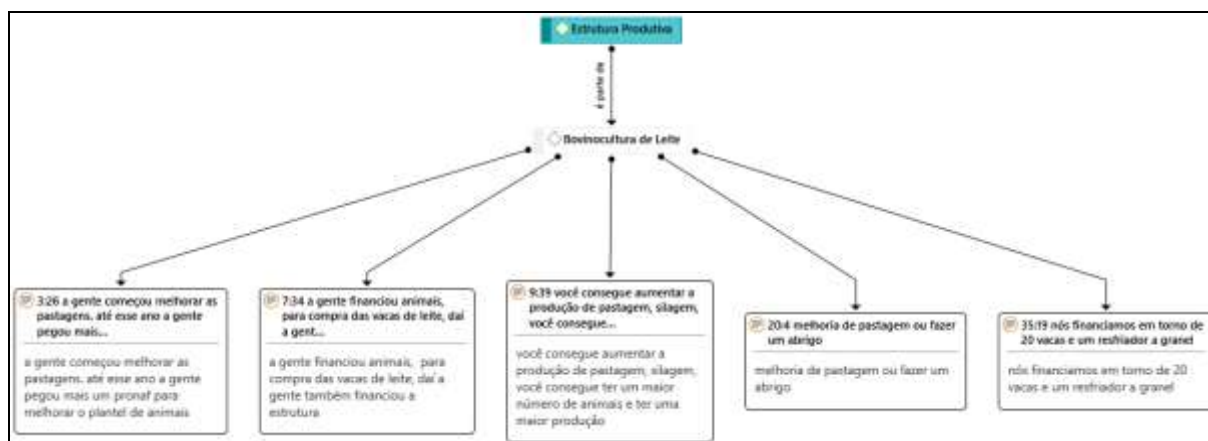
Ainda com relação à aquisição de tratores por parte do segmento da agricultura familiar, especialmente aqueles em condições econômicas menos favoráveis, a compra agrega significados importantes que perpassam a questão comercial e adentram na perspectiva de vida enquanto agricultor(a) familiar. Uma parte do depoimento da Entrevista 11 relata este fato: “Lá na arrancada eu não tinha dinheiro para comprar máquina à vista, eu trabalhava para você ter uma ideia com uma junta de boi [...]”, e é complementada por um fragmento da Entrevista 41: “Nós conseguimos comprar um trator novo, a gente sonhava, mas nunca na vida tínhamos esta expectativa, a gente pensava em comprar um tratorzinho velho e a gente conseguiu comprar um trator novo.”

No que se refere ao maquinário, uma ampla variedade e diversidade de itens foram mencionadas pelo grupo de entrevistados, desde ferramentas básicas, como roçadeiras, motobombas, perfuradores, até implementos de maior dimensionamento, como arados, grades, pulverizadores, distribuidores, entre outros. É necessário também registrar as citações em torno de equipamentos necessários à bovinocultura de leite, tais como resfriadores, pasteurizadores, conjunto de ordenha, entre outros.

O segundo grupo de respostas está relacionado aos investimentos na estrutura produtiva. De igual forma, tais investimentos estruturais foram diversificados segundo o conjunto de atores sociais entrevistados, os quais consistiram desde os materiais para construção de cercas até estruturas como estufas, irrigação, cisternas, salas de ordenha, além de estruturas com maior nível de investimentos, como galpões, silos e chiqueirões. As Entrevistas 34, 48 e 49 respectivamente exemplificam os elementos textuais apresentados: “Com investimento, nós compramos trator, compramos todos os implementos que vão no trator, roçadeira, perfurador para buraco para cerca, um gerador de 40 ap, sala de ordenha e tudo mais.”; “Toda a parte de irrigação, sombrite, lonas, madeira para fazer as estufas, tudo adquirido através do PRONAF.”; “Foi 730 mil reais o valor do investimento no chiqueirão.”

Já o terceiro grupo de respostas quanto à inserção de recursos no processo produtivo está relacionado à aquisição de animais, especialmente a compra de bovinos relacionados à produção leiteira. Contudo, incorporou-se também neste terceiro grupo de respostas aspectos como melhoria nas condições das pastagens, manejo e genética. O Diagrama 4 sintetiza fragmentos coletados no campo de pesquisa a este respeito.

Diagrama 4 – Fragmentos de relatos dos atores sociais entrevistados quanto aos investimentos na bovinocultura de leite no processo produtivo



Fonte: pesquisa de campo, elaboração do autor através do *software* ATLAS.ti (2020).

Os resultados apresentados demonstram que de fato o PRONAF, enquanto programa de fomento e apoio à agricultura familiar catarinense, se constituiu em uma política pública capaz de alterar as condições preexistentes, especialmente em relação quanto à estrutura produtiva. Estas alterações foram essenciais para os agricultores que acessaram o programa no sentido de melhorar e ampliar as instalações, maquinários e equipamentos necessários ao processo produtivo interno às unidades familiares de produção.

Além disso, no entendimento dos entrevistados, ao considerar as características socioeconômicas da agricultura familiar catarinense, o PRONAF se colocou como a única alternativa de acesso ao financiamento da parte estrutural das propriedades, especialmente a maquinários e equipamentos dotados de algum nível de tecnologia. Isto porque, conforme será apresentado mais adiante nesta seção dos resultados, o conjunto de agricultores familiares entrevistados afirmou categoricamente que teriam restrições quanto à capacidade de investimento próprio e/ou financiamento via outras modalidades de financiamento de crédito rural. Condição esta já amplamente abordada em trabalhos acadêmicos, como em Mattei (2015), Bianchini (2015) e Aquino e Schneider (2015).

O relato contido na Entrevista 26 explica esta questão sobre a dificuldade de financiamento por conta própria: “Não, não, jamais! Eu estava até comentando antes que a gente sempre viveu na agricultura, antes do PRONAF não tinha como entrar num banco e fazer, você não tinha como expandir tua produção porque não tinha financiamento.” E é continuada pelo posicionamento contido na Entrevista 19: “Acredito que não, é muito dificultoso para o agricultor, bem difícil conseguir algum recurso, levantar um recurso alto por ano para estar pagando à vista ou fazendo parcelado, esses juros é muito caro [...]”.

A Figura 4 deixa nítida esta compreensão por parte dos entrevistados sobre as possibilidades de realização dos investimentos no processo produtivo por vias alternativas ao PRONAF.

Figura 4 – Nuvem de palavras a partir das codificações da categoria analítica autofinanciamento



Fonte: pesquisa de campo, elaboração do autor através do software ATLAS.ti (2020).

A palavra que mais se destaca é a afirmação de “não” terem possibilidade de autofinanciamento para os investimentos produtivos realizados via PRONAF. Ainda a partir da questão realizada, outro aspecto colocado com clareza foi que financiamento via outros programas e/ou linhas de pesquisa não teriam sido feitos na mesma intensidade como os realizados via PRONAF, especialmente devido à taxa de juros, prazos e outras condições. Isto aparece claramente nas Entrevistas 03 e 38 revelaram respectivamente a este respeito: “De repente até teria, mas o prazo seria muito maior porque precisa tirar do capital de giro para investir.”; “É muito difícil, sempre com uma renda muito baixa sobrar dinheiro para fazer todos esses investimentos.”

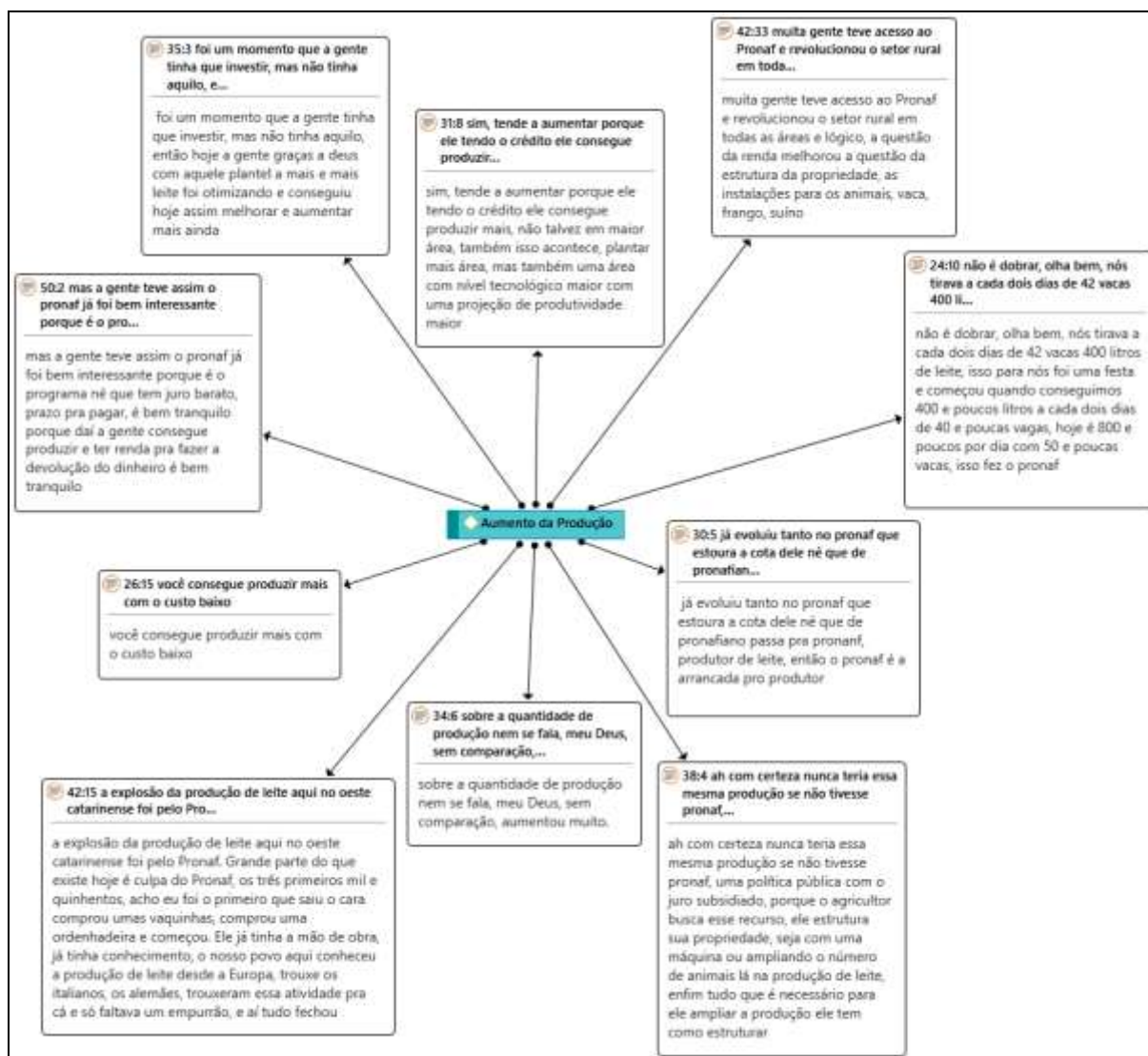
Outra consequência apontada foi o aumento da produção. Este fenômeno ocorre em um movimento de diminuição demográfica no espaço rural segundo os dados dos Censos Agropecuários⁵⁸, e têm como contrapartida a entrada de maquinários dotados de alguma tecnologia que, ao substituir a mão de obra humana, são capazes de elevar significativamente a produtividade e o volume de produção.

No âmbito dos entrevistados, os relatos são afirmativos neste sentido, como pode ser observado na Entrevista 09: “Sem esses investimentos nós não estávamos produzindo o que produzimos hoje, hoje são 30 mil litros por mês, nosso objetivo é chegar nos 45 mil litros, na época nós tínhamos umas 12 vaquinhas e não fazia 4,5 mil litros por mês.” A Entrevista 20

⁵⁸ A quantidade de pessoas ocupadas na agricultura familiar catarinense passou de 496.234 em 2006 para 364.043 em 2017, redução de 26,6%.

continua essa perspectiva pontuando o aumento da produção: “Tem casos tanto na bovinocultura leiteira, hortaliça, fruta que o pessoal acessou, fizeram de uma forma adequada o PRONAF, de um “boom”, às vezes de duplicar, casos de até 10 vezes mais.”

Diagrama 5 – Fragmentos quanto à contribuição do PRONAF ao aumento da produção



Fonte: pesquisa de campo, elaboração do autor através do *software* ATLAS.ti (2020).

O digrama 5 demonstra o entendimento dos atores sociais que há uma relação direta entre o acesso ao crédito PRONAF, estruturação produtiva e o consequente aumento da produção. Isto porque o crédito se colocou como uma política pública capaz de viabilizar as atividades produtivas, que através do autofinanciamento e/ou das outras opções do sistema bancário seriam praticamente inviáveis. Essas alterações, tanto na estrutura produtiva quanto no volume de produção, também resultaram em alterações no processo de trabalho da agricultura familiar.

Estas alterações, por sua vez, demonstram que as condições de trabalho no interior das propriedades melhoraram a partir do acesso a novos instrumentos de trabalho, como máquinas, equipamentos e ferramentas em geral. Em outros termos, o processo do trabalho é significativamente alterado pelos novos métodos e instrumentos de trabalho que por meio do crédito PRONAF penetraram consideravelmente no interior da agricultura familiar catarinense. A este respeito, a Entrevista 24 e a 40 representam as percepções entre o grupo de atores sociais participantes da pesquisa de campo.

É muito importante sua pergunta porque assim, tirar o leite no bule, como se diz bule ao pé da vaca, é assim que se fala, eu olho para nós que hoje temos a sala canalizada e hoje faz tudo sozinha. Hoje de noite eu estava na lavoura e minha filha tirou o leite sozinha, ninguém ajudou a tirar o leite de 50 vacas. Mas isso só aconteceu porque tem a sala canalizada que o PRONAF trouxe se não, eu precisaria estar para tirar este leite e provavelmente três pessoas. É uma coisa que não tem como o cara voltar a pensar para traz, o benefício que o PRONAF trouxe para gente. (ENTREVISTA 24).

Nós tínhamos a área fora, fizemos a compra do trator, porque com os bois e a carroça era uma hora só para chegar lá. Eu e meu irmão fizemos a compra juntos, somos sócios aqui, com o Mais Alimentos optamos em comprar o trator. Bah, melhor muito para lidar com o fumo e com o pasto para as vacas. Mas muito, sem comparação, nos tirávamos às pedras com a carroça. Aqui na comunidade tem muita pedra, e pedras grandes, para levantar tinha que ser dois e para descarregar era pior ainda e uma por uma. Agora não, facilitou um monte o nosso trabalho. (ENTREVISTA 24).

Na Entrevista 07, a família de agricultores qualificou o trabalho em anos anteriores como um ato de coragem, referindo-se a uma área considerada de morro⁵⁹ em sua propriedade: “Não sei como nós tínhamos coragem de trabalhar lá, plantar, até fumo foi plantado para ter uma ideia.” A Entrevista 09 complementa ao se referir sobre as alterações no processo de trabalho a partir do acesso ao PRONAF: “Semear as pastagens era tudo a mão, hoje não coloca a mão mais em nada para fazer uma coisa assim, antes era tudo muito sofrido, era tudo mais demorado, hoje é mais rápido, hoje conseguimos adiantar muito as coisas, eu acho que melhorou muito.”

Na mesma perspectiva sobre as contribuições do PRONAF quanto às melhorias no processo de trabalho, a Entrevista 11 revela a linha condutora entre o acesso a estrutura produtiva e trabalho na propriedade familiar: “Com uma junta de boi demora uma semana para você poder mexer num alqueire de terra, enquanto com um trator em duas horas você faz o mesmo trabalho, vai puxar alguma coisa, vão dez cargas de carroça em apenas uma carreta

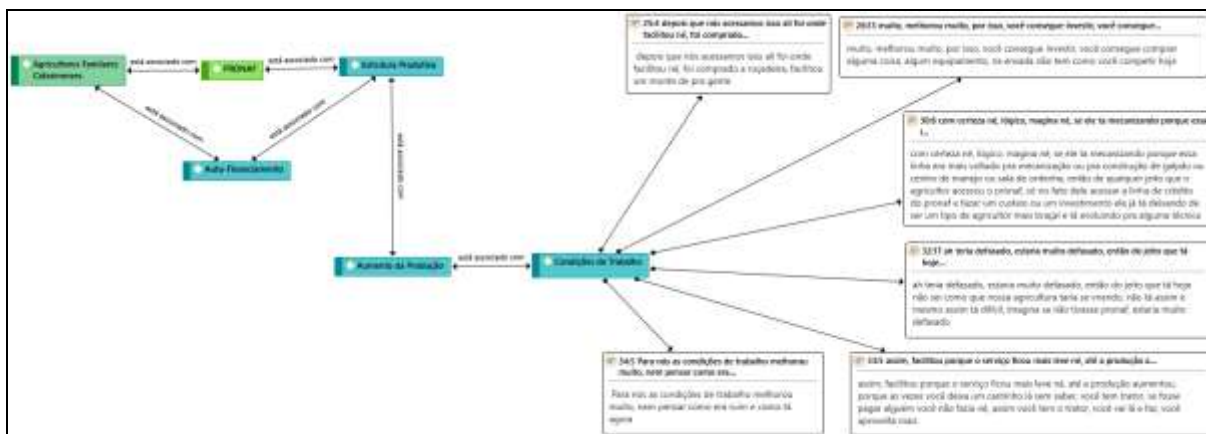
⁵⁹ Caracterizado por pequena elevação de terreno com decline suave. Suas elevações possuem altura inferior a 300 metros.

do trator.” Em continuidade, a Entrevista 12 declara que o crédito do PRONAF é uma oportunidade para “Melhorar a propriedade, melhorar as máquinas, porque quanto mais você diminuir a mão de obra e produzir mais na área, é melhor o trabalho.”

A modernização dos processos produtivos por meio dos instrumentos de trabalho, segundo os atores sociais entrevistados, foi capaz de gerar as melhores condições do trabalho. A melhora é exemplificada a partir da aquisição e instalação de uma sala de ordenha para atividade de bovinocultura leiteira. “A tecnologia está trazendo coisas melhores, o leite é tudo canalizado, não mexe mais com galão, fica mais fácil.” (ENTREVISTA 18).

Ainda nesta perspectiva, a Entrevista 20 corrobora afirmando que: “É extremamente importante, porque ele [o agricultor] consegue progredir, intensificar, qualificar sua produção, então oportuniza muita coisa.” Ainda a respeito das alterações no âmbito do trabalho realizado por agricultores familiares, a Entrevista 21 retifica esta condição: “Não tinha trator, era tudo na base da tração animal, tudo manual, a gente não tinha nenhuma máquina, hoje em dia não, é tudo mais fácil.”

Diagrama 6 – Síntese de fragmentos complementares quanto às alterações nas condições de trabalho das Entrevistas 25, 26, 30, 32, 33 e 34



Fonte: pesquisa de campo, elaboração do autor através do *software* ATLAS.ti (2020).

Os atores sociais entrevistados compreendem que o PRONAF foi a política pública capaz de alterar as condições de trabalho dos agricultores familiares que acessaram os financiamentos do programa, tanto aqueles de finalidade de custeio quanto de investimento. Tais alterações expressam sentidos de melhoria, de avanços ao longo dos anos a partir da possibilidade e acesso ao crédito, que, por sua vez, caracterizou fortemente uma passagem de uma operacionalização do trabalho manual/braçal para um exercício laboral tecnificado.

Contudo, estas mudanças se associam às alterações ocorridas no processo produtivo, especialmente a compra de máquinas, ferramentas, instrumentos, bem como de instalações dotadas de algum nível de tecnologia. Em consequência a isto, compreende-se que o PRONAF enquanto política pública foi responsável por estas melhorias tanto no processo produtivo quanto de trabalho, pois permitiu que agricultores familiares catarinenses que não tinham possibilidades até então de financiamento pudessem estruturar, modernizar as suas propriedades, ao mesmo tempo em que tivessem as condições do trabalho facilitadas/melhoradas.

Em continuidade, seguimos com a questão das alterações econômicas no que diz respeito ao nível de renda de agricultores familiares que acessaram o crédito PRONAF. A este respeito, o conjunto de entrevistados foram inqueridos sobre suas percepções em relação à seguinte questão: *Em seu entendimento, o nível de renda aumentou a partir do acesso ao PRONAF?*

No processo de codificação, foram registradas 102 citações que se relacionaram ao tema do nível de renda de agricultores familiares a partir do acesso aos financiamentos do PRONAF. Tanto os agricultores familiares entrevistados quanto os demais atores sociais foram assertivos em demonstrar que o acesso ao financiamento possibilitou ao longo dos anos um maior nível de renda na comparação ao período em que não tinham acesso ao programa PRONAF. As contribuições também vinculam o acesso ao crédito como o propulsor do aumento da produção e o consequente aumento do nível de renda.

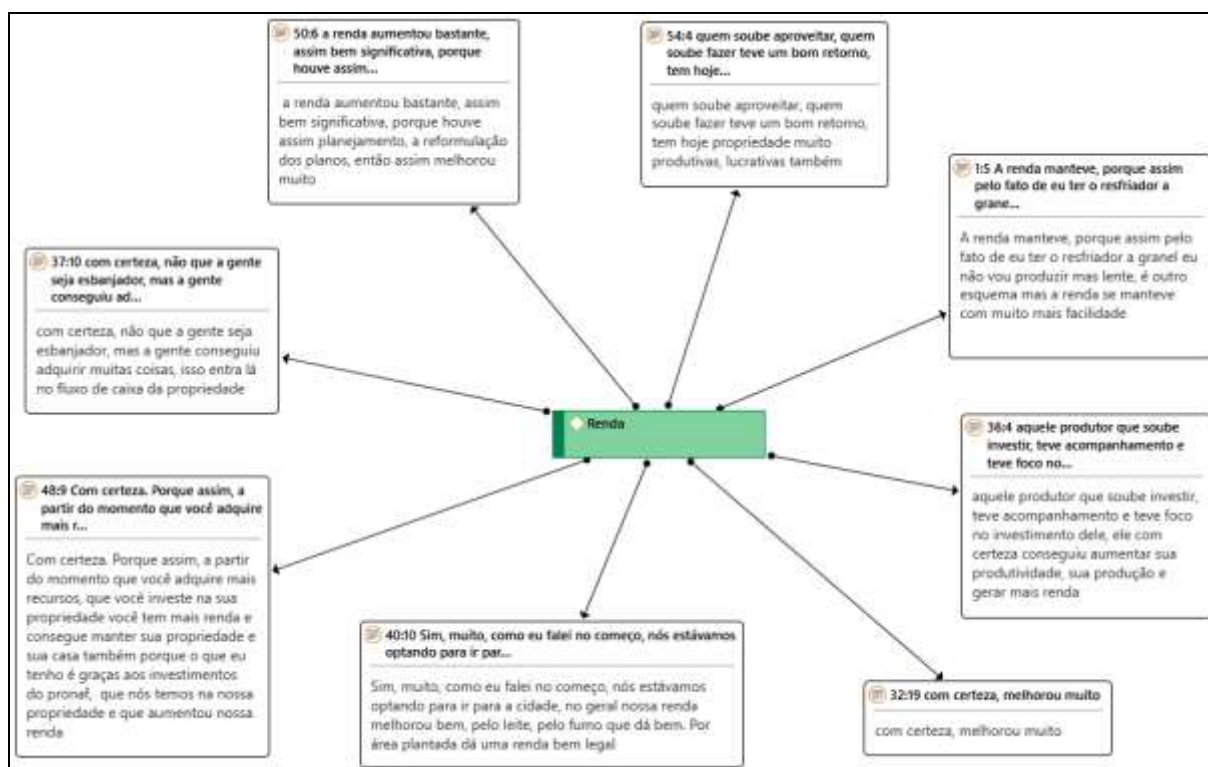
A este respeito, a Entrevista 05 aponta que o PRONAF permitiu: “Essa condição a partir do crédito, investir na propriedade, melhorar a qualidade de vida e aumentar a rentabilidade da família.” Este movimento entre acesso ao crédito, modernização produtiva e aumento da renda é reafirmando a partir da Entrevista 15, pois: “A consequência desse processo, dessa política pública é o aumento da renda das famílias, mas isso só foi possível pelo PRONAF, por que você empoderou os agricultores e com certeza tudo isso possibilitou melhorar a renda.”

O “investir” na propriedade de acordo com fragmentos da Entrevista 19 pode significar também uma melhor condição no nível de renda, isto porque, segundo o relato: “Se você está investindo na propriedade, você está investindo para melhorar, para qualificar e aumentar, tudo isso vem num círculo, uma coisa puxa a outra e vai aumentando e melhorando.” Em apoio à esta afirmação, a Entrevista 26 corrobora ao apontar que a renda a partir do PRONAF: “Melhorou bastante, bastante mesmo, significativamente, e, é o que eu venho dizendo, se você investir, você vê o retorno [...]”.

Além disso, as percepções foram no sentido de que a renda das famílias teve incremento importante a partir do acesso ao PRONAF. Tais relatos foram observados respectivamente nas entrevistas 43, 30 e 24, as quais seguem respectivamente: “Dá para dizer que 20% ou 30% da nossa condição melhorou por ano, pegamos bons anos da suinocultura.”; “Já evoluiu tanto no PRONAF que estoura a cota dele de ‘Pronafiano’, passa para Pronamp.”; “Cruzes!! Se olhar para trás a renda da gente não tem comparação, eu tenho que cuidar para não sair do PRONAF de tanta renda.”

Ainda sobre a percepção analítica da renda, a Entrevista 46 ressalta que: “A gente sente claramente dentro deste processo todo, essa diferença da estruturação das propriedades, da questão da renda, do acesso ao crédito diferenciado, eu digo sempre, o PRONAF é um divisor de águas para agricultura familiar.” Em continuidade, em relação às alterações na renda, a Entrevista 03 afirma que: “Mudou da noite para o dia, foi melhorando a renda e a gente foi investindo, isso faz com que a gente tenha uma vida melhor.”

Diagrama 7 – Síntese dos fragmentos complementares quanto às alterações de renda contidos nas Entrevistas 01, 32, 36, 37, 40, 48, 50 e 54



Fonte: pesquisa de campo, elaboração do autor através do *software* ATLAS.ti (2020).

Por fim, na questão das alterações no nível de renda, a Entrevista 08 relata uma alteração relacionada à mudança no rendimento de agricultores familiares do município a

partir de seu olhar enquanto ator social. Segundo o fragmento da entrevista: “Com certeza aumentou a renda, e significativamente, até porque antigamente você não fazia declaração de imposto de renda de nenhum agricultor familiar, hoje faço de vários em função do aumento da renda.” A dimensão da renda ultrapassa o âmbito da agricultura familiar e gera efeitos na esfera municipal e regional. A Entrevista 38 aborda a importância do programa PRONAF também nesta perspectiva: “Trouxe a renda para o município, foi muito importante, o município teve um crescimento econômico muito grande a partir da vinda do PRONAF.”

Nesta esteira de entendimento, os atores sociais entrevistados apresentaram percepções que o efeito da renda dos agricultores familiares adentra na economia local, especialmente pelo fato de que a pesquisa de campo foi realizada em municípios de pequeno porte e com forte vínculo com a agricultura familiar. Os depoimentos apresentados na sequência legitimam esta afirmação, pois ressaltam este entendimento na área econômica, ou seja, da importância da renda a partir da operacionalização do PRONAF que se destina ao consumo no mercado local/regional.

A este respeito, a Entrevista 06 corrobora afirmando que: “Se pegar os dados dos últimos anos, basicamente é a partir do PRONAF que se dá essa condição de melhorar o movimento econômico nos municípios.” É complementada por argumentos da Entrevista 38, ao compreender que o PRONAF enquanto política pública: “Trouxe a renda para o município e para o município foi muito importante, teve um crescimento econômico a partir da vinda do PRONAF.”

Além disso, o aumento da renda do segmento da agricultura familiar proporcionou o movimento econômico no comércio local para outros setores que perpassam aqueles vinculados diretamente à agricultura. Os atores sociais entrevistados consideraram que o maior nível de renda dos agricultores familiares é “Mais dinheiro girando na cidade” (ENTREVISTA 39), o que acaba beneficiando comerciantes do “Vestuário, bazar, serviços e presentes” (ENTREVISTA 39). Isto porque, segundo a Entrevista 08: “Basicamente o município sobrevive da agricultura familiar, dos aposentados e dos funcionários públicos, mas a grande maioria das vendas é para a agricultura familiar.”

O próximo aspecto em análise se trata das percepções sobre as alterações sociais (acesso a bens e serviços) desses agricultores familiares a partir do acesso aos financiamentos do PRONAF. Os bens e serviços que nos referimos são no sentido amplo, ou seja, desde melhorias na residência, aquisição de bens domésticos e de lazer, tal como acesso a serviços, como educação, internet, entre outros.

Um recorrente, especialmente nas propriedades dos agricultores familiares entrevistados, é o fato de que a questão social de acesso a bens e serviços foi sendo possível na medida em que os investimentos na estrutura produtiva foram dando os resultados, em outros termos, foram observados que a prioridade dos agricultores familiares entrevistados foi de garantir a questão produtiva e em um segundo estágio de desenvolvimento de sua propriedade às atenções se voltaram para o conforto da família e o acesso a bens e serviços.

Apesar das alterações sociais (acesso a bens e serviços) terem sido efetivadas em momento posterior, o campo de pesquisa demonstrou que de fato houve alterações significativas a este respeito conforme descrição do conjunto de atores sociais entrevistados. A Entrevista 05 concede ao PRONAF tais alterações ao afirmar que: “Ele [o programa] deu a condição de que as pessoas pudessem estruturar suas propriedades e conseqüentemente melhorar a qualidade de vida [...]” e ao mencionar o acesso a bens e serviços: “Nós avançamos nas condições das pessoas terem acesso a algumas coisas e o PRONAF possibilitou isso na agricultura familiar.” (ENTREVISTA 05).

A questão principal levantada circula em torno das condições sociais que se alteraram está relacionado ao ambiente da moradia dos agricultores familiares, ou seja, o local do espaço de vida. A mudança assume significados de dignidade e bem-estar como foi declarado na Entrevista 41: “Uma vez a gente tinha que se esconder, tinha vergonha de falar que era agricultor, porque o pessoal da cidade tinha todo aquele conforto e nós não, hoje não, tanto o pessoal da cidade como no interior tem o mesmo conforto.”

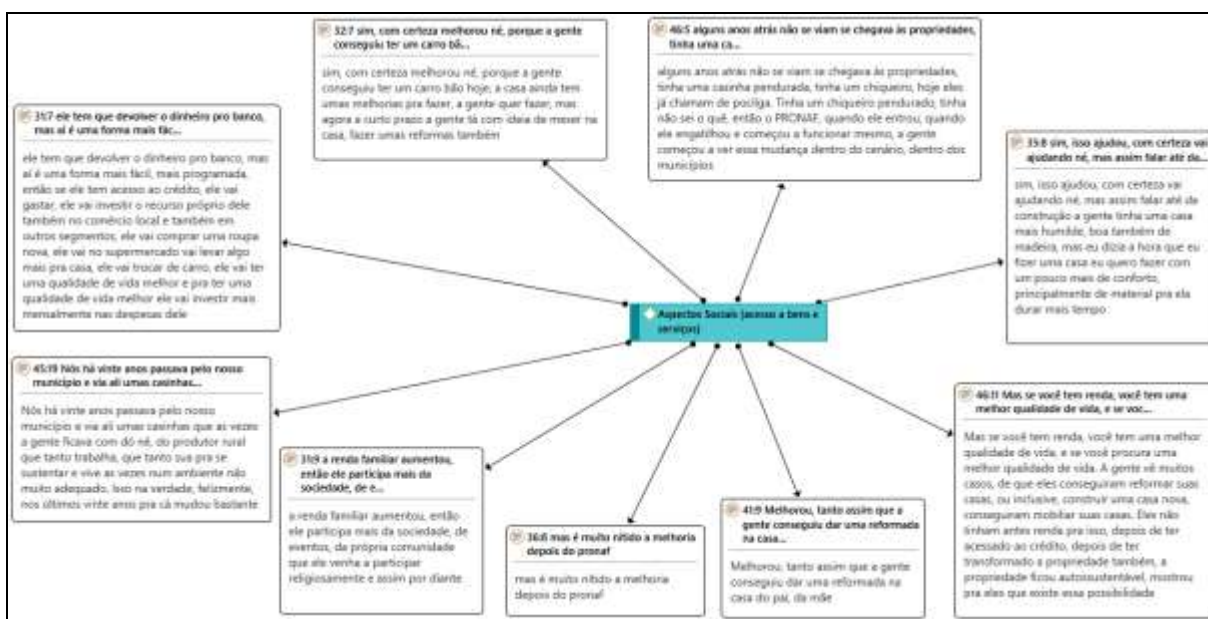
A mesma percepção é exposta pela Entrevista 30 ao mencionar que a: “Casa que era de madeira, eles [os agricultores] fizeram da casa um ranchinho e do lado construíram uma casa de material.” E complementa: “Eles conseguiram um sonho, o cara morar 30 anos numa casa de madeira e ter uma patente que tem que ir de noite lá fora, depois ter uma casa de material, é mudança.” (ENTREVISTA 30).

Nos termos da Entrevista 15, esta melhoria nas condições sociais possibilita “[...] melhorar a dignidade dessas famílias”, pois, conforme a Entrevista 02, o PRONAF possibilitou: “Uma casa boa, em que a gente se sente feliz em receber os amigos.” Nesta perspectiva, os relatos das Entrevistas 22 e 23 proporcionam novos exemplos a este respeito. “Foi melhorando, foi acontecendo na vida de todos, então o PRONAF teve um papel fundamental.” (ENTREVISTA 22); “Teve alterações, a gente sente em todos os setores, desde dentro de casa, como no bem-estar, teve uma boa diferença.” (ENTREVISTA 23).

Essa estruturação permitiu esse tipo de coisa, de melhoria, das pessoas, as famílias se sentirem parte, de ter autoestima de receber os parentes e as visitas, das pessoas estarem felizes no espaço, no período dos anos de 1980 e 1980 as famílias ficaram por não ter condição de sair, hoje elas ficam por visualizarem uma oportunidade [...]. (ENTREVISTA 06).

Anos atrás a gente dizia que tinha percepção do povo urbano, achavam, como posso dizer, diminuía o agricultor por causa da sua condição de vida, geralmente era uma casa simples, vida um pouco difícil, não tinha aquele conforto, trabalhava muito. Hoje a gente vê que os agricultores possuem bens, uma casa muito boa, condições de moradia infraestrutura, carro bom, tem seu dinheiro para sair, viajar. (ENTREVISTA 36).

Diagrama 8 – Outras citações quanto à melhoria das condições sociais relacionadas à moradia



Fonte: pesquisa de campo, elaboração do autor através do software ATLAS.ti (2020).

O acesso a bens para um melhor conforto e de qualidade de vida foi apontado como uma das alterações alcançadas, pois, segundo a Entrevista 33: “Melhorou bastante, compramos o carro, uma televisão, sofá e uma mesa nova.” Já o relato da Entrevista 24 demonstra uma satisfação pessoal ao afirmar que: “Eu tenho três climatizadores dentro de casa, é um luxo só.” Estes depoimentos ressignificam o papel e a importância da política pública do PRONAF, pois alcança consequências que não estavam diretamente previstas em seu desenho inicial.

É uma consequência indireta entre estes alcances no âmbito social quanto ao acesso de bens e serviços e o PRONAF, fato este que também é considerado no âmbito da Entrevista 24: “Eu não consegui o PRONAF para comprar os climatizadores, mas a partir do PRONAF eu consegui renda para comprar, o mesmo com a casa da filha, com o carro novo, olha, eu andava de Fusca.” Essas conquistas individuais significam ao agricultor familiar um ganho de

autoestima, de valorização enquanto ser humano que através do seu trabalho é capaz de melhorar suas condições sociais (ENTREVISTA 26).

A melhoria do nível de renda foi determinante para que o acesso aos bens e serviços também pudessem ser acessados por parte do conjunto de agricultores familiares. Os dados do campo de pesquisa revelaram também alterações no sentido de acesso ao lazer e momentos em família, como destacado respectivamente nas Entrevistas 07 e 24: “Quando a gente resolve comer pizza, aqui dá vinte quilômetros da cidade, a gente pega e vai lá com a família, antigamente não tinha como.”

Antigamente eu fazia conta para sair de casa, bah eu não posso sair, não posso gastar! Não posso gastar tanto na festa! Daí hoje não! Fui domingo à festinha, lá gastei R\$ 300,00, nem estava preocupado se tinha gastado, foi R\$ 400 na roleta e coisa. É tipo, você está fazendo dinheiro todo dia, a nossa vida está melhorando muito. (ENTREVISTA 24).

Em continuidade, na própria Entrevista 24 há outra citação complementar que exemplifica essa melhoria do acesso a bens e serviços, pois o simples fato de realizar uma refeição fora de casa, que no passado era impensado, a partir destas alterações promovidas se torna um momento especial para toda a família, “Sempre apliquei o PRONAF no lugar certo, e a renda de lá eu consegui comprar o meu bem-estar, viver melhor, e lá fora [na cidade] eu nunca tinha feito isso, fazer um lanche, hoje vamos ao culto à noite e depois vamos fazer um lanche fora.”

Em continuidade a isso, a Entrevista 03 retrata bem a mudança ocorrida e as dificuldades para até de realizar uma refeição fora de casa no passado: “Eu lembro que muitas vezes a gente ia para cidade e ficava o dia inteiro e não tinha dinheiro nem para almoçar, hoje não, vai lá tu como e não pensa se vai faltar dinheiro, digo a mesma coisa em festas das comunidades.”

Foi uma mudança gradual ao longo dos anos, como muito bem foi colocado na Entrevista 19, que considera que: “Com esses projetos, devagarinho a gente vai conseguindo melhorar a vida.” O projeto referido é o PRONAF, que por sua vez foi o instrumento para que essas alterações para melhor fossem possíveis conforme o campo de pesquisa nos apontou.

O acesso ao ensino superior pago é outro aspecto que emergiu no decorrer da realização das entrevistas, relacionado também as alterações proporcionadas a partir do acesso ao crédito PRONAF: “Eu não conseguiria ter feito uma faculdade se nós tivéssemos naquele sistema antigo sabe, então graças ao que a gente cresceu nesse tempo, você consegue fazer uma sobra para ter um investimento pessoal.” (ENTREVISTA 07). A Entrevista 43 também

registra o acesso dos filhos à universidade, o entrevistado registra que foi por meio do PRONAF que conseguiram: “Casa, carro, as piazadas na escola, condições para roupa, a primeira filha fez faculdade e agora o outro começou a fazer agronomia.”

O depoimento constante na Entrevista 23 ajuda a justificar este movimento amplo de alterações sociais: “A gente sente em todos os setores, desde dentro de casa, como na educação, como no bem-estar, então ele [o PRONAF] dá uma boa diferença.” A Entrevista 33 complementa e exemplifica essa melhora, pois: “Melhorou bastante, compramos o carro, uma televisão nova, sofá, mesa, cama foi trocada, quando a gente começou não tinha nada.”

Para um dos agricultores entrevistados hoje em dia há muitas “regalias” ao se referir dos itens de um melhor conforto tanto para casa como um automóvel para sua locomoção: “Melhorou muito, hoje temos mais regalias em casa como se diz, nós temos as coisas temos um carro, antigamente eu andava a pé, de bicicleta.” (ENTREVISTA 34). Sobre o acesso a um automóvel, a Entrevista 45 compara os momentos históricos afirmando que: “A maioria das pessoas vinham da nossa região aqui perto de Pinhalzinho de ônibus, carona, se organizam em um Fusquinha, de Brasília, e assim por diante, hoje estamos quase dizendo que na agricultura estamos na era das caminhonetes.”

Os dados apresentados quanto às alterações sociais mensuradas a partir do acesso de bens e serviços demonstram que houve alterações de melhoria considerando a delimitação da pesquisa. Em síntese, os agricultores familiares catarinenses, a partir da política pública do PRONAF, de fato puderam alcançar um maior nível de acesso à bens e serviços, condição esta que está diretamente associada a um maior nível de renda, pois, conforme já mostramos anteriormente nos resultados de campo, inicialmente o PRONAF gerou as condições de melhoria estruturação produtiva e, posteriormente, gerou as possibilidades para as melhorias nas condições sociais.

Contudo, estas não foram às únicas alterações observadas. Voltando ao processo produtivo e de trabalho para responder à questão relacionada às práticas produtivas e a preservação ambiental, observa-se que os dados de campo codificados na categoria Insumos – Recursos Naturais – evidenciaram dois conjuntos de repostas, a saber: i) o PRONAF, enquanto política pública, reforça a perspectiva de uma agricultura convencional; ii) o acesso aos recursos do PRONAF readequou práticas produtivas e possibilitou o acesso a insumos à preservação dos recursos naturais.

Na perspectiva do primeiro grupo de respostas, a Entrevista 04 aponta que o PRONAF: “Tendenciou realmente o uso de produtos químicos. Essa questão ambiental agravou muito, por conta dos insumos, do trator, nos últimos anos em função da produção tem

sido feito horrores na questão ambiental.” Nesta perspectiva, a afirmação acima é reforçada pela Entrevista 05, pois o ator social considera que: “O PRONAF, na minha concepção, fez com que avançasse essa agressividade.” Isso é complementado pela compreensão contida na Entrevista 13: “Ele [o PRONAF] intensifica o uso de agroquímicos, os insumos e o maquinário, especialmente nós aqui na questão do fumo.”

A esse respeito, quanto ao uso de insumos químicos, este é incentivado tanto pelas linhas de custeio quanto de investimento, pois o PRONAF se coloca dentro de uma lógica, já bem estruturada, voltada para a agricultura convencional (ENTREVISTA 20). Em continuidade a esta linha de entendimento, a Entrevista 36 colabora afirmando que: “A agricultura no Brasil é focada no convencional, não o PRONAF em si que fomenta a agricultura convencional, mas tem bastante pontos que o PRONAF incentiva esta questão.” A temática do estruturalismo também é apresentada na Entrevista 38: “Infelizmente a grande maioria dos agricultores foi para a questão do pacote tecnológico das agropecuárias, daquilo que a grande maioria dos nossos técnicos formados possuem como visão.”

Nesta esteira, a Entrevista 21 considera que a partir do PRONAF “[...] aumentou a poluição da terra, nos rios e no próprio agricultor ao utilizar o veneno.” Isto porque, conforme relatos das Entrevistas 22 e 41, respectivamente, com o PRONAF: “A quantidade de veneno não diminuiu, pelo contrário, aumentou.”; “É infelizmente o PRONAF alavancou muito o comércio de adubos químicos e os venenos.”.

Em outra direção aos argumentos acima, a política pública do PRONAF também é compreendida, a partir dos atores sociais entrevistados, como um instrumento capaz de readequar certas práticas produtivas, devido as suas normativas e especificações legais quanto à preservação ambiental, e possibilitar o financiamento de insumos/estruturas que visem à garantia das exigências, bem como a manutenção dos recursos naturais.

Uma questão que está em alta entre os agricultores familiares, registrada no diário de campo, é a possibilidade de financiamento via PRONAF Eco de placas solares visando à geração de energia solar e a conseqüente economia de consumo e custo. A Entrevista 52 considera que: “Tem se evoluído, inclusive na questão de energias renováveis, tem um subsídio, juros mais baixos para esses projetos ambientais ou que melhoram as condições ambientais, então nesse sentido eu acho que até incentiva.” Em complemento, um fragmento da Entrevista 31 exemplifica esta questão: “Ano passado colocamos 56 placas de energia solar, nós economizamos um monte, o financiamento se paga e sem o PRONAF nós não tinha como fazer.”

Outra questão levantada foi o apoio, via financiamento, para construção e adequação de esterqueiras, visto que a atividade da suinocultura exige que os dejetos oriundos da produção tenham destinação correta de acordo com normativas ambientais. A este respeito, acerca das possibilidades no âmbito do programa, a Entrevista 07 aponta que a partir do PRONAF: “Nós adquirimos uma esterqueira para tirar os dejetos e colocar na lavoura, graças ao PRONAF foi feito com lona, você consegue com o dinheiro fazer bem feito para não ter contaminação.”

A Entrevista 09 apresenta os cuidados assumidos a partir da compra, via financiamento, de materiais necessários à proteção de nascentes: “A gente tem uma nascente aqui na propriedade mesmo, os animais não têm mais acesso a ela, cercadinha sabe, basicamente a gente só deixou vim o mato deixou nascer o que tinha que nascer.” Os fragmentos das Entrevistas 27 e 28 também são assertivas sobre esta questão das nascentes: “Eu estava lá olhando, está lindo agora, tem fruta que eu nem sabia, é fruta do mato, jabuticaba [...]”; “De uns anos para cá, o pessoal tomou consciência que tinha que preservar o meio ambiente e essa parte do financiamento também foi melhorando.”

Os dados do campo emergiram uma questão importante quanto à liberação dos financiamentos do PRONAF. Trata-se dos requisitos legais na área do meio ambiente, como exigências do atual código florestal (Lei n. 12.651/2012), que já são cumpridas pelos agricultores familiares para conseguirem o acesso às políticas públicas, neste caso, o PRONAF. As Entrevistas 30, 34 e 46 apontam neste sentido, pois, em alguns casos, segundo tais atores sociais, o agricultor familiar está sendo responsabilizado por questões que a legislação brasileira possibilita e garante quanto às práticas de preservação ambiental.

As entrevistas também apontaram para questões pertinentes ao apoio necessário para um modelo de agricultura voltado à agroecologia e a produção orgânica. A Entrevista 38 considera que: “Não adianta ter a linha disponível, tem que ter a linha disponível, mas com gente qualificada, com formação adequada para que ele possa levar isso para o agricultor.” Nesta esteira, a Entrevista 32 considera que ainda persiste um entrave cultural quanto a uma agricultura ambientalmente mais sustentável ao ponderar que: “Tem hoje no PRONAF linhas mais orgânicas com juros mais baratos, mas o pessoal ainda não está habituado.”

6.1.4 Políticas públicas e temas associados

A categoria analítica denominada “Políticas Públicas” emerge no campo de pesquisa ao legitimar o PRONAF a uma importância *sine qua non* nas percepções dos agricultores

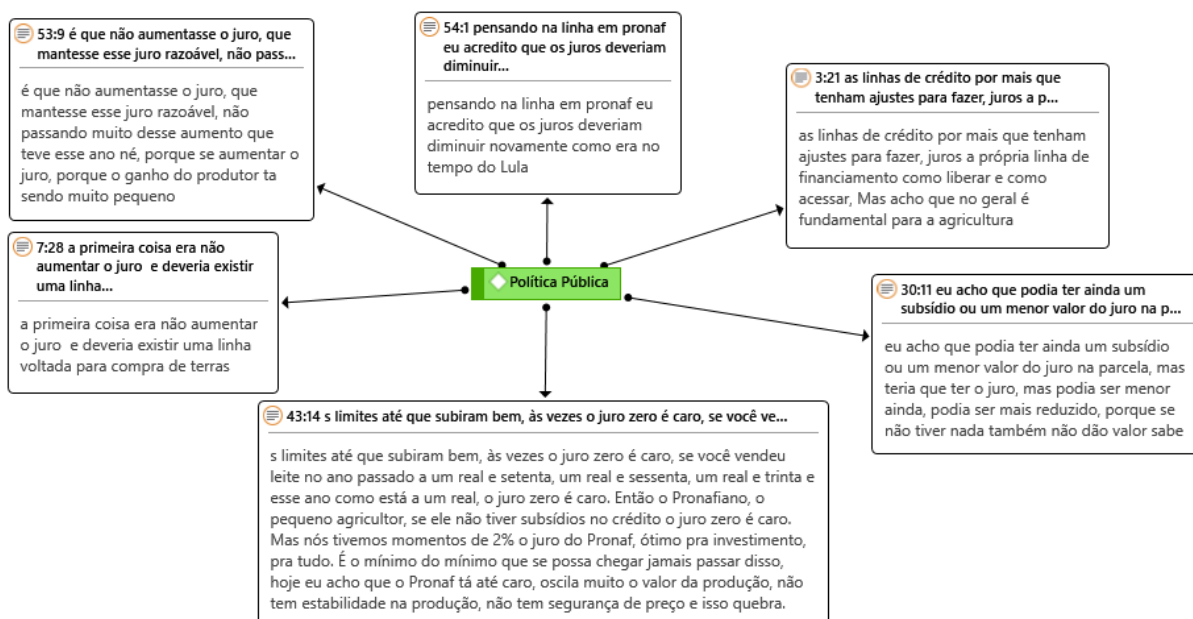
familiares entrevistados. Isto posto, assumimos a compreensão da centralidade do PRONAF frente às demais políticas públicas vigentes especificamente ao segmento. Em consequência, a construção da análise desta seção apresenta as considerações dos sujeitos de pesquisa em relação à temática em voga.

O entendimento do marco histórico do programa destacado no meio acadêmico por muitos autores, como em Schneider, Cazella e Mattei (2004, 2021), e a mensagem é reafirmada na entrevista 05 ao apontar que: “Uma fala do pessoal aqui da Cresol de Dionísio, é que em 1997 eles fizeram uma pesquisa e 92% dos agricultores familiares, não tinham acesso ao crédito e a partir disso começou um instrumento para ter o crédito, o PRONAF [...]”. E complementada na citação da Entrevista 27 que sinaliza a situação anterior ao programa ao citar que: “Vamos falar bem no português, antes o juro era altíssimo e o pequeno produtor não tinha chance nem de entrar no plano.”

Mencionada esta questão histórica da política pública, outros aspectos assumem importância a partir dos depoimentos dos atores sociais entrevistados. O primeiro destes aspectos relaciona-se com a própria continuidade do programa, pois, segundo a Entrevista 06: “Embora já tivemos troca de governo, o PRONAF ainda continua um programa, que dependendo do governo pode acabar, e não acaba no papel, mas vai burocratizando o acesso como aconteceu em outros programas.”

Um terceiro aspecto diz respeito a um elemento fundamental para o acesso de agricultores familiares ao crédito do PRONAF, a taxa de juros é uma preocupação recorrente entre os atores sociais entrevistados. Isto porque já no Plano Safra 2019/2020, sob a tutela do MAPA, a taxa de juros do PRONAF foi fixada em patamares superiores e as condições de pagamentos mais restritivas no comparativo aos planos dos anos anteriores. A este respeito, observamos paralelamente um processo de queda da taxa SELIC, o que em termos comparativos aos anos anteriores dificulta o acesso ao crédito do PRONAF.

Diagrama 9 – Citações quanto aos condicionantes da taxa de juros no âmbito da política pública



Fonte: pesquisa de campo, elaboração do autor através do *software* ATLAS.ti (2020).

Os nossos resultados do campo de pesquisa demonstraram fortemente esta preocupação dos atores sociais entrevistados. o Diagrama acima expressa tais sentimentos, isto porque a taxa de juros do PRONAF é um indicador importante ao agricultor familiar, pois pode inviabilizar financeiramente os seus créditos de custeio, reduzir a sua taxa de lucratividade e/ou gerando situação de endividamento. Quanto aos créditos de investimentos, este estão também diretamente atrelados à questão da taxa de juros, pois os planos futuros perpassam pelos retornos econômicos e os custos financeiros.

A Entrevista 22 sintetiza essa percepção do conjunto de atores que participaram da pesquisa ao citar que: “O governo continuasse com essa linha de crédito, incentivando pelo menos com taxas de juros baixas pro pessoal do PRONAF, principalmente voltado pra agricultura familiar, aí é ganho pra todo mundo [...]”. Em nosso entendimento, o aporte do Estado com o estabelecimento de taxas de juros adequadas a realidade da agricultura familiar é fundamental para o fortalecimento do segmento, e este aspecto é um dos pilares de base do programa.

Em continuidade, outros aspectos se colocaram no campo de pesquisa quanto à política pública que merecem nosso registro. Um deles é o descontentamento com os chamados “Escritórios de Projetos”, que segundo os depoimentos do campo de pesquisa, especialmente entre os técnicos extensionistas da Epagri, não buscam o fortalecimento do agricultor por meio de

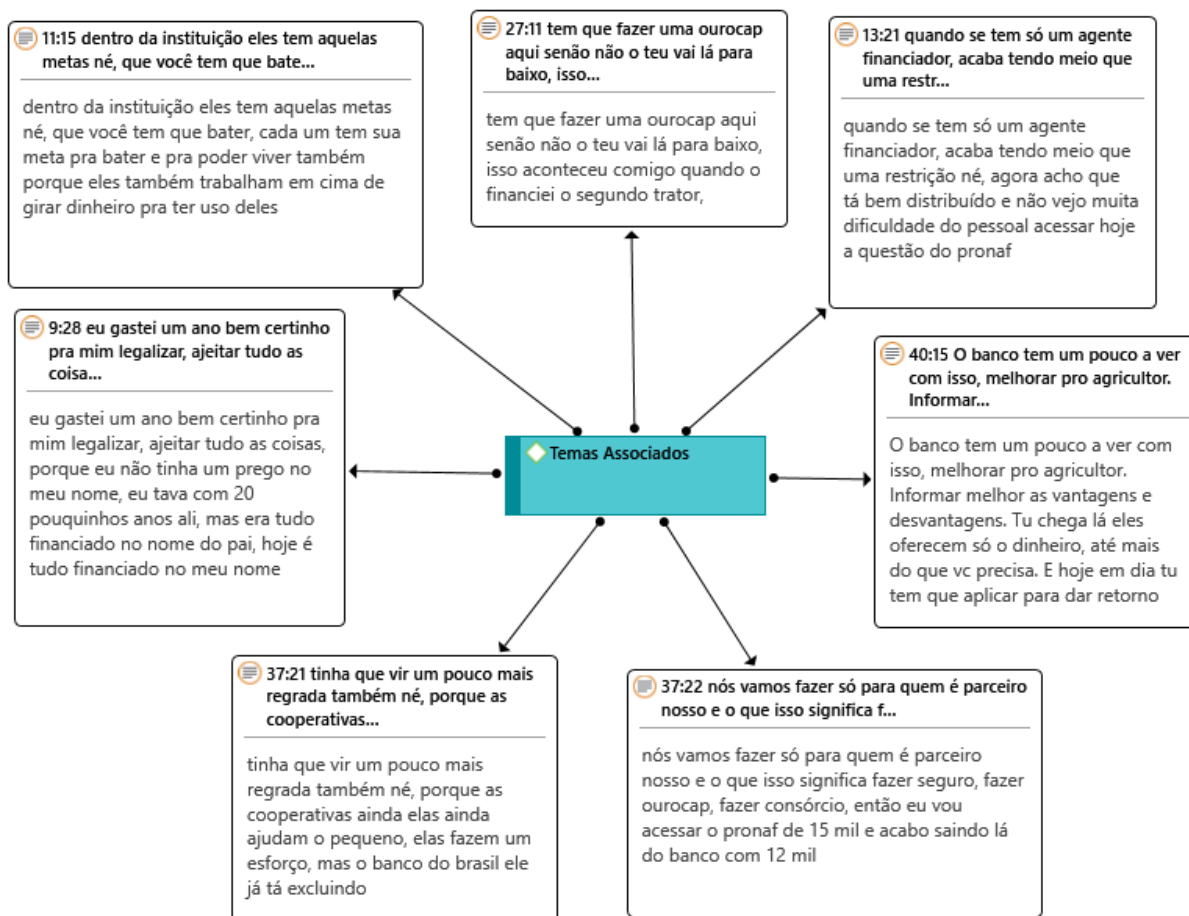
um crédito orientado, mas atuam para maximizar o volume de recursos dos projetos de financiamentos.

Outra questão é a participação nos processos de avaliação e melhoria do programa, atualmente esta possibilidade só se dá em âmbito nacional no momento de construção de cada plano safra, ou seja, não há espaços para que os atores sociais participem com suas ideias em fóruns e eventos locais, regionais e estaduais. Outros temas relacionados com o PRONAF são abordados na sequência no âmbito da próxima categoria analítica apresentada.

A categoria analítica “temas associados” por sua vez teve o registro de 28 citações as quais se constituíram em proposições que se relacionam de alguma forma com a política pública do PRONAF, tanto no que se refere a fragilidades e oportunidades futuras de melhoria nas estratégias com outras políticas públicas de apoio à agricultura familiar quanto a órgãos públicos, entidades privadas e organizações sociais.

A primeira questão relaciona-se ao sistema bancário que realiza as operações do PRONAF. Segundo as ideias dos atores sociais entrevistados, há lacunas e procedimentos que os gestores da política pública necessariamente precisariam intervir para um melhor funcionamento do programa, especialmente quanto a defesa dos interesses e direitos do segmento da agricultura familiar.

Diagrama 10 – Citações quanto às questões relacionadas ao sistema bancário



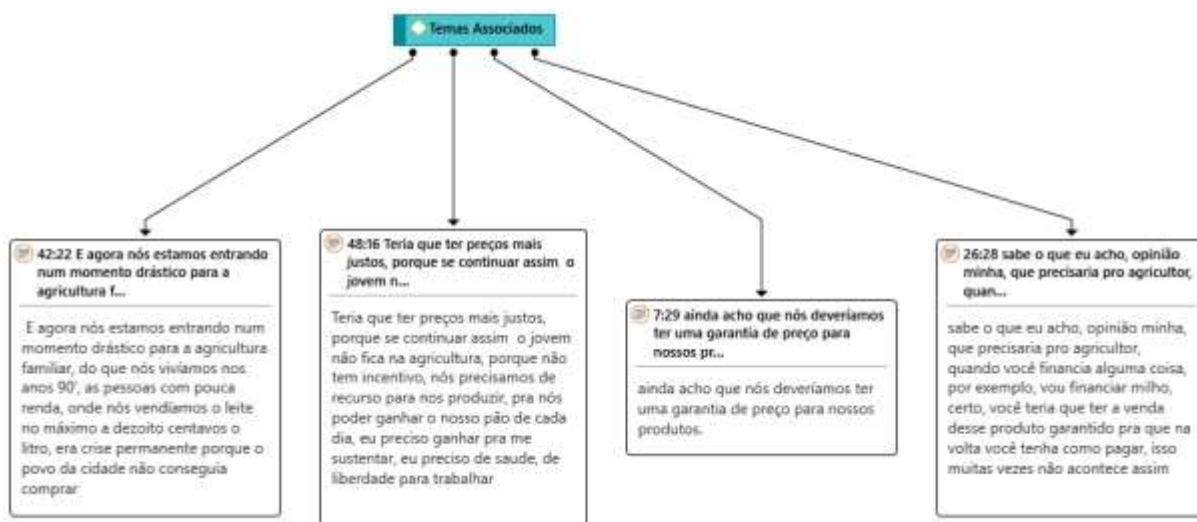
Fonte: pesquisa de campo, elaboração do autor através do *software* ATLAS.ti (2020).

A prática ofensiva dos bancos no oferecimento de demais serviços é significativamente criticada, o agricultor se vê em uma armadilha que na maioria das vezes não consegue efetivar o contrato do PRONAF sem ter que adquirir um tipo de seguro e/ou um plano de capitalização entre outros. Uma outra praxe recorrente é pressão dos agentes financeiros para que os agricultores familiares financiem valores maiores daqueles inicialmente planejados pelo próprio agricultor, ou seja, a prática insistente do sistema bancário não é o atendimento da demanda e das especificidades do segmento, a partir da oferta de um crédito orientado, mas a simples venda de financiamento para alcance das metas da agência bancária.

Um segundo aspecto diz respeito às instabilidades dos mercados e as consequentes oscilações nos preços. Segundo as citações constantes na figura abaixo, no momento do financiamento, especialmente do custeio, o agricultor na maioria dos casos não tem assegurado um preço mínimo para a cultura que está se propondo a produzir. Ao considerar à estrutura econômica da agropecuária brasileira, cabe ao Estado brasileiro em uma perspectiva

de fortalecimento da agricultura familiar retomar, ampliar a capilaridade da política de garantia de preços, especialmente de grupos mais vulneráveis e de culturas cujo o risco de produção seja relativamente maior, no sentido de gerar as condições mínimas de segurança econômica ao agricultor no momento de proceder seu financiamento junto ao PRONAF.

Diagrama 11 – Citações quanto às questões relacionadas ao sistema bancário



Fonte: pesquisa de campo, elaboração do autor através do *software* ATLAS.ti (2020).

Em continuidade, o terceiro aspecto se relaciona à questão da sucessão familiar, aspecto este de grande preocupação entre os atores sociais entrevistados e que se coloca como uma temática transversal entre as políticas públicas de apoio à agricultura familiar, e, conseqüentemente ao PRONAF. A este respeito, uma citação da Entrevista 35 aponta que: “Eu vejo assim, a sucessão é um dos maiores problemas nossos.” Já a Entrevista 04 problematiza esta questão ao afirmar que o programa de crédito: “Não ajudou a fixar a questão, os jovens, a maioria está preferindo ir para a cidade.” E continua afirmando que: “Mesmo acontecendo a modernidade no campo, que hoje tem internet, computador, ainda assim o meio urbano é mais atrativo para os jovens.”

As palavras de Renk, Dorigon e Bagnara (2014, p. 87) representam aquilo que queremos expressar sobre a referida atratividade dos jovens rurais quanto ao espaço urbano:

A diferenciação entre trabalho urbano e trabalho rural passa pela representação do tempo livre. Trabalhadores urbanos recebem o tempo livre como finais de semana, feriados e férias remunerado. Entre os agricultores ocorre o contrário, o tempo livre é tempo considerado perdido.

Ainda sobre este ponto de vista, Chauveau (2014), ao analisar as condições de vida do jovem rural em Santa Catarina, aponta que quanto ao trabalho não há opção que não seja o trabalho na agricultura e, além disso, praticamente não há rede de mobilidade, a comunicação não apresenta eficiência e o acesso é restrito até mesmo em serviços públicos básicos.

Outros aspectos, categorizados em “Temas Associados”, também emergiriam no campo de pesquisa, como as fragilidades e inconsistências da cobertura do seguro agrícola, falta de articulação e incentivo para transição ao modelo de agricultura de base orgânica e agroecológica e, por fim, apoio ao desenvolvimento de tecnologias a partir da inovação especialmente no que se refere à agregação de valor aos produtos, bem como em processos de comercialização. Os elementos apresentados nesta categoria analítica, em nosso entendimento, não se relacionam diretamente à estratégia do PRONAF, porém, ao considerar o programa como a principal política pública de apoio ao segmento da agricultura familiar no País, tais aspectos deveriam de alguma forma serem estrategicamente desenvolvidos em parceria com outras organizações e políticas públicas com objetivo de melhorias às demandas do segmento da agricultura familiar.

6.2 DIALOGANDO COM A LITERATURA SOBRE AS ALTERAÇÕES PROMOVIDAS PELO PRONAF NA AGRICULTURA FAMILIAR CATARINENSE

Esta seção tem por objetivo analisar as alterações socioeconômicas que ocorreram na agricultura familiar catarinense a partir do acesso ao PRONAF à luz da literatura sobre o assunto. A seção está estruturada em quatro partes que sistematizam as análises de tais alterações, conforme categorias analíticas adotadas neste estudo. Na primeira parte são apresentadas as alterações ocorridas na estrutura produtiva e aquelas geradas no processo de trabalho. Na segunda são tecidas as considerações sobre as alterações econômicas em relação ao nível de renda relacionadas com mudanças positivas ocorridas no interior do segmento da agricultura familiar. Em continuidade, na terceira parte são apresentadas nossas compreensões no que se refere às alterações sociais quanto ao acesso de bens e serviços e, por fim, na quarta parte são relacionadas às questões que dizem respeito às alterações provocadas pelo PRONAF nas práticas ambientais.

6.2.1 As alterações na estrutura produtiva e no processo de trabalho

Ao considerar a luta histórica do segmento da agricultura por uma política de crédito, o PRONAF se estabelece na esfera institucional como o reconhecimento do Estado brasileiro e principalmente como a estratégia de fortalecimento deste modelo de agricultura no processo de desenvolvimento do País. Em anos anteriores, tanto Mattei (2006a) quanto Guanziroli (2007), e, mais recentemente, Bianchini (2015) efetivaram análises avaliativas do programa, indicando os inúmeros desafios que o programa deveria enfrentar para se tornar ainda mais efetivo no fortalecimento da agricultura familiar diante do processo histórico de marginalização da agricultura familiar no país, especialmente após a da agricultura brasileira, ocorrida principalmente a partir dos anos de 1960 (GRAZIANO DA SILVA, 1982; SORJ, 1980).

Os dados da pesquisa de campo demonstraram que o PRONAF foi efetivo ao possibilitar, via crédito para investimentos, a modernização das práticas produtivas, bem como dos processos de trabalho, significando que a partir do PRONAF a agricultura familiar catarinense ingressou em um novo padrão assentado no uso de máquinas e equipamentos, bem como de novas estruturas dotadas de tecnologia e alto nível de mecanização.

A este respeito, os trabalhos de Wesz Junior (2021), Conterato, Bráz e Rodrigues (2021), Toledo e Zonin (2021), Mattei (2015) e Grisa (2012) entre tantos outros, também retratam a questão da seletividade, especialização produtiva e a comoditização em torno do PRONAF a partir de outras realidades e perspectivas analíticas. Segundo Schneider, Cazella e Mattei (2021) uma das consequências da trajetória foi justamente a manutenção do modelo predominante de desenvolvimento agrícola em curso no país.

Retomando uma das finalidades iniciais do programa estabelecidas pelo Decreto 1.946/1996, observa-se que essa política pública deveria propiciar ao conjunto da agricultura familiar aumento de sua capacidade produtiva. Todavia, ao longo dos anos vemos que o PRONAF foi além ao desse propósito inicial, conforme foi relatado pelos autores entrevistados. Em grande medida, também oportunizou aos agricultores familiares catarinenses melhorias em suas condições de trabalho e em suas condições de vida.

O campo de pesquisa demonstrou esta condição, pois de fato ocorreu um processo de estruturação produtiva, fundamentalmente via acesso a financiamentos acessados via PRONAF na modalidade de investimento. Em continuidade, também ficou evidenciado que essa transformação nos processos produtivos não seria na proporção em que se apresentam se não tivesse sido estabelecido a política pública do PRONAF, pois o autofinanciamento na

realidade de agricultores familiares catarinenses era, ou ainda é, uma opção para apenas uma pequena minoria e as demais linhas de créditos existentes não são adequadas ao segmento e por sua vez torna-se uma limitação no acesso.

Contudo, ao dialogar com outros estudos sobre o acesso ao programa, outras realidades são colocadas, legitimando que as particularidades locais e setoriais interferem significativamente nas formas de como o segmento da agricultura familiar se relaciona com a política pública e as formas de que se utiliza para estruturação dos processos produtivos. Souza-Esquerdo e Bergamasco (2014), ao analisarem o acesso ao PRONAF em municípios paulistas, verificaram um baixo acesso e participação diferente de outras regiões do próprio estado de São Paulo e da realidade que estamos apresentando nesta tese de doutorado.

Em análise sobre os territórios da cidadania, Cerqueira, Jesus e Pinheiro (2021) consideram que apesar de avanços no decorrer da primeira década dos anos 2000, os valores dos contratos do PRONAF na maioria dos espaços investigados continuam sendo de valores muito baixos, o que de certa forma limita os alcances do programa. As duas experiências apresentadas, apesar de retratar grupos com outras características sociais dos sujeitos do nosso campo de pesquisa, demonstram que o PRONAF mesmo após 25 anos de operação ainda precisa superar barreiras quanto ao acesso no interior do segmento da agricultura familiar.

Ao retomar à questão central que estamos desenvolvendo nesta seção, apontamos para o aporte financeiro quanto aos investimentos na estrutura produtiva no estado de Santa Catarina. Isto porque, conforme já discutimos no Capítulo IV, os montantes acessados por agricultores familiares são expressivos ao longo dos anos a partir do PRONAF. Os valores corrigidos para o ano de 2019 representam um montante superior a R\$ 17,9 bilhões nos 24 anos de execução do programa.

Os valores médios são ainda mais representativos, pois significam aproximadamente R\$ 746,4 milhões anuais de créditos exclusivos aos financiamentos em investimentos. Se consideramos os últimos dez anos o valor médio do montante em investimento na agricultura familiar catarinense via PRONAF alcança aproximadamente R\$ 1,4 bilhão ao ano. Em pesquisa realizada em 12 municípios de Santa Catarina, Mattei e Cazella (2009) coadunam com a nossa percepção ao considerar os investimentos do programa como fundamental para amenizar as carências estruturais no espaço rural catarinense.

Esses valores se colocam de forma significativa inclusive em âmbito nacional, pois o estado de Santa Catarina, juntamente com os demais estados do Sul do País, concentra historicamente a maior parcela dos recursos do PRONAF (GRISA; WESZ JUNIOR; BUCHWEITZ, 2014; SOUZA *et al.*, 2013; AZEVEDO; PESSÔA, 2011; SOUZA; NEY;

PONCIANO, 2011). Para Aquino e Schneider (2015), o PRONAF teve sucesso ao disponibilizar crédito mais acessível e crescente volume de recursos no conjunto do país.

Os resultados obtidos em nossa pesquisa dialogam com outros estudos realizados em realidades brasileiras distintas da encontrada em Santa Catarina. Carvalho e Costa (2021) analisando o PRONAF no estado do Sergipe identificaram que o programa também foi efetivo ao proporcionar a inserção técnico-produtiva por meio de financiamento destinados a investimentos. Já Alves *et al.* (2021), ao diagnosticar os efeitos do PRONAF B entre os beneficiários no semiárido do País, concluíram que o crédito via PRONAF foi efetivo enquanto estratégia produtiva capaz de garantir a reprodução social dos agricultores familiares do referido território.

Além disso, outra consequência deste processo de modernização (a partir da aquisição de máquinas, ferramentas e demais itens de investimento) resultou também em uma nova dinâmica do trabalho, ou seja, o uso da mão de obra nos estabelecimentos da agricultura familiar catarinense foi redimensionado. Entendemos que não podia ser diferente, uma vez que a diminuição demográfica no espaço rural e a redução de pessoas disponíveis para a realização das atividades acabou forçando uma das técnicas de trabalho, principalmente a partir do uso de máquinas, ferramentas e estrutura dotadas de tecnologia.

Como se constatou no campo de pesquisa, a partir dos registros no diário de campo, não é mais no “cabo da enxada” que se realiza o trabalho, e esta é uma afirmação que demonstra esta alteração também no processo do trabalho no interior da agricultura familiar catarinense. Os novos padrões de produção trouxeram certa suavização do trabalho, não querendo isso dizer que o trabalho dos agricultores familiares é ou está relativamente mais fácil, apenas registramos que na comparação com o período anterior à existência do PRONAF as atividades exigiam um esforço físico significativamente maior, como também um maior número de pessoas. Este processo amplo, nos termos de Wanderley (2014), modifica o espaço de vida de tais agricultores familiares, alterando sua condição econômica, social na comunidade na qual está inserido.

6.2.2 As alterações econômicas relacionadas ao nível de renda

O PRONAF enquanto política pública em sua própria nomenclatura declara *a priori* que se propõe a gerar as condições de fortalecimento da agricultura familiar. A partir disso, compreendemos que a perspectiva econômica da renda se insere nesta abrangência, especialmente ao considerar as condições vivenciadas pelo segmento da agricultura familiar

no período de efetivação do PRONAF. A questão da renda, ou de alterações do nível de renda, se insere como uma consequência ao acesso aos créditos do PRONAF demarcados neste estudo deste a formulação da problemática de pesquisa.

Os dados da pesquisa de campo, apresentados na seção anterior, confirmam que o conjunto dos atores sociais entrevistados, a partir de suas percepções, compreende que a partir do acesso aos financiamentos do PRONAF foi possível alterar o nível de renda positivamente. Em outros termos, os nossos resultados apontaram que o PRONAF contribuiu efetivamente para melhoria do nível de renda dos agricultores familiares catarinenses segundo as percepções dos entrevistados em nosso campo de pesquisa.

Estes resultados não são isolados, antes pelo contrário, esta alteração positiva no nível de renda já foram evidenciados em estudos realizados em estudos pelo Brasil em diversas realidades e contextos da agricultura familiar. Um destes estudos foi realizado por Rodrigues (2019) sobre o efeito do PRONAF no PIB de municípios pertencentes à zona da Mata Mineira no estado de Minas Gerais. Segundo o autor, o programa gerou incremento ao produto econômico dos municípios analisados, contudo, a intensidade desta correlação está diretamente associada às questões institucionais, históricas e econômicas de cada município analisado (RODRIGUES, 2019).

Já em pesquisa realizada no Vale do Ribeira, estado do Paraná, Miranda e Gomes (2016) concluíram que o PRONAF contribuiu para o desenvolvimento sustentável da região estudada ao gerar as condições de elevação de renda, bem como constaram também, fortalecimento da capacidade produtiva local (MIRANDA; GOMES, 2016). Em análise do PRONAF no território do Cantuquiriguaçu, também no estado do Paraná, Coelho e Paula (2018) identificaram que os agricultores que acessam os financiamentos do programa tendem a se deslocar para atividades agropecuárias com maior nível de remuneração monetária. Damasceno, Khan e Sales Lima (2011), ao analisarem os impactos do PRONAF B em beneficiários e não beneficiários do nos municípios de Baturité, Iguatu e Quixadá no estado do Ceará, afirmam que, apesar de baixo incremento, um nível maior nos rendimentos daqueles agricultores familiares que acessaram o programa, em relação àqueles que não acessaram o PRONAF.

Na mesma esteira da perspectiva da renda, Marioni *et al.* (2016), por meio de uma análise em dados de painel, identificaram que programa PRONAF gera efeitos positivos em nível de Brasil, tanto no PIB agropecuário quanto nos demais setores da economia. Ainda para os autores, tais resultados:

Remetem à importância do programa para o Brasil, que apesar de ser voltado para a agricultura familiar, tem impactos positivos para a economia como um todo, sendo capaz de influenciar positivamente os setores de serviços e industrial. Em outras palavras, estes resultados reforçam a importância do Programa não apenas como política de fomento de crédito agrícola, mas como política capaz de gerar certo dinamismo para os diferentes setores da economia através da interdependência produtiva existente dentro de uma economia. Além disso, a análise dos quantis em cada macrorregião permite a formulação de políticas específicas aos municípios e/ou a análise de redistribuição desses recursos do programa de acordo com as necessidades e impactos. (MARIONI *et al.*, 2016, p. 239).

Ao dialogar com estes estudos, a análise dos nossos resultados de campo se solidifica, pois identificaram resultados semelhantes aos que foram alcançados em diferentes localidades geográficas em trabalhos que se diferenciaram pelos métodos de pesquisa aplicados. Em nossa análise qualitativa, valorizamos a percepção dos atores sociais entrevistados, o que, por sua vez, incidiram em respostas afirmativas quanto alterações positivas no nível de renda. Neste sentido, Roge Batista e Neder Dantas (2014) afirmam que o PRONAF é um instrumento capaz de elevação de renda, e este incremento no nível da renda, por sua vez, é que possibilita a melhoria das condições sociais.

Esta alteração de incremento na renda ocorrida na agricultura familiar catarinense a partir do acesso aos financiamentos do PRONAF se deu em função do êxito produtivo e comercial ao longo dos anos, não linear obviamente, que se dá por meio de muitos fatores, dos quais vários não estão sob a tutela individual dos próprios agricultores familiares. A este respeito, nos referimos, por exemplo, aos preços dos produtos, redes de comercialização, ao tipo de estrutura de mercado, questões de acesso à assistência técnica e limitações da área do estabelecimento rural, realidade climática e geográfica, bem como disponibilidade de água.

Em continuidade, como resposta à nossa pergunta sobre o que ocorreu com o nível renda, temos, a partir dos dados de campo, a responsabilidade em afirmar que o PRONAF contribuiu para que houvesse esta alteração positiva no âmbito do nível de renda de agricultores familiares catarinenses a partir do acesso contínuo aos financiamentos do programa. Estes argumentos corroboram com outros estudos já realizados, como da Fundação de Economia de Campinas (FECAMP, 2002), que demonstram o crescimento no que se refere aos rendimentos a partir do PRONAF.

6.3 AS ALTERAÇÕES SOCIAIS QUANTO AO ACESSO DE BENS E SERVIÇOS

As alterações em nos referimos nesta seção se caracterizam principalmente como consequência da alteração do nível de renda. Isto porque, em nossa compreensão, a partir do

campo de pesquisa, os agricultores familiares passam a efetivar alterações no acesso de bens e consumo no âmbito familiar. Esta questão é possível a partir do incremento do nível de renda. Como em um processo natural, o que ocorre em geral num primeiro momento são a estruturação e viabilização das questões produtivas, estas obtendo sucesso, com o aumento do nível de renda, os agricultores familiares catarinenses passaram gradualmente a alterar seu padrão de acesso a bens e serviços.

As afirmações foram registradas desde a participação na festa em comunidade, compra de utensílios domésticos, eletrodomésticos e móveis para o conforto no ambiente da casa, e até o acesso dos filhos em instituições de ensino superior (privadas) e/ou a manutenção dos filhos em universidades públicas em outras cidades/estados. A este respeito, atribuímos ao PRONAF consequências que não estavam diretamente associadas às finalidades primeiras do programa, mas sim de uma forma geral embutida no tão propagado termo “fortalecimento”. Desta forma, consideremos que os resultados evidenciados quanto acesso aos bens e serviços junto aos agricultores entrevistados são expressivos e de fato representam alterações ao longo dos anos.

A este respeito, e quando exitosos em seus projetos de sustentação financeira via PRONAF, temos como resultado um maior nível de acesso aos bens de consumo e serviços. No caso de Santa Catarina, podem ser relacionados estes resultados nos termos de Ploeg (2016), como efeito do mercado em que tais agricultores estão inseridos. A estrutura produtiva do estado “puxou” via mecanismo do PRONAF o aumento da produção entre os beneficiários do programa, estes por sua vez conseguiram ao longo dos anos aumentar seu nível de renda e conseqüentemente alcançar um maior nível no acesso aos bens de consumo e serviços.

Os resultados aqui apresentados de algum modo justificam e ampliam a visão do desempenho do PRONAF no estado sob a ótica do volume de crédito apontados por Grisa, Wesz Junior e Buchweitz (2014). Isto porque, em nossa análise, demonstramos que a destinação dos recursos do PRONAF foi efetivo ao contribuir para que houvesse alterações sociais positivas no interior da agricultura familiar catarinense. Estas mudanças, como já demonstramos, são de caráter produtivo, de trabalho renda e, em destaque neste momento, os avanços no acesso a bens e serviços por parte dos agricultores familiares catarinenses a partir do PRONAF.

Este acesso a bens e serviços a partir do programa já foram evidenciados em estudos que contemplam outros territórios no País. Silva, Ponciano e Souza (2021) em pesquisa realizada nos municípios de Nova Venécia e de Rio Bananal, no norte do estado do Espírito

Santo, identificaram entre as mulheres beneficiárias do PRONAF, que estas priorizam a partir do aumento da renda o acesso de bens para melhoria da qualidade de vida da família. Na mesma linha analítica, em estudo realizado no Território da Cidadania Médio Alto Uruguai no Rio Grande do Sul, Spanevello *et al.* (2021) reforçam os entendimentos do direcionamento dos ganhos do PRONAF para melhorar a condição de vida da família.

Azevedo e Pessôa (2011), ao analisarem os dados do acesso ao programa entre 2002 e 2007 em âmbito nacional, identificaram que o PRONAF havia provocado mudanças de melhorias no espaço rural brasileiro. Esta afirmação dialoga proximamente aos resultados encontrados em nosso campo de pesquisa, e que identificou profundas alterações acerca da disponibilidade de bens e serviços de uso por parte destes agricultores familiares catarinenses entrevistados.

Roge Batista e Neder Dantas (2014), em estudo relacionado aos efeitos do PRONAF sobre a pobreza rural em âmbito nacional, compreenderam que o programa colabora para redução da pobreza e também para a redução da desigualdade, por sua vez, coaduna com os resultados e também com a nossa análise sobre as alterações sociais em que o PRONAF enquanto política pública foi capaz de contribuir.

Na mesma esteira, contudo, em pesquisa realizada em municípios do estado de Tocantins, Pereira e Nascimento (2014) igualmente perceberam as contribuições do programa PRONAF para o fortalecimento social da agricultura nos municípios estudados. O que ressaltamos aqui é que apesar da enorme diferenciação social existente na agricultura familiar brasileira, ou seja, nas distintas características tanto do ponto de vista econômico, social e espacial, os financiamentos via PRONAF se colocam como um instrumento capaz de dinamização e, também de alterações, para melhor, das condições dos agricultores familiares.

Em análise sobre, Grisa e Schneider (2015) reconheceram os avanços proporcionados no interior da agricultura familiar brasileira a este respeito, com a constituição das políticas públicas específicas a partir de meados da década de 1990. Contudo, não se pode negar que há muito que se avançar a respeito desta questão, Guanzioli (2007) e Aquino e Schneider (2010) diagnosticaram desafios enormes do programa quanto aos avanços nas questões sociais.

Nesta esteira analítica, na realidade da agricultura familiar catarinense, parte das famílias, em decorrência do acesso conseguiu melhorar suas condições sociais e de conforto ao ponto de equiparação aos residentes em centros urbanos. Esta questão nos coloca frente a uma discussão sociológica, pois, há algumas décadas as estruturas no interior do espaço de Santa Catarina eram mais fragilizadas ao ponto de que os próprios agricultores familiares não se sentiam confortáveis em receber visitas de parentes e dos amigos.

Este foi um depoimento recorrente no campo de pesquisa, esta nova realidade, significa uma reconfiguração, especialmente das condições das casas, pois, estes tais agricultores(as) se sentem bem em receber suas visitas, e mais do que isso, a partir do trabalho familiar conseguiram condições dignas e confortáveis para se viver. Nos termos de Wanderley (2015), compreendemos que em certo ponto legitima-se a condição do espaço rural como um lugar da vida e não apenas um território voltado aos aspectos da produção. As nossas considerações a este respeito se aproximam das constantes transformações no território rural de Santa Catarina apontadas por Paulilo e Schmidt (2003), que em suas análises consideram que o segmento no estado assume significativa capacidade de resistir, inovar e encontrar alternativas para sua continuidade.

O campo de pesquisa demonstra que é a partir do PRONAF, que agricultores(as) do estado de Santa Catarina têm encontrado saídas para melhorar sua condição de vida, que entre outros aspectos significa o acesso e/ou a ampliação de bens e serviços. Isto porque, baseado nos apontamentos de Ribeiro (2016) sobre os modos de vida, a agricultura familiar brasileira apresenta uma gama de estratégias para enfrentar as suas dificuldades quanto às técnicas de produção, aos mercados e o relacionamento com as políticas públicas.

6.4 AS ALTERAÇÕES AMBIENTAIS VINCULADAS ÀS PRÁTICAS PRODUTIVAS E ACESSO A INSUMOS

Aqui se propõe a dialogar a partir dos resultados do campo de pesquisa com os entendimentos teóricos que guiam a construção desta tese de doutorado. Contudo, para isto, é necessário resgatarmos o desenho em que o programa PRONAF foi constituído, ou seja, essencialmente voltado, para o fortalecimento daqueles agricultores familiares considerados, nos termos da FAO e INCRA (1994), consolidados e em transição.

Os rumos que o PRONAF seguiu foi uma continuidade das práticas produtivas predominantes no País a partir da segunda metade do século XX. A este respeito inúmeros autores já se debruçaram para explicar a trajetória que o PRONAF tomou ao longo dos anos quanto sua centralidade em culturas de *commodities*, especialização e tecnificação produtiva, bem como intensificação do uso de insumos químicos no processo produtivo no interior da agricultura familiar brasileira (WESZ JUNIOR; GRISA; BUCHWEITZ, 2014; CAZELLA *et al.*, 2016; MATTEI, 2015; GAZOLLA; SCHNEIDER, 2013; TOLEDO, 2009; AQUINO; SCHNEIDER, 2015).

Os dados do campo acrescentam elementos constituintes de uma dialética a respeito desta perspectiva, ou seja, há confirmação do cenário colocado, mas há também elementos diferenciados segundo tais percepções, que abrem um olhar mais amplo e complexo sobre as alterações ambientais quanto às práticas produtivas e o acesso aos insumos a partir dos financiamentos do PRONAF.

Se por um lado ocorre um processo de intensificação das práticas de uma agricultura baseada no uso insumos químicos, especialmente em culturas de larga escala, de outro lado, mesmo que por requisito da forma legal e institucional, o programa institui práticas que observam cuidados com a preservação do meio ambiente. Deste modo, nos referimos ao Cadastro Ambiental Rural (CAR) e a Outorga da água que exigiram dos agricultores familiares catarinenses novas práticas quanto ao uso dos recursos naturais e sua preservação.

Estes condicionantes inseriram nas práticas financiadas diretamente ou indiretamente pelo PRONAF, como por exemplo, o cuidado e o cercamento das nascentes de água. Sobre este aspecto, o PRONAF é utilizado para financiamento de cerca de proteção e limitação da área ocupada pela criação, especialmente da bovinocultura, recuperando e preservando às fontes de água.

Além disso, para acesso à DAP o estabelecimento rural deve estar regularizado quanto a sua Área de Preservação Permanente (APP). O que assumimos aqui é que a política pública do PRONAF de alguma forma atenua os impactos ambientais resultantes da produção agropecuária na agricultura familiar e contribui de alguma forma para preservação dos recursos naturais.

No que se refere ao incentivo a uma mudança no processo produtivo e apoio à produção orgânica e agroecológica, o que se percebeu que o interesse por este modelo de agricultura está mais associado à decisão e as oportunidades do agricultor do que propriamente ações no âmbito do programa PRONAF. Em nível nacional, Aquino, Gazola e Schneider (2017, 2021) demonstraram o baixo desempenho do programa no que diz respeito ao número de contratos e recursos das linhas verdes do PRONAF. Com relação ao estado de Santa Catarina não é diferente, os dados do acesso, as chamadas linhas alternativas do PRONAF, se apresentam de forma tímida, baixa cobertura e com montantes financeiros não expressivos (FOSSÁ; TONEZER; BADALOTTI, 2018).

Em análise a partir de estudo em municípios do meio oeste de Santa Catarina, Godoi, Búrigo e Cazella (2016) afirmam que o PRONAF enquanto política pública se posiciona por meio de suas diretrizes uma postura de indução de linhas de crédito focadas na sustentabilidade, tal processo acaba sendo travado pelo conceito gerencial tradicional e visão

de mundo do sistema bancário e dos demais operadores do PRONAF. Moraes (2004) insere, a partir de estudo no semiárido baiano, outro elemento importante sobre às “barreiras” ao incentivo das chamadas linhas “verdes” de financiamento do PRONAF. Para o autor, a presença dos chamados “escritórios de projetos” de financiamentos do PRONAF é incompatível com as necessidades dos agricultores familiares e o consequente desenvolvimento rural sustentável.

O ponto central em questão aqui é que o programa não tem promovido alterações estruturais no que se refere ao processo produtivo e o acesso aos insumos no sentido de promover outro modelo de agricultura, direcionado à produção de alimentos de base orgânica e agroecológica. Antes ao contrário, o que se tem em maior escala é a intensificação da mecanização e da utilização de insumos químicos. Uma das possíveis explicações pode estar associado ao fato que desde seu desenho inicial, a matriz geral sempre foi aumentar a produção da agricultura familiar e não propriamente promover, em seu sentido amplo, o desenvolvimento rural sustentável⁶⁰.

Apesar disso, as alterações que foram possíveis de se perceber dizem respeito ao atendimento da legislação federal vigente e principalmente um cuidado muito maior com as fontes e nascentes de água. As práticas que preservam os recursos naturais do hoje e do amanhã perpassam, a nosso ver, por pelo menos três questões complexas, a saber: i) capacidade do agricultor familiar garantir o sustento financeiro de sua família e a sustentabilidade econômica do seu estabelecimento rural; ii) perfil pessoal e características da propriedade que gerem as condições adequadas para um processo produtivo orgânico e agroecológico; iii) acesso à conhecimento e assistência técnica profissional para o desenvolvimento das atividades voltadas para agricultura orgânica e agroecológica.

Em complemento, assumimos que o PRONAF enquanto política pública, e, conjuntamente com os atores sociais e as organizações que o constituem até aqui, não foram capazes de articular e construir ações mais robustas tanto em termos de capilaridade quanto de incentivo a uma agricultura de base orgânica e agroecológica. Como resultado desta situação, ou seja, inoperância não só do Estado, mas de todos os atores e entidades que advogam por uma agricultura alternativa ao modelo tradicional no País, temos, por exemplo, um baixíssimo número de financiamentos nas linhas consideradas “verdes” no PRONAF⁶¹.

Entre as linhas verdes do PRONAF, a linha Eco (energia renovável e sustentabilidade ambiental) ressurge a partir de 2018 como promissora, pois, ao possibilitar o financiamento

⁶⁰ Aquino, Teixeira e Tonneau (2003) classificaram como “vício de origem”.

⁶¹ Causas e possíveis ações de melhorias podem ser consultadas em Aquino, Gazolla e Schneider (2017; 2021).

das placas solares e demais equipamentos para geração de energia solar. Em Santa Catarina os montantes financiados, bem como o número de contratos tiveram expressivo incremento desde o referido ano.

Por fim, compreendemos que os desafios para uma agricultura “mais” sustentável não são novos, e perpassam os limites de apenas uma política pública como o PRONAF. Ancorados em Veiga (1994), coadunamos com esse autor (passados praticamente trinta anos), que um padrão mais sustentável da agricultura passa necessariamente por três aspectos fundamentais, a saber: i) a dinâmica histórica do uso da terra; ii) a evolução do pensamento científico em áreas do conhecimento; iii) os movimentos sociais voltados à questão do desenvolvimento sustentável.

7 CAPÍTULO VII: CONSIDERAÇÕES FINAIS

Escrever é fácil. Você começa com uma letra maiúscula e termina com um ponto final. No meio você coloca idéias. (Pablo Neruda).

No longo processo de elaboração dessa tese buscou-se analisar o acesso da categoria dos agricultores familiares catarinense ao PRONAF, uma política pública destinada ao fortalecimento da agricultura familiar no território nacional. A partir da definição do problema e dos objetivos de pesquisa foram sendo estabelecidos os caminhos metodológicos, bem como construídos os referenciais teóricos que dariam sustentação à pesquisa. A imersão no campo de pesquisa ressaltou a magnitude da política pública do PRONAF, bem como sua importância para o desenvolvimento das atividades produtivas de tais agricultores. As entrevistas realizadas em sete municípios em três regiões do estado de Santa Catarina com diversos atores sociais rurais revelaram que, apesar das distintas características regionais que a agricultura familiar assume no estado catarinense, o acesso às políticas que compõem o programa foi de fundamental importância, tanto para o fortalecimento das práticas produtivas, bem como para as melhorias das condições sociais da categoria dos agricultores familiares que, historicamente haviam sido excluídos das políticas de crédito rural do país.

Ao acompanhar a trajetória de acesso de agricultores familiares de Santa Catarina ao programa, objetivamos analisar também as alterações socioeconômicas que ocorreram entre os agricultores familiares catarinenses a partir da implantação do PRONAF. Os resultados do campo de pesquisa demonstraram, à luz das entrevistas com os atores sociais, que o crédito tem se demonstrado efetivo para o desenvolvimento das práticas produtivas, de melhorias nos processos de trabalho, especialmente com o uso de novas tecnologias, bem como auxiliou a promover alterações econômicas no nível de renda e melhorias nas condições sociais quanto ao acesso de bens e serviços.

Grande parte dessas alterações observadas estão, diretamente ou indiretamente, relacionados com os objetivos iniciais do programa, a saber: i) aumento da produção e oferta de alimentos; ii) aumento da capacidade produtiva; iii) modernização e aprimoramento das técnicas de produção; iv) geração de emprego e renda no segmento da agricultura familiar. A agricultura familiar catarinense até então em sua maioria carente de capacidade de investimento por conta própria, potencializa a partir dos créditos de custeio e investimento uma “revolução” no *status quo* e passa a apresentar um aumento substancial da capacidade produtiva e uma maior integração aos mercados formais, tanto de cadeias curtas, como as de

cadeias longas de comercialização. Contudo, cabe uma ressalva em relação ao aumento e à geração de postos de trabalho na agricultura familiar, uma vez que no caso catarinense este objetivo foi apenas atenuado, observando-se em algumas regiões a continuidade da migração rural-urbana, especialmente pelas pessoas mais jovens.

Neste sentido, entende-se que os créditos de custeio e de investimento do PRONAF no âmbito de Santa Catarina deveriam ser reorientados por uma nova concepção de desenvolvimento rural sustentado dos estabelecimentos rurais familiares com o objetivo de ampliar a diversificação produtiva. Tal processo deveria estar assentado em dois eixos centrais: o primeiro caracterizado por uma nova postura do atendimento bancário que operacionaliza o PRONAF que tivesse no crédito orientado sua premissa básica de negócio, rompendo com o atual “empurra, empurra” dos bancos enquanto prática dos financiamentos do programa. Aliado a isto, é necessário que se estabeleçam linhas de crédito inclusivas aos grupos mais vulneráveis no interior da agricultura familiar, especialmente das mulheres e dos jovens.

Uma possibilidade para se cumprir o fortalecimento da diversificação produtiva é o estímulo constante à produção de base orgânica e agroecológica para comercialização em cadeias curtas de circuitos municipais e regionais. Esta alternativa possui em si um potencial de mercado, principalmente para aqueles agricultores e agricultoras familiares que se situam próximos a centros urbanos com potencial de consumo. Para isso, se faz necessário uma articulação entre essas políticas públicas e os órgãos municipais e estaduais em relação ao fortalecimento de pontos de comercialização e novos canais de venda, como organização de feiras e rotas de entrega de cestas de produtos.

Há um consenso na literatura de que o PRONAF até aqui apresenta ações e desempenho insuficientes no que se refere ao incentivo à produção alternativa ao modelo tradicional, ou seja, apoio à agricultura de base orgânica e agroecológica. Apesar disso, no âmbito de Santa Catarina, nosso campo de pesquisa constatou que há iniciativas e ações que buscam a preservação dos recursos naturais e meio ambiente por meio do PRONAF, especialmente ao financiar estruturas para este fim, além de cumprir adequadamente as exigências para se obter a DAP.

Outra alternativa para propiciar um ambiente mais favorável à inclusão seria ampliar o público atendido por meio de medidas e ações que assegurassem a integração à política pública de grupos marginalizados no interior da agricultura familiar. Assim, a função social do crédito rural público seria assegurada gerando as oportunidades necessárias para aqueles

que até então não conseguiram por conta própria estabelecer um projeto com viabilidade, tanto econômica quanto social no âmbito de sua unidade produtiva.

Nesta direção, os *policy makers* responsáveis pelo programa deveriam repensar as razões que fazem com que linhas de crédito como PRONAF Jovem e PRONAF Mulher estejam apresentando baixíssimas adesões. Diversos estudos documentaram que tanto os entraves burocráticos como as regras e normas do sistema bancário acabam impedindo que esses segmentos tenham maior acesso aos financiamentos. Por isso, entende-se que é necessário um amplo debate para se resgatar os objetivos iniciais em que foram baseadas tais linhas de crédito e ao mesmo tempo uma mobilização para que os públicos específicos tenham uma maior compreensão e entendimento sobre as vantagens de acesso ao PRONAF via tais linhas creditícias.

O segundo eixo relaciona-se ao crédito orientado vinculado à assistência técnica oficial do governo do estado de Santa Catarina (Epagri) e/ou sob sua supervisão. Isto porque, com o compromisso claramente nos interesses da agricultura familiar, a Epagri, enquanto organização pública, poderia gerar melhores resultados quanto à utilização dos recursos, assim como orientar para que o montante dos recursos sejam melhor dimensionados e em consonância com a realidade de cada família e/ou estabelecimentos agropecuários. Para isso, é necessário ampliar o quadro de profissionais técnicos para atuarem junto aos agricultores e suas organizações sociais, seja orientando as escolhas produtivas, seja auxiliando na elaboração de projetos sobre os volumes financeiros necessários e suas aplicações adequadas. Acreditamos que essas seriam ações-chave para ampliar o acesso de diversos segmentos fragilizados da agricultura familiar que, por falta de informação e de conhecimento, enfrentam grandes dificuldades diante das exigências dos agentes financeiros.

Além desses eixos mencionados anteriormente, mais alguns aspectos sobressaíram a partir da pesquisa junto aos atores sociais. Um deles foi o problema destacado por alguns agricultores que desejam ampliar as áreas dos estabelecimentos, uma vez que não existe atualmente qualquer linha de crédito, seja no PRONAF ou em outro programa que dê sustentação a essa demanda.

Outro aspecto observado foram as desigualdades regionais no estado, em termos de acesso aos recursos do programa. Com isso, regiões como o Planalto Serrano e o próprio litoral catarinense apresentam taxas ainda incipientes de participação no programa. Obviamente que isso ocorre, em grande medida, devido às características e a composição social da agricultura familiar nesses espaços geográficos. Talvez as regras e normas do

programa não necessariamente encontram-se adequadas a essas realidades, impedindo que mais agricultores familiares façam parte dessa política pública.

O caso de Santa Catarina é um exemplo em que a política pública do PRONAF, via crédito rural, contribuiu de forma efetiva para um avanço nas condições produtivas, de trabalho, econômicas e sociais. Apesar disso, reconhecemos a necessidade de avanços, melhorias e adequações na política para que o público beneficiário possa ser contemplado e ampliado visando o alcance das finalidades do programa.

Um dos grandes desafios ao nosso entender, considerando a complexidade do PRONAF, é a efetiva articulação e desenvolvimento das ações em conjunto com as demais políticas públicas que visam o público alvo da agricultura familiar. Além disso, no estado de Santa Catarina as ações do programa devem ser direcionadas em maior grau com o trabalho desenvolvido pela Epagri quanto à extensão rural. Isto porque, a partir do seu caráter público, especialmente no que se refere aos projetos de investimento via PRONAF, estes poderão ser efetivamente e exclusivamente realizados visando o interesse e o desenvolvimento do segmento da agricultura familiar.

Este estudo possibilitou corroborar com as pesquisas sobre a política pública do PRONAF, ao se propor investigar a realidade do acesso, distribuição, bem como as alterações proporcionadas a partir do crédito no estado de Santa Catarina. No que se refere às questões empíricas, espera-se que este trabalho gere contribuições para que os agentes que se relacionam ao PRONAF possam de alguma forma melhorar suas práticas. Em relação à contribuição teórica, para o campo da Administração – área das organizações e sociedade –, a pesquisa ressalta a importância da política pública do PRONAF ao contribuir para o desenvolvimento do segmento da agricultura familiar em particular para o estado de Santa Catarina.

Por fim, como continuidade de estudos e pesquisas em torno do programa, sugere-se que outras temáticas em torno do PRONAF possam ser investigadas em maior nível de profundidade quanto a realidade catarinense. Isto porque o crédito rural à agricultura familiar já foi, e continua sendo, significativamente estudada nas suas mais diversas perspectivas analíticas em nível de Brasil e regionalidades, contudo, no âmbito de Santa Catarina ainda há espaço e carência de estudos que visem compreender a realidade social.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. Agricultura familiar e serviço público: novos desafios para a extensão rural. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 15, n. 1, p. 137-157, jan./abr. 1998.

_____. **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

_____. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Hucitec, 1992.

AGNE, Chaiane Leal. **Mudanças institucionais na agricultura familiar**: as políticas locais e as políticas públicas nas trajetórias das famílias nas atividades de processamento de alimentos no Rio Grande do Sul. 2014. 258 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith. **O método nas ciências naturais e sociais**: pesquisa quantitativa e qualitativa. São Paulo: Pioneira Thomson, 2002.

ALVES, Odete et al. Produção e reprodução social entre beneficiários do PRONAF B no semiárido brasileiro. **Revista Grifos**, Chapecó, v. 30, n. 51, p. 398-423, 2021.

AREND, Marcelo; FONSECA, Pedro Cezar Dutra. Brasil (1955-2005): 25 anos de *catching up*, 25 anos de *falling behind*. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 32, n. 1, p. 33-54, jan./mar. 2012.

Aquino, Joacir Rufino; GAZOLLA, Marcio; SCHNEIDER, Sergio. O financiamento público da produção agroecológica e orgânica no Brasil: inovação institucional, obstáculos e desafios. In: SAMBUICHI, Regina Helena Rosa et al. (Org.). **A política nacional de agroecologia e produção orgânica no Brasil**: uma trajetória de luta pelo desenvolvimento rural sustentável. Brasília: IPEA, 2017. p. 197-228.

_____; _____. Tentativas de inclusão da agricultura de base ecológica no PRONAF: do otimismo das linhas de crédito verde ao sonho frustrado do I PLANAPO. **Revista Grifos**, Chapecó, v. 30, n. 51, p. 163-189, 2021.

_____; SCHNEIDER, Sergio. (Des)caminhos da política de crédito do Pronaf na luta contra a pobreza e a desigualdade social no Brasil rural. In: CONFERÊNCIA NACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS CONTRA A POBREZA E A DESIGUALDADE, 1., Natal, 2010. **Anais...** Natal: UFRN, 2010.

_____; _____. O Pronaf e o desenvolvimento rural brasileiro: avanços, contradições e desafios para o futuro. In: GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio (Org.). **Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural no Brasil**. Porto Alegre: UFRGS, 2015.

_____; TEIXEIRA, Olívio Alberto; TONNEAU, Jean-Philippe. O PRONAF e a “nova modernização desigual” da agricultura brasileira. **Raízes**, Campina Grande, v. 22, n. 1, p. 46-57, jan./jun. 2003.

ARRETCHE, Marta Tereza da Silva. Uma contribuição para fazermos avaliações menos ingênuas. In: FALCÃO, Maria do Carmo; BARREIRA, Maria Cecília Rôxo Nobre. **Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programa sociais**. São Paulo: IEE/PUCSP, 2001. 224 p.

AZEVEDO, Francisco Frasuado; PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar no Brasil: uma análise sobre a distribuição regional e setorial dos recursos. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v. 23, n. 3, p. 483-496, set./dez. 2011.

BADALOTTI, Rosana Maria; RENK, Arlene; WINCKLER, Silvana. Trajetórias de mulheres agricultoras nos espaços produtivos e de trabalho na conquista de direitos e na ocupação de espaços públicos. In: LAJÚS, Maria Luiza de Souza; VARGAS, Myriam Aldana; BADALOTTI, Rosana Maria (Org.). **Dinâmicas regionais e políticas públicas**. Chapecó: Argos, 2014.

BANDEIRA DE MELLO, Rodrigo. Softwares em pesquisa qualitativa. In: GODOI, Christiane Kleinübing; BANDEIRA DE MELLO, Rodrigo; SILVA, Anielson Barbosa da (Org.). **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos**. São Paulo: Saraiva, 2006.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Edições 70, 2016.

BARRETO, Maria Theresinha Sobierajski. **Poloneses em Santa Catarina: a colonização do alto vale do rio do peixe**. Florianópolis: Ed. da UFSC; Lunardelli, 1983.

BAUER, Martin W.; GASKELL, George (Ed.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. 516 p.

BAVARESCO, Paulo Ricardo. A história econômica do oeste catarinense. In: CARBONERA, Mirian et al. (Org.). **Chapecó 100 anos: histórias plurais**. Chapecó: Argos, 2017.

_____. **Ciclos econômicos regionais: modernização e empobrecimento no Extremo Oeste catarinense**. Chapecó: Argos, 2005.

BENATTI, Gabriela Solidario de Souza; BUAINAIN, Antônio Márcio. Capacidades estatais e políticas públicas: o papel da capacidade político-relacional no desenvolvimento do PRONAF. **Revista Grifos**, Chapecó, v. 30, n. 51, p. 68-88, 2021.

BIANCHINI, Valter. **Vinte anos do PRONAF, 1995-2015: avanços e desafios**. Brasília: SAF/MDA, 2015.

BLUM, Rubens. Agricultura Familiar: estudo preliminar da definição, classificação e problemática. In: TEDESCO, João Carlos (Org.). **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. Passo Fundo: Editora da UPF, 1999. p. 57-103.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. 4. ed. Brasília: UnB, 1998.

BOITO JUNIOR, Armando. **O sindicalismo de estado no Brasil: uma análise crítica da estrutura sindical**. Campinas: Fundação de Desenvolvimento da UNICAMP, 1991.

BOSETTI, Cleber José. **Perspectivas de desenvolvimento rural em disputa no Brasil**. 2013. 392 f. Tese (Doutorado em Sociologia Política) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

BRASIL. Banco Central do Brasil. **Anuário Estatístico do Crédito Rural, 1996-2012**. 2019a. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 19 mar. 2019.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Casa Civil, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>. Acesso em: 1 mar. 2020.

_____. Decreto n. 1.946, de 28 de junho de 1996. Cria o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 28 jun. 1996.

_____. Decreto n. 9.064, de 31 de maio de 2017. Dispõe sobre a Unidade Familiar de Produção Agrária, institui o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar e regulamenta a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e empreendimentos familiares rurais. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 31 maio 2017.

_____. Lei n. 4.504, de 30 de novembro de 1964. Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 30 nov. 1964.

_____. Lei n. 4.829, de 5 de novembro de 1965. Institucionaliza o crédito rural. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 5 nov. 1965.

_____. Lei Complementar n. 87, de 13 de setembro de 1996. Dispõe sobre o imposto dos Estados e do Distrito Federal. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 5 set. 1996.

_____. Lei n. 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 24 jul. 2006.

_____. Lei n. 12.512, de 14 de outubro de 2011. Institui o Programa de Apoio à Conservação Ambiental e o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 14 out. 2011.

_____. **Matriz de Dados do Crédito Rural, 2013-2018**. 2019b. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 19 mar. 2019.

_____. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Plano/Safra**. Vários anos. Brasília: MAPA, 2019d. Disponível em: <<https://www.agricultura.gov.br/>>. Acesso em: 25 fev. 2019.

_____. **Resolução n. 2.629, de 8 de agosto de 1999.** Altera e consolida as normas aplicáveis aos financiamentos rurais ao amparo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Brasília: BCB, 1999.

_____. **Resolução n. 2.766, de 10 de agosto de 2000.** Dispõe sobre alterações no Regulamento do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Brasília: BCB, 2000.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. A construção política do Estado. **Lua Nova**, São Paulo, n. 81, p. 117-146, 2010.

_____. **A reforma do Estado dos anos 90:** lógica e mecanismos de controle. Brasília: Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, 1997.

_____. Do nacionalismo à dependência. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 23, n. 65, p. 319-328, 2009.

_____. Estado, estado-nação e formas de intermediação política. **Lua Nova**, São Paulo, n. 100, p. 155-185, 2017.

_____. Os três ciclos da sociedade e do estado. **Perspectivas: Revista de Ciências Sociais**, Araraquara, v. 41, p. 13-52, 2012.

BROSE, Markus. **Agricultura familiar, desenvolvimento local e políticas públicas.** Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1999.

BRUMER, Anita. As perspectivas dos jovens agricultores familiares no início do século XXI. In: RENK, Arlene; DORIGON, Clovis (Org.). **Juventude rural, cultura e mudança social.** Chapecó: Argos, 2014.

BRUNI, Adriano Leal. **Estatística Aplicada à Gestão Empresarial.** São Paulo: Atlas, 2009.

BÚRIGO, Fábio Luiz. **Cooperativa de crédito rural:** agente de desenvolvimento local ou banco comercial de pequeno porte? Chapecó: Argos, 2007.

_____. **Finanças e solidariedade:** cooperativismo de crédito rural solidário no Brasil. Chapecó: Argos, 2010.

CARNEIRO, Maria José. Política pública e agricultura familiar: uma leitura do Pronaf. **Estudos: Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 70-82, abr. 1997.

CARVALHO, Diana Mendonça de; COSTA, José Eloízio da. O PRONAF e a inserção técnico-produtiva nas unidades familiares de Sergipe. **Revista Grifos**, Chapecó, v. 30, n. 51, p. 350-377, 2021.

CAZELLA, Ademir Antonio et al. Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural no Brasil: o dilema entre inclusão produtiva e assistência social. **Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 15, ed. spe., p. 49-79, 2016.

CERQUEIRA, Cristiane Aparecida de; JESUS, Clesio Marcelino de; PINHEIRO, Lessí Inês Farias. Pronaf nos territórios da cidadania da Bahia nos governos instituídos entre 1999 e 2018. **Revista Grifos**, Chapecó, v. 30, n. 51, p. 327-349, 2021.

CERQUEIRA, Kleber C. **As propostas de política econômica do PT entre 1989 e 2006: um exame sob o referencial teórico das coalizões de defesa**. 2010. 190 f. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Programa de Pós-Graduação em Política Social, Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

CHAUVEAU, Hélène. O lugar do acesso (ou não-acesso) ao lazer e à cultura na relação que os jovens rurais tem com os territórios no interior catarinense. In: RENK, Arlene; DORIGON, Clovis (Org.). **Juventude rural, cultura e mudança social**. Chapecó: Argos, 2014.

COELHO, Luzia Bucco; PAULA, Nilson Maciel De. Políticas públicas e agricultura familiar: uma análise do PRONAF no território do Cantuquiriguaçu/PR. **Revista Grifos**, Chapecó, n. 45, p. 183-203, 2018.

CONTERATO, Marcelo. **Dinâmicas regionais do desenvolvimento rural e estilos de agricultura: uma análise a partir do Rio Grande do Sul**. 2008. 288 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

_____; BRÁZ, Cauê Assis; RODRIGUES, Stefany Reis. A commoditização do PRONAF e os desafios da agricultura familiar no Rio Grande do Sul. **Revista Grifos**, Chapecó, v. 30, n. 51, p. 190-211, 2021.

_____; RADOMSKY, Guilherme Francisco Waterloo; SCHNEIDER, Sergio (Org.). **Pesquisa em desenvolvimento rural: aportes teóricos e proposições metodológicas**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2014.

CORAZZA, Gentil. Traços da formação socioeconômica do oeste catarinense. In: _____. **Fronteira Sul: ensaios socioeconômicos**. Florianópolis: Insular, 2016.

COSTA, Giovani Glaucio de Oliveira. **Curso de estatística básica: teoria e prática**. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2017.

COSTA, V. Políticas públicas no Brasil: uma agenda de pesquisa. *Ideias*, v. 6, n. 2, p. 135-166, 2016.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

DAMASCENO, Nagilane Parente; KHAN, Ahmad Saeed; SALES LIMA, Patrícia Verônica Pinheiro. O impacto do Pronaf sobre a Sustentabilidade da Agricultura Familiar, Geração de Emprego e Renda no Estado do Ceará. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba, v. 49, n. 1, p. 129-156, jan./mar. 2011.

DELGADO, Guilherme Costa. **Capital financeiro e agricultura no Brasil: 1965-1985**. São Paulo: Ícone, 1985.

DELGADO, Nelson. O papel do rural no desenvolvimento nacional: da modernização conservadora dos anos 1970 ao Governo Lula. In: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável. **Brasil rural em debate: coletânea de artigos**. Brasília: CONDRAF/MDA, 2010.

DEMO, Pedro. **Metodologia científica em ciências sociais**. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 1995.

_____. **Pesquisa: princípio científico e educativo**. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. (Org.). **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

_____; _____. **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. 2. ed. 1. reimp. Porto Alegre: Artmed, 2010.

DRAIBE, Sônia Mirian. Avaliação de implementação: esboço de uma metodologia de trabalho em políticas públicas. In: BARREIRA, Maria Cecília Roxo Nobre et al. **Tendências e perspectivas na avaliação de políticas públicas e programas sociais**. São Paulo: IEE/PUC-SP, 2001. p. 13-42.

FAO – Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura; INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária do Brasil. **Diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável**. Resumo do Relatório Final do Projeto UTF/BRA/036, segunda versão. Brasília: FAO/INCRA, 1994.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. 3. ed. rev. São Paulo: Globo, 2001.

FARAH, Marta Ferreira Santos. Administração pública e políticas públicas. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 45, n. 3, p. 813-836, maio/jun. 2011.

_____. Análise de políticas públicas no Brasil: de uma prática não nomeada à institucionalização do “campo de públicas”. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 50, n. 6, p. 959-979, nov./dez. 2016.

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. A política da avaliação de políticas públicas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 20, n. 59, p. 97-110, out. 2005.

FAVARETTO, Arilson da Silva. Agricultores, trabalhadores: os trinta anos do novo sindicalismo rural no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 21, n. 62, p. 27-44, out. 2006a.

FAWAZ-YISSI, Julia et al. Una mirada de género en procesos de desarrollo rural en Chile: perspectivas y desafíos para una extensión rural con enfoque de género. In: CONFERENCIA REGIONAL DEL GIPPAF, 1. **Universidad, agricultura familiar y políticas públicas**. Valparaíso: GIPPAF, 2018.

FECAMP – Fundação de Economia de Campinas. **Estudos de caso em campo para avaliação dos impactos do PRONAF**. Campinas, out. 2002. (Convênio PCT/IICA-FECAMP).

FIDA – Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola. **La agricultura familiar en América Latina: un nuevo análisis comparativo**. Buenos Aires: FIDA, 2014.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Tradução Joice Elias Costa. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FOSSÁ, Juliano Luiz. **O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) para os agricultores familiares: dos alcances às percepções**. 2015. 159 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais) – Universidade Comunitária da Região de Chapecó, Chapecó, 2015.

_____; TONEZER, Cristiane; BADALOTTI, Rosana Maria. As linhas alternativas do PRONAF em Santa Catarina: alcances e limites. **Acta Ambiental Catarinense**, Chapecó, v. 15, n. 1/2, p. 40-56, 2018.

FOUILLEUX, Ève. Analisar a mudança: políticas públicas e debates num sistema em diferentes níveis de governança. **Estudos: Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 88-125, abr. 2011.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 51. ed. rev. São Paulo: Global, 2006.

FURTADO, Celso. **Análise do modelo brasileiro**. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986a.

_____. **O mito do desenvolvimento econômico**. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1974.

GAZOLLA, Marcio; SCHNEIDER, Sergio. Qual “Fortalecimento” da agricultura familiar? uma análise do Pronaf Crédito de custeio e investimento no Rio Grande do Sul. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba, v. 51, n. 1, p. 45-68, jan./mar. 2013.

GIEHL, Alexandre Luís; GUGEL, Jurandir Teodoro; MONDARDO, Márcia. Participação da agricultura familiar nas principais cadeias produtivas de carnes em Santa Catarina. In: ENCONTRO DE ECONOMIA CATARINENSE, 12., 2018, Lages. **Anais...** Lages: Encontro de Economia Catarinense, 2018.

GODOI, Christiane Kleinübing; BALSINO, Cristina Pereira Vecchio. A pesquisa qualitativa nos estudos organizacionais brasileiros: uma análise bibliométrica. In: _____. BANDEIRA DE MELLO, Rodrigo; SILVA, Anielson Barbosa da (Org.). **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos**. São Paulo: Saraiva, 2006.

GODOI, Tamissa Gabrielle; BÚRIGO, Fábio Luiz; CAZELLA, Ademir Antonio. A sustentabilidade dos financiamentos do PRONAF para a agricultura familiar. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, v. 38, p. 637-661, ago. 2016.

GODOY, Arilda S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, mar./abr. 1995.

GOULARTI FILHO, Alcides. Formação econômica de Santa Catarina: uma tentativa de síntese. In: MATTEI, Lauro; LINS, Hoyêdo Nunes (Org.). **A socioeconomia catarinense: cenários e perspectivas no início do século XXI**. Chapecó: Argos, 2010.

GRAZIANO DA SILVA, José. **A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

GRISA, Catia. **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2015.

_____. **Políticas públicas para a Agricultura Familiar no Brasil: produção e institucionalização das ideias**. 2012. 280 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

_____; SCHNEIDER, Sergio (Org.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2015.

_____; SCHNEIDER, Sergio. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e Estado no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba, v. 52, Supl. 1, p. S125-S146, 2014.

_____; WESZ JUNIOR, Valdemar João; BUCHWEITZ, Vitor Duarte. Revisitando o Pronaf: velhos questionamentos, novas interpretações. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba, v. 52, n. 2, p. 323-346, abr./jun. 2014.

GUANZIROLI, Carlos E. PRONAF dez anos depois: resultados e perspectivas para o desenvolvimento rural. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba, v. 45, n. 2, p. 301-328, 2007.

_____. et al. **Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

GUEDES, Ana Cecília; CAZELLA, Ademir Antonio; CAPELLESSO, Adinor José. O arrendamento de terras no Brasil: subsídios para políticas públicas. **Revista Grifos**, Chapecó, v. 44, n. 34, p. 104-125, 2018.

GUERREIRO RAMOS, Alberto. A modernização em nova perspectiva: em busca do modelo da possibilidade. In: HEIDEMANN, Francisco G.; SALM, José Francisco. **Políticas públicas e desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise**. Brasília: Ed. UnB, 2014. p. 23-39.

HEIDEMANN, Francisco G. Do sonho do progresso às políticas de desenvolvimento. In: _____. et al. **Políticas públicas e desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise**. Brasília: Ed. UnB, 2014. p. 23-39.

HOLLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 23. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1991.

IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas. **Relatório Pronaf**: resultados da etapa Paraná. Brasília: MDA, 2006.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário de 2006**. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

_____. **Censo Agropecuário de 2017**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. (dados preliminares).

_____. **INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor**. 2020. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/economicas/precos-e-custos/9258-indice-nacional-de-precos-ao-consumidor.html?=&t=series-historicas>>. Acesso em: 31 jan. 2020.

IICA – Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura. **La agricultura familiar en las Américas**: principios y conceptos que guían la cooperación técnica del IICA. San José: IICA, 2016.

JANN, Werner; WEGRICH, K. Theories of the Policy Cycle. In.: FISCHER, F.; MILLER, G. J.; SIDNEY, M. S. (eds.). **Handbook of Public Analysis**: theory, politics and methods. USA: 2007.

JOBERT, Bruno. Introduction: le retour du politique. In: _____. **Le tournant neoliberal em Europe**: idées et recettes dans les pratiques gouvernementales. Paris: L’Harmattan, 1994. p. 9-20.

_____. Représentations sociales controverses et débats dans la conduite des politiques publiques. **Revue Française de Science Politique**, Paris, n. 2, p. 219-234, 1992.

_____. Rhétorique politique, controverses scientifiques et construction des normes institutionnelles: esquisse d’un parcours de recherche. In: FAURE, Alain; POLLET, Gilles; WARIN, Philippe. **La construction du sens dans les politiques publiques**: débats autour de la notion de référentiel. Paris: Éditions L’Harmattan, 1995. p. 13-24.

JOCHIMS, Felipe; DORIGON Clovis; PORTES, Vagner Miranda. O leite para o Oeste Catarinense. **Agropecuária Catarinense**, Florianópolis, v. 29, n. 3, p. 18-21, set./dez. 2016.

KIRSCH, Heitor Marcos. **Vulnerabilidade e resiliência social da agricultura familiar do Alto Guaporé (MT) no contexto das mudanças ambientais contemporâneas**. 2015. 331 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

KOCHE, José Carlos. **Fundamentos de metodologia científica**: teoria da ciência e iniciação à pesquisa. 34. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

KONRAD, Joice; SILVA, Clécio Azevedo. Agricultura familiar no oeste catarinense: da colônia à integração. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 21., 2012, Uberlândia. **Anais...** Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2012.

LAMARCHE, Hugues. **A agricultura familiar**: comparação internacional – uma realidade multiforme. Campinas: Fundação de Desenvolvimento da UNICAMP, 1993-1997. v. 1.

_____. **Agricultura familiar: comparação internacional – do mito à realidade.** Campinas: Ed. da Unicamp, 1993-1997. v. 2.

LAPERRIÈRE, Anne. Os critérios de cientificidade dos métodos qualitativos. In: POUPART, Jean et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos.** Petrópolis: Vozes, 2008.

LEITE, Sérgio. **Políticas públicas e agricultura no Brasil.** Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2001.

_____; WESZ JUNIOR, Valdemar João. Estado, políticas públicas e agronegócio no Brasil: revisitando o papel do crédito rural. **Revista Pós Ciências Sociais**, São Luís, v. 11, n. 22, jul./dez. 2014.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia científica.** 7. ed. atual. São Paulo: Atlas, 2018.

MANKIW, N. Gregory. **Introdução à economia.** São Paulo: Cengage Learning, 2014.

MARIONI, Larissa da Silva et al. Uma aplicação de Regressão Quantílica para Dados em Painel do PIB e do Pronaf. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba, v. 54, n. 2, p. 221-242, abr./jun. 2016.

MARTINI, George. A trajetória da modernização agrícola: a quem beneficia? **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, São Paulo, n. 23, p. 7-37, mar. 1991.

MATTEI, Lauro Francisco. Considerações acerca de teses recentes sobre o mundo rural brasileiro. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba, v. 52, Supl. 1, p. S105-S124, 2014a.

_____. O papel e a importância da agricultura familiar no desenvolvimento rural brasileiro contemporâneo. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 45, Supl. spe., p. 71-79, 2014b.

_____. **Pluriatividade e desenvolvimento rural no estado de Santa Catarina.** 1999. 211 f. Tese (Doutorado em Ciência Econômica) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999.

_____. Políticas públicas de apoio à agricultura familiar: o caso recente do PRONAF no Brasil. **Raízes**, Campina Grande, v. 35, n. 1, p. 1-15, jan./jun. 2015.

_____. **Políticas públicas de combate à fome: o caso do programa de aquisição de alimentos da agricultura familiar no estado de Santa Catarina.** Brasília: Fundação Universidade de Brasília, 2006a.

_____. **Pronaf 10 anos: mapa da produção acadêmica.** Brasília: MDA, 2006b. (NEAD Estudos).

_____; CAZELLA, Ademir Antonio. Planejamento e gestão do Pronaf-estrutura e Serviços: evidências a partir do Estado de Santa Catarina. In: SCHNEIDER, Sergio; SILVA, Marcelo Kunrath; MARQUES, Paulo Eduardo Moruzzi (Org.). **Políticas públicas e participação social no Brasil rural**. 2. ed. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2009.

MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de. **História dos movimentos sociais no campo**. Rio de Janeiro: Fase, 1988.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Amostragem e saturação em pesquisa qualitativa: Consensos e controvérsias. **Revista Pesquisa Qualitativa**, São Paulo, v. 5, n. 7, p. 01-12, abr. 2017.

_____. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2012.

MIOR, Luiz Carlos. **Agricultores familiares, agroindústrias e redes de desenvolvimento rural**. Chapecó: Argos, 2005.

MIRANDA, Dayana Lilian Rosa; GOMES, Bruno Martins Augusto. Programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar: trajetórias e desafios no Vale do Ribeira, Brasil. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v. 28, n. 3, p. 397-408, set./dez. 2016.

MORAES, Alberto Dias de. **Crédito rural, sustentabilidade e cidadania: o caso do PRONAF-Crédito na agricultura familiar do semi-árido baiano**. 2004. 167 f. Dissertação (Mestrado Programa de Pós-Graduação em Sociologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004.

MULLER, Pierre. **Las políticas públicas**. Bogotá: Universidad Externado de Colombia, Bogotá, 2002.

_____; JOBERT, Bruno. **L'État en action: politiques publiques e corporatismes**. Paris: Presses Universitaires de France, 1987.

_____; SUREL, Yves. **A análise das políticas públicas**. Tradução Agemir Bavaresco e Alceu R. Ferraro. Pelotas: Educat, 2002. 156 p.

NIEDERLE, Paulo André; FIALHO, Marco Antônio Verardi; CONTERATO, Marcelo Antônio. A pesquisa sobre agricultura familiar no Brasil: aprendizagens, esquecimentos e novidades. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba, v. 52, Supl. 1, p. S009-S024, 2014.

NOVAES, Regina Reyes. Continuidades e rupturas no sindicalismo rural. In: BOITO, Armando (Org.). **O sindicalismo brasileiro: os anos oitenta**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

ONU – Organização das Nações Unidas. **Ano Internacional da Agricultura Familiar**. 2014. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/>>. Acesso em: 20 set. 2020.

PAULILO, Maria Ignez Silveira. **Mulheres rurais: quatro décadas de diálogo**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2016.

_____. **Produtor e agroindústria: consensos e dissensos – o caso de Santa Catarina.** Florianópolis: UFSC, 1990.

_____; SCHMIDT, Wilson (Org.). **Agricultura e espaço rural em Santa Catarina.** Florianópolis: UFSC, 2003.

PEREIRA, Eder Lucinda; NASCIMENTO, Jean Santos. Efeitos do Pronaf sobre a produção agrícola familiar dos municípios tocantinenses. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 52, n. 1, p. 139-156, jan./mar. 2014.

PIAZZA, Walter F. **Santa Catarina: sua história.** Florianópolis: UFSC, 1983.

PICOLOTTO, Everton Lazzaretti. **As Mãos que Alimentam a Nação: agricultura familiar, sindicalismo e política.** 2011. 298 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Universidade Federal do Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

PLOEG, Jan Douwe van der. **Camponeses e a arte da agricultura: um manifesto Chayanoviano.** São Paulo: Editora Unesp; Porto Alegre: Editora UFRGS, 2016.

POLI, Odilon Luiz. **Leituras em movimentos sociais.** 2. ed. rev. Chapecó: Argos, 2008. 181 p. (Debates).

PORTO, Maria Salete G.; SIQUEIRA, Deis E. A pequena produção no Brasil: entre os conceitos teóricos e as categorias empíricas. **Cadernos de Sociologia**, Porto Alegre, v. 6, p. 76-88, 1994.

POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o Poder, o Socialismo.** Rio de Janeiro: Graal, 1985.

PRADO JÚNIOR, Caio. **A agricultura subdesenvolvida.** Petrópolis: Vozes, 1969.

_____. **Formação do Brasil contemporâneo: colônia.** 22. ed. São Paulo: Brasiliense, 1992.

RAMBO, Fabiano Lazarotto. **O Programa Pronaf Mais Alimentos: um estudo de caso da microrregião de Pinhalzinho (SC).** 2014. 130 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais) – Universidade Comunitária da Região de Chapecó, Chapecó, 2014.

RENK, Arlene. **A luta da erva: um ofício étnico da nação brasileira no oeste catarinense.** 2. ed. rev. Chapecó: Argos, 2006.

_____. **Sociodicéia às Avestas.** Chapecó: Grifos, 2000.

_____; DORIGON, Clovis (Org.). **Juventude rural, cultura e mudança social.** Chapecó: Argos, 2014.

_____; _____; BAGNARA, Maritânia. Juventude rural e mudança social. In: RENK, Arlene; DORIGON, Clovis (Org.). **Juventude rural, cultura e mudança social.** Chapecó: Argos, 2014.

RIBEIRO, Claudio Marques. O modo de vida dos pecuaristas familiares no pampa brasileiro. In: WAQUIL, Paulo Dabdab et al. **Pecuária familiar no Rio Grande do Sul: história, diversidade social e dinâmicas de Desenvolvimento**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016.

RODRIGUES, Gabriel Magalhães. O Pronaf na Zona da Mata Mineira: efeitos nos PIBs total e setorial dos municípios. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba, v. 57, n. 1, p. 29-48, jan./mar. 2019.

ROGE BATISTA, Henrique; NEDER DANTAS, Henrique. Efeitos do Pronaf sobre a pobreza rural no Brasil (2001-2009). **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba, v. 52, Suppl. 1, p. 147-166, 2014.

SABATIER, Paul A.; WEIBLE, Christopher M. The advocacy coalition framework: innovations and clarifications. In: SABATIER, Paul A. **Theories of the policy process**. 2. ed. Cambridge: Westview, 2007. p. 189-220.

SABOURIN, Eric. Origens, evolução e institucionalização da política de agricultura familiar no Brasil. In: DELGADO, Guilherme; BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira (Org.). **Agricultura Familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro**. Brasília: MDA, 2017.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo – 1970-1980**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SANTO, Evelise Espírito. **A agricultura no Estado de Santa Catarina**. Chapecó: Grifos, 1999.

SANTOS, Fábio Pereira dos. **Coalizões de interesses e a configuração política da agricultura familiar no Brasil**. 2011. 181 f. Tese (Doutorado em Administração Pública e Governo) – Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2011.

SCHNEIDER, Sergio. **A diversidade da agricultura familiar**. 2. ed. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2009.

_____. **A pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2003.

_____; CASSOL, Abel. Diversidade e heterogeneidade da agricultura familiar no Brasil e algumas implicações para políticas públicas. In: DELGADO, Guilherme; BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira (Org.). **Agricultura Familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017.

_____; SHIKI, Shigeo; BELIK, Walter. Rural development in Brazil: overcoming inequalities and building new markets. **Rivista di Economia Agraria**, Milano, ano 65, n. 2, p. 225-259, jun. 2010.

SCHNEIDER, Sergio; CAZELLA, Ademir Antonio; MATTEI, Lauro. Histórico, caracterização e dinâmica recente do Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. In: SCHNEIDER, Sergio; SILVA, Marcelo Kunrath; MARQUES, Paulo Eduardo Moruzzi (Org.). **Políticas públicas e participação social no Brasil rural**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2004.

_____; _____. Post scriptum ao artigo “histórico, caracterização e dinâmica recente do Pronaf - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar”. **Revista Grifos**, Chapecó, v. 30, n. 51, p. 42-67, 2021.

SCHWANDT, Thomas A. Três posturas epistemológicas para a investigação qualitativa: interpretativismo, hermenêutica e construcionismo social. In: DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. (Org.). **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006. p. 193-217.

SECCHI, Leonardo. **Análise de políticas públicas: diagnóstico de problemas, recomendação de soluções**. São Paulo: Cengage Learning, 2016.

_____. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2017.

SEYFERTH, Giralda. **A colonização alemã no vale do Itajaí-Mirim**. Porto Alegre: Movimento, 1974.

_____. Campesinato e o Estado no Brasil. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, p. 395-417, 2011.

SHULHA, Lyn M.; COUSINS, J. Bradley. Evaluation use: theory, research, and practice since 1986. **Evaluation Practice**, [s.l.], v. 18, n. 3, p. 195-209, 1997.

SILVA, Alessandra Maria da; PONCIANO, Nivaldo José Paulo; SOUZA, Marcelo de. PRONAF e empoderamento das mulheres rurais: uma análise das dimensões econômica, social e política. **Revista Grifos**, Chapecó, v. 30, n. 51, p. 212-235, 2021.

SORJ, Bernardo. **Estado e classes sociais na agricultura brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

SOUZA, Paulo Marcelo de; NEY, Marlon Gomes; PONCIANO, Nivaldo José. Evolução da distribuição dos financiamentos do PRONAF entre as unidades da federação, no período de 1999 a 2009. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 65, n. 3, p. 303-313, jul./set. 2011.

_____. et al. Análise da evolução do valor dos financiamentos do Pronaf-Crédito (1999 a 2010): número, valor médio e localização geográfica dos contratos. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba, v. 51, n. 2, p. 237-254, abr./jun. 2013.

SOUZA-ESQUERDO, Vanilde Ferreira de; BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira. Análise sobre o acesso aos Programas de Políticas Públicas da Agricultura Familiar nos municípios do Circuito das Frutas (SP). **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba, v. 52, Supl. 1, p. S205-S222, 2014.

SPANEVERELLO, Rosani Marisa; MATTE, Alessandra; BOSCARDIN, Mariele. Crédito rural na perspectiva das mulheres trabalhadoras rurais da agricultura familiar: uma análise do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). **Polis – Revista Latinoamericana**, Santiago, v. 15, n. 44, p. 393-414, 2016.

_____ et al. As estratégias para manter a sucessão em estabelecimentos familiares. In: RENK, Arlene; DORIGON, Clovis (Org.). **Juventude rural, cultura e mudança social**. Chapecó: Argos, 2014.

_____ et al. Contribuições do acesso ao crédito rural: uma análise entre mulheres no norte do Rio Grande do Sul. **Revista Grifos**, Chapecó, v. 30, n. 51, p. 212-235, 2021.

STRAPASSOLAS, Valmir Luiz. Os dilemas da juventude no processo sucessório da agricultura familiar. In: RENK, Arlene; DORIGON, Clovis (Org.). **Juventude rural, cultura e mudança social**. Chapecó: Argos, 2014.

SUREL, Yves. L'intégration européenne vue par l'approche cognitive et normative des politiques publiques. **Revue Française de Science Politique**, Paris, v. 50, n. 2, p. 235-254, 2000.

TESTA, Vilson Marcos et al. **O desenvolvimento sustentável do Oeste Catarinense: (proposta para discussão)**. Florianópolis: Epagri, 1996.

TOLEDO, Elizário Noé Boeira. **O Pronaf em Salvador das Missões: contradições de uma política de crédito**. 2009. 186 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

_____; ZONIN, Valdecir José. O PRONAF: um vetor tendencial à concentração e seleção produtiva na agricultura familiar. **Revista Grifos**, Chapecó, v. 30, n. 51, p. 141-162, 2021.

TOMAZINI, Carla. As análises cognitivas de políticas públicas: uma agenda de pesquisa. **Política Hoje**, Recife, v. 27, n. 1, p. 25-41, 2018.

VALENTINI, Delmir José. **Memórias da Lumber e da Guerra do Contestado**. Porto Alegre: Letra & Vida; Chapecó: Ed. UFFS, 2015.

VEIGA, José Eli da. **O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica**. São Paulo: EDUSP, 1991.

_____. Problemas da transição à agricultura sustentável. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 50, n. 4, p. 9-29, 1994.

VEIGA, J. E.; ABRAMOVAY, R. Análise (diagnóstico) da inserção do PRONAF na política agrícola: primeiro relatório. São Paulo, Convênio IPEA/FIPE nº 07/97, 1997. 30p.

VERGARA, Sylvia Constant. **Métodos de Pesquisa em Administração**. São Paulo: Atlas, 2015.

VIEIRA, Marcelo Milano Falcão. Por uma boa pesquisa (qualitativa) em administração. In: _____; ZOUAIN, Deborah Moraes. **Pesquisa qualitativa em administração**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2004.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidades. **Estudos: Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 21, p. 42-61, out. 2003.

_____. **O mundo rural como um espaço de vida:** reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2015.

_____. **Participação, território e cidadania:** um olhar sobre a política pública de desenvolvimento territorial no Brasil. Recife: UFPE, 2014. p. 79-102.

_____. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, João Carlos (Org.). **Agricultura familiar:** realidades e perspectivas. Passo Fundo: EdUPF, 1999. p. 23-56.

WERLANG, Alceu Antonio. **Disputas e ocupação do espaço no Oeste Catarinense:** a atuação da Companhia Territorial Sul Brasil. Chapecó: Argos, 2006.

WESZ JUNIOR, Valdemar João. O PRONAF pós-2014: intensificando a sua seletividade? **Revista Grifos**, Chapecó, v. 30, n. 51, p. 89-113, 2021.

_____; GRISA, Catia; BUCHWEITZ, Vitor Duarte. O desempenho do Pronaf no Brasil: um olhar sobre o público beneficiário e as atividades financiadas. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 52., 2014, Goiânia. **Anais...** Goiânia, 2014.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Roteiros de entrevista

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA (UFSC)
Centro Socioeconômico (CSE)
Programa de Pós-Graduação em Administração

Tema de pesquisa: A AGRICULTURA FAMILIAR E AS ALTERAÇÕES OCORRIDAS ATRAVÉS DA POLÍTICA PÚBLICA DO PRONAF NO ESTADO DE SANTA CATARINA.

Doutorando – Juliano Luiz Fossá

Entrevistado(a) – _____

Município – _____

“ROTEIRO DE ENTREVISTA – AGRICULTORES FAMILIARES”

1. Identificação:

- Localidade:

- Nome do(a) agricultor(a):

- Idade:

2. Sobre a família: (origem e descendência: grupo/composição familiar, pessoas residentes na propriedade, perspectivas para o futuro, quais as fontes de renda, etc.).

3. Sobre a propriedade: (há quanto tempo possui; como adquiriu; quantidade de terra adquirida; tamanho atual da propriedade; o que é produzido na sua propriedade, integração/parcerias, etc.).

4. Sobre as políticas públicas: (experiência/contato com a política pública do PRONAF; trajetórias, experiências, acessos, relatos, lutas e conquistas);

5. A contribuições dessa política para o desenvolvimento enquanto agricultor familiar: (possibilidades produtivas; condições de trabalho; impactos no nível da renda; acesso a outras oportunidades de trabalho, lazer e cultura; contribuições para a vida em família; acesso a bens e serviços);

6. Quais alterações foram possíveis ao segmento a partir do acesso ao PRONAF?;

7. Avaliação em relação à política pública do PRONAF: (desafios; oportunidades; fragilidades; potencialidades; e aspectos a serem melhorados). De que forma tais políticas podem contribuir para o desenvolvimento da agricultura familiar?;

8. No horizonte futuro, quais caminhos as políticas públicas para agricultura familiar devem percorrer no sentido de contribuir para o desenvolvimento do segmento?;

9. Contribuições/críticas e considerações que não foram questionadas e que deseja expressar sobre as políticas públicas.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA (UFSC)
Centro Socioeconômico (CSE)
Programa de Pós-Graduação em Administração

Tema de pesquisa: A AGRICULTURA FAMILIAR E AS ALTERAÇÕES OCORRIDAS ATRAVÉS DA POLÍTICA PÚBLICA DO PRONAF NO ESTADO DE SANTA CATARINA.

Doutorando – Juliano Luiz Fossá

Entrevistado(a) – _____

Município – _____

“ROTEIRO DE ENTREVISTA – LIDERANÇAS SINDICAIS”

1. Identificação:

- Ator Social (a):

- Idade:

- Organização/Instituição:

2. Sobre a experiência enquanto representante/gestor público: (vínculo com a agricultura familiar; experiências anteriores; formação; requisitos; expectativas);

3. Sobre as políticas públicas: (experiência/contato com a políticas pública do PRONAF (enquanto representante/gestor público); trajetórias, experiências, acessos, relatos, lutas e conquistas);

4. A contribuição dessa política pública para o desenvolvimento para o segmento da agricultura familiar: (possibilidades produtivas; condições de trabalho; impactos no nível da renda; acesso a outras oportunidades de trabalho, lazer e cultura; contribuições para a vida em família; acesso a bens e serviços);

5. Quais alterações foram possíveis ao segmento a partir do acesso ao PRONAF;

6. Avaliação em relação à política pública: (desafios; oportunidades; fragilidades; potencialidades; e aspectos a serem melhorados);

7. Na esfera institucional, como sua organização (sindicato/federação) compreende as contribuições do PRONAF para o desenvolvimento da agricultura familiar?;

8. No horizonte futuro, quais caminhos as políticas públicas para agricultura familiar devem percorrer no sentido de contribuir para o desenvolvimento do segmento?;

9. Contribuições/críticas e considerações que não foram questionadas e que deseja expressar sobre às políticas públicas.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA (UFSC)
Centro Socioeconômico (CSE)
Programa de Pós-Graduação em Administração

Tema de pesquisa: A AGRICULTURA FAMILIAR E AS ALTERAÇÕES OCORRIDAS ATRAVÉS DA POLÍTICA PÚBLICA DO PRONAF NO ESTADO DE SANTA CATARINA.

Doutorando – Juliano Luiz Fossá

Entrevistado(a) – _____

Município – _____

“ROTEIRO DE ENTREVISTA – GESTORES PÚBLICOS MUNICIPAIS”

1. Identificação:

- Ator Social (a):

- Idade:

- Organização/Instituição:

2. Sobre a experiência enquanto representante/gestor público: (vínculo com a agricultura familiar; experiências anteriores; formação; requisitos; expectativas);

3. Sobre as políticas públicas: (experiência/contato com a políticas pública do PRONAF (enquanto representante/gestor público); trajetórias, experiências, acessos, relatos, lutas e conquistas);

4. A contribuição dessa política pública para o desenvolvimento para o segmento da agricultura familiar: (possibilidades produtivas; condições de trabalho; impactos no nível da renda; acesso a outras oportunidades de trabalho, lazer e cultura; contribuições para a vida em família; acesso a bens e serviços);

5. Quais alterações foram possíveis ao segmento a partir do acesso ao PRONAF no município; Econômicas (renda); Sociais (acesso a bens e serviços); Meio Ambiente (insumos e práticas produtivas);

6. Avaliação em relação à política pública: (desafios; oportunidades; fragilidades; potencialidades; e aspectos a serem melhorados);

7. Na esfera institucional, como sua organização (governo municipal) compreende as contribuições do PRONAF para o desenvolvimento da agricultura familiar?;

8. No horizonte futuro, quais caminhos as políticas públicas para agricultura familiar devem percorrer no sentido de contribuir para o desenvolvimento do segmento?;

9. Contribuições/críticas e considerações que não foram questionadas e que deseja expressar sobre às políticas públicas.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA (UFSC)
Centro Socioeconômico (CSE)
Programa de Pós-Graduação em Administração

Tema de pesquisa: A AGRICULTURA FAMILIAR E AS ALTERAÇÕES OCORRIDAS ATRAVÉS DA POLÍTICA PÚBLICA DO PRONAF NO ESTADO DE SANTA CATARINA.

Doutorando – Juliano Luiz Fossá

Entrevistado(a) – _____

Município – _____

“ROTEIRO DE ENTREVISTA – TÉCNICOS DA EPAGRI”

1. Identificação:

- Ator Social (a):

- Idade:

- Organização/Instituição:

2. Sobre a experiência enquanto representante/gestor público: (vínculo com a agricultura familiar; experiências anteriores; formação; requisitos; expectativas);

3. Sobre as políticas públicas: (experiência/contato com a políticas pública do PRONAF [enquanto representante/gestor público]; trajetórias, experiências, acessos, relatos, lutas e conquistas);

4. A contribuição dessa política pública para o desenvolvimento para o segmento da agricultura familiar: (possibilidades produtivas; condições de trabalho; impactos no nível da renda; acesso a outras oportunidades de trabalho, lazer e cultura; contribuições para a vida em família; acesso a bens e serviços);

5. Quais alterações foram possíveis ao segmento a partir do acesso ao PRONAF; Econômicas (renda); Sociais (acesso a bens e serviços); Meio Ambiente (insumos e práticas produtivas);

6. Avaliação em relação à política pública: (desafios; oportunidades; fragilidades; potencialidades; e aspectos a serem melhorados);

7. Na esfera institucional, como sua organização (EPAGRI) compreende as contribuições do PRONAF para o desenvolvimento da agricultura familiar?; A relação com a extensão rural;

8. No horizonte futuro, quais caminhos as políticas públicas para agricultura familiar devem percorrer no sentido de contribuir para o desenvolvimento do segmento?;

9. Contribuições/críticas e considerações que não foram questionadas e que deseja expressar sobre às políticas públicas.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA (UFSC)
Centro Socioeconômico (CSE)
Programa de Pós-Graduação em Administração

Tema de pesquisa: A AGRICULTURA FAMILIAR E AS ALTERAÇÕES OCORRIDAS ATRAVÉS DA POLÍTICA PÚBLICA DO PRONAF NO ESTADO DE SANTA CATARINA.

Doutorando – Juliano Luiz Fossá

Entrevistado(a) – _____

Município – _____

“ROTEIRO DE ENTREVISTA – REPRESENTANTE DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL (CDL)”

1. Identificação:

- Ator Social (a):

- Idade:

- Organização/Instituição:

2. Sobre a experiência enquanto representante (vínculo com a agricultura familiar; experiências);

3. Sobre as políticas públicas: (experiência/contato com a políticas pública do PRONAF (enquanto representante); trajetórias, experiências, acessos, relatos);

4. A contribuição dessa política pública para a economia local; relação, impactos e perspectivas;

5. Quais alterações foram possíveis ao segmento a partir do acesso ao PRONAF; Econômicas (renda); Sociais (acesso a bens e serviços); Meio Ambiente (insumos e práticas produtivas);

6. Avaliação em relação à política pública: (desafios; oportunidades; fragilidades; potencialidades; e, aspectos a serem melhorados);

7. Na esfera institucional, como sua organização (Associação Comercial/CDL) compreende as contribuições do PRONAF para o desenvolvimento da agricultura familiar?;

8. No horizonte futuro, quais caminhos as políticas públicas para agricultura familiar devem percorrer no sentido de contribuir para o desenvolvimento do segmento?;

9. Contribuições/críticas e considerações que não foram questionadas e que deseja expressar sobre às políticas públicas.

APÊNDICE B – Formulários de pesquisa de campo

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) para participar como voluntário em uma pesquisa. Após a leitura e esclarecimento sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, rubricue todas as páginas e assine no final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e outra é do pesquisador.

Título da pesquisa: A AGRICULTURA FAMILIAR E AS ALTERAÇÕES OCORRIDAS ATRAVÉS DA POLÍTICA PÚBLICA DO PRONAF NO ESTADO DE SANTA CATARINA.

Pesquisador responsável: Juliano Luiz Fossá

Endereço: Rua São Pedro, 2238 D, Apto. 403 – Bloco D

Telefone para contato: (49) 98418-0272

O objetivo desta pesquisa é analisar as alterações socioeconômicas na agricultura familiar catarinense a partir da implantação do PRONAF em 1996.

A sua participação na pesquisa consiste em conceder uma entrevista em relação a suas experiências e vivências em torno da temática da pesquisa. No decorrer da entrevista sua voz será gravada, sendo que o momento da entrevista poderá ser fotografado.

A sua participação poderá envolver os seguintes riscos ou desconfortos: psíquica, moral, intelectual, social, cultural ou espiritual. Entretanto, lhe será garantida assistência imediata, sem ônus de qualquer espécie a sua pessoa com todos os cuidados necessários a sua participação de acordo com seus direitos individuais e respeito ao seu bem-estar físico e psicológico.

Os benefícios esperados pela sua participação na pesquisa são em torno da contribuição para o desenvolvimento da temática da pesquisa, bem como para o aprofundamento dos estudos que envolvem a agricultura familiar no estado de Santa Catarina.

As informações obtidas através da coleta de dados serão utilizadas para alcançar o objetivo acima proposto, e para a composição do relatório de pesquisa, resguardando sempre sua identidade durante todas as fases da pesquisa. Ao término da pesquisa, os resultados obtidos serão retornados a sua pessoa via meio eletrônico após a aprovação final da tese. Você poderá recusar-se a participar ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma. Caso não queira mais fazer parte da pesquisa, favor entrar em contato com o pesquisador responsável.

É garantido indenização diante de eventuais danos decorrentes da pesquisa a sua pessoa. Após a leitura e esclarecimento de todas as dúvidas pelo pesquisador, o TCLE deverá ser rubricado por ambos (pesquisador e pesquisado), nas duas vias em todas as folhas e assinado em seu término.

CONSENTIMENTO DA PESSOA COMO PARTICIPANTE DE PESQUISA

Eu, _____,
RG _____, CPF _____,
abaixo assinado, concordo em participar do estudo. Fui devidamente informado e esclarecido pelo pesquisador sobre a pesquisa e, os procedimentos nela envolvidos, bem como os riscos e benefícios decorrentes da minha participação. Foi me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento e ter acesso ao registro do consentimento sempre que solicitado.

Local: _____ Data ____/____/____.

Assinatura do participante da pesquisa:

Assinatura do pesquisador responsável:

TERMO DE CONSENTIMENTO PARA USO DE IMAGEM E/OU VOZ

Título: A AGRICULTURA FAMILIAR E AS ALTERAÇÕES OCORRIDAS ATRAVÉS DA POLÍTICA PÚBLICA DO PRONAF NO ESTADO DE SANTA CATARINA.

Pesquisador Responsável: Juliano Luiz Fossá

Eu, _____,
permito que o pesquisador relacionado acima obtenha fotografia, filmagem ou gravação de voz de minha pessoa para fins de pesquisa científica/educacional.

Concordo que o material e as informações obtidas relacionadas a minha pessoa possam ser publicados em aulas, congressos, eventos científicos, palestras ou periódicos científicos. Porém, minha pessoa não deve ser identificada, tanto quanto possível, por nome ou qualquer outra forma.

As fotografias, vídeos, ou gravações ficarão sob a propriedade do grupo de pesquisadores pertinentes ao estudo e sob sua guarda.

Assinatura do Participante da Pesquisa

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA (UFSC)
Centro Socioeconômico
Doutorado em Administração

**DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA DA INSTITUIÇÃO
ENVOLVIDA**

Pesquisador Responsável: Juliano Luiz Fossá

Local: Sede da Fetraf/SC, sindicatos filiados e propriedades rurais de agricultores familiares associados.

O representante legal Alexandre Bergamin, presidente da **Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar de Santa Catarina (FETRAF/SC)**, envolvida no projeto de pesquisa intitulado: **A AGRICULTURA FAMILIAR E AS ALTERAÇÕES OCORRIDAS ATRAVÉS DA POLÍTICA PÚBLICA DO PRONAF NO ESTADO DE SANTA CATARINA**, declara estar ciente e de acordo com seu desenvolvimento nos termos preposto e que esta instituição dispõe da infraestrutura necessária para realização da pesquisa, salientando que os pesquisadores deverão cumprir os termos da resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde.

Assinatura do Pesquisador Responsável

Assinatura e Carimbo do responsável da Instituição

Chapecó, dia de mês de 2019.

APÊNDICE C – Dados complementares do PRONAF em Santa Catarina

Tabela 1 – Número de Contratos Totais do PRONAF por Unidade da Federação no período de 1996 a 2019

Ano/ UF	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
RS	126.939	157.288	249.940	251.229	273.024	250.814	267.778	259.579	271.990	288.064	303.880	294.999	291.644
BA	10.813	34.777	59.152	46.867	36.893	46.237	56.348	78.859	122.752	230.063	295.518	187.162	122.993
MG	9.356	48.489	44.318	56.306	46.494	58.598	55.796	91.949	121.959	184.552	222.795	179.117	176.688
PR	35.990	60.003	77.672	111.918	121.279	117.758	111.681	113.070	133.182	134.346	143.457	139.300	138.772
SC	98.200	85.724	92.666	110.084	122.987	107.188	104.302	98.518	103.551	102.654	116.674	114.078	113.361
CE	4.442	10.445	10.313	21.292	30.417	12.423	7.306	19.943	75.807	173.765	231.902	161.735	124.655
MA	1.288	6.452	12.978	19.234	20.980	20.204	32.515	39.247	64.468	210.160	215.208	113.841	70.950
PI	1.429	9.205	12.801	37.380	23.016	20.145	24.127	33.917	69.321	180.688	186.170	102.547	63.871
PE	639	11.651	15.029	23.591	7.863	8.957	6.223	14.008	37.083	151.893	195.463	138.632	89.396
RN	978	9.610	4.483	8.248	8.332	17.278	26.769	60.770	73.249	130.213	131.175	91.188	47.287
PB	3.872	3.915	7.511	15.050	6.634	9.244	4.205	2.513	33.323	92.123	112.727	60.999	36.760
SE	811	4.557	6.680	10.335	20.382	18.287	21.428	20.336	35.454	82.005	95.629	64.331	40.260
AL	192	4.356	3.720	7.050	3.896	14.264	15.673	16.959	26.607	70.420	72.323	38.751	30.605
ES	1.458	6.573	10.001	15.170	20.748	21.684	20.006	26.555	29.429	30.717	35.755	39.437	37.935
SP	4.246	7.430	7.423	15.274	16.538	16.396	13.599	22.718	26.402	28.256	30.734	30.639	32.322
PA	138	849	748	1.199	8.883	1.264	3.298	12.879	19.820	18.183	53.750	50.635	41.364
GO	1.668	3.488	3.758	7.291	8.230	12.924	12.522	22.870	31.143	31.565	32.548	30.959	29.848
RO	535	3.993	8.091	15.637	24.664	14.258	17.137	21.656	23.767	20.801	19.274	16.744	11.129
MT	922	1.700	1.910	4.966	8.659	16.366	15.023	18.676	14.826	19.589	17.056	19.781	13.984
TO	1.213	1.622	1.240	2.198	8.391	2.900	3.162	6.727	4.764	6.654	10.943	16.095	8.766
MS	505	2.867	3.579	7.732	8.539	7.524	4.091	10.260	9.889	6.377	5.460	5.755	5.078
RJ	200	1.963	2.203	3.018	3.373	4.615	4.414	5.119	7.111	8.349	8.365	8.810	8.942
AC		179	115	108	2.482	933	1.805	6.315	5.595	3.348	4.734	4.105	4.009
AM	38	302	197	115	82	134	37	17	1.045	1.397	6.342	9.293	5.976
RR		2	2	2	504	1	-	-	1.089	1.273	2.581	3.788	3.737
AP	-		-	-	551	28	4	168	1.841	523	801	371	241
DF	914	278	264	383	208	229	184	209	246	220	233	225	176
TOTAL	306.786	477.718	636.794	791.677	834.049	800.653	829.433	1.003.837	1.345.713	2.208.198	2.551.497	1.923.317	1.550.749

Continua

Tabela 1 – Número de Contratos Totais do PRONAF por Unidade da Federação no período de 1996 a 2019

Ano/ UF	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Total
RS	365.967	280.707	269.276	304.226	320.287	275.948	237.093	219.516	206.476	180.345	189.261	6.136.270
BA	138.392	132.124	155.306	194.391	237.319	206.199	231.532	225.332	160.473	159.026	208.866	3.377.394
MG	188.433	183.121	170.130	184.467	210.216	205.510	185.353	168.894	135.482	114.254	134.494	3.176.771
PR	130.000	125.908	130.126	154.096	159.639	153.101	137.931	132.932	119.953	91.979	110.169	2.884.262
SC	136.556	121.278	114.506	142.301	141.251	125.612	100.117	99.167	92.379	90.887	84.155	2.618.196
CE	118.524	106.172	96.173	136.618	140.385	124.091	130.131	123.095	85.635	72.367	101.429	2.119.065
MA	82.078	93.911	84.885	84.294	100.812	95.368	81.365	81.862	58.107	52.639	85.972	1.728.818
PI	68.455	67.677	68.338	94.739	114.583	98.412	107.262	108.370	73.112	65.555	73.528	1.704.648
PE	80.131	82.750	84.962	120.643	112.525	97.805	101.323	98.837	66.367	65.662	91.946	1.703.379
RN	41.306	39.435	42.262	50.441	59.355	46.139	45.845	43.699	35.214	32.455	42.700	1.088.431
PB	44.678	47.219	50.193	58.598	65.981	56.920	68.949	70.802	56.594	52.256	62.180	1.023.246
SE	33.960	37.863	33.319	41.153	47.871	37.911	39.046	34.468	22.396	17.969	25.264	791.715
AL	35.928	36.012	35.546	45.739	58.002	49.842	50.522	49.752	33.168	27.465	35.279	762.071
ES	39.654	40.449	35.293	39.367	42.166	43.856	27.254	23.789	21.246	15.142	16.896	640.580
SP	35.122	33.729	33.197	33.526	34.470	37.373	29.779	24.127	18.776	13.049	14.510	559.635
PA	45.885	41.339	28.941	28.526	35.247	37.168	26.104	16.924	12.549	11.010	13.067	509.770
GO	30.594	28.252	25.193	23.787	22.254	23.120	19.813	18.711	15.947	12.281	15.536	464.302
RO	20.772	21.483	15.715	23.465	23.721	32.446	24.519	25.137	24.910	18.933	20.619	449.406
MT	16.059	15.523	15.724	18.388	22.376	27.509	24.002	22.527	19.003	15.957	16.553	367.079
TO	14.672	13.654	16.668	14.443	13.448	13.316	11.208	8.510	4.953	2.841	3.576	191.964
MS	6.995	9.148	9.849	8.785	10.111	11.477	10.065	8.280	6.855	5.457	6.309	170.987
RJ	9.683	9.404	9.694	5.993	6.319	6.853	5.219	4.937	5.046	3.826	4.011	137.467
AC	5.630	6.534	5.286	6.351	8.748	9.250	5.503	4.544	3.587	2.690	3.230	95.081
AM	11.332	8.838	7.980	7.126	13.903	6.873	3.392	1.064	1.342	686	560	88.071
RR	1.990	902	466	573	1.580	1.814	1.396	1.993	1.157	1.139	1.371	27.360
AP	1.869	1.755	438	765	1.113	1.143	804	396	360	454	491	14.116
DF	282	299	435	409	439	433	204	154	93	42	74	6.633
TOTAL	1.704.947	1.585.486	1.539.901	1.823.210	2.004.121	1.825.489	1.705.731	1.617.819	1.281.180	1.126.366	1.362.046	32.836.717

Fonte: elaboração do autor (2020), com base em dados de Brasil (2020a).

Tabela 2 – Número de Contratos e Valores de financiamentos do PRONAF de Investimento Pecuária e Investimento Custeio por visão de produto no período de 2000 a 2012

Santa Catarina		2000		2001		2002		2003		2004	
	Produtos	Contr.	Valor	Contr.	Valor	Contr.	Valor	Contr.	Valor	Contr.	Valor
Investimento Agrícola	Animais de Serviço	-	-	-	-	-	-	5	25.006	14	58.424
	Formação Culturas Perenes	8	84.677	17	152.164	17	152.164	101	985.376	255	2.307.292
	Máquinas e Equipamento	269	1.945.595	275	2.449.035	275	2.449.035	1.739	22.614.159	2.169	40.260.336
	Melhor. Explorações	160	1.441.608	462	5.082.738	462	5.082.738	668	6.391.817	657	8.261.814
	Outras Aplicações	6.325	6.366.709	217	2.210.412	217	2.210.412	752	7.922.853	910	10.549.732
	Veículos	74	228.177	65	350.092	65	350.092	387	2.195.859	347	2.521.084
Investimento Agrícola Total		6.836	10.066.767	1.036	10.244.441	1.036	10.244.441	3.652	40.135.070	4.352	63.958.681
Investimento Pecuária	Animais de Serviço	-	-	159	540.046	159	540.046	78	321.882	151	559.150
	Aquisição de Animais	119	1.110.684	1.461	11.440.180	1.461	11.440.180	3.182	24.373.618	2.060	18.675.306
	Máquinas e Equipamento	32	237.649	307	1.741.032	307	1.741.032	457	3.280.157	430	4.668.536
	Melhor. Explorações	566	7.435.912	1.655	19.021.341	1.655	19.021.341	3.404	35.960.404	2.651	28.946.359
	Outras Aplicações	158	1.745.959	278	4.136.211	278	4.136.211	323	4.144.749	241	3.903.972
	Veículos	-	-	6	87.200	6	87.200	53	1.234.822	195	3.787.018
Investimento Pecuária Total		875	10.530.204	3.866	36.966.010	3.866	36.966.010	7.497	69.315.634	5.728	60.540.340
Total Investimento Geral		7.711	20.596.970	4.902	47.210.451	4.902	47.210.451	11.149	109.450.704	10.080	124.499.020

Santa Catarina - Pronaf		2005		2006		2007		2008		2009	
	Produtos	Contr.	Valor	Contr.	Valor	Contr.	Valor	Contr.	Valor	Contr.	Valor
Investimento Agrícola	Animais de Serviço	32	125.823	99	377.786	114	570.080	61	288.665	502	1.224.447
	Formação Culturas Perenes	453	4.122.443	944	8.057.737	693	6.377.486	411	4.953.230	527	11.142.400
	Máquinas e Equipamento	2.559	50.390.651	5.657	89.484.835	5.761	94.217.135	8.327	182.342.117	10.974	325.485.073
	Melhor. Explorações	748	7.139.071	1.336	12.974.694	1.296	13.870.801	1.389	14.836.873	4.307	49.748.694
	Outras Aplicações	1.099	28.111.602	1.478	15.895.280	1.226	13.130.316	2.097	121.606.859	3.664	27.839.571
	Veículos	393	3.747.748	214	2.926.452	176	3.113.090	230	5.254.833	395	11.239.406
Investimento Agrícola Total		5.284	93.637.337	9.728	129.716.783	9.266	131.278.908	12.515	329.282.577	20.369	426.679.591
Investimento Pecuária	Animais de Serviço	61	284.779	292	961.666	187	834.753	246	2.786.902	182	2.479.789
	Aquisição de Animais	3.290	32.146.594	5.550	43.236.657	5.679	51.641.006	4.171	44.056.921	6.080	54.177.595
	Máquinas e Equipamento	785	8.467.622	2.583	15.783.858	2.820	20.862.654	2.785	28.154.163	3.979	61.539.042
	Melhor. Explorações	2.434	32.511.857	2.578	20.927.867	1.713	17.392.698	1.433	15.394.682	5.067	123.594.055
	Outras Aplicações	590	5.990.250	2.403	17.760.954	1.759	15.628.604	1.515	25.635.304	2.207	26.827.462
	Veículos	88	1.603.632	109	1.577.445	149	1.905.663	224	3.443.371	280	5.124.294
Investimento Pecuária Total		7.248	81.004.735	13.515	100.248.447	12.307	108.265.376	10.374	119.471.342	17.795	273.742.238
Total Investimento Geral		12.532	174.642.072	23.243	229.965.231	21.573	239.544.284	22.889	448.753.919	38.164	700.421.829

Continua

Santa Catarina		2010		2011		2012	Total		%		
	Produtos	Contr.	Valor	Contr.	Valor	Contr.	Valor	Contr.	Valor	Contr.	Valor
Investimento Agrícola	Animais de Serviço	137	741.772	95	898.035	163	1.085.995	1.222	5.396.033	0,9	0,2
	Formação Culturas Perenes	454	6.677.933	453	8.307.907	519	12.297.368	4.852	65.618.176	3,7	2,6
	Máquinas e Equipamento	11.446	329.833.438	8.527	258.614.041	10.538	271.106.838	68.516	1.671.192.286	52,0	65,3
	Melhor. Explorações	1.992	28.839.333	2.041	54.553.102	10.336	108.516.278	25.854	316.739.560	19,6	12,4
	Outras Aplicações	2.093	35.137.270	991	19.636.186	4.456	26.099.894	25.525	316.717.094	19,4	12,4
	Veículos	930	44.797.515	1.112	50.199.768	1.483	56.735.020	5.871	183.659.137	4,5	7,2
Investimento Agrícola Total		17.052	446.027.262	13.219	392.209.038	27.495	475.841.393	131.840	2.559.322.287	100,0	100,0
Investimento Pecuária	Animais de Serviço	143	692.101	128	964.013	237	1.774.468	2.023	12.739.595	1,3	0,6
	Aquisição de Animais	6.331	103.918.137	7.332	144.538.330	9.452	164.590.236	56.168	705.345.445	37,3	35,1
	Máquinas e Equipamento	4.800	81.149.180	4.811	81.264.858	6.705	83.714.425	30.801	392.604.210	20,5	19,6
	Melhor. Explorações	2.271	43.054.105	3.351	87.040.376	12.418	166.828.210	41.196	617.129.207	27,4	30,7
	Outras Aplicações	2.889	54.640.334	1.489	32.184.554	3.824	16.645.394	17.954	213.379.957	11,9	10,6
	Veículos	441	13.393.095	403	15.967.928	515	18.670.760	2.469	66.882.429	1,6	3,3
Investimento Pecuária Total		16.875	296.846.953	17.514	361.960.059	33.151	452.223.493	150.611	2.008.080.842	100,0	100,0
Total Investimento Geral		33.927	742.874.214	30.733	754.169.097	60.646	928.064.886	282.451	4.567.403.129		

Santa Catarina		2000		2001		2002		2003		2004	
	Produtos	Contr.	Valor	Contr.	Valor	Contr.	Valor	Contr.	Valor	Contr.	Valor
Custeio Agrícola	Crédito Rotativo	43.220	151.091.118	42.590	158.902.585	32.145	118.568.067	18.527	68.307.155	10	40.958
	Lavoura	69.204	105.624.018	56.416	102.868.333	63.739	136.226.406	67.277	203.112.387	91.363	381.360.722
	Arroz	89	187.617	154	457.546	133	462.738	1.526	9.907.478	3.877	38.233.047
	Batata	168	611.921	176	630.475	87	312.134	204	829.569	443	2.154.378
	Café										
	Cana de Açúcar	1	1.500	1	5.000			4	19.186	10	50.976
	Feijão	1.213	1.888.992	1.218	1.855.148	1.513	1.790.283	4.874	10.222.683	6.503	15.993.717
	Fumo	37.996	67.329.213	24.654	59.795.290	15.721	41.513.812				
	Mandioca	37	60.807	27	51.226	10	23.771	649	2.404.171	1.002	3.895.804
	Milho	28.067	31.378.456	28.438	34.812.011	44.320	86.683.019	55.382	161.982.681	69.766	261.520.811
	Outras Lavouras										
	Soja	471	878.891	406	823.107	1122	2.655.537	1534	4.665.912	2441	12.227.306
	Trigo			1	1.446			9	38.064	3	29.940
	Benef. ou Industrialização										
	Outras Aplicações	1	1.578			29	40.625				
Custeio Agrícola Total	112.424	256.715.136	99.006	261.770.917	95.913	254.835.099	85.804	271.419.542	91.373	381.401.680	
Custeio Pecuária	Animais	186	416.793	130	463.289	270	858.964	1.168	3.534.290	2.098	13.225.617
	Crédito Rotativo	2.665	13.730.954	3.150	16.901.092	908	4.221.500	395	1.658.569		
	Benef. ou industrialização										
	Pecuária										
	Outras Aplicações					8	183.000	2	4.627		
Custeio Pecuária Total	2.851	14.147.747	3.280	17.364.381	1.186	5.263.463	1.565	5.197.486	2.098	13.225.617	
Total Geral		115.275	270.862.883	102.286	279.135.298	97.099	260.098.562	87.369	276.617.028	93.471	394.627.297

Continua

Santa Catarina		2005		2006		2007		2008		2009	
	Produtos	Contr.	Valor	Contr.	Valor	Contr.	Valor	Contr.	Valor	Contr.	Valor
Custeio Agrícola	Crédito Rotativo										
	Lavoura	86.860	406.418.125	89.448	446.133.909	86.121	458.923.366	83.096	566.278.619	74.969	560.042.814
	Arroz	4.071	41.381.103	4.473	46.032.195	3.938	40.579.341	3.754	49.650.050	3.439	50.021.094
	Batata	410	2.212.644	398	2.390.086	425	2.679.992	388	2.789.628	314	2.428.914
	Café	4	20.051	4	20.051	4	20.051	4	20.051		
	Cana de Açúcar	25	111.604	37	128.410	56	184.182	58	226.759	49	207.906
	Feijão	5.661	16.248.005	6.365	21.449.637	5.461	17.771.705	5.739	26.351.195	5.494	27.097.062
	Fumo									1	6.947
	Mandioca	972	4.627.666	999	4.926.277	1.067	5.572.249	950	5.482.596	852	5.289.463
	Milho	66.097	279.048.888	66.146	294.997.888	63.424	303.264.311	59.441	369.467.686	51.111	335.238.123
	Outras Lavouras	7610	52.481.705	8282	61.552.017	8905	72972000,92	9071	84287237,81	9385	104666531,8
	Soja	1993	10.145.749	2720	14.334.618	2768	15.280.328	3382	24.967.387	4075	32.390.132
	Trigo	17	140.710	24	302.730	73	599.206	309	3.036.029	249	2.696.641
	Benef. ou Industrialização										
	Outras Aplicações	207	34.015.638	244	53.116.935	400	53.335.211			9.310	118.507.432
Custeio Agrícola Total	87.067	440.433.763	89.692	499.250.844	86.521	512.258.577	83.096	566.278.619	84.279	678.550.245	
Custeio Pecuária	Animais	3.038	16.110.015	3.722	21.361.611	5.967	39.105.506	7.366	54.571.336	10.431	91.316.643
	Crédito Rotativo										
	Benef. ou industrialização					13	207.517	7	125.600	44	593.950
	Pecuária					5.984	39.373.023				
	Outras Aplicações	17	1.451.000	17	372.400	4	60.000	3	14.000	3.638	7.362.689
Custeio Pecuária Total	3.055	17.561.015	3.739	21.734.011	11.968	78.746.047	7.376	54.710.936	14.113	99.273.281	
Total Geral	90.122	457.994.778	93.431	520.984.856	98.489	591.004.623	90.472	620.989.555	98.392	777.823.527	

Continua

Santa Catarina		2010		2011		2012		Total		%	
	Produtos	Contr.	Valor	Contr.	Valor	Contr.	Valor	Contr.	Valor	Contr.	Valor
Custeio Agrícola	Crédito Rotativo							136.492	496.909.883	12,2	7,7
	Lavoura	73.130	602.812.206	65.346	621.062.410	61.409	672.329.161	968.378	5.263.192.476	86,6	82,0
	Arroz	3.435	56.055.745	3.089	55.332.537	2.997	60.573.024	34.975	448.873.516	3,1	7,0
	Batata	294	2.420.445	258	2.236.557	218	2.087.135	3.783	23.783.878	0,3	0,4
	Café	0	0	0	0	0	0	16	80.204	0,0	0,0
	Cana de Açúcar	29	135.436	23	127.735	16	94.101	309	1.292.794	0,0	0,0
	Feijão	4.838	26.977.027	3.646	20.630.753	3.145	19.639.303	55.670	207.915.511	5,0	3,2
	Fumo	7	19.834	23	125.089	4	23.757	78.406	168.813.943	7,0	2,6
	Mandioca	788	5.316.894	577	4.109.420	528	4.080.574	8.458	45.840.918	0,8	0,7
	Milho	49.113	345.736.087	43.061	351.717.500	38.834	362.068.224	663.200	3.217.915.685	59,3	50,1
	Outras Lavouras	9965	124548319,2	9860	139708750,3	9902	157.035.976	72.980	797.252.538	6,5	12,4
	Soja	4367	38.166.748	4501	43.198.450	5510	62.823.972	35.290	262.558.138	3,2	4,1
	Trigo	294	3.435.670	308	3.875.619	255	3.903.095	1.542	18.059.150	0,1	0,3
	Benef. ou Industrialização							0	0	0,0	0,0
	Outras Aplicações	903	113.838.099	1328	185.472.335	631	101.900.186	13.053	660.228.038	1,2	10,3
Custeio Agrícola Total	74.033	716.650.304	66.674	806.534.744	62.040	774.229.348	1.117.922	6.420.328.818	100,0	100,0	
Custeio Pecuária	Animais	13.291	131.517.856	17.085	187.368.549	19.550	244.306.016	84.302	804.156.485	83,3	88,3
	Crédito Rotativo							7.118	36.512.114	7,0	4,0
	Benef. ou industrialização	8	167.740	6	157.500	44	19.818.305	122	21.070.612	0,1	2,3
	Pecuária							5.984	39.373.023	5,9	4,3
	Outras Aplicações	19	103.000	8	46.553	10	129.845	3.726	9.727.114	3,7	1,1
Custeio Pecuária Total	13.318	131.788.596	17.099	187.572.602	19.604	264.254.167	101.252	910.839.348	100,0	100,0	
Total Geral	87.351	848.438.900	83.773	994.107.346	81.644	1.038.483.514	1.219.174	7.331.168.167	-	-	

- Valores nominais.

Fonte: elaboração do autor (2019), com base em dados de Brasil (2019a).

Tabela 3 – Número de Contratos e Valores de financiamentos do PRONAF de Investimento Pecuária por visão de produto no período de 2013 a 2019

Ordem	Ano Produto	2013		2014		2015		2016		2017		2018		2019		Total		%	
		Contr.	Valores	Contr.	Valores	Contr.	Valores	Contr.	Valores	Contr.	Valores	Contr.	Valores	Contr.	Valores	Contr.	Valores	Contr.	Valores
1	"ADUBAÇÃO INTENSIVA DO SOLO"	21	285.540	35	555.769	19	172.341	7	105.018	8	248.716	2	10.000	5	119.911	97	1.497.295	0,1	0,0
2	"AERADOR"	0	0	2	39.820	3	35.300	1	3.100	5	237.441	3	30.400	8	180.481	22	526.542	0,0	0,0
3	"AGROINDÚSTRIA"	6	78.049.603	6	55.607.750	0	0	4	89.891	5	839.372	17	3.520.972	13	573.293	51	138.680.881	0,0	3,5
4	"ALIMENTADOR DE PEIXE"	0	0	0	0	2	14.800	0	0	1	16.500	1	50.000	7	111.285	11	192.585	0,0	0,0
5	"APICULTURA"	9	225.403	13	355.180	7	219.404	13	673.576	38	1.411.879	38	1.498.807	18	733.826	136	5.118.074	0,1	0,1
6	"AQUISIÇÃO DE AQUECEDORES, INCINERADORES, COMPRESSORES E APARELHOS DE AR CONDICIONADO"	0	0	0	0	0	0	0	0	107	1.685.821	151	2.593.526	145	3.493.220	403	7.772.567	0,3	0,2
7	"AQUISIÇÃO DE CADXAS D'ÁGUA, LONAS, TOLDOS, CAMPÂNULAS"	0	0	0	0	0	0	0	0	38	269.596	42	326.992	25	218.834	105	815.422	0,1	0,0
8	"AQUISIÇÃO DE DESTILADORES, FILTROS, DEPURADORES E DOSADORES"	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	9.900	2	15.100	3	25.000	0,0	0,0
9	"AQUISIÇÃO DE EMPILHADORA(S) TOMBADORA(S)"	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	14.680	1	14.680	0,0	0,0
10	"AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA E TELECOMUNICAÇÕES"	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	9.956	1	48.000	2	57.956	0,0	0,0
11	"AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS"	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	5.874	1	20.500	2	26.374	0,0	0,0
12	"AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA MOLDAGEM, TORNOS, MOINHOS E PRENSAS"	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	96.500	0	0	2	96.500	0,0	0,0
13	"AQUISIÇÃO DE FERRAMENTAS E TUBOS"	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	8.500	3	43.600	4	52.100	0,0	0,0
14	"AQUISIÇÃO DE MÁQUINA(S) EQUIPAMENTO(S) PARA EXTRAÇÃO/FABRICAÇÃO"	0	0	0	0	0	0	0	0	5	69.581	14	283.277	7	175.435	26	528.293	0,0	0,0
15	"AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE ESTOCAGEM/SACARIA"	0	0	0	0	0	0	0	0	1	5.791	1	165	0	0	2	5.956	0,0	0,0

Continua

Ordem	Ano Produto	2013		2014		2015		2016		2017		2018		2019		Total		%	
		Contr.	Valores	Contr.	Valores	Contr.	Valores	Contr.	Valores	Contr.	Valores	Contr.	Valores	Contr.	Valores	Contr.	Valores	Contr.	Valores
16	"AQUISIÇÃO DE MOTORES E ELEVADORES"	0	0	0	0	0	0	0	0	14	117.277	32	519.668	31	381.576	77	1.018.520	0,1	0,0
17	"AQUISIÇÃO DE SISTEMAS PARA RAS TREABILIDADE DE BOVINOS E BUBALINOS"	0	0	0	0	0	0	0	0	2	89.960	2	12.300	0	0	4	102.260	0,0	0,0
18	"AQUISIÇÃO DE UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS PARA USO EM MEIO RURAL"	0	0	0	0	0	0	0	0	14	270.499	12	142.416	15	319.281	41	732.196	0,0	0,0
19	"ARMAZÉM"	45	14.881.082	57	8.589.742	36	2.465.187	36	2.411.724	16	956.306	23	1.167.788	7	621.556	220	31.093.385	0,2	0,8
20	"ARMAZÉM, DEPÓSITO, SILO, GALPÃO, PAIOL, ESTUFA E INSTALAÇÕES CONGÊNERES"	992	29.807.253	1.142	54.355.393	564	24.052.140	599	24.167.423	715	33.369.446	832	38.671.076	672	42.736.521	5.516	247.159.252	4,1	6,2
21	"AVICULTURA"	172	25.710.060	130	32.444.119	19	1.337.634	10	666.042	14	760.265	23	1.206.095	7	226.763	375	62.350.978	0,3	1,6
22	"BODIGESTOR, ESTERQUERA, TANQUES DE OXIDAÇÃO BIOLÓGICA E TRATAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO"	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5	56.982	5	56.982	0,0	0,0
23	"BOVINOS"	11.316	289.026.781	10.674	357.843.206	5.605	164.574.457	4.934	154.863.783	3.843	134.550.567	4.243	162.909.954	3.289	141.969.234	43.904	1.405.737.980	33,0	35,4
24	"BÚFALOS (BUBALINOS)"	6	175.517	2	17.513	0	0	1	59.990	2	50.200	0	0	2	70.000	13	373.220	0,0	0,0
25	"CAMINHÕES"	90	10.764.076	128	16.939.724	52	6.673.195	27	3.143.520	12	1.640.484	4	449.356	22	3.197.846	335	42.808.201	0,3	1,1
26	"CAMIONETAS"	194	5.570.200	606	21.249.092	168	6.306.131	4	160.535	12	498.832	15	848.646	13	647.204	1.012	35.280.640	0,8	0,9
27	"CAPITAL DE GIRO"	11	30.135.000	1	16.687	0	0	1	20.000	375	3.982.974	105	1.438.005	11	137.639	504	35.730.305	0,4	0,9
28	"CAPRINOS"	4	97.175	3	130.000	0	0	0	0	1	39.336	2	23.977	4	210.120	14	500.609	0,0	0,0
29	"CARRETAS, CARROÇAS E VAGÕES DE CARGA, FORRAGEIROS E DEMAIS"	71	908.809	67	1.148.132	56	847.363	32	433.323	51	1.182.547	142	3.750.157	172	5.517.790	591	13.788.122	0,4	0,3
30	"COLHEITADEIRAS, COLHEDEIRAS E ARRANCADEIRAS"	20	1.572.263	15	1.516.674	19	948.554	6	418.100	36	1.567.391	26	1.455.639	29	1.478.362	151	8.956.983	0,1	0,2

Continua

Ordem	Ano Produto	2013		2014		2015		2016		2017		2018		2019		Total		%	
		Contr.	Valores	Contr.	Valores	Contr.	Valores	Contr.	Valores	Contr.	Valores	Contr.	Valores	Contr.	Valores	Contr.	Valores	Contr.	Valores
31	"CONSTRUÇÃO E REFORMA DE EDIFICAÇÕES RURAIS, TERRAÇOS, PORTEIRAS, MATA-BURROS, CURRAIS, COCHOS, CERCAS"	0	0	0	0	0	0	0	0	1.152	42.384.237	1.541	61.576.455	1.259	61.670.129	3.952	165.630.822	3,0	4,2
32	"CONSTRUÇÃO/RECUPE RAÇÃO BARRAGEM/TANQUE, SISTEMAS CAPTAÇÃO DE ÁGUA; PERFURAÇÃO POÇO, CACIMBA/CISTERNA"	0	0	0	0	0	0	0	0	112	2.922.214	246	6.772.766	154	4.860.313	512	14.555.294	0,4	0,4
33	"CORREÇÃO INTENSIVA DO SOLO"	252	3.709.097	125	3.378.076	94	847.710	69	986.710	33	701.167	50	1.143.609	57	1.614.152	680	12.380.520	0,5	0,3
34	"CULTIVADORES MOTORIZADOS"	8	182.632	4	91.469	5	85.213	4	74.380	7	183.440	3	56.230	6	114.310	37	787.673	0,0	0,0
35	"DEPÓSITO PARA RAÇÕES"	0	0	4	83.912	7	137.303	5	44.145	7	222.867	3	156.101	3	141.837	29	786.165	0,0	0,0
36	"DESBRAVAMENTO DE GLEBAS RURAIS"	443	3.833.040	305	5.277.914	176	2.960.900	179	3.626.927	153	3.375.645	214	5.415.076	153	4.533.644	1.623	29.023.147	1,2	0,7
37	"DESCAMADORA DE PEIXE"	0	0	0	0	0	0	0	0	1	55.629	0	0	0	0	1	55.629	0,0	0,0
38	"EDIFICAÇÕES RURAIS, CURRAIS, COCHOS, CERCAS"	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1.020	45.340.117	1.020	45.340.117	0,8	1,1
39	"ELETRIFICAÇÃO RURAL"	89	1.714.921	157	3.149.369	105	1.844.634	99	1.440.319	144	3.374.619	394	18.416.208	559	32.794.085	1.547	62.734.155	1,2	1,6
40	"EMBARCAÇÃO PEQUENA (ATÉ 20 A/B)"	18	921.338	217	8.709.944	89	2.405.395	50	1.420.158	38	1.180.257	48	1.874.005	28	1.009.665	488	17.520.762	0,4	0,4
41	"EMBARCAÇÕES"	166	7.734.111	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	166	7.734.111	0,1	0,2
42	"EQUINOS"	0	0	2	10.180	2	6.000	1	4.000	0	0	1	50.000	0	0	6	70.180	0,0	0,0
43	"ESTERA"	0	0	1	88.540	0	0	0	0	0	0	0	0	1	30.000	2	118.540	0,0	0,0
44	"ESTUFA"	0	0	3	107.448	1	15.780	0	0	1	27.219	0	0	0	0	5	150.447	0,0	0,0
45	"FRIGORÍFICO"	0	0	0	0	0	0	4	179.957	1	50.000	0	0	0	0	5	229.957	0,0	0,0
46	"FUNDÁRIOS"	0	0	1	95.000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	95.000	0,0	0,0
47	"GRANJAS AVÍCOLAS"	496	77.504.818	402	64.662.551	201	17.736.995	172	13.428.907	314	20.933.761	259	18.006.609	229	14.252.879	2.073	226.526.521	1,6	5,7
48	"IMPLANTAÇÃO DE TECNOLOGIAS DE ENERGIA RENOVÁVEL, AMBIENTAL E PEQUENAS APLICAÇÕES HIDROENERGÉTICAS"	0	0	0	0	0	0	0	0	3	253.077	115	8.782.052	355	30.114.281	473	39.149.410		
49	"INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL"	0	0	7	92.297	5	45.976	2	2.502	4	46.054	6	46.346	2	19.100	26	252.276	0,0	0,0

Continua

Ordem	Ano Produto	2013		2014		2015		2016		2017		2018		2019		Total		%	
		Contr.	Valores	Contr.	Valores	Contr.	Valores	Contr.	Valores	Contr.	Valores	Contr.	Valores	Contr.	Valores	Contr.	Valores	Contr.	Valores
50	"INSTALAÇÃO/MONTAGEM/TRANSPORTE DE EQUIPAMENTO(S)"	0	0	0	0	0	0	0	0	114	1.504.745	241	4.116.388	259	4.646.588	614	10.267.722	0,5	0,3
51	"INSTALAÇÕES PARA INDUSTRIALIZAÇÃO E BENEFICIAMENTO"	23	575.071	54	60.271.386	28	1.106.195	20	833.740	14	415.695	31	996.739	32	1.233.127	202	65.431.953	0,2	1,6
52	"IRRIGAÇÃO"	159	4.103.305	156	4.973.803	74	1.906.184	108	3.179.687	182	5.023.713	147	4.644.218	112	3.470.162	938	27.301.072	0,7	0,7
53	"JIPES, FURGÕES E SEMELHANTES"	0	0	449	15.881.044	115	4.284.683	11	479.062	7	302.710	6	265.825	8	376.581	596	21.589.906	0,4	0,5
54	"LAVADOR"	0	0	0	0	0	0	0	0	12	35.439	19	68.037	18	103.602	49	207.078	0,0	0,0
55	"MÁQUINAS E IMPLEMENTOS"	339	7.210.050	284	9.427.896	236	4.603.199	211	4.812.877	1.180	27.083.971	1.376	32.692.313	1.269	34.541.376	4.895	120.371.683	3,7	3,0
56	"MÁQUINAS, APARELHOS E INSTRUMENTOS"	3.449	52.154.034	2.715	57.903.268	1.359	22.502.854	1.049	26.672.657	1.204	30.714.353	1.562	37.265.449	1.215	35.771.775	12.553	262.984.390	9,4	6,6
57	"MATRIZES E REPRODUTORES"	1	10.000	11	257.381	39	1.041.977	19	453.211	7	369.300	4	256.640	4	88.200	85	2.476.708	0,1	0,1
58	"MOTOBOMBA"	0	0	1	10.000	2	13.242	0	0	32	167.849	28	171.131	14	88.101	77	450.323	0,1	0,0
59	"MOTOCICLETAS E MOTONETAS"	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	56	802.080	73	1.069.442	129	1.871.522	0,1	0,0
60	"MUARES"	2	7.500	1	5.025	1	6.030	0	0	0	0	0	0	0	0	4	18.555	0,0	0,0
61	"OUTRAS APLICAÇÕES"	3.357	27.631.513	735	24.969.570	486	12.894.275	1.285	18.992.648	62	1.007.084	0	0	0	0	5.925	85.495.090	4,5	2,2
62	"OUTRAS MÁQUINAS"	2.557	60.472.609	2.090	76.085.684	1.056	22.172.921	1.192	24.202.927	81	2.120.195	0	0	0	0	6.976	185.054.336	5,2	4,7
63	"OUTROS ANIMAS"	9	80.079	15	660.300	11	77.996	9	168.030	4	26.000	0	0	0	0	48	1.012.405	0,0	0,0
64	"OUTROS MELHORAMENTOS"	3.384	45.271.485	4.254	104.499.451	2.371	56.457.283	1.640	50.503.210	203	7.608.210	0	0	0	0	11.852	264.339.639	8,9	6,7
65	"OUTROS SISTEMAS DE CAPTAÇÃO, RETENÇÃO E APROVEITAMENTO DE ÁGUA"	1.008	8.796.947	385	7.917.341	225	4.819.306	233	5.243.049	35	930.853	0	0	0	0	1.886	27.707.496	1,4	0,7
66	"OUTROS VEÍCULOS"	683	20.877.407	662	22.493.967	0	0	0	0	32	1.183.364	0	0	0	0	1.377	44.554.737	1,0	1,1
67	"OVINOS"	43	957.888	41	1.171.413	29	666.837	23	683.350	0	0	40	1.088.992	23	835.386	199	5.403.867	0,1	0,1
68	"PASTAGEM"	1.528	16.367.347	376	7.571.645	213	2.622.417	227	3.442.753	184	3.044.005	237	5.587.840	236	8.254.423	3.001	46.890.431	2,3	1,2
69	"PESCADO"	1.359	5.881.655	34	743.421	21	372.736	6	167.432	41	668.820	49	946.226	17	395.022	1.527	9.175.311	1,1	0,2
70	"PISCICULTURA"	2	17.400	0	0	0	0	0	0	0	0	6	213.178	3	113.298	11	343.876	0,0	0,0

Continua

Ordem	Ano Produto	2013		2014		2015		2016		2017		2018		2019		Total		%	
		Contr.	Valores	Contr.	Valores	Contr.	Valores	Contr.	Valores	Contr.	Valores	Contr.	Valores	Contr.	Valores	Contr.	Valores	Contr.	Valores
71	"POÇO, AÇUDE, BARRAGEM, LAGO ARTIFICIAL, CISTERNA, TANQUE, BARREIROS, CANAIS, RESERV.ÁGUA POTAVEL ETC" "PRESTAÇÃO DE ASSEORIA TÉCNICA E EMPRESARIAL; CONSULTORIA E ELABORAÇÃO DE PROJETOS E TRENAMENTOS" "PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO MEIO RURAL"	0	0	0	0	0	0	0	0	33	1.016.160	92	3.237.302	77	2.830.123	202	7.083.584	0,2	0,2
72	"REBOQUES, SEMIREBOQUES, ÇAÇAMBAS E CABINES" "REFORMAS DE MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E VEÍCULOS, COMPRA DE PEÇAS E ACESSÓRIOS"	3	753	27	4.564	28	8.242	54	24.178	42	20.586	119	59.691	0	0	273	118.014	0,2	0,0
73	"PROTEÇÃO DO SOLO"	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5	63.160	3	60.496	8	123.656	0,0	0,0
74	"REBOQUES, SEMIREBOQUES, ÇAÇAMBAS E CABINES"	57	815.830	27	780.901	19	187.415	27	528.345	34	887.524	59	1.231.591	35	934.881	258	5.366.489	0,2	0,1
75	"REFORMAS DE MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E VEÍCULOS, COMPRA DE PEÇAS E ACESSÓRIOS"	0	0	1	16.700	0	0	2	8.015	20	674.602	38	717.646	48	1.053.164	109	2.470.127	0,1	0,1
76	"RESIDÊNCIAS RURAIS"	41	483.037	54	545.813	23	333.953	38	540.313	78	834.797	108	1.222.428	88	1.244.138	430	5.204.478	0,3	0,1
77	"SEPARADOR DE RESÍDUOS"	1.118	39.842.228	25	1.620.572	1	10.489	1	3.950	1	25.900	0	0	0	0	1.146	41.503.138	0,9	1,0
78	"SILO"	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	303.444	0	0	1	303.444	0,0	0,0
79	"SIRGARIAS"	155	1.561.952	140	2.356.323	73	888.418	90	1.601.233	164	2.489.367	177	3.282.022	139	9.037.436	938	21.216.751	0,7	0,5
80	"SUÍNOS"	1	105.776	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	105.776	0,0	0,0
81	"SUPRIMENTO DE RECURSOS PARA ATENDIMENTO A COOPERADOS"	833	69.914.811	722	103.440.921	443	49.221.590	461	51.015.447	559	68.566.564	673	94.668.562	587	92.868.069	4.278	529.695.964	3,2	13,3
82	"TANQUES ESCAVADOS"	1	17.793.000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	17.793.000	0,0	0,4
83	"TRATOR"	0	0	1	132.180	2	39.444	1	49.535	3	81.850	8	306.405	6	312.515	21	921.929	0,0	0,0
84	"TRICICLOS E QUADRICLOS"	713	52.933.833	1.073	77.598.936	615	36.865.224	656	38.086.951	872	54.130.883	937	61.761.414	980	71.919.198	5.846	393.296.439	4,4	9,9
85	"TURISMO E LAZER RURAL"	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	8	229.482	4	118.520	12	348.001	0,0	0,0
86	"UNIDADE DE BENEFICIAMENTO OU PROCESSAMENTO"	2	102.431	5	274.840	1	29.894	2	61.216	5	278.306	3	189.484	2	204.119	20	1.140.290	0,0	0,0
87	"UTILITÁRIOS"	3	6.423.000	1	8.800	0	0	0	0	0	0	0	0	1	8.270	5	6.440.070	0,0	0,2
88		72	2.244.415	80	2.678.293	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	152	4.922.708	0,1	0,1
Total		3.533,1	1.025.444,076	28.528	1.220.856,937	14.706	456.865,219	13,625	0	12,490	0	14,646	599,723,090	13,594	671,391,563	132,920	3,974,280,886	100,0	100,0

- Valores nominais.

Fonte: elaboração do autor (2020), com base em dados de Brasil (2020a).

Tabela 4 – Número de Contratos e Valores de financiamentos do PRONAF de Investimento Agrícola por visão de produto no período de 2013 a 2019

Ordem	Ano	2013		2014		2015		2016		2017	
	Produto	Contr.	Valores	Contr.	Valores	Contr.	Valores	Contr.	Valores	Contr.	Valores
1	"ABACATE"	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2	"AÇÕES DE SUTENTABILIDADE AMBIENTAL E ENERGIA RENOVÁVEL"	-	-	-	-	-	-	-	-	1	55.600
3	"ADUBAÇÃO INTENSIVA DO SOLO"	519	3.390.202	19	217.503	25	478.551	14	181.700	11	313.469
4	"AGROARTESANATO"	-	-	-	-	1	16.500	-	-	-	-
5	"AGROINDÚSTRIA"	8	42.280.416	5	37.123.450	8	275.852	21	6.414.415	27	13.085.229
6	"ALFAFA"	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
7	"AMEIXA"	-	-	-	-	-	-	2	99.970	1	30.800
8	"AMORA"	-	-	-	-	-	-	-	-	1	29.100
9	"AQUISIÇÃO DE AQUECEDORES, INCINERADORES, COMPRESSORES E APARELHOS DE AR CONDICIONADO"	-	-	-	-	-	-	-	-	15	178.491
10	"AQUISIÇÃO DE CAIXAS D'ÁGUA, LONAS, TOLDOS, CAMPÂNULAS"	-	-	-	-	-	-	-	-	17	700.164
11	"AQUISIÇÃO DE DESTILADORES, FILTROS, DEPURADORES E DOSADORES"	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
12	"AQUISIÇÃO DE EMPILHADEIRA(S)/TOMBADO RA(S)"	-	-	-	-	-	-	-	-	2	9.948

Continua

Ordem	Ano Produto Cultura	2018		2019		Total		%	
		Contr.	Valores	Contr.	Valores	Contr.	Valores	Contr.	Valores
1	"ABACATE"	1	9.731	-	-	1	9.731	0,0	0,0
2	"AÇÕES DE SUTENTABILIDADE AMBIENTAL E ENERGIA RENOVÁVEL"	-	-	-	-	1	55.600	0,0	0,0
3	"ADUBAÇÃO INTENSIVA DO SOLO"	11	361.447	11	362.664	610	5.305.536	0,5	0,1
4	"AGROARTESANATO"	-	-	-	-	1	16.500	0,0	0,0
5	"AGROINDÚSTRIA"	28	21.408.395	20	18.438.610	117	139.026.366	0,1	3,1
6	"ALFAFA"	3	50.118	-	-	3	50.118	0,0	0,0
7	"AMEIXA"	7	152.363	5	227.168	15	510.300	0,0	0,0
8	"AMORA"	2	32.444	1	14.979	4	76.523	0,0	0,0
9	"AQUISIÇÃO DE AQUECEDORES, INCINERADORES, COMPRESSORES E APARELHOS DE AR CONDICIONADO"	22	420.187	22	656.613	59	1.255.291	0,1	0,0
10	"AQUISIÇÃO DE CAIXAS D'ÁGUA, LONAS, TOLDOS, CAMPÂNULAS"	17	694.602	10	464.844	44	1.859.611	0,0	0,0
11	"AQUISIÇÃO DE DESTILADORES, FILTROS, DEPURADORES E DOSADORES"	4	85.644	-	-	4	85.644	0,0	0,0
12	"AQUISIÇÃO DE EMPILHADEIRA(S)/TOMBADO RA(S)"	3	175.500	7	133.700	12	319.148	0,0	0,0

Continua

Ordem	Ano	2013		2014		2015		2016		2017	
	Produto	Contr.	Valores	Contr.	Valores	Contr.	Valores	Contr.	Valores	Contr.	Valores
13	"AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO(S) TOPOGRAFICO(S)"	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
14	"AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS"	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
15	"AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA E TELECOMUNICAÇÕES"	-	-	-	-	-	-	-	-	2	8.800
16	"AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA MOLDAGEM, TORNOS, MOINHOS E PRENSA"	-	-	-	-	-	-	-	-	4	19.778
17	"AQUISIÇÃO DE FERRAMENTA PORTÁTIL MANUAL PARA TRATOS CULTURAIS"	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
18	"AQUISIÇÃO DE FERRAMENTAS E TUBOS"	-	-	-	-	-	-	-	-	2	12.435
19	"AQUISIÇÃO DE MAQUINA(S)/EQUIPAMENTO(S) PARA EXTRAÇÃO/FABRICAÇÃO"	-	-	-	-	-	-	-	-	5	133.967
20	"AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE ESTOCAGEM/SACARIA"	-	-	-	-	-	-	-	-	1	7.620
21	"AQUISIÇÃO DE MOTORES E ELEVADORES"	-	-	-	-	-	-	-	-	1	17.500
22	"AQUISIÇÃO DE UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS PARA USO EM MEIO RURAL"	-	-	-	-	-	-	-	-	5	91.415

Continua

Ordem	Ano	2018		2019		Total		%	
	Produto	Contr.	Valores	Contr.	Valores	Contr.	Valores	Contr.	Valores
13	"AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO(S) TOPOGRAFICO(S)"	1	12.400	-	-	1	12.400	0,0	0,0
14	"AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS"	4	19.062	1	5.250	5	24.312	0,0	0,0
15	"AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA E TELECOMUNICAÇÕES"	3	22.428	2	9.944	7	41.172	0,0	0,0
16	"AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA MOLDAGEM, TORNOS, MOINHOS E PRENSA"	9	815.894	6	33.480	19	869.152	0,0	0,0
17	"AQUISIÇÃO DE FERRAMENTA PORTÁTIL MANUAL PARA TRATOS CULTURAIS"	2	45.180	4	23.819	6	68.999	0,0	0,0
18	"AQUISIÇÃO DE FERRAMENTAS E TUBOS"	5	22.273	2	10.634	9	45.342	0,0	0,0
19	"AQUISIÇÃO DE MAQUINA(S)/EQUIPAMENTO(S) PARA EXTRAÇÃO/FABRICAÇÃO"	21	468.324	24	746.623	50	1.348.914	0,0	0,0
20	"AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE ESTOCAGEM/SACARIA"	3	20.557	2	29.272	6	57.449	0,0	0,0
21	"AQUISIÇÃO DE MOTORES E ELEVADORES"	23	320.805	20	569.634	44	907.938	0,0	0,0
22	"AQUISIÇÃO DE UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS PARA USO EM MEIO RURAL"	13	199.125	8	145.306	26	435.845	0,0	0,0

Continua

Ordem	Ano Produto Cultura	2013		2014		2015		2016		2017	
		Contr.	Valores	Contr.	Valores	Contr.	Valores	Contr.	Valores	Contr.	Valores
23	"ARMAZÉM"	66	1.263.963	402	18.078.797	187	22.973.649	343	32.184.869	200	46.506.794
24	"ARMAZÉM, DEPÓSITO, SILO, GALPÃO, PAIOL, ESTUFA E INSTALAÇÕES CONGÊNERES"	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
25	"BANANA"	43	1.329.038	62	2.547.466	36	1.820.818	41	1.349.616	55	1.970.565
26	"BIODIGESTOR, ESTERQUEIRA, TANQUES DE OXIDAÇÃO BIOLÓGICA E TRATAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO"	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
27	"BOVINOS"	113	1.008.057	42	792.028	23	521.156	5	91.800	10	191.532
28	"CAMINHÕES"	224	21.610.585	262	30.052.517	122	14.871.247	82	9.981.817	41	5.051.985
29	"CAMIONETAS"	411	12.507.737	691	24.352.358	229	8.759.517	88	3.926.230	59	2.955.707
30	"CANA-DE-AÇUCAR"	-	-	-	-	1	9.810	1	39.920	1	32.198
31	"CAPITAL DE GIRO"	1	332.500	1	332.500	-	-	1	5.000	87	934.228
32	"CAQUI"	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
33	"CARRETAS, CARROÇAS E VAGÕES DE CARGA, FORRAGEIROS E DE MAIS"	106	1.206.869	98	1.182.831	49	579.802	72	1.022.893	73	984.283
34	"CERCAS, ARAMADOS, TELHAS, TELAS PARA SOMBREAMENTO E COBERTURAS DE SOLO"	-	-	1	20.000	4	42.224	8	620.404	87	4.932.781
35	"COBERTURAS DE SOLO (PLÁSTICAS, TNT, TECIDOS, SERRAGEM, PALHADAS DE CAPIM E DE GRÃOS ETC)"	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Continua

Ordem	Ano Produto	2018		2019		Total		%	
		Contr.	Valores	Contr.	Valores	Contr.	Valores	Contr.	Valores
23	"ARMAZÉM"	117	11.534.880	95	70.320.524	1.410	202.863.476	1,2	4,5
24	"ARMAZÉM, DEPÓSITO, SILO, GALPÃO, PAIOL, ESTUFA E INSTALAÇÕES CONGÊNERES"	-	-	135	8.812.210	135	8.812.210	0,1	0,2
25	"BANANA"	62	2.325.317	22	767.740	321	12.110.559	0,3	0,3
26	"BIODIGESTOR, ESTERQUEIRA, TANQUES DE OXIDAÇÃO BIOLÓGICA E TRATAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO"	6	228.146	3	48.695	9	276.841	0,0	0,0
27	"BOVINOS"	33	594.586	23	482.335	249	3.681.494	0,2	0,1
28	"CAMINHÕES"	31	4.746.125	51	7.836.253	813	94.150.530	0,7	2,1
29	"CAMIONETAS"	105	5.230.687	98	4.770.253	1.681	62.502.489	1,4	1,4
30	"CANA-DE-AÇUCAR"	-	-	1	34.953	4	116.881	0,0	0,0
31	"CAPITAL DE GIRO"	31	383.172	6	69.148	127	2.056.548	0,1	0,0
32	"CAQUI"	-	-	2	53.997	2	53.997	0,0	0,0
33	"CARRETAS, CARROÇAS E VAGÕES DE CARGA, FORRAGEIROS E DE MAIS"	221	3.316.572	177	3.048.789	796	11.342.039	0,7	0,3
34	"CERCAS, ARAMADOS, TELHAS, TELAS PARA SOMBREAMENTO E COBERTURAS DE SOLO"	41	3.047.163	23	1.030.200	164	9.692.772	0,1	0,2
35	"COBERTURAS DE SOLO (PLÁSTICAS, TNT, TECIDOS, SERRAGEM, PALHADAS DE CAPIM E DE GRÃOS ETC)"	1	11.059	-	-	1	11.059	0,0	0,0

Continua

Ordem	Ano Produto Cultura	2013		2014		2015		2016		2017	
		Contr.	Valores	Contr.	Valores	Contr.	Valores	Contr.	Valores	Contr.	Valores
36	"COLHEITADEIRAS, COLHEDEIRAS E ARRANCADEIRAS"	98	6.278.444	164	15.406.628	158	14.667.782	206	18.298.387	329	28.050.661
37	"CONSTRUÇÃO E REFORMA DE EDIFICAÇÕES RURAIS, TERRAÇOS, PORTEIRAS, MATA-BURROS, CURRAIS, COCHOS,CERCAS"	-	-	-	-	-	-	-	-	354	11.992.741
38	"CONSTRUÇÃO/RECUPERAÇÃO O BARRAGEM/TANQUE, SISTEMAS CAPTAÇÃO DE ÁGUA; PERFURAÇÃO POÇO, CACIMBA/CISTERNA"	-	-	-	-	-	-	-	-	76	2.233.115
39	"CORREÇÃO INTENSIVA DO SOLO"	774	6.639.398	212	3.984.230	125	2.475.368	156	4.731.539	142	4.400.758
40	"CULTIVADOR"	11	197.173	14	268.207	8	160.694	16	366.814	51	947.539
41	"DEPÓSITO E INSTALAÇÕES CONGÊNERES"	1.757	37.729.817	1.664	48.220.642	1.024	33.781.474	1.051	35.893.147	839	33.576.815
42	"DESBRAVAMENTO DE GLEBAS RURAIS"	669	7.188.052	392	7.355.220	174	4.299.962	255	6.975.624	255	6.536.034
43	"DESPOLPADOR"	1	4.000	-	-	-	-	1	1.576	-	-
44	"EDIFICAÇÕES RURAIS, CURRAIS, COCHOS, CERCAS"	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
45	"ELETRIFICAÇÃO RURAL"	168	1.469.664	227	1.956.824	144	1.358.645	122	1.208.006	98	2.506.021
46	"EQUINOS"	2	8.901	2	4.508	1	2.500	-	-	2	16.060
47	"EQUIPAMENTOS E UTENSÍLIOS PARA AGRICULTURA DE PRECISÃO"	-	-	-	-	-	-	-	-	5	130.880
48	"EMBARCAÇÃO PEQUENA (ATÉ 20 A/B)"	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Continua

Ordem	Ano	2018		2019		Total		%	
	Produto	Contr.	Valores	Contr.	Valores	Contr.	Valores	Contr.	Valores
36	"COLHEITADEIRAS, COLHEDEIRAS E ARRANCADEIRAS"	489	39.942.105	505	42.178.416	1.949	164.822.424	1,7	3,6
37	"CONSTRUÇÃO E REFORMA DE EDIFICAÇÕES RURAIS, TERRAÇOS, PORTEIRAS, MATA-BURROS, CURRAIS, COCHOS,CERCAS"	484	15.626.954	398	15.911.457	1.236	43.531.152	1,1	1,0
38	"CONSTRUÇÃO/RECUPERAÇÃO O BARRAGEM/TANQUE, SISTEMAS CAPTAÇÃO DE ÁGUA; PERFURAÇÃO POÇO, CACIMBA/CISTERNA"	134	3.067.329	55	1.766.509	265	7.066.952	0,2	0,2
39	"CORREÇÃO INTENSIVA DO SOLO"	149	5.109.166	180	7.434.302	1.738	34.774.761	1,5	0,8
40	"CULTIVADOR"	57	1.044.936	37	725.895	194	3.711.258	0,2	0,1
41	"DEPÓSITO E INSTALAÇÕES CONGÊNERES"	949	37.955.490	677	32.802.506	7.961	259.959.892	6,8	5,7
42	"DESBRAVAMENTO DE GLEBAS RURAIS"	272	8.520.771	225	8.524.942	2.242	49.400.604	1,9	1,1
43	"DESPOLPADOR"	-	-	2	46.524	4	52.100	0,0	0,0
44	"EDIFICAÇÕES RURAIS, CURRAIS, COCHOS, CERCAS"	-	-	299	12.737.519	299	12.737.519	0,3	0,3
45	"ELETRIFICAÇÃO RURAL"	289	14.170.955	102	4.311.929	1.150	26.982.044	1,0	0,6
46	"EQUINOS"	1	9.000	-	-	8	40.969	0,0	0,0
47	"EQUIPAMENTOS E UTENSÍLIOS PARA AGRICULTURA DE PRECISÃO"	27	444.342	16	321.100	48	896.322	0,0	0,0
48	"EMBARCAÇÃO PEQUENA (ATÉ 20 A/B)"	1	86.967	-	-	1	86.967	0,0	0,0

Continua

Ordem	Ano Produto	2013		2014		2015		2016		2017	
		Contr.	Valores	Contr.	Valores	Contr.	Valores	Contr.	Valores	Contr.	Valores
49	"ERVA-MATE"	11	135.474	19	576.796	19	421.117	15	357.279	5	167.555
50	"ESTUFAS/VIVEIROS (ILUMIN. ARTIFICIAL, MUDAS, SEMENTES, SACOS, TALAGARÇAS, BANDEJAS, VASOS)"	-	-	2	71.500	5	234.615	26	926.963	50	2.189.866
51	"EUCALIPTO"	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
52	"FIGO"	-	-	3	30.562	-	-	-	-	-	-
53	"FLORES"	2	47.828	1	33.370	-	-	1	11.500	-	-
54	"FLORESTAMENTO E REFLORESTAMENTO"	348	9.279.550	271	8.600.088	144	4.674.913	84	2.769.995	37	1.275.577
55	"FRAMBOESA"	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
56	"FRUTAS DIVERSAS N. E."	27	541.392	36	915.980	15	427.149	14	335.673	7	245.042
57	"GOIABA"	5	1.283	-	-	-	-	-	-	-	-
58	"HIDROPONIA/FAZENDA VERTICAL (ALVENARIA, MADEIRA, AÇO, ETC)"	-	-	-	-	-	-	1	15.000	1	33.332
59	"IMPLANTAÇÃO DE TECNOLOGIAS DE ENERGIA RENOVÁVEL, AMBIENTAL E PEQUENAS APLICAÇÕES HIDROENERGÉTICAS"	-	-	-	-	-	-	-	-	6	254.178
60	"INSTALAÇÃO/MONTAGEM/TR ANSPORTE DE EQUIPAMENTO(S)"	-	-	-	-	-	-	-	-	4	26.410
61	"INSTALAÇÕES PARA INDUSTRIALIZAÇÃO E BENEFICIAMENTO"	29	893.483	42	1.368.135	32	1.277.635	28	20.900.122	19	5.175.861
62	"INTEGRALIZAÇÃO DE COTAS PARTES"	-	-	-	-	-	-	2	40.000.000	-	-

Continua

Ordem	Ano Produto	2018		2019		Total		%	
		Contr.	Valores	Contr.	Valores	Contr.	Valores	Contr.	Valores
49	"ERVA-MATE"	12	539.020	19	506.514	100	2.703.755	0,1	0,1
50	"ESTUFAS/VIVEIROS (ILUMIN. ARTIFICIAL, MUDAS, SEMENTES, SACOS, TALAGARÇAS, BANDEJAS, VASOS)"	95	4.542.965	103	5.115.092	281	13.081.001	0,2	0,3
51	"EUCALIPTO"	7	282.981	8	340.502	15	623.483	0,0	0,0
52	"FIGO"	-	-	-	-	3	30.562	0,0	0,0
53	"FLORES"	-	-	1	26.383	5	119.081	0,0	0,0
54	"FLORESTAMENTO E REFLORESTAMENTO"	37	1.417.393	33	1.741.232	954	29.758.749	0,8	0,7
55	"FRAMBOESA"	1	8.160	-	-	1	8.160	0,0	0,0
56	"FRUTAS DIVERSAS N. E."	-	-	-	-	99	2.465.235	0,1	0,1
57	"GOIABA"	-	-	1	64.640	6	65.923	0,0	0,0
58	"HIDROPONIA/FAZENDA VERTICAL (ALVENARIA, MADEIRA, AÇO, ETC)"	-	-	2	99.862	4	148.194	0,0	0,0
59	"IMPLANTAÇÃO DE TECNOLOGIAS DE ENERGIA RENOVÁVEL, AMBIENTAL E PEQUENAS APLICAÇÕES HIDROENERGÉTICAS"	94	6.682.213	190	10.988.170	290	17.924.561	0,2	0,4
60	"INSTALAÇÃO/MONTAGEM/TR ANSPORTE DE EQUIPAMENTO(S)"	50	913.089	57	1.222.211	111	2.161.710	0,1	0,0
61	"INSTALAÇÕES PARA INDUSTRIALIZAÇÃO E BENEFICIAMENTO"	39	2.209.073	28	1.200.559	217	33.024.867	0,2	0,7
62	"INTEGRALIZAÇÃO DE COTAS PARTES"	-	-	-	-	2	40.000.000	0,0	0,9

Continua

Ordem	Ano	2013		2014		2015		2016		2017	
	Produto	Contr.	Valores	Contr.	Valores	Contr.	Valores	Contr.	Valores	Contr.	Valores
63	"IRRIGAÇÃO"	877	11.393.508	575	12.307.353	248	5.222.276	478	12.266.009	425	10.696.923
64	"IRRIGAÇÃO/LIXIVIAÇÃO (GOTEJADOR, ASPERSOR, NEBULIZADOR, EXAUSTOR, VENTILADOR, MANGUEIRAS, CANAIS ET)"	-	-	2	56.664	4	185.032	2	19.600	11	266.721
65	"JIPES, FURGÕES E SEMELHANTES"	-	-	1.016	35.649.399	371	14.006.701	145	5.919.164	119	5.383.546
66	"LARANJA"	6	62.525	8	94.492	7	53.239	5	87.413	10	119.148
67	"LAVADOR"	44	59.048	12	19.039	21	41.424	10	28.435	11	57.477
68	"LIMÃO"	-	-	-	-	-	-	1	626	-	-
69	"MAÇÃ"	10	318.177	15	849.446	28	1.714.664	31	1.689.365	27	1.365.316
70	"MADEIRA"	1	1.512	1	1.203	-	-	1	15.057	1	27.500
71	"MANDIOCA (AIPIM, MACAXEIRA)"	1	28.063	1	33.390	-	-	-	-	-	-
72	"MÁQUINAS E IMPLEMENTOS"	2.597	30.312.404	994	24.230.818	634	15.543.082	699	17.339.611	3.539	130.052.116
73	"MÁQUINAS, APARELHOS E INSTRUMENTOS PARA PROCESSAMENTO E BENEFICIAMENTO DE PRODUTOS"	114	1.365.076	81	2.129.323	44	987.459	22	597.743	54	1.184.968
74	"MARACUJÁ"	61	1.131.124	49	1.439.197	33	1.018.999	62	2.020.225	60	1.820.803
75	"MIRTILO"	-	-	-	-	-	-	-	-	1	29.430
76	"MORANGO"	1	19.500	-	-	1	6.000	15	254.492	7	192.168
77	"MOTOCICLETAS E MOTONETAS"	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
78	"NOZ"	-	-	-	-	1	16.320	-	-	1	10.000
79	"OUTRAS APLICAÇÕES DE INVESTIMENTO AGRÍCOLA"	4.135	29.231.605	506	17.505.074	238	8.201.263	202	5.907.347	11	446.327
80	"OUTRAS CULTURAS"	51	1.611.414	68	2.727.767	42	1.337.172	24	736.961	11	373.931
81	"OUTRAS MÁQUINAS"	8.770	118.664.199	6.634	143.416.167	3.543	78.202.366	4.197	97.172.301	253	7.276.260

Continua

Ordem	Ano Produto	2018		2019		Total		%	
		Contr.	Valores	Contr.	Valores	Contr.	Valores	Contr.	Valores
63	"IRRIGAÇÃO"	523	14.210.193	330	9.725.564	3.456	75.821.827	3,0	1,7
64	"IRRIGAÇÃO/LIXIVIAÇÃO (GOTEJADOR, ASPERSOR, NEBULIZADOR, EXAUSTOR, VENTILADOR, MANGUEIRAS, CANAIS ET)"	16	401.197	5	191.294	40	1.120.507	0,0	0,0
65	"JIPES, FURGÕES E SEMELHANTES"	109	4.762.863	75	3.760.699	1.835	69.482.373	1,6	1,5
66	"LARANJA"	-	-	4	116.137	40	532.953	0,0	0,0
67	"LAVADOR"	8	71.626	1	853	107	277.903	0,1	0,0
68	"LIMÃO"	-	-	-	-	1	626	0,0	0,0
69	"MAÇÃ"	27	1.766.305	32	2.425.239	170	10.128.512	0,1	0,2
70	"MADEIRA"	1	226	4	300.853	9	346.351	0,0	0,0
71	"MANDIOCA (AIPIM, MACAXEIRA)"	-	-	-	-	2	61.453	0,0	0,0
72	"MÁQUINAS E IMPLEMENTOS"	4.174	262.997.391	3.505	160.011.098	16.142	640.486.521	13,8	14,1
73	"MÁQUINAS, APARELHOS E INSTRUMENTOS PARA PROCESSAMENTO E BENEFICIAMENTO DE PRODUTOS"	70	1.797.041	64	1.878.583	449	9.940.194	0,4	0,2
74	"MARACUJÁ"	34	923.303	44	1.073.619	343	9.427.270	0,3	0,2
75	"MIRTILO"	-	-	1	24.550	2	53.980	0,0	0,0
76	"MORANGO"	10	164.036	8	178.391	42	814.587	0,0	0,0
77	"MOTOCICLETAS E MOTONETAS"	152	2.149.803	226	3.283.221	378	5.433.024	0,3	0,1
78	"NOZ"	4	157.794	4	155.565	10	339.679	0,0	0,0
79	"OUTRAS APLICAÇÕES DE INVESTIMENTO AGRÍCOLA"	-	-	-	-	5.092	61.291.616	4,4	1,4
80	"OUTRAS CULTURAS"	-	-	-	-	196	6.787.245	0,2	0,1
81	"OUTRAS MÁQUINAS"	-	-	-	-	23.397	444.731.293	20,1	9,8

Cotinha

Ordem	Ano Produto	2013		2014		2015		2016		2017	
		Contr.	Valores	Contr.	Valores	Contr.	Valores	Contr.	Valores	Contr.	Valores
82	"OUTROS ANIMAIS"	12	101.894	3	23.000	10	68.476	3	21.180	-	-
83	"OUTROS MELHORAMENTOS"	1.342	12.869.241	2.204	39.493.066	1.195	22.523.012	1.186	43.833.838	81	2.408.401
84	"OUTROS SISTEMAS DE CAPTAÇÃO, RETENÇÃO E APROVEITAMENTO DE ÁGUA"	855	7.465.324	221	4.809.497	103	2.704.337	89	1.948.512	13	424.846
85	"OUTROS VEÍCULOS"	2.027	58.018.459	1.575	52.479.868	-	-	-	-	-	-
86	"PALMEIRA"	-	-	-	-	-	-	-	-	1	47.183
87	"PASTAGEM"	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
88	"PERA"	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
89	"PÊSSEGO"	23	308.462	23	380.749	26	355.934	14	337.632	6	140.741
90	"PINHA (ATA, FRUTA-DO- CONDE, ANONA)"	-	-	1	8.000	-	-	-	-	-	-
91	"PINUS"	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
92	"PITAYA"	-	-	-	-	-	-	-	-	7	100.681
93	"POÇO, AÇUDE, BARRAGEM, LAGO ARTIFICIAL, CISTERNA, TANQUE, BARREIROS, CANAIS, RESERV.ÁGUA POTAVEL ETC"	-	-	1	21.142	3	54.925	2	42.680	10	311.173
94	"PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO MEIO RURAL"	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
95	"PRESTAÇÃO DE ASSESORIA TÉCNICA E EMPRESARIAL; CONSULTORIA E ELABORAÇÃO DE PROJETOS E TREINAMENTOS"	-	-	10	17.517	25	13.430	13	6.155	7	3.852
96	"PROTEÇÃO DO SOLO"	193	3.072.669	86	3.185.210	51	1.434.645	75	2.344.839	88	2.803.384
97	"PUPUNHA"	35	1.091.688	36	1.307.213	10	691.046	5	155.932	9	264.430

Continua

Ordem	Ano Produto	2018		2019		Total		%	
		Contr.	Valores	Contr.	Valores	Contr.	Valores	Contr.	Valores
82	"OUTROS ANIMAIS"	-	-	-	-	28	214.550	0,0	0,0
83	"OUTROS MELHORAMENTOS"	-	-	-	-	6.008	121.127.557	5,1	2,7
84	"OUTROS SISTEMAS DE CAPTAÇÃO, RETENÇÃO E APROVEITAMENTO DE ÁGUA"	-	-	-	-	1.281	17.352.516	1,1	0,4
85	"OUTROS VEÍCULOS"	-	-	2	36.950	3.604	110.535.277	3,1	2,4
86	"PALMEIRA"	7	344.429	7	344.308	15	735.920	0,0	0,0
87	"PASTAGEM"	1	6.005	3	60.000	4	66.005	0,0	0,0
88	"PERA	-	-	1	56.660	1	56.660	0,0	0,0
89	"PÊSSEGO"	20	519.634	10	232.539	122	2.275.689	0,1	0,1
90	"PINHA (ATA, FRUTA-DO- CONDE, ANONA)"	-	-	-	-	1	8.000	0,0	0,0
91	"PINUS"	1	75.850	-	-	1	75.850	0,0	0,0
92	"PITAYA"	27	859.327	21	581.584	55	1.541.593	0,0	0,0
93	"POÇO, AÇUDE, BARRAGEM, LAGO ARTIFICIAL, CISTERNA, TANQUE, BARREIROS, CANAIS, RESERV.ÁGUA POTAVEL ETC"	26	650.699	32	1.024.200	74	2.104.820	0,1	0,0
94	"PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO MEIO RURAL"	3	36.044	-	-	3	36.044	0,0	0,0
95	"PRESTAÇÃO DE ASSESORIA TÉCNICA E EMPRESARIAL; CONSULTORIA E ELABORAÇÃO DE PROJETOS E TREINAMENTOS"	21	7.753	-	-	76	48.706	0,1	0,0
96	"PROTEÇÃO DO SOLO"	71	2.548.511	80	4.081.825	644	19.471.084	0,6	0,4
97	"PUPUNHA"	6	207.997	3	204.561	104	3.922.868	0,1	0,1

Continua

Ordem	Ano	2013		2014		2015		2016		2017	
	Produto	Contr.	Valores	Contr.	Valores	Contr.	Valores	Contr.	Valores	Contr.	Valores
	Cultura										
98	"REBOQUES, SEMIREBOQUES, CAÇAMBAS E CABINES"	-	-	3	15.050	1	41.000	1	74.780	27	744.027
99	"REFORMAS DE MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E VEÍCULOS, COMPRA DE PECAS E ACESSRIOS"	151	1.979.157	150	1.994.622	85	1.297.496	81	1.239.400	147	2.223.665
100	"RESIDÊNCIAS RURAIS"	1.772	24.208.224	6	107.506	1	53.600	-	-	-	-
101	"SECADOR"	606	9.058.082	16	322.135	40	1.096.140	35	702.938	4	107.880
102	"SILO"	87	1.737.946	41	3.653.525	19	580.475	26	725.624	42	2.281.154
103	"TANGERINA"	3	70.598	10	167.727	5	31.015	5	80.775	2	27.240
104	"TENDA, GALPÃO, TÚNEL PLÁSTICO (ABRANGE LONAS, FILMES, LONGARINAS, ESTACAS E MAT. SUSTENTAÇÃO)"	-	-	-	-	-	-	8	188.079	50	1.826.807
105	"TERREIROS"	-	-	-	-	-	-	2	107.280	10	297.659
106	"TRATOR"	3.602	223.680.574	4.497	308.863.181	2.614	166.510.232	3.147	200.332.902	2.732	177.000.469
107	"TULHA"	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
108	"TRICICLOS E QUADRICLOS"	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
109	"TURISMO E LAZER RURAL"	11	292.709	5	428.500	8	310.487	5	160.154	5	332.782
110	"UTILITÁRIOS"	87	2.663.726	73	2.450.052	-	-	-	-	-	-
111	"UVA"	42	1.291.125	62	1.820.823	35	1.189.717	26	1.631.448	48	2.320.493
112	"VIME"	2	48.416	4	27.569	-	-	6	124.703	3	28.215
Total		32.911	697.500.274	23.621	865.527.422	11.980	439.622.947	13.279	586.823.460	10.821	531.010.553

Ordem	Ano	2018		2019		Total		%	
	Produto	Contr.	Valores	Contr.	Valores	Contr.	Valores	Contr.	Valores
	Cultura								
98	"REBOQUES, SEMIREBOQUES, CAÇAMBAS E CABINES"	64	1.474.546	101	2.485.013	197	4.834.416	0,2	0,1
99	"REFORMAS DE MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E VEÍCULOS, COMPRA DE PECAS E ACESSRIOS"	194	3.525.417	158	3.049.465	966	15.309.223	0,8	0,3
100	"RESIDÊNCIAS RURAIS"	-	-	-	-	1.779	24.369.330	1,5	0,5
101	"SECADOR"	6	100.179	7	131.951	714	11.519.305	0,6	0,3
102	"SILO"	54	2.514.231	61	9.865.201	330	21.358.157	0,3	0,5
103	"TANGERINA"	4	104.963	24	770.308	53	1.252.626	0,0	0,0
104	"TENDA, GALPÃO, TÚNEL PLÁSTICO (ABRANGE LONAS, FILMES, LONGARINAS, ESTACAS E MAT. SUSTENTAÇÃO)"	70	3.280.156	69	3.432.698	197	8.727.740	0,2	0,2
105	"TERREIROS"	7	231.789	4	219.293	23	856.020	0,0	0,0
106	"TRATOR"	2.912	207.296.218	2.617	212.981.589	22.121	1.496.665.166	19,0	33,0
107	"TULHA"	1	2.000	-	-	1	2.000	0,0	0,0
108	"TRICICLOS E QUADRICLOS"	21	637.149	18	553.318	39	1.190.467	0,0	0,0
109	"TURISMO E LAZER RURAL"	12	839.832	6	409.787	52	2.774.251	0,0	0,1
110	"UTILITÁRIOS"	-	-	-	-	160	5.113.779	0,1	0,1
111	"UVA"	81	4.664.531	49	3.487.931	343	16.406.068	0,3	0,4
112	"VIME"	-	-	-	-	15	228.903	0,0	0,0
Total		12.754	718.656.130	11.295	694.348.748	116.661	4.533.489.533	100,0	100,0

- Valores nominais.

Fonte: elaboração do autor (2020), com base em dados de Brasil (2020a).

Tabela 5 – Número de Contratos e Valores de financiamentos do PRONAF de Custeio Pecuária por visão de produto no período de 2013 a 2019

Ordem	Produto	2013		2014		2015		2016		2017	
		Contratos	Valores	Contratos	Valores	Contratos	Valores	Contratos	Valores	Contratos	Valores
1	"ABELHAS"	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2	"ALEVINOS"	0	0	5	225.770	8	294.270	0	0	1	15.550
3	"ANIMAIS SILVESTRES"	0	0	0	0	0	0	0	0	1	13.490
4	"APICULTURA"	78	1.023.708	73	921.676	68	1.208.358	78	1.515.895	80	1.864.438
5	"AQUISIÇÃO DE INSUMOS"	8	72.400	6	178.999	1	50.000	1	31.000	2	680.000
6	"AQUISIÇÃO DE INSUMOS PARA FORNECIMENTO AOS COOPERADOS"	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
7	"ARMAÇÃO PARA BARCO DE PESCA"	0	0	4	89.800	0	0	1	108.555	0	0
8	"AVES"	0	0	0	0	0	0	1	40.000	0	0
9	"AVES EXCETO GALINÁCEOS"	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
10	"AVICULTURA"	399	7.253.068	534	10.832.971	647	12.942.282	612	12.705.834	670	15.523.653
11	"BOVINOS"	19.893	277.559.282	22.130	340.075.483	24.333	434.888.956	25.605	575.635.879	27.800	730.400.355
12	"BÚFALOS (BUBALINOS)"	6	103.536	3	49.740	2	36.772	2	33.458	4	73.287
13	"CAPITAL DE GIRO"	0	0	2	33.000	2	38.376	0	0	0	0
14	"CAPRINOS"	2	17.500	5	53.521	2	16.521	2	55.000	1	59.664
15	"CUNICULTURA"	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
16	"CUSTEIO DE MODALIDADE NÃO AGROPECUÁRIA"	2	4.500	0	0	1	10.000	0	0	0	0
17	"EQUINOS"	0	0	0	0	1	5.000	1	30.000	1	29.999
18	"GALINÁCEOS"	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
19	"LEITE"	2	1.720.000	9	4.558.500	9	37.050.000	4	156.295	0	0
20	"MEDICAMENTOS, RAÇÕES E INSUMOS"	2	74.530	4	169.480	2	53.000	3	85.960	1	42.533
21	"MEXILHÃO"	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
22	"MITILICULTURA (CULTIVO DE MEXILHÃO)"	0	0	1	10.500	4	68.059	6	113.000	3	40.500
23	"OSTREICULTURA (CULTIVO DE OSTRAS)"	0	0	2	23.028	2	36.811	3	92.742	1	7.277
24	"OUTROS ANIMAIS"	15	198.738	30	552.959	19	416.304	25	438.911	21	498.037
25	"OUTROS PRODUTOS"	21	107.621.649	17	96.694.810	17	62.391.321	1	80.000	0	0
26	"OVINOS"	12	116.085	18	224.447	18	209.347	22	430.650	21	454.329
27	"PASTAGEM"	20	255.606	19	279.387	44	667.457	27	522.037	29	650.220
28	"PESCADO"	260	1.811.107	2	35.000	1	10.000	5	42.030	23	188.297
29	"PETRECHOS PARA PESCA (ANZÓIS, ISCAS, CORDAS, E	0	0	337	2.752.812	372	3.412.012	312	3.148.683	212	2.885.673

Continua

Ordem	Produto	2018		2019		Total		%	
		Contratos	Valores	Contratos	Valores	Contratos	Valores	Contratos	Valores
1	"ABELHAS"	0	0	72	1.704.649	72	1.704.649	0,0	0,0
2	"ALEVINOS"	5	238.651	17	824.773	36	1.599.015	0,0	0,0
3	"ANIMAIS SILVESTRES"	0	0	0	0	1	13.490	0,0	0,0
4	"APICULTURA"	81	1.725.787	17	437.910	475	8.697.772	0,2	0,2
5	"AQUISIÇÃO DE INSUMOS"	5	3.255.000	0	0	23	4.267.399	0,0	0,1
6	"AQUISIÇÃO DE INSUMOS PARA FORNECIMENTO AOS COOPERADOS"	0	0	2	95.000	2	95.000	0,0	0,0
7	"ARMAÇÃO PARA BARCO DE PESCA"	2	70.263	8	185.802	15	454.420	0,0	0,0
8	"AVES"	18	463.791	23	753.337	42	1.257.128	0,0	0,0
9	"AVES EXCETO GALINÁCEOS"	0	0	9	322.045	9	322.045	0,0	0,0
10	"AVICULTURA"	605	14.555.213	159	4.852.554	3.626	78.665.576	1,8	1,6
11	"BOVINOS"	27.725	806.337.366	27.101	882.860.114	174.587	4.047.757.434	84,9	84,0
12	"BÚFALOS (BUBALINOS)"	3	106.257	4	80.573	24	483.623	0,0	0,0
13	"CAPITAL DE GIRO"	0	0	0	0	4	71.376	0,0	0,0
14	"CAPRINOS"	4	119.542	3	70.467	19	392.214	0,0	0,0
15	"CUNICULTURA"	3	27.850	0	0	3	27.850	0,0	0,0
16	"CUSTEIO DE MODALIDADE NÃO AGROPECUÁRIA"	0	0	0	0	3	14.500	0,0	0,0
17	"EQUINOS"	1	29.999	1	30.000	5	124.998	0,0	0,0
18	"GALINÁCEOS"	0	0	335	6.770.245	335	6.770.245	0,2	0,1
19	"LEITE"	7	173.873	0	0	31	43.658.668	0,0	0,9
20	"MEDICAMENTOS, RAÇÕES E INSUMOS"	7	141.059	4	175.000	23	741.561	0,0	0,0
21	"MEXILHÃO"	0	0	5	127.483	5	127.483	0,0	0,0
22	"MITILICULTURA (CULTIVO DE MEXILHÃO)"	0	0	4	96.232	18	328.290	0,0	0,0
23	"OSTREICULTURA (CULTIVO DE OSTRAS)"	4	115.010	2	86.791	14	361.659	0,0	0,0
24	"OUTROS ANIMAIS"	0	0	0	0	110	2.104.949	0,1	0,0
25	"OUTROS PRODUTOS"	0	0	0	0	56	266.787.779	0,0	5,5
26	"OVINOS"	28	755.070	40	961.785	159	3.151.714	0,1	0,1
27	"PASTAGEM"	68	1.031.781	86	1.622.069	293	5.028.556	0,1	0,1
28	"PESCADO"	92	1.200.846	192	2.720.161	575	6.007.441	0,3	0,1
29	"PETRECHOS PARA PESCA (ANZÓIS, ISCAS, CORDAS, BÓ)	122	1.779.426	1	20.060	1.356	13.998.665	0,7	0,3

Continua

Ordem	Produto	2013		2014		2015		2016		2017	
		Contratos	Valores	Contratos	Valores	Contratos	Valores	Contratos	Valores	Contratos	Valores
30	"PISCICULTURA (CULTIVO DE PEIXE)"	0	0	411	9.631.099	474	12.035.159	430	13.265.926	400	16.505.816
31	"PISCICULTURA (CULTIVO DE PEIXES)"	0	0	46	1.032.466	348	7.259.508	161	4.154.381	109	4.735.117
32	"PISCICULTURA "	465	10.219.736	41	855.222	0	0	327	6.387.219	109	2.786.788
33	"PRODUTOS AQUICOLAS (ARMAZENAMENTO, ACONI	0	0	1	19.600	0	0	0	0	0	0
34	"SANEAMENTO FINANCEIRO"	0	0	0	0	0	0	0	0	1	17.850
35	"SUINOCULTURA "	0	0	0	0	21	306.142	186	4.464.033	145	3.331.503
36	"SUÍNOS"	811	25.393.276	867	23.968.696	836	27.070.237	604	22.250.179	562	24.800.416
37	"SUPRIMENTO DE RECURSOS PARA ATENDIMENTO A	0	0	0	0	7	3.386.248	5	3.294.810	0	0
38	"VACINAS, SAIS MINERAIS E MEDICAMENTOS"	0	0	1	20.185	1	15.005	0	0	0	0
Total		24.009	433.444.722	26.582	493.289.151	29.255	603.877.144	30.440	649.082.474	32.214	805.604.792

Ordem	Produto	2018		2019		Total		%	
		Contratos	Valores	Contratos	Valores	Contratos	Valores	Contratos	Valores
30	"PISCICULTURA (CULTIVO DE PEIXE)"	70	2.554.947	185	8.626.163	1.970	62.619.111	1,0	1,3
31	"PISCICULTURA (CULTIVO DE PEIXES)"	486	21.652.703	375	18.488.371	1.525	57.322.546	0,7	1,2
32	"PISCICULTURA "	22	694.823	0	0	964	20.943.788	0,5	0,4
33	"PRODUTOS AQUICOLAS (ARMAZENAMENTO, ACONDIC	0	0	0	0	1	19.600	0,0	0,0
34	"SANEAMENTO FINANCEIRO"	0	0	0	0	1	17.850	0,0	0,0
35	"SUINOCULTURA "	0	0	0	0	352	8.101.678	0,2	0,2
36	"SUÍNOS"	598	24.060.967	489	21.937.713	4.767	169.481.485	2,3	3,5
37	"SUPRIMENTO DE RECURSOS PARA ATENDIMENTO A CC	0	0	0	0	12	6.681.057	0,0	0,1
38	"VACINAS, SAIS MINERAIS E MEDICAMENTOS"	0	0			2	35.190	0,0	0,0
Total		31.974	881.090.224	31.153	953.849.296	205.627	4.820.237.803	100	100

- Valores nominais.

Fonte: elaboração do autor (2020), com base em dados de Brasil (2020a).

Tabela 6 – Número de Contratos e Valores de financiamentos do PRONAF de Custeio Agrícola por visão de produto no período de 2013 a 2019

Ordem	Produto	2013		2014		2015		2016		2017	
		Contratos	Valores	Contratos	Valores	Contratos	Valores	Contratos	Valores	Contratos	Valores
1	"ABÓBORA-MORANGA"	286	3.119.463	283	3355449,81	370	4.974.070	394	6.112.714	220	3.895.198
2	"ABOBRINHA"	2	12.989	5	40330,33	7	51.433	12	106.103	12	107.782
3	"AGRIÃO"	7	91.313	5	43454,23	3	63.093	3	71.226	1	39.587
4	"ALFACE"	133	2.021.896	135	2268616,89	127	2.336.622	117	2.442.897	89	2.119.811
5	"ALFAFA"	13	125.198	13	132899,73	14	179.344	15	182.622	9	132.521
6	"ALHO PORÓ"	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
7	"ALHO"	290	7.238.409	327	10046254,79	351	11.935.996	304	12.297.666	344	17.401.325
8	"ALMEIRÃO"	0	0	0	0	0	0	1	3.500	0	0
9	"AMEIXA"	162	2.209.987	174	2720455,84	181	3.739.393	195	5.005.809	198	5.222.160
10	"AMORA"	0	0	0	0	0	-	1	7.745	0	-
11	"AQUISIÇÃO DE INSUMOS PARA FORNECIMENTO AOS COOPERADOS"	0	0	0	0	0	-	0	-	6	18.846.291
12	"AQUISIÇÃO DE INSUMOS"	0	0	44	836813,7	17	290.007	227	5.205.574	853	25.537.020
13	"ARROZ"	2.757	70.212.153	2731	80186227,59	2.383	81.146.327	2.610	97.323.231	2.526	101.182.103
14	"ATEMOIA"	0	0	0	0	0	0	0	0	1	15.420
15	"AVEIA"	1	12.995	4	57860	4	106.123	12	322.579	17	447.548
16	"AZEVEM"	0	0	1	8922,34	0	0	0	0	0	0
17	"BANANA"	711	13.686.735	648	13355960,84	561	12.891.725	522	14.012.412	530	16.569.553
18	"BATATA-DOCE"	11	128.949	11	137699,24	22	201.717	27	465.068	23	296.207
19	"BATATA-INGLESA"	163	1.752.455	121	1645808,59	98	1.580.509	98	1.831.783	81	2.060.509
20	"BERINJELA"	1	6.730	1	6227,53	1	15.004	2	23.640	1	1.410
21	"BETERRABA"	411	5.830.925	434	6711949,65	361	6.624.133	326	7.251.252	250	6.113.965
22	"BRÓCOLOS (BRÓCOLIS)"	79	529.761	130	884663,37	144	1.228.296	146	1.257.059	165	1.799.806
23	"CANA-DE-AÇUCAR"	10	73.263	13	85212,63	4	36.296	6	82.021	5	69.942
24	"CANOLA"	0	0	1	13080,06	0	0	14	149.542	12	168.759
25	"CAPIM"	1	8.009	3	69175,1	2	74.647	3	189.673	0	0
26	"CAQUI"	13	130.524	16	144184,39	9	72.226	17	163.471	11	139.252
27	"CARÁ"	1	10.000	1	10000	0	0	0	0	0	0
28	"CEBOLA"	3.697	79.434.299	3762	93583642	3.791	113.862.703	3.604	134.907.793	3.386	145.201.178
29	"CEBOLINHA VERDE"	28	139.507	31	160154,16	23	158.125	43	392.568	15	235.673

Continua

Ordem	Produto	2018		2019		Total		%	
		Contratos	Valores	Contratos	Valores	Contratos	Valores	Contratos	Valores
1	"ABÓBORA-MORANGA"	211	3.863.453	277	5.515.585	2.041	30.835.932	0,7	0,5
2	"ABOBRINHA"	7	104.270	10	103.556	55	526.464	0,0	0,0
3	"AGRIÃO"	3	175.348	5	265.149	27	749.170	0,0	0,0
4	"ALFACE"	89	2.263.263	93	2.944.461	783	16.397.567	0,3	0,3
5	"ALFAFA"	8	103.676	6	86.531	78	942.792	0,0	0,0
6	"ALHO PORÓ"	1	10.000	2	18.000	3	28.000	0,0	0,0
7	"ALHO"	228	11.608.350	4	370.769	1.848	70.898.769	0,6	1,1
8	"ALMEIRÃO"	0	0			1	3.500	0,0	0,0
9	"AMEIXA"	190	6.197.233	173	5.366.689	1.273	30.461.725	0,4	0,5
10	"AMORA"	1	20.000	1	48.884	3	76.629	0,0	0,0
11	"AQUISIÇÃO DE INSUMOS PARA FORNECIMENTO AOS COOPERADOS"	5	6.450.150	5	5.389.228	16	30.685.670	0,0	0,5
12	"AQUISIÇÃO DE INSUMOS"	0	0			1.141	31.869.414	0,4	0,5
13	"ARROZ"	2.451	109.163.979	2.451	123.293.318	17.909	662.507.337	5,9	10,7
14	"ATEMOIA"	0	0			1	15.420	0,0	0,0
15	"AVEIA"	14	345.048	7	172.468	59	1.464.621	0,0	0,0
16	"AZEVEM"	0	0			1	8.922	0,0	0,0
17	"BANANA"	524	17.086.690	468	18.013.382	3.964	105.616.457	1,3	1,7
18	"BATATA-DOCE"	19	350.867	17	417.804	130	1.998.313	0,0	0,0
19	"BATATA-INGLESA"	67	2.019.887	53	1.802.230	681	12.693.182	0,2	0,2
20	"BERINJELA"	1	60.118	6	111.620	13	224.749	0,0	0,0
21	"BETERRABA"	284	6.934.325	450	13.299.153	2.516	52.765.704	0,8	0,9
22	"BRÓCOLOS (BRÓCOLIS)"	179	2.146.356	144	2.339.854	987	10.185.796	0,3	0,2
23	"CANA-DE-AÇUCAR"	11	161.023	2	55.500	51	563.257	0,0	0,0
24	"CANOLA"	3	33.745	1	18.000	31	383.126	0,0	0,0
25	"CAPIM"	0	0			9	341.504	0,0	0,0
26	"CAQUI"	11	196.495	8	207.696	85	1.053.848	0,0	0,0
27	"CARÁ"	0	0			2	20.000	0,0	0,0
28	"CEBOLA"	3.132	147.157.900	3.034	170.964.345	24.406	885.111.861	8,1	14,4
29	"CEBOLINHA VERDE"	16	444.748	8	166.807	164	1.697.582	0,1	0,0

Continua

Ordem	Produto	2013		2014		2015		2016		2017	
		Contratos	Valores	Contratos	Valores	Contratos	Valores	Contratos	Valores	Contratos	Valores
30	"CENOURA"	129	1.344.714	104	1.378.806	127	2.386.045	152	3.529.473	75	2.325.548
31	"CEVADA"	0	0	1	19827,78	2	24.382	0	0	0	0
32	"CHICORIA"	0	0	1	1375	0	0	0	0	0	0
33	"CHUCHU"	15	171.801	17	207262,95	16	204.326	10	143.301	9	129.625
34	"COGUMELO"	0	0	0	0	0	0	0	0	1	5.421
35	"CORREÇÃO NÃO INTENSIVA"	0	0	0	0	0	0	0	0	4	147.667
36	"COUVE"	16	93.429	17	100418,47	22	165.828	19	156.993	13	156.281
37	"COUVE-FLOR"	150	960.104	150	970.139	109	743.441	131	1.045.898	112	1.070.240
38	"CRISÂNTEMO"	2	25.248	3	59955,39	1	17.724	2	51.665	2	51.883
39	"ERVA CIDREIRA (MELISSA)"	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
40	"ERVA-MATE"	10	120.597	10	107505,42	17	135.432	23	402.009	19	475.283
41	"EUCALIPTO"	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
42	"FEIJÃO"	3.131	26.457.623	2489	20965790,46	1.963	19.821.249	1.679	19.043.245	1.385	20.431.460
43	"FLORES"	11	215.813	6	187482,79	4	138.795	5	201.474	4	114.515
44	"FRAMBOESA"	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
45	"FRUTAS DIVERSAS N. E."	-	0	0	0	0	0	13	484.346	3	134.126
46	"FUMO"	1	9.998	4	27953,13	6	84.616	28	515.245	0	0
47	"GENGIBRE"	2	42.877	1	22748,14	3	95.205	5	168.776	5	199.812
48	"GOIABA"	0	0	0	0	0	0	2	45.224	1	39.615
49	"GRAMA"	17	521.474	22	718167,5	15	539.733	16	603.710	12	421.943
50	"HORTALIÇAS"	12	236.189	3	42968,36	3	47.572	4	49.999	8	75.689
51	"INHAME"	0	0	0	0	0	0	1	5.000	0	0
52	"LARANJA"	13	138.801	13	130337,15	14	192.704	14	267.866	12	262.471
53	"LICHIA (LECHIA)"	0	0	0	0	0	0	1	373	1	323
54	"LINHO"	1	7.253	0	0	0	0	0	0	1	24.001
55	"MAÇÃ"	855	26.586.601	839	28489940,64	844	32.110.019	794	40.215.454	799	43.061.028
56	"MADEIRA"	16	240.828	44	468342,18	11	216.354	24	273.200	9	91.500
57	"MANDIOCA (AIPIM, MACAXEIRA)"	443	4.250.643	421	4085823,99	333	3.748.085	267	3.129.952	284	3.843.336
58	"MANDIOQUINHA (BATATA: BAROA, SALSA, AIPO)"	172	1.993.766	208	2501415,65	231	2.988.475	273	4.008.095	278	4.789.921
59	"MARACUJÁ"	92	1.076.387	113	1.407.104	114	1.790.280	104	1.872.889	126	2.505.654

Continua

Ordem	Produto	2018		2019		Total		%	
		Contratos	Valores	Contratos	Valores	Contratos	Valores	Contratos	Valores
30	"CENOURA"	73	1.984.027	91	3.347.252	751	16.295.864	0,2	0,3
31	"CEVADA"	0	0			3	44.210	0,0	0,0
32	"CHICORIA"	0	0			1	1.375	0,0	0,0
33	"CHUCHU"	9	128.356	5	64.362	81	1.049.033	0,0	0,0
34	"COGUMELO"	0	0	1	7.000	2	12.421	0,0	0,0
35	"CORREÇÃO NÃO INTENSIVA"	0	0			4	147.667	0,0	0,0
36	"COUVE"	5	107.640	3	23.583	95	804.173	0,0	0,0
37	"COUVE-FLOR"	115	1.224.931	100	1.123.842	867	7.138.594	0,3	0,1
38	"CRISÂNTEMO"	1	16.232	1	17.558	12	240.265	0,0	0,0
39	"ERVA CIDREIRA (MELISSA)"	1	15.042	2	111.540	3	126.582	0,0	0,0
40	"ERVA-MATE"	8	265.870	20	822.236	107	2.328.932	0,0	0,0
41	"EUCALIPTO"	4	55.586	1	12.784	5	68.369	0,0	0,0
42	"FEIJÃO"	802	10.690.797	654	10.566.066	12.103	127.976.230	4,0	2,1
43	"FLORES"	4	200.897	1	120.000	35	1.178.977	0,0	0,0
44	"FRAMBOESA"	2	118.866	1	109.375	3	228.241	0,0	0,0
45	"FRUTAS DIVERSAS N. E."	4	290.682	2	58.445	22	967.599	0,0	0,0
46	"FUMO"	0	0			39	637.812	0,0	0,0
47	"GENGIBRE"	4	91.464	8	245.762	28	866.645	0,0	0,0
48	"GOIABA"	0	0	1	39.223	4	124.063	0,0	0,0
49	"GRAMA"	17	730.291	18	987.349	117	4.522.667	0,0	0,1
50	"HORTALIÇAS"	0	0	7	191.456	37	643.874	0,0	0,0
51	"INHAME"	0	0			1	5.000	0,0	0,0
52	"LARANJA"	14	579.239	19	867.211	99	2.438.630	0,0	0,0
53	"LICHIA (LECHIA)"	0	0			2	696	0,0	0,0
54	"LINHO"	1	21.250			3	52.504	0,0	0,0
55	"MAÇÃ"	734	42.301.069	713	46.080.402	5.578	258.844.514	1,9	4,2
56	"MADEIRA"	0	0			104	1.290.225	0,0	0,0
57	"MANDIOCA (AIPIM, MACAXEIRA)"	295	4.444.341	220	4.180.778	2.263	27.682.959	0,8	0,4
58	"MANDIOQUINHA (BATATA: BAROA, SALSA, AIPO)"	194	3.079.755	211	3.783.041	1.567	23.144.468	0,5	0,4
59	"MARACUJÁ"	128	2.413.488	117	2.637.077	794	13.702.879	0,3	0,2

Continua

Ordem	Produto	2013		2014		2015		2016		2017	
		Contratos	Valores	Contratos	Valores	Contratos	Valores	Contratos	Valores	Contratos	Valores
60	"MELANCIA"	85	786.750	101	1135352,97	113	1.219.278	81	1.045.498	88	1.198.385
61	"MELÃO"	1	2.000	0	0	0	0	2	18.444	1	2.743
62	"MILHETO"	3	23.769	0	0	0	0	0	0	0	0
63	"MILHO"	33.167	376.387.181	29220	362.497.273	22.610	310.085.498	22.591	363.144.907	17.962	281.747.217
64	"MORANGO"	129	1.827.025	140	2102874,6	135	2.088.875	153	2.845.722	138	2.787.405
65	"NECTARINA"	86	1.070.986	91	1.242.100	84	1.419.129	83	1.515.980	85	1.490.590
66	"OUTRAS APLICAÇÕES DE CUSTEIO AGRÍCOLA"	0	0	0	-	0	0	0	0	1	15.977
67	"OUTRAS LAVOURAS"	141	2.253.095	245	3701350,96	233	3.709.959	10	376.093	2	82.283
68	"OUTROS PRODUTOS BENEFICIADOS OU INDUSTRIALIZADOS NÃO ESPECIFICADOS"	38	425.827	8	10451706,02	11	11.992.200	3	251.308	0	0
69	"PALMEIRA"	34	699.141	33	594937,51	37	769.617	25	594.895	30	667.465
70	"PASTAGEM"	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
71	"PEPINO"	94	749.341	100	838044,0	96	946.773	63	585.659	64	601.068
72	"PERA"	9	107.492	9	140754,05	11	220.914	11	265.833	11	236.606
73	"PÊSSEGO"	215	4.180.497	227	4946419,46	226	5.748.014	222	6.521.725	222	6.388.146
74	"PIMENTÃO"	115	1.108.413	102	858.482	104	1.069.191	130	1.460.117	87	1.141.543
75	"PITAYA"	0	0	0	-	0	0	0	0	1	23.672
76	"PLANTAS ORNAMENTAIS"	64	1.603.180	62	1608240,9	47	1.466.358	42	1.242.268	44	1.544.996
77	"PUPUNHA"	10	206.596	14	216453,48	17	286.757	10	127.324	13	211.859
78	"QUIUÍ (KIWI)"	0	0	0	0	2	70.895	1	72.448	0	0
79	"FLORESTAMENTO - TRATOS CULTURAIS"										
80	"REPOLHO"	173	1.333.770	208	1747506,33	196	1.914.532	275	2.955.173	185	2.209.405
81	"RÚCULA"	2	18.157	0	0	2	50.947	2	26.350	0	0
82	"SACARIA E/OU MATERIAL DE ACONDICIONAMENTO"	0	0	0	0	1	14.699	0	0	0	0
83	"SALSA"	34	161.765	32	146784,41	24	124.436	21	150.640	8	77.445
84	"SOJA"	5.737	81.730.954	6838	111.381.660	7.744	165.293.607	5.996	143.614.642	6.333	166.358.458
85	"SORGO"	1	12.792	0	-	0	0	1	13.008	0	0
86	"SUPRIMENTO DE RECURSOS PARA ATENDIMENTO A COOPERADOS"	1	2.500.000	3	4470973,7	6	14.766.843	4	11.636.214	0	0
87	"TANGERINA"	5	83.991	5	65691,95	6	89.616	6	94.213	7	137.517
88	"TOMATE"	807	16.599.894	819	17629351,23	831	19.164.033	779	21.472.472	683	20.469.293

Continua

Ordem	Produto	2018		2019		Total		%	
		Contratos	Valores	Contratos	Valores	Contratos	Valores	Contratos	Valores
60	"MELANCIA"	62	975.588	78	1.368.644	608	7.729.496	0,2	0,1
61	"MELÃO"	1	3.749	4	35.278	9	62.215	0,0	0,0
62	"MILHETO"	0	0	1	6.213	4	29.982	0,0	0,0
63	"MILHO"	15.451	277.433.036	12.728	258.707.062	153.729	2.230.002.175	51,1	36,2
64	"MORANGO"	127	2.535.189	137	3.347.532	959	17.534.623	0,3	0,3
65	"NECTARINA"	57	1.125.847	64	1.156.341	550	9.020.974	0,2	0,1
66	"OUTRAS APLICAÇÕES DE CUSTEIO AGRÍCOLA"	0	0			1	15.977	0,0	0,0
67	"OUTRAS LAVOURAS"	3	175.901			634	10.298.681	0,2	0,2
68	"OUTROS PRODUTOS BENEFICIADOS OU INDUSTRIALIZADOS NÃO ESPECIFICADOS"	0	0			60	23.121.042	0,0	0,4
69	"PALMEIRA"	8	218.059	17	539.047	184	4.083.162	0,1	0,1
70	"PASTAGEM"	4	132.078	11	428.048	15	560.126	0,0	0,0
71	"PEPINO"	67	604.318	59	572.522	543	4.897.724	0,2	0,1
72	"PERA"	6	122.219	7	173.520	64	1.267.338	0,0	0,0
73	"PÊSSEGO"	199	6.504.563	172	5.835.240	1.483	40.124.604	0,5	0,7
74	"PIMENTÃO"	72	978.190	74	1.164.842	684	7.780.778	0,2	0,1
75	"PITAYA"	2	10.791	1	9.089	4	43.551	0,0	0,0
76	"PLANTAS ORNAMENTAIS"	40	1.398.950	43	1.927.092	342	10.791.085	0,1	0,2
77	"PUPUNHA"	15	297.693	9	239.709	88	1.586.391	0,0	0,0
78	"QUIÚÍ (KIWI)"	0	0			3	143.342	0,0	0,0
79	"FLORESTAMENTO - TRATOS CULTURAIS"			1	36.000	1	36.000	0,0	0,0
80	"REPOLHO"	155	1.656.419	176	2.141.925	1.368	13.958.731	0,5	0,2
81	"RÚCULA"	1	22.185			7	117.639	0,0	0,0
82	"SACARIA E/OU MATERIAL DE ACONDICIONAMENTO"	0	0			1	14.699	0,0	0,0
83	"SALSA"	4	40.830	7	42.654	130	744.554	0,0	0,0
84	"SOJA"	5.855	165.865.257	5.479	181.459.749	43.982	1.015.704.327	14,6	16,5
85	"SORGO"	0	0			2	25.800	0,0	0,0
86	"SUPRIMENTO DE RECURSOS PARA ATENDIMENTO A COOPERADOS"	0	0			14	33.374.031	0,0	0,5
87	"TANGERINA"	9	204.249	13	254.125	51	929.403	0,0	0,0
88	"TOMATE"	622	19.490.461	569	18.908.667	5.110	133.734.172	1,7	2,2

Continua

Ordem	Produto	2013		2014		2015		2016		2017	
		Contratos	Valores	Contratos	Valores	Contratos	Valores	Contratos	Valores	Contratos	Valores
89	"TRIGO"	487	8.257.279	984	17300470,99	875	19.829.447	543	13.983.833	483	11.049.126
90	"UVA"	440	7.585.144	431	7860503,73	389	7.107.511	377	8.684.480	378	9.289.559
91	"VAGEM"	18	131.778	22	183247,04	21	218.898	21	177.713	16	186.195
92	"VIME"	28	278.592	46	555210,56	62	741.266	73	933.744	74	1.271.586
Total		61828	761395119	59142	830073794	52236	877427350	49839	949832836	44885	937148903

Ordem	Produto	2018		2019		Total		%	
		Contratos	Valores	Contratos	Valores	Contratos	Valores	Contratos	Valores
89	"TRIGO"	446	10.774.613	439	11.357.050	4.257	92.551.820	1,4	1,5
90	"UVA"	295	7.058.311	337	9.939.752	2.647	57.525.260	0,9	0,9
91	"VAGEM"	18	164.841	13	107.563	129	1.170.234	0,0	0,0
92	"VIME"	57	956.798	54	948.142	394	5.685.339	0,1	0,1
Total		39500	884406881	35971	927073172	301.065	6167358055	100,0	100,0

Fonte: elaboração do autor (2020), com base em dados de Brasil (2020a).